REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

Equipe Editorial

EDITOR

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
UERJ, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Manoel Fernandes de Souza Neto
USP, Brasil

Sueli Angelo Furlan
USP, Brasil

Maria Adailza Martins de Albuquerque
UFPB, Brasil

Contato Principal

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
E-mail: revanpege@gmail.com

Secretário Executivo

Rael Silva de Santana
Universidade Federal Fluminense
E-mail: revanpege@gmail.com

Contato de Suporte

Givaldo Ramos da Silva Filho
Telefone: 3410-2651
E-mail: givaldofilho@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Alessandro Gallo,
UNIVE, Itália

Ana Fani Alessandri Carlos
USP, Brasil

Antonio Augusto Rossotto Loris
SGUE, Scotland, Reino Unido

Antônio Vázquez-Barquero
UAM, Espanha

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
USP, Brasil

Beatriz Ribeiro Soares
UFU, Brasil

Carmen Bellet
UdL, Espanha

Charlei Aparecido da Silva
UFGD, Brasil

Claudete Vitte
UNICAMP, Brasil

Cristián Henríquez Ruiz
PUC, Chile

Diana Lan
UNICEN, Argentina

Dirce Maria Antunes Suertegaray
UFRGS, Brasil

Eduardo Salinas Chavez
GEO-UH, Cuba

Eliseu Savério Spósito
UNESP, Brasil

Emerson Galvani
USP, Brasil

Eustógio Wanderley C. Dantas
UFC, Fortaleza(CE), Brasil

Everaldo Santos Melazzo
UNESP, Brasil

Federico Arenas Vazquez
PUC, Chile

Francisco Mendonça
UFPR, Brasil

Hervé Théry
USP, Brasil

João Lima Sant´Anna Netto
UNESP PP

José Alberto Rio Fernandez
UP, Portugal

José Borzacchiello da Silva
UFC, Brasil

José Gilberto de Souza
UNESP, Brasil

Luis Cruz Lima
UECE, Brasil

Lisandra Pereira Lamoso
UFGD, Brasil

Marcelo Lopes de Souza
UFRJ, Brasil

Márcio Antonio Cataia
UNICAMP, Brasil

Márcio Oliveira Piñon
UFF, Brasil

Marcos Marcos Saquet
UNIOESTE, Brasil

Maria Encarnação Beltrão Spósito
UNESP, Brasil

Maria Geralda Almeida
UFG, Brasil

Maria Laura Silveira
CIIPME, Argentina

Maria Tereza Duarte Paes *UNICAMP, Brasil*

Nelson Rego
UFGRS, Brasil

Paulo César da Costa Gomes
UFRJ, Brasil

Pedro Almeida Vasconcelos
UFBA, Brasil

Rogério Haesbaert
UFF, Brasil

Ruy Moreira
UFF, Brasil

Samuel do Carmo Livma
UFU, Brasil

Sandra Elisa Contri Pitton
UNESP, Brasil

Sylvio Fausto Gil Filho
UFPR, Brasil

Tadeu Pereira Alencar Arrais
UFG, Brasil

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

5 **EDITORIAL**
Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho

6 **AS PAISAGENS DA SERRA DE MARACAJU (MS): QUANDO O OLHAR E A CARTOGRAFIA REVELAM O POTENCIAL DO TURISMO DE NATUREZA**
THE LANDSCAPES OF THE MARACAJU MOUNTAINS (MATO GROSSO DO SUL/BRAZIL): WHEN LOOK AND CARTOGRAPHY REVEAL THE POTENTIAL OF NATURAL TOURISM
LOS PAISAJES DE LA SIERRA DE MARACAJU (MATO GROSSO DO SUL/BRASIL): CUANDO LA MIRADA Y LA CARTOGRAFÍA REVELAN EL POTENCIAL DEL TURISMO NATURAL
Bruno de Souza Lima | Charlei Aparecido da Silva | Marcos Norberto Boin

39 **A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS HISTORICAMENTE INVISIBILIZADOS NA PESQUISA GEOGRÁFICA**
THE EXPANSION OF POST-GRADUATION IN THE BRAZILIAN TERRITORY AND THE EMERGENCE OF SUBJECTS HISTORICALLY INVISIBILIZED IN GEOGRAPHICAL RESEARCH
LA EXPANSIÓN DE LA POSGRADO EN EL TERRITORIO BRASILEÑO Y LA EMERGENCIA DE SUJETOS HISTÓRICAMENTE INVISIBILIZADOS EN LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA
Cristiano Quaresma de Paula

71 **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ**
THE MODERNIZATION OF PARANÁ'S AGRICULTURE (BRAZIL)
LA MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA DEL PARANÁ (BRASIL)
Roger Alexandre Rossoni | Gerson Henrique da Silva | Marcelo Lopes de Moraes | Alysson Luiz Stege

103 **GÊNERO, MASCULINIDADES E ESPAÇO CARCERÁRIO NA EXPERIÊNCIA DE HOMENS EM PONTA GROSSA – PARANÁ**
GENDER, MASCULINITIES AND PRISION SPACE IN THE MEN' EXPERIENCE IN PONTA GROSSA – PARANÁ, BRAZIL
GÉNERO, MASCULINIDADES Y ESPACIO CARCELARIO EN LA EXPERIENCIA DE HOMBRES EN PONTA GROSSA – PARANÁ, BRASIL
Dimas Diego Gontarek | Joseli Maria Silva | Márcio José Ornat | Fernando Bernati Gomes

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

123 **AS TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS E A GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA: GRUPOS POLÍTICOS, DEMANDAS E LUTAS PELA SIGNIFICAÇÃO CURRICULAR NA ERA VARGAS (1930-1945)**

THE PHYSICAL-NATURAL THEMES AND THE MODERN SCHOOL GEOGRAPHY: POLITICAL GROUPS, DEMANDS AND STRUGGLES FOR THE CURRICULAR SIGNIFICATION IN THE VARGAS ERA (1930-1945)

THÉMATIQUES PHYSIQUES ET NATURELS ET LA GÉOGRAPHIE SCOLAIRE MODERNE: GROUPES POLITIQUES, DEMANDES ET LUTTES POUR LA SIGNIFICATION CURRICULAIRE À L'ÈRE VARGAS (1930-1945)

Thiago Manhães Cabral

158 **PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PROMOVIDAS PELOS HOTÉIS DE UBERLÂNDIA (MG)**

SUSTAINABLE PRACTICES PROMOTED BY HOTELS OF UBERLÂNDIA (MINAS GERAIS, BRAZIL)

PRÁCTICAS SOSTENIBLES PROMOVIDAS POR LOS HOTELES DE UBERLÂNDIA (MINAS GERAIS, BRASIL)

Giovana Natalie Carvalho Santos | Maria Beatriz Junqueira Bernardes

184 **NOTAS**

Editorial

Estimados leitores, saudações anpegeanas!

Apresentamos, para leitura e apreciação da comunidade geográfica, mais uma edição da Revista da ANPEGE!

Este número expressa um enorme trabalho de reorganização interna da revista, depois da reestruturação realizada em 2017 – novo endereço no sistema OJS (Open Journal System), transferência de servidor etc. Novamente, a publicação deste novo número só é possível graças ao trabalho cuidadoso e dedicado de muitos colaboradores e colaboradoras, pareceristas Ad Hoc e tantos outros. Nosso muito obrigado!

Como marca própria de periódico de uma comunidade expressiva, a Revista da ANPEGE segue como instrumento de divulgação dos trabalhos da pós-graduação em Geografia no Brasil, acolhendo e divulgando a diversidade de temas e as autorias diversas com trabalhos de pós-graduandos, pós-graduandas e docentes de todas as regiões brasileiras. É compromisso da Revista da ANPEGE dar expressão aos muitos temas e à diversidade da geografia brasileira contidos e revelados nos trabalhos de pós-graduação. Tal compromisso reafirma que este periódico pretende seguir como veículo de resistência diante de conjuntura adversa para a pesquisa e a pós-graduação no Brasil.

Neste número, temos essa variedade temática, passando por dada tradição da pesquisa espacial no campo da natureza, da produção no campo e do urbano com o turismo, bem como do ensino da geografia e, ainda, apontando temáticas desafiadoras sobre as questões de gênero e dos diversos sujeitos da pós-graduação. É fundamental que tenhamos a consolidação das pesquisas que tratam das práticas espaciais contemporâneas, a partir das quais se faz necessário compreender suas marcas históricas e, mais ainda, as formas de enunciar os assuntos invisibilizados, desafiadores e contemporâneos.

É com esse espírito marcado pela riqueza de tantos sujeitos, pela abertura ao diálogo para enunciar os debates e os elementos novos e para promover a divulgação das pesquisas que a Revista da ANPEGE, como periódico científico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, busca se tornar expressão de uma comunidade inteira. Fica, então, o convite à leitura, ao aprendizado rico, à autoria do texto e da vida!

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
Editor

DOI 10.5418/RA2018.1425.0001

AS PAISAGENS DA SERRA DE MARACAJU (MS): QUANDO O OLHAR E A CARTOGRAFIA REVELAM O POTENCIAL DO TURISMO DE NATUREZA

THE LANDSCAPES OF THE MARACAJU MOUNTAINS (MATO GROSSO DO SUL/BRAZIL): WHEN LOOK AND CARTOGRAPHY REVEAL THE POTENTIAL OF NATURAL TOURISM

LOS PAISAJES DE LA SIERRA DE MARACAJU (MATO GROSSO DO SUL/BRASIL): CUANDO LA MIRADA Y LA CARTOGRAFÍA REVELAN EL POTENCIAL DEL TURISMO NATURAL

Bruno de Souza Lima
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: bruno_mxsl@hotmail.com

Charlei Aparecido da Silva
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: charleisilva@ufgd.edu.br

Marcos Norberto Boin
Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: boinmar@hotmail.com

Resumo

A Serra de Maracaju, situada na faixa central de Mato Grosso do Sul (MS), historicamente apresentou relações com as dinâmicas territoriais que foram e ainda são impostas ao longo de sua extensão. Neste cenário, a pecuária e a agricultura, práticas que foram intensificadas a partir dos anos 1980, são destaques. Pressões advindas dessas dinâmicas territoriais exercem impactos nos elementos naturais que compõem a paisagem dessa serra, gerando e intensificando processos que levam à perda de vegetação nativa, erosões do solo e contaminação dos recursos hídricos, entre outros. Neste contexto, entendendo o turismo de natureza como uma atividade socioeconômica menos impactante, quando comparada com as práticas citadas, objetiva-se discutir e apresentar a importância do olhar empreendido nos trabalhos de campo e o projeto cartográfico elaborado para a aferição das paisagens dessa serra. A metodologia utilizada permitiu analisar as paisagens da área de estudo e propiciou categorizar componentes e diferentes níveis de potencialidade para o turismo de natureza. A carta de potencialidades deu condições de evidenciar dois fragmentos de alta potencialidade: um, localizado na face norte, e outro, na porção sul da área de estudo.

Palavras-chave: Serra de Maracaju, unidades de paisagem, turismo de natureza, Mato Grosso do Sul.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Abstract

Serra de Maracaju (Maracaju Mountains) are located within the central zone of Mato Grosso do Sul State (Brazil), and they have relations with the dynamic processes of this state territory historically. Inside this matter, cattle and agriculture activities were intensified since 1980's. Some tensions derived from these territorial dynamics have impact directly the regional natural elements which have composed this mountain landscape. Thus, these tensions at this landscape created and strengthened processes of forest supression, soil erosions and water contamination etc. Inside this context, if we comprehend the nature tourism action as a less destructive socioeconomic activity when compared with these actions cited in this research, we have the aiming of discuss and show the relevance of the empiric work within field work development stage and the cartographic production to the landscape analysis as well. Methodology used has allowed the landscape study area analysis and classify the landscape components (it has permited the valoration of nature tourism scope either). The study area map of potentialities has given conditions of identify two areas of high tourism potential: one area is located at the north sector area, and the second one is located at the south sector area.

Keywords: Serra de Maracaju (Maracaju Mountains), landscape units, nature-based tourism, Mato Grosso do Sul State.

Resumen

Serra de Maracaju (Sierra de Maracaju), situada en la parte central del estado de Mato Grosso do Sul (Brasil), históricamente presentó relaciones con las dinámicas territoriales que fueron y aún se imponen a lo largo de su territorio. En este escenario, se destacan la ganadería y la agricultura, prácticas que se intensificaron a partir de los años 1980. Las presiones derivadas de estas dinámicas territoriales impactan en los elementos naturales que constituyen los paisajes de la sierra, generando e intensificando los procesos que llevan a la pérdida de la vegetación nativa, la erosión del suelo y la contaminación de los cuerpos hídricos, entre otros. En ese contexto, entendiendo al turismo de naturaleza como una actividad socioeconómica menos degradante, cuando se compara con las prácticas citadas, se presenta y discute aquí la importancia de la mirada emprendida con el trabajo de campo y la cartografía elaborada para la evaluación de los paisajes de esta sierra con vistas a su uso turístico. La metodología utilizada permitió analizar los paisajes del área de estúdio y categorizar sus componentes y sus potencialidades para el desarrollo del turismo de naturaleza. El mapa del potencial de los paisajes para el turismo elaborada permite destacar dos zonas de alta potencialidade: una, localizada en la ladera norte de la sierra, y outra, en la porción sur del área de estudio.

Palabras clave: Serra de Maracaju (Sierra de Maracaju), unidades de paisaje, turismo de naturaleza, Mato Grosso do Sul.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

O turismo: uma atividade social consumidora de paisagens

O turismo, como atividade, ganha cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas. Uma série de fatores tem auxiliado no desenvolvimento dessa prática, os quais se podem citar: a redução da jornada de trabalho, as férias remuneradas, a melhoria dos meios de transporte e a facilidade da contratação de serviços turísticos, entre outros benefícios.

A prática do turismo pode envolver uma série de fatores motivacionais, sejam eles o *status*, a necessidade de descanso, a busca pela fuga do cotidiano e o conhecimento de diferentes culturas, entre outros estímulos que levam as pessoas a se deslocarem de uma localidade para outra. Nesse sentido, o mercado turístico busca, nessas diferentes motivações, a elaboração de produtos que atendam aos diversos tipos de turistas, e o consumo de paisagens se torna um fato.

Na concepção de Urry (2001), o turismo nada mais é que o consumo de bens e serviços que, em suma, são desnecessários para a sobrevivência do homem. No entanto, tal consumo acontece em função das experiências prazerosas que essa atividade proporciona, tendo em vista que, normalmente, o produto oferecido por essa prática é formado por objetos, cenários e paisagens que, em geral, estão fora do cotidiano do sujeito. Para o referido autor, essas experiências podem se diferenciar de turista para turista, considerando-se que o olhar de cada sujeito varia de acordo com o observado, fazendo relação daquilo que lhe é contrastante com o seu dia a dia, ou seja, ao viajar e se deparar com diferentes paisagens, culturas e atividades, o turista agregar valor à sua experiência turística.

Lohmann e Panosso Netto (2008) exemplificam essa dependência da relação da paisagem com o seu observador lembrando que uma paisagem natural, constituída por plantações de frutas e grãos e por bois e vacas, pode ser de grande valor para o sujeito que visa a desfrutar de suas férias longe da cidade onde vive. No entanto, esta mesma paisagem pode estar saturada para o trabalhador rural, considerando que apresenta uma configuração paisagística comum à sua rotina, representando até mesmo uma opressão para este trabalhador, que acorda todos os dias de manhã para realizar suas tarefas, como a ordenha das vacas, a alimentação dos animais e os cuidados com a lavoura, entre outras atividades comuns ao meio rural. Nesse sentido, percebe-se que a paisagem ganha valores diferentes a partir dos olhares que lhe são atribuídos.

Dessa forma, a paisagem aparece como fator crucial para o desenvolvimento de práticas turísticas, e, sendo assim, entender o conceito desta categoria analítica se faz primordial para que seja possível compreender sua relação com o turismo. Para Rodriguez, Silva e

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Cavalcanti (2007), o conceito de paisagem se iniciou com as discussões de Alexander Von Humboldt, quando este cunhou o termo *Landschaft*. Após este início, diferentes escolas sobre a discussão de paisagem foram surgindo, sendo que cada uma delas se pautou em diferentes concepções, das quais se destacam as escolas alemã e russa, que reconhecem a paisagem como complexo natural integral, e as escolas francesa e anglo-americana, que se pautavam no aspecto sociocultural, analisando a paisagem como espaço social. No Brasil, a escola francesa foi a que mais teve influência nas discussões dessa temática.

Para Silveira (2009), o conceito de paisagem assumiu diferentes acepções, ao longo do tempo, e esta variação se deveu às escalas de tempo e espaço em que foi empregado, tendo ainda sofrido a influência dos diferentes contextos socioeconômicos que foram emergindo. No contexto do turismo de natureza, no Brasil, isso fica evidente após 1990.

Os conceitos que envolvem o conceito de paisagem permitem compreender o cerne da temática para que esta seja abordada, principalmente, em sua relação com o turismo de natureza. Para Verdum (2012), a paisagem é considerada a forma como se caracteriza uma porção da superfície terrestre, considerando-se o conjunto de elementos da natureza que a compõe, e, por meio de sua leitura, é possível identificar a relação entre homem/sociedade com tais elementos. Já para Santos (2006), a paisagem deve ser considerada uma porção do território, levando-se em conta tudo aquilo que a visão pode abarcar dentro deste recorte territorial, sejam elementos naturais ou artificiais. Ambos os conceitos citados possuem relações com a forma como a atividade turística consome a paisagem.

Contrastando com a conceituação de Santos (2006), Puntel (2012) acredita que a paisagem seja algo para além "daquilo que a visão pode alcançar", indicando que a paisagem é concreta, ou seja, constitui-se como a materialização de objetos em diferentes momentos no espaço geográfico, de maneira que a representação destes objetos, para cada indivíduo, vá depender de seu interesse, da sua concepção e da sua experiência. Este conceito apresentado por Puntel (2012) se aproxima da reflexão daquilo que essa temática representaria para o turismo, ou seja, a apropriação das paisagens de maneira que tais configurações cênicas façam algum sentido para o observador, neste caso, o turista.

O olhar despertado pela prática turística se direciona por meio dos aspectos das paisagens, sejam elas do campo ou da cidade, que apresentam uma configuração diferente daquelas observadas habitualmente. Nesse sentido, as pessoas se fixam nesse olhar, que foi inicialmente materializado ou capturado por meio de fotos, cartões postais, filmes, anúncios etc. (URRY, 2011). Cruz (2002) ressalta que, no turismo, o valor estético da paisagem é o fator preponderante, tendo em vista que a estética da paisagem turística é pautada pelos

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

padrões culturais da época. Nos dias atuais, por exemplo, essa estética possui estreita relação com modismos e cultura de massa.

Yazigi (2002) ressalta que não se pode reduzir o turismo à mera questão da paisagem, no entanto, é incontestável a capacidade da paisagem de expandir a compreensão das informações e sensações do mundo externo. As paisagens, das menores até as mais amplas, encontram-se carregadas de informações, mesmo que estejam incompletas, porém, elas são o ponto de partida para outras investigações, que dependem do nível de envolvimento do observador. Dentro desta perspectiva, Lohmann e Panosso Netto (2008) indicam que a paisagem deve ser considerada uma das grandes responsáveis pela prática turística, tendo em vista que o homem sempre manifestou a vontade de conhecer novos lugares, ou seja, novas paisagens.

Assim, considerando a paisagem como algo concreto – ou seja, a materialização de diferentes objetos em uma dada porção geográfica, conforme indica Puntel (2012) –, entende-se a paisagem como algo sistêmico que carrega e registra a temporalidade e sua relação íntima com as dinâmicas territoriais postas ao longo do tempo. De fato, a paisagem se apresenta como produto e como um sistema (MACEDO, 2002). Como produto, pois resulta de um processo social de ocupação e gestão de um determinado território, e como sistema, uma vez que, em se imprimindo alguma ação sobre ela, ocorrerá reação correspondente, podendo haver alterações parciais ou totais.

A reflexão posta nos permite concluir que a paisagem é apropriada como produto, o qual possui características que passam a ser atraentes para determinados públicos. Nesse sentido, investiga-se a Serra de Maracaju, que possui suas paisagens historicamente pressionadas pelas dinâmicas territoriais (agricultura e pecuária), a fim de se identificarem os elementos formadores de suas paisagens que possam ser utilizados como recursos turísticos para o segmento do turismo de natureza.

Dessa forma, o presente artigo pretende evidenciar as potencialidades das paisagens da Serra de Maracaju visando ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza, uma vez que, de acordo com Lima, Silva e Eichenberg (2015), o turismo pode ser desenvolvido como uma alternativa às dinâmicas produtivas atualmente impostas à Serra de Maracaju: a agricultura e a pecuária.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

O olhar sobre as paisagens: um ato necessário para a identificação de potencialidades do turismo de natureza

Diante da clareza de que, em diversos casos, o desenvolvimento do turismo se apresentou como um processo permeado por impactos negativos em variados aspectos (naturais, sociais e econômicos), acredita-se que seja possível, por meio de planejamento, amenizar seus impactos negativos e maximizar os positivos, propondo uma atividade turística que vise não apenas ao aspecto mercantil.

Dessa maneira, propõe-se, neste artigo, o levantamento das potencialidades das paisagens da Serra de Maracaju para o turismo de natureza, deixando claro que, mesmo que evidenciadas tais potencialidades, isto por si só não é garantia de que este destino tenha pleno potencial turístico, do ponto de vista mercadológico, visto que outras variáveis devem ser elencadas para que tal premissa seja confirmada, como, por exemplo, infraestruturas básicas e turísticas.

É importante ressaltar a intenção exclusiva do levantamento das potencialidades das paisagens como recurso, uma vez que alguns autores criticam a vulgarização do termo "potencial turístico", tendo em vista que existem casos em que um destino é elencado como turístico apenas pelo fato de nele existirem tais recursos turísticos, como belas paisagens e atrativos turísticos naturais ou artificiais, deixando-se de lado outros fatores primordiais para o desenvolvimento da prática turística. Sobre tal fato, Almeida (2006) acredita que a expressão "potencial turístico", muitas vezes, é utilizada de maneira equivocada, em função da compreensão distorcida de seu significado. Para esse autor, o potencial turístico de um destino pode ser entendido em função da existência de condições que permitam a oferta turística, a existência de aspectos normativo-institucionais e ainda de outras variáveis que possibilitem a exploração turística sustentável que visa a sanar uma demanda latente ou atual.

Pesquisas voltadas à avaliação de potencial turístico ainda são escassas, no Brasil, muito em função da falta de discussão desta temática. Soares e Cardozo (2012) destacam a ausência de metodologias eficazes que permitam o planejamento da atividade turística e que possam subsidiar ações de planejamento. No Mato Grosso do Sul (MS), a ausência de pesquisas para identificação de suas paisagens visando à atividade turística se evidencia, e, frente a esta realidade, a pesquisa sobre a Serra de Maracaju é pioneira.

Identificar os potenciais das paisagens de uma determinada localidade para o turismo implica em reconhecer fatores que impulsionariam os turistas a se deslocarem para tais conjuntos cênicos. Nesse sentido, Macedo (2002) indica a importância de se reconhecerem

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

os elementos componentes da estrutura da paisagem, seja o suporte físico ou a vegetação e as variadas formas de ocupação humana, elementos que podem ser alvos de maior ou menor detalhamento, dependendo da escala de abordagem da investigação em questão.

Macedo (2002) elenca, ainda, quatro qualidades definidoras do valor paisagístico de uma determinada localidade: a excepcionalidade, a estética, a afetividade e o simbolismo. Na visão desse autor, essa caracterização da paisagem permite a compreensão e a justificativa dos valores que fazem com que a população, em seu cotidiano, venha a adotar este ou aquele ponto como uma delimitação de uma paisagem significativa.

Conceitualmente, o termo "turismo de natureza" é pauta de discussões e conflitos entre alguns autores que apresentam diferentes concepções acerca do termo. De acordo com os levantamentos bibliográficos realizados, um dos principais motivos para tais conflitos são as diferentes acepções causadas pela tradução dos termos relacionados a esta temática nas línguas estrangeiras para o português do Brasil.

Nesse sentido, nota-se um equívoco quando o turismo de natureza é apresentado como sinônimo de turismo na natureza. O primeiro termo liga-se à natureza como produto para a prática turística, ou seja, o contato com a natureza é vendido como algo exótico ao cotidiano do turista. Já a expressão "na natureza" denota sentido de lugar, ou seja, um conceito de maior amplitude, que pode congregar todos os segmentos de turismo que sejam realizados na natureza, independente dos seus princípios e de sua filosofia, no qual podemos incluir, por exemplo, o ecoturismo. Com relação a esse desacerto de conceitos, Silva explica que

> *A terminologia mais comum para o produto turismo na natureza é bastante diversificada, destacando-se para além desta, as expressões turismo na natureza, turismo natureza, Turismo de Natureza e turismo em espaços naturais. Estes termos são usados tanto como sinónimos, como representando conceitos relativamente distintos. Existe ainda um role de outras expressões que são utilizadas como sinónimos de turismo na natureza, ou estão muito interligados, nomeadamente turismo ecológico, suave, verde, apropriado, de aventura, alternativo, de nichos, discreto, responsável, sustentável, ativo e rural, e ainda ecoturismo e atividades ou desporto na natureza e de aventura (SILVA, 2013, p. 164).*

Sobre o conceito de turismo na natureza, Silva (2013, p. 165) indica que este é constituído por qualquer tipo de turismo em que exista a visitação de territórios prioritariamente naturais, tendo como objetivo a apreciação da natureza, ou, ainda, a prática de atividades e experiências ligadas aos recursos naturais. Este conceito pode ser aplicado como sinônimo de outras expressões utilizadas em idiomas distintos, como, por exemplo: *turismo de naturaleza* (espanhol), turismo de natureza (português/Portugal) e *nature-based tourism* (inglês).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Podemos afirmar, dessa maneira, que o modelo de desenvolvimento e a filosofia/princípios são modeladores daquilo que se define como turismo de natureza. Por meio desta concepção, é possível verificar que, em grande parte, os produtos oferecidos pelo mercado turístico, apesar de serem realizados na natureza, não possuem preocupação com os impactos ambientais negativos gerados (SILVA, 2006).

O turismo de natureza deve ser considerado, então, como a atividade turística na qual a natureza se apresenta como elemento principal, de modo que esta sirva como base para o desenvolvimento da atividade, seja pelo seu aspecto visual/cênico, seja por seu aspecto funcional, podendo haver variação dos interesses, ou seja, pode primar pela aventura/radicalidade, descanso, recreação ou a simples busca pela "volta às origens", não havendo necessariamente a preocupação ambiental, tanto por parte dos turistas, quanto pelos promotores da atividade.

Conforme indica Soldateli (2005), essa relação entre o turismo e a natureza é um fenômeno recente, fruto do interesse global acerca dos temas ambientais, estimulado principalmente pelo movimento ambientalista iniciado no final dos anos 1960. Além disso, esse autor ressalta que é na natureza em que se busca a fuga da artificialidade urbana. É nesta busca da natureza pelo homem que se apoia o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo de natureza.

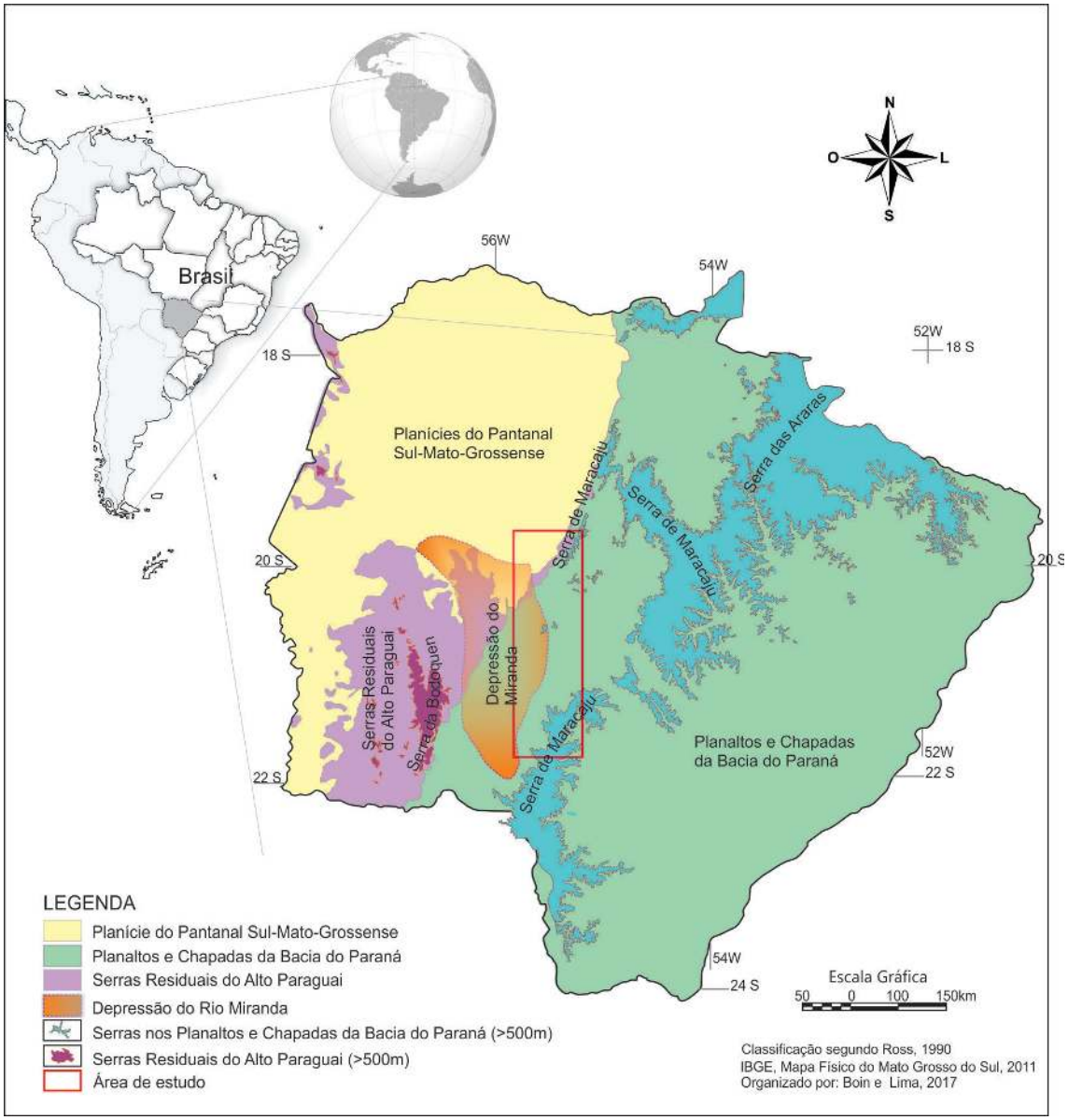
Não menos importante, assim como todas as formas de turismo, o turismo de natureza deve (ou deveria) primar pelo estabelecimento de atividade sustentada por um planejamento prévio e pela estruturação das atividades desenvolvidas pelo segmento, bem como por um adequado manejo dos equipamentos e infraestruturas envolvidas, de maneira que se busque a minimização de impactos negativos aos ambientes onde as atividades são desenvolvidas (LIMA, SILVA, MARTINS, 2016). É nesse contexto que se analisam as paisagens da Serra de Maracaju.

O *desvelar* das paisagens: a contextualização e a localização da área de estudo

A área de estudo focalizada neste artigo está localizada na porção centro-ocidental do estado do Mato Grosso do Sul, na região de Maracaju e Aquidauana. Esta área ocupa 9.950 km², cujas coordenadas do ponto central são -24º 07' 14"S (latitudinais) e 62º 04' 36"W (longitudinais), situado entre os planaltos e chapadas da bacia do rio Paraná, a planície do Pantanal Sul-Mato-Grossense e a depressão do rio Miranda (Figura 1).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 1 – Localização da área de estudo: Serra de Maracaju, estado do Mato Grosso do Sul.
Fonte: Autores, 2017.



Na paisagem da área de estudo, o relevo apresenta diferentes aspectos morfológicos relacionados às diferentes unidades morfoestruturais e morfoesculturais que a compõem. Em sua porção noroeste, está representada a bacia sedimentar quaternária do Pantanal, com relevo monótono plano, composta de depósitos aluvionares de ambiente continental fluvial, baixa declividade baixa (0 a 8%), altitude entre 100 e 200 metros, coberta por uma grande quantidade de lagoas e corpos d´água, com padrão de drenagem distributivo. Composta de solos, gleissolos háplicos, plitossolo argilúvico e planossolo háplicos (IBGE, 2007), tem como cobertura uma variada fisionomia vegetal representada pelas savanas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

florestadas, savanas gramíneo-lenhosas, savanas arborizadas, savanas parque e florestas estacionais semideciduais aluviais (IBGE, 2012).

Quanto ao uso dessa área, a atividade predominante é a pecuária. O clima dessa porção do estado do Mato Grosso do Sul é concebido por Zavattini (2009) como controlado por massas equatoriais e tropicais, alternadamente seco e úmido, com participação efetiva da massa tropical continental e, esporadicamente, da equatorial continental, que, em face das suas expressivas extensões de áreas úmidas, indicam um clima quente e úmido, com pluviosidade entre 1.000 e 1.200 mm anuais e temperaturas que variam de 0°C a 35°C, entre as estações de inverno e de verão.

Entre as porções noroeste e nordeste, uma estreita faixa de rochas metamórficas do grupo Cuiabá, representando a Faixa Paraguai, neoproterozoico (Figura 1), marca a divisão das bacias sedimentares do Pantanal com a do Paraná (LACERDA FILHO et al., 2006), sendo esta porção do estado destacada pelo excepcional contraste entre os relevos das duas bacias. Nesta área, o seguimento da Serra de Maracaju, de direção SSW-NNE, é sustentado pelas rochas areníticas das formações Furnas e Aquidauana, da era proterozoica, compondo unidade morfoestrutural de degraus estruturais e rebordos erosivos, como indicam Lacerda Filho et al. (2006), e unidades morfológicas de padrões tabulares (escarpas, morros testemunhos, mesetas).

A declividade desta área varia de 8% a maior que 75%, e as altitudes atingem os 685 metros de altura. Os rios desta porção apresentam padrão subdendrítico, e, em geral, são encaixados em planícies restritas. Já os solos estão representados pelos argissolos vermelhos, argissolos vermelho-amarelos e latossolos vermelhos. Associados às áreas declivosas, ocorrem os neossolos litólicos chernossólicos, e, nos fundos de vale, os gleissolos háplicos (IBGE, 2007). A vegetação nativa associada a esta porção é a savana florestada (IBGE, 2012). O uso da terra é menos intenso, nesta área, sendo observado ali um índice de conservação da vegetação nativa muito expressivo.

Climaticamente, segundo Zavattini (2009), a região de Aquidauana e Miranda é controlada por massas tropicais e polares, com climas subtropical e úmido, com predomínio da massa polar atlântica e participação efetiva da massa tropical continental. Nesta unidade, os níveis pluviométricos variam entre 1.200 a 1.300 mm anuais, tendo, nas porções mais baixas do relevo, um clima abafado, enquanto que, nas áreas de maior altitude, há um clima ventilado.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Já o seguimento da Serra de Maracaju localizado a sudeste da área (Figura 1) compreende as rochas do grupo São Bento, jurássico-cretáceo, composta das formações Botucatu, sedimentos continentais eólicos e a Serra Geral, rocha ígnea de composição básica, constituindo jazimento do tipo *intertrap* entre as duas formações. Esta condição de alternância de *traps* e *intertraps,* com consequente recristalização dos sedimentos areníticos, origina maior resistência erosiva às rochas, proporcionando a sustentação do relevo da Serra de Maracaju, nesta porção. Assim, seu relevo é composto de degraus estruturais, rebordos erosivos e, ainda, chapadas e platôs (LACERDA FILHO et al., 2006).

A declividade varia de 8% a maior que 75%, e as altitudes, um pouco menores que na porção nordeste, atingem os 600 metros. Os rios apresentam padrão subdendrítico, com um maior controle estrutural que na porção nordeste, e, em geral, também são encaixados, apresentando planícies restritas. Os solos estão representados pelos latossolos vermelhos e vertissolos háplicos carbonáticos, sendo que, associados às áreas declivosas, ocorrem os neossolos litólicos eutróficos, e, nos fundos de vale, os neossolos quartzarênicos hidromórficos (IBGE, 2007). A vegetação nativa associada a essa porção são a savana florestada e a floresta estacional semidecidual aluvial (IBGE, 2012). O uso da terra, especialmente no rebordo da serra, é menos intenso, sendo observado, nesta área, um grau de conservação da vegetação nativa muito expressivo.

Climaticamente, segundo Zavattini (2009), essa região é controlada por massas tropicais e polares, com climas subtropical e úmido, com atuação equilibrada da massa tropical atlântica e a polar atlântica, sendo esta unidade denominada pelo referido autor como "Planalto Divisor da Serra de Maracaju". Os índices pluviométricos desta unidade podem chegar até os 2.000 mm anuais, e o clima apresenta maior instabilidade climática que a unidade de Aquidauana e Miranda.

Na porção central da área de estudo, as rochas das formações Aquidauana, grupo Itararé do Período Permiano e Serra Geral do grupo São Bento Jurássico, de acordo com Lacerda Filho et al. (2006), proporcionam um relevo arrasado, monótono, composto de superfícies aplainadas retocadas ou degradadas, domínio de morros e serras baixas, domínio de colinas amplas e suaves, planaltos e expressivas planícies de inundação nos principais rios. Deve-se apontar que, nesta porção central, a faixa oeste corresponde à depressão do rio Miranda (Figura 1). A declividade predominante, nessa área, é de 0% a 20%, e a altitude varia de 200 a 400 metros de altura.

Os rios sobre as extensas planícies são meandrantes, podendo ocorrer terraços fluviais em áreas laterais aos cursos d´água com surgência do lençol freático regional. Os

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

solos estão representados pelos latossolos vermelhos, argissolos vermelho-amarelos e, associados aos corpos d´água, os solos gleissolos háplicos, neossolo quartzarênico órtico, neossolo quartzarênico hidromórfico e plintossolo argilúvico. A vegetação nativa existente nesta área restringe-se à floresta estacional semidecidual fluvial, pois o uso intensivo das áreas mais planas suprimiu quase por completo a vegetação primitiva. Climaticamente, essa porção corresponde, ainda, à Unidade Climática de Aquidauana Miranda, descrita na porção nordeste.

Analisar os aspectos físicos da área de estudo é uma etapa importante desta investigação, uma vez que, partindo-se dos aspectos litológicos – ou seja, atentando-se às rochas que estruturam as paisagens da Serra de Maracaju –, é possível interpretar e compreender o conjunto de elementos que se incorporam de maneira sistêmica na conjuntura das unidades de paisagens encontradas na área pesquisada. Nesse sentido, o olhar empreendido em campo e a construção cartográfica subsidiam as análises acerca das características físicas da serra e, consequentemente, a investigação de suas potencialidades para o turismo de natureza.

O saber fazer, a metodologia, as técnicas e os procedimentos

Buscando compreender como as paisagens da Serra de Maracaju se apresentam como potenciais para o turismo de natureza, descreveremos, a seguir, de que maneira o olhar empreendido nos trabalhos de campo, em consonância com a construção cartográfica, pode auxiliar nesta investigação. Nesse sentido, o trabalho de campo, como procedimento amparado por técnicas e materiais, pode ser atrelado à produção cartográfica de maneira que, sistemicamente, seja possível verificar as interações entre os elementos dessas paisagens, possibilitando vislumbrar seu uso para atividades turísticas ligadas ao turismo de natureza.

Neste estudo, a compreensão das paisagens se baseou nos pressupostos teóricos de Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007), a partir dos quais, diante dos diferentes enfoques de investigação paisagística apresentados, se adotou a análise estrutural das paisagens da Serra de Maracaju por meio da identificação dos diferentes elementos que a formam: a litologia, o relevo, o solo, a vegetação, os recursos hídricos e o clima. Diante disto, os trabalhos de campo realizados na Serra de Maracaju permitiram a coleta de informações sobre os diferentes elementos componentes das paisagens, consequentemente ligando suas características com as atividades do turismo de natureza, que possuem diferentes níveis de potencialidade.

Dessa forma, para a delimitação da área de estudo, foram realizados trabalhos de campo preliminares na Serra de Maracaju, de modo que se pudesse observar onde estavam

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

as paisagens mais significativas para o turismo de natureza. Além dos trabalhos de campo, houve o auxílio das cartas topográficas que compreendem a serra, elaboradas pelo Ministério do Exército/Departamento de Engenharia e Comunicação/Divisão de Serviço Geográfico. A observação da representatividade da serra se deu em função de seus aspectos físicos, principalmente em função do relevo e da vegetação, ou seja, dos aspectos mais visíveis das suas paisagens.

Após os levantamentos preliminares, optou-se pela delimitação da área de estudo por meio da junção de três cartas topográficas: (Folha SF.21-X-A-III) de Aquidauana, (Folha SF.21-X-A-VI) de Ribeirão do Taquaruçu e (Folha SF.21-X-C-III) de Nioaque (MS), na escala 1:100.000, abrangendo uma área de aproximadamente 8.650,000 km².

Após a delimitação da área de interesse, os trabalhos de campo se tornaram procedimentos de suma importância para a identificação e a compreensão das paisagens encontradas nessas porções. Amparados pelos referenciais de Cruz (2002) e Lakatos e Marconi (2003), buscamos organizar tais atividades de maneira que possibilitassem uma maior interação com o fenômeno em questão, neste caso, as paisagens e suas potencialidades para o turismo de natureza.

Sendo assim, o primeiro passo foi realizar levantamentos bibliográficos acerca das características físicas da serra, bem como sua contextualização em relação aos usos das terras realizados ao longo de sua extensão, levantamentos estes que tiveram como base Zavattini (2009), Tsilfidis e Soares e Filho (2009), Mato Grosso do Sul (2009) e Lacerda Filho et al. (2006). Durante os procedimentos de campo, foram coletados pontos de GPS (*Global Positioning System*), realizados registros fotográficos, leituras de cartas topográficas e paradas estratégicas para discussões, preenchimentos de fichas técnicas e conferências de dados secundários das cartas temáticas.

Sobre os materiais utilizados no levantamento de campo, indica-se o uso do GPS de navegação Garmin Etrex de 12 canais. Outros materiais utilizados na investigação de campo foram equipamentos para registro fotográfico (câmeras fotográficas e celulares). Com relação às fotografias, o trabalho foi amparado pelas recomendações de Justiniano (2005) e Lins e Steink (2014). Os registros fotográficos totalizaram mais de três mil fotografias.

Além dos trabalhos de campo, na interpretação das paisagens da Serra de Maracaju, buscou-se a construção de cartas temáticas sobre os componentes que estruturam suas paisagens. Para a realização de tal construção, os levantamentos teóricos de Santos (2004), Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007), Colavite e Barros (2009) e Rosa (2011) auxiliaram

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

na compreensão da importância da cartografia nos estudos de paisagem, bem como a forma que estas cartas deveriam ser elaboradas e a relevância da confiabilidade dos dados secundários levantados.

Nesta investigação da Serra de Maracaju, buscou-se o aporte de alguns SIGs (Sistemas de Informações Geográficas). Para o desenvolvimento da base cartográfica e a correção de informações, foi utilizado o QGIS 2.14, o ArcView GIS 10.2 e o programa gráfico Corel Draw x6, que auxiliou no refinamento do *layout* das cartas, permitindo um enriquecimento das informações apresentadas, tais como textos, legendas, fotografias e figuras, entre outros elementos.

Com relação às fontes de dados, tomamos como referência os dados oferecidos por fontes de instituições que disponibilizavam informações, averiguando-se, entretanto, a qualidade de tais dados, de maneira que possibilitassem a construção de material cartográfico confiável.

A obtenção de dados sobre litologia e relevo foi possível por meio do acesso ao banco de dados do GEOBANK do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) do ano de 2008, na escala de 1:250.000. No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível obter os dados referentes à vegetação do ano de 2015, que foram disponibilizados na escada de 1:250.000. Para o desenvolvimento da carta de declividade, utilizaram-se imagens *raster* SRTM, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), das folhas 20S57 e 21S57, com resolução de 30, disponibilizadas pelo sistema Topodata a partir de 2011.

É importante lembrar que, quando necessário, foram realizados alguns ajustes nos dados obtidos, como, por exemplo, nos dados de massas d'água do estado de Mato Grosso do Sul, além da construção do *shape* das áreas urbanas presentes na área pesquisada. Tais ajustes propiciam uma maior veracidade dos dados e qualidade das cartas elaboradas. Além disso, os trabalhos de campo auxiliaram na correção de dados que se apresentavam com falhas em relação à realidade observada *in loco*. As construções das cartas temáticas se deram na escala de 1:250.000.

Apresentadas as considerações acerca dos trabalhos de campo e da construção cartográfica, indica-se que, apesar de constituírem procedimentos diferentes, ambos se complementam, de maneira que, ao final da pesquisa, possibilitaram a compreensão das paisagens encontradas nessas porções da Serra de Maracaju, auxiliando na determinação das potencialidades para o turismo de natureza. É importante ressaltar que os trabalhos de campo auxiliaram na construção cartográfica, assim como as cartas temáticas possibilitaram a realização de análises, durante a execução dos trabalhos de campo.

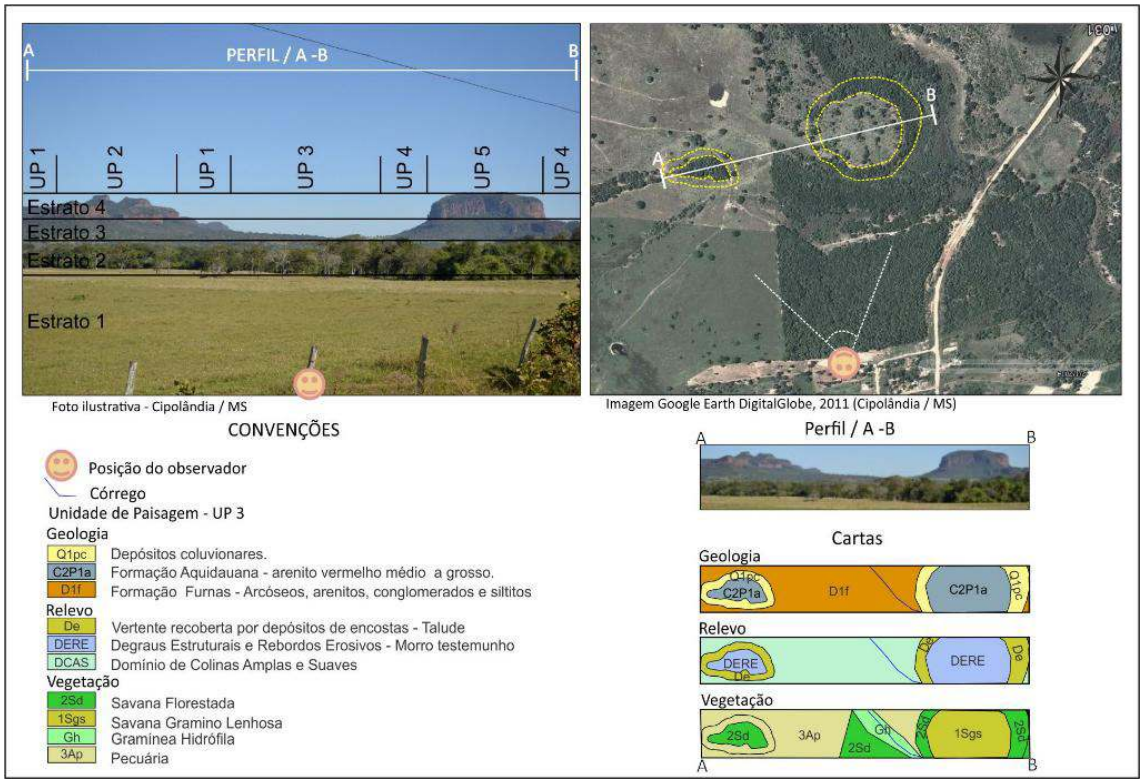
Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Mediante isso, na análise das paisagens, foram levados em consideração os pressupostos apresentados por Santos (2004), Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007), Azevedo, Steinke e Leite (2014) e Rosa (2011), que subsidiaram a maneira pela qual os trabalhos de campo e a cartografia poderiam revelar tais potenciais das paisagens.

Esta relação entre o olhar imprimido nos trabalhos de campo e a cartografia possibilita a compreensão das paisagens em diferentes níveis de observação, uma vez que, considerando-se as paisagens como porções homogêneas do espaço, o olhar que o pesquisador tem na observação de campo é realizado em uma escala de maior detalhamento, podendo fragmentá-la ainda mais. Já produtos cartográficos estão relacionados com sua resolução espacial, que proporciona diferentes níveis de informações e detalhamento de um determinado fenômeno, possibilitando, assim, a elaboração de produtos finais que contemplem os objetivos de uma determinada pesquisa.

A capacidade em adequar as informações, tanto as cartográficas quanto as de campo, possibilita uma melhor compreensão acerca das paisagens observadas, de maneira que permite a observação tanto vertical, quanto horizontal do fenômeno estudado, conforme mostra a Figura 2, neste caso, a investigação das potencialidades das paisagens da Serra de Maracaju para o turismo de natureza.

Figura 2 – A relação entre o olhar e a cartografia, a conjunção de técnicas. Fonte: Autores, 2017.



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A partir dos levantamentos realizados e tomando como base as propostas de Ross (1994) e Amaral e Ross (2009), foi construída a carta de potencialidades para o turismo de natureza, na área de estudo. Para tal elaboração, foi necessário estabelecer pesos de relevância para cada elemento das diferentes cartas temáticas criadas. O critério utilizado para estabelecer tais pesos levou em consideração as coletas de informações e as observações realizadas em campo, bem como foram levados em conta os referenciais bibliográficos acerca das características dos elementos do meio físico e sua relação com o turismo de natureza. A relação dos fatores que foram analisados pode ser observada no Quadro 1.

Enquanto Ross (1994) e Amaral e Ross (2009) estabelecem uma relação de pesos dos elementos que estruturam a paisagem para designar diferentes graus de fragilidade ambiental, a proposta deste estudo se desenvolve de maneira inversa: designar pesos aos elementos que incidam relevância para o turismo de natureza e, consequentemente, possibilitar a estruturação de diferentes níveis de potencialidades para este segmento turístico nas referidas áreas em questão. Os elementos presentes no Quadro 1 representam aqueles de maior influência no desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza, de maneira que as especificidades do uso da terra/vegetação, relevo, geologia e declividade apresentem características específicas para desenvolver diferentes atividades ligadas a este segmento turístico.

Quadro 1 – Fatores e elementos de análise para a determinação dos graus de importância para o turismo de natureza. Fonte: Autores, 2017.

FATORES DE ANÁLISE	ELEMENTOS
Uso da terra/vegetação	Densidade da cobertura vegetal.
Relevo	Compartimentação de relevo.
Geologia	Resistência ao intemperismo e à erosão.
Declividade	Faixa de maior declividade.

Com relação aos pesos dados aos elementos dos componentes da paisagem, visando a construir os índices de potencialidade para o turismo de natureza, utilizaram-se os critérios presentes nos quadros 2, 3, 4 e 5, apresentados a seguir.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Quadro 2 – Graus de potencialidade de acordo com a presença de vegetação nativa, de acordo com o uso da terra. Fonte: Autores, 2017.

GRAUS DE POTENCIALIDADE	TIPOS DE USO DA TERRA/COBERTURA VEGETAL (OCORRÊNCIAS NA ÁREA DE ESTUDO)
1 – Muito baixo	Cobertura antropizada (influência urbana, pecuária, agricultura, com culturas cíclicas).
2 – Baixo	Savana arborizada com e sem floresta de galeria.
3 – Médio	Savana parque sem floresta de galeria; savana gramíneo lenhosa sem floresta de galeria; corpos d´água.
4 – Alto	Floresta estacional semidecidual aluvial.
5 – Muito alto	Savana florestada.

Quadro 3 – Graus de potencialidade de acordo com a compartimentação do relevo. Fonte: Autores, 2017.

GRAUS DE POTENCIALIDADE	TIPOS DE RELEVO (OCORRÊNCIAS NA ÁREA DE ESTUDO)
1 – Muito baixo	Planalto; chapadas e platôs.
2 – Baixo	Superfícies aplainadas retocadas ou degradadas.
3 – Médio	Superfícies aplainadas conservadas; planícies fluviais ou fluviolacustres.
4 – Alto	Domínio de morros e serras baixas.
5 – Muito alto	Escarpas serranas; degraus estruturais e rebordos erosivos; domínio de colinas amplas e suaves.

Quadro 4 – Classes de potencialidades ao turismo de natureza de acordo com as unidades litológicas. Fonte: Autores, 2017.

GRAUS DE POTENCIALIDADE	UNIDADES LITOLÓGICAS (OCORRÊNCIAS NA ÁREA DE ESTUDO)
1 – Muito baixo	Granito taboca (rocha ígnea).
2 – Baixo	Formação Botucatu – arenitos finos a grossos (ambiente eólico).
3 – Médio	Formação Pantanal – fácies depósitos aluvionares (leque de dejeção); depósitos aluvionares (continental fluvial).
4 – Alto	Aquidauana arenitos médios a grossos, siltitos, folhelhos e arenito fino laminado (ambiente continental fluvial e lacustre); Serra Geral (rocha ígnea básica em traps e intertraps com os arenitos eólicos da Formação Botucatu); grupo Cuiabá xistos e filitos (rocha metamórfica).
5 – Muito alto	Formação Furnas arcósios grossos imaturo, arenito médio, grosso a conglomerático, argilitos, siltitos. Ambiente fluvial a transicional com delta de rios entrelaçados e litorâneos.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Quadro 5 – Classes de potencialidades de acordo com os tipos de compartimentações do relevo associadas às declividades (obtidas pela imagem SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission***, 2011) da área de estudo. Fonte: Autores, 2017.**

GRAUS DE POTENCIALIDADE		TIPOS DE RELEVO/DECLIVIDADE (EMBRAPA, 1979) (OCORRÊNCIAS NA ÁREA DE ESTUDO)
	1 – Muito baixo	Relevo plano (0 a 3% decl.); relevo suavemente ondulado (3,01 a 8,0% decl.).
	2 – Baixo	----------
	3 – Médio	Relevo ondulado (8,01 a 20% decl.); relevo fortemente ondulado (20,01 a 45% decl.).
	4 – Alto	----------
	5 – Muito alto	Relevo montanhoso (45,01 a 75%); fortemente montanhoso (> 75% decl.).

Após o estabelecimento dos pesos de cada elemento componente das cartas temáticas, o processo de criação da carta de potencialidades foi realizado no *software* ArcView GIS 10.2, fazendo-se necessária a transformação dos *layers* vetoriais criados para cada temática para o formato *raster*, tendo em vista que esta disposição dos *layers* permitiu sua reclassificação, realizada por meio da função *reclass*. Neste procedimento, as tabelas de pesos foram utilizadas para estabelecer o referente valor para cada variável no *software*.

Realizada a etapa de reclassificação de cada *layer*, utilizou-se a função *weighted overlay layer*, que possibilita a sobreposição das camadas selecionadas de acordo com os pesos previamente delimitados no processo de reclassificação. A realização desta etapa resultou na carta de potencialidades em formato *raster*, que, na sequência, foi transformada em polígonos. Após a geração do *layer* de potencialidades, finalizou-se o processo de criação da carta no *software* Corel Draw x7, que possibilitou ajustes na figura para uma melhor apresentação das informações indicadas pela carta.

Diante de tais explanações, indica-se que o conjunto metodológico, de técnicas e procedimentos apresentados possibilita a investigação dos elementos físicos que compõem as paisagens ao longo da área pesquisada, bem como permite avaliar o potencial de tais conjuntos paisagísticos para o desenvolvimento de atividades do turismo de natureza, uma vez que, por meio da interpolação das informações levantadas em campo com os dados especializados por meio da cartografia, é possível identificar quais unidades de paisagem possuem maior aptidão para o desenvolvimento deste segmento turístico. Desta forma, apresentamos, a seguir, as características físicas da área de pesquisa, relacionando tais atributos com a possibilidade do desenvolvimento do turismo de natureza nestas porções.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Resultados e considerações: em busca de uma síntese

Considerando que os estudos acerca da Serra de Maracaju, no estado de Mato Grosso do Sul, ainda são escassos, o desenvolvimento desta pesquisa requisitou um aprofundamento teórico sobre as temáticas que permeiam o levantamento das potencialidades das paisagens que compreendem esta serra. Sendo assim, o aporte em bibliografias que discorrem sobre a paisagem, a atividade turística, o segmento do turismo de natureza e as informações sobre a Serra de Maracaju foram fundamentais para subsidiar as análises que seguem.

Por meio do fortalecimento bibliográfico e da aplicação metodológica, discorremos sobre as paisagens reveladas na área de estudo, as quais, em função das múltiplas conjunturas estabelecidas pela relação sistêmica de seus elementos físicos, mostram feições diferentes ao longo da serra. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, os levantamentos realizados acerca da litologia, do relevo, da declividade e da vegetação encontrados na porção da área de estudo.

Quanto à litologia, indica-se que a resistência das rochas determina os relevos dispostos ao longo da Serra de Maracaju, de maneira que as formações Furnas e Aquidauana, localizadas na parte norte da área de estudo, totalizando uma área de 2.880,31 km² (Figura 3), estruturam o relevo escarpado destas paisagens encontradas no município de Aquidauana (MS), oferecendo alto potencial para o turismo de natureza. Em uma zona de transição entre as bacias do Pantanal e do Paraguai, a formação Cuiabá, que compreende 374,64 km², estrutura as feições do flanco da Serra de Maracaju da porção norte, oferecendo paisagens permeadas por escarpas.

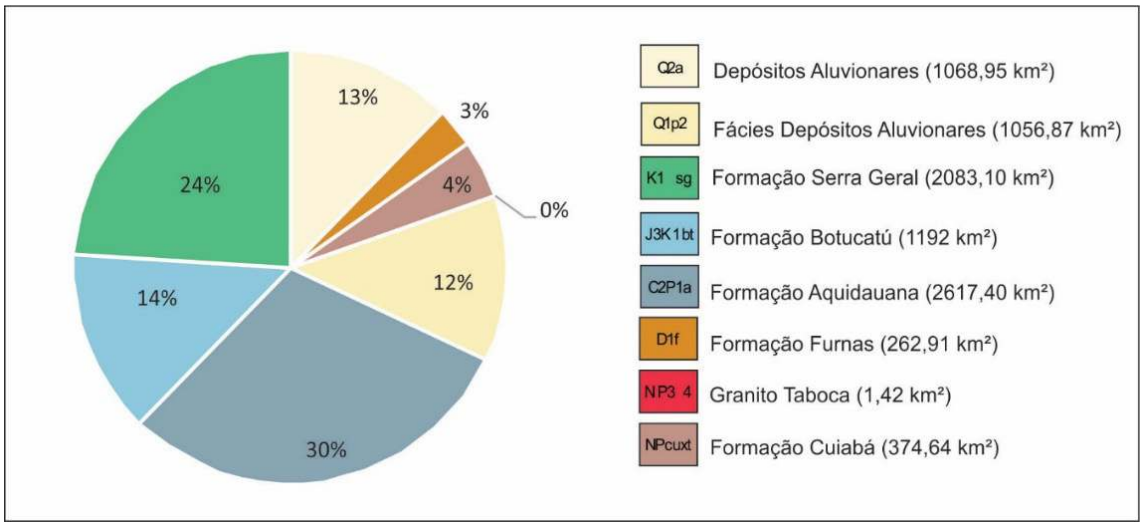
Em contrapartida, apesar da menor resistência oferecida pelas rochas basálticas da formação Serra Geral, destaca-se a existência de faixas de *traps* e *intertraps* da formação Botucatu com a formação Serra Geral – formações que totalizam um total de 3.275,10 km² (Figura 3) –, na parte sul da serra, nas imediações do município de Nioaque (MS), desdobrando-se em relevos fortemente ondulados, podendo ser aproveitados pelo turismo de natureza, tanto em relação às características do relevo, quanto na ocorrência de áreas de vegetação nativa preservada. Dessa maneira, indica-se que essas formações localizadas nas partes norte e sul da área de estudo estruturam as paisagens com maior potencial para o turismo de natureza.

Foi identificada, ainda, a presença de depósitos aluvionares e fácies depósitos aluvionares, encontrados a noroeste na porção do Pantanal e ao longo dos cursos d'água dispostos na área de estudo, abrangendo uma área de 2.125,82 km² (Figura 3), formações estas que correspondem ao período do quaternário, apresentando relevos planos e concentrações

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de áreas úmidas. Para o turismo de natureza, estas áreas podem ser aproveitadas em função de suas paisagens singulares e apelo cênico. Já a ocorrência do granito taboca, na área de estudo, é muito pequena, aproximadamente 1,42 km² (Figura 3), representando pouca influência em atividades para o turismo de natureza nestas áreas.

Figura 3 – Quantificação das unidades litológicas da área de estudo. Fonte: LIMA, 2017.



Compreendidas as litologias que sustentam as paisagens da área de estudo, passa-se à análise dos relevos encontrados nessas porções da Serra de Maracaju. Com relação ao turismo de natureza, os relevos que mais apresentam possibilidades para o desenvolvimento de atividades ligadas a este tipo de turismo foram encontrados nas faixas norte/nordeste, próximas ao município de Aquidauana, onde estão presentes os degraus estruturais e os rebordos erosivos, o domínio de colinas amplas e suaves, as escarpas serranas e o domínio de morros e serras baixas (Figura 4), e na porção ao sul/sudeste, no município de Nioaque, onde também se destacam os degraus estruturais e os rebordos erosivos e o domínio de colinas amplas e suaves.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 4 – Paisagem permeada pelo relevo de domínio de morros e serras baixos registrado no município de Aquidauana (MS). Fonte: SILVA, 01/07/2016.



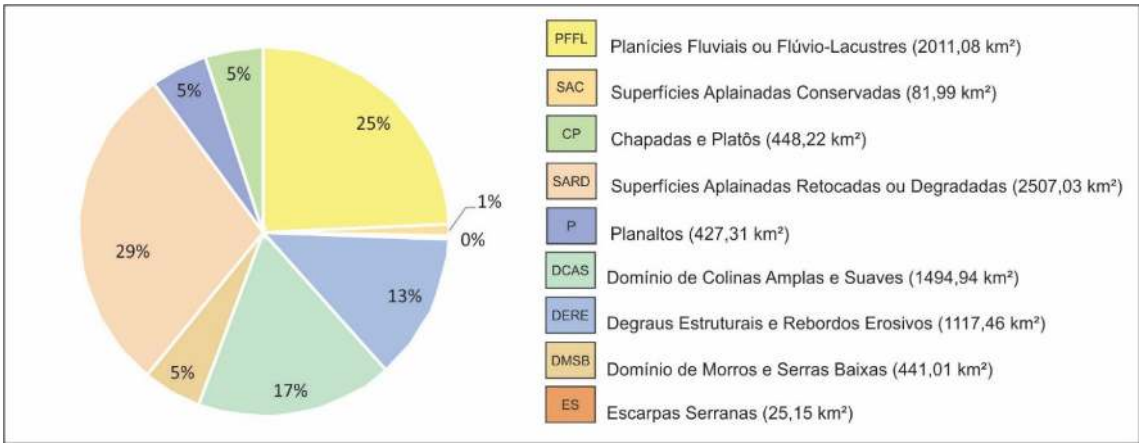
O conjunto desses relevos totaliza uma área de 3.078,56 km² (Figura 5), onde, permeadas por morros testemunhos, escarpas e chapadas, tais paisagens denotam importância cênica para o turismo de natureza, ressaltando que estes tipos de relevos privilegiam a ocorrência de concentrações de vegetação nativa conservada, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de atividades voltadas a este segmento turístico.

Outros tipos de relevo evidenciados na área de estudo foram as planícies fluviais ou fluviolacustres e as superfícies aplainadas conservadas, que abrangem 2.093,07 km² (Figura 5), podendo ser encontradas nas porções noroeste da área pesquisada, iniciando-se nas planícies pantaneiras e ramificando-se para diversos trechos da Serra de Maracaju, geralmente acompanhando os cursos hídricos. As paisagens onde ocorrem esses relevos possuem áreas sobre pressão da pecuária, entretanto, apresentam cenários paisagísticos singulares, pautados pela ocorrência de rios e outros corpos d'água, como lagoas e banhados, e oferecem, dessa forma, possibilidades de uso para práticas do turismo de natureza.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Já as superfícies aplainadas retocadas ou degradadas, que compreendem a maior parte da área de estudo (centro e sudeste), estendem-se por 2.507,03 km² (Figura 5), entre os municípios de Aquidauana e Nioaque, e, juntamente com a área de planalto, que corresponde a 427,31 km² (Figura 5), e as chapadas e platôs localizados na parte sudeste da área de estudo, com aproximadamente 448,22 km², apresentam as paisagens com menor potencial para o turismo de natureza, haja vista a grande pressão exercida por atividades voltadas à pecuária e à agricultura, limitando as possibilidades de desenvolvimento deste segmento turístico.

Figura 5 – Quantificação das unidades de relevo da área de estudo. Fonte: LIMA, 2017.



Além dos relevos, analisaram-se as declividades encontradas na área pesquisada. Nesta concepção, as paisagens com maiores potencialidades para o turismo de natureza foram encontradas nas porções norte/nordeste e sul da área de estudo, que apresentam declividades acima de 45%, compreendendo aproximadamente 70,34 km² desta área (Figura 6). Indica-se que as paisagens estabelecidas em relevos com essas declividades dispõem da ocorrência de escarpas (Figura 7) e morros testemunhos, visto a característica montanhosa dessas porções. Diante de tal fato, apontamos tais porções como áreas de muito alto potencial para o turismo de natureza, vide os seus aspectos cênicos, bem como a possibilidade de uso de suas características físicas para o desenvolvimento de atividades deste segmento turístico.

Já os pontos onde o relevo apresenta declividades entre 8,01 e 45 % podem ser considerados como áreas de transição entre os relevos planos e montanhosos. Essas porções se localizam no entorno das áreas de maior declividade citadas anteriormente, compreendendo uma área de 1.320,36 km² (Figura 6), que se caracteriza por seu relevo ondulado, podendo oferecer possibilidades para o turismo de natureza, além de possuir áreas privilegiadas pela ocorrência de vegetação nativa preservada.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Em contrapartida, as áreas compreendidas pelo relevo plano, de declividade entre 0 e 8% – ou seja, a declividade dominante na área de estudo –, que correspondem a 7.252,91 km² (Figura 6), em função de suas características, possuem maior aptidão para atividades agropecuárias, dificultando, assim, a inserção do turismo de natureza nestas porções.

Figura 6 – Quantificação das declividades da área de estudo. Fonte: LIMA, 2017.

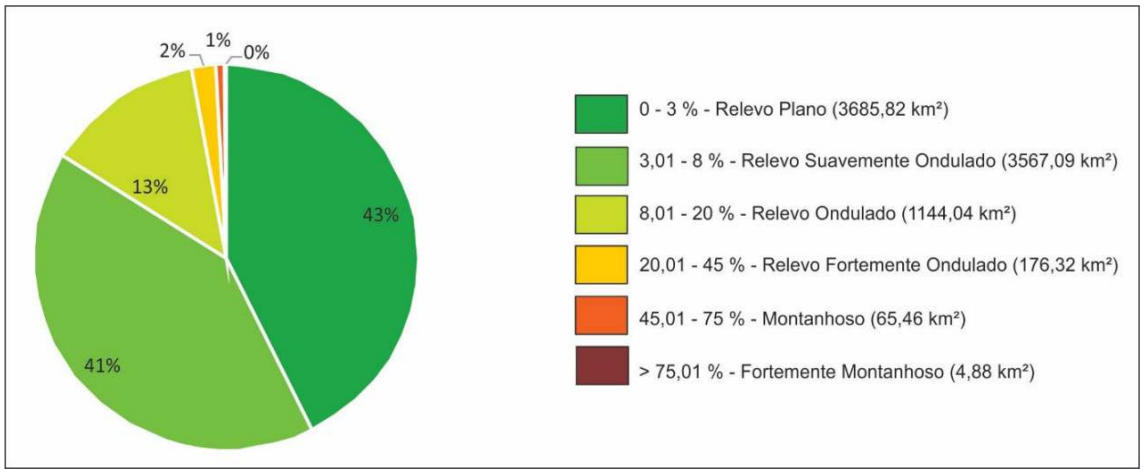


Figura 7 – Escarpas localizadas na porção norte do município de Aquidauana (MS). Fonte: LIMA, 30/06/2016.



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

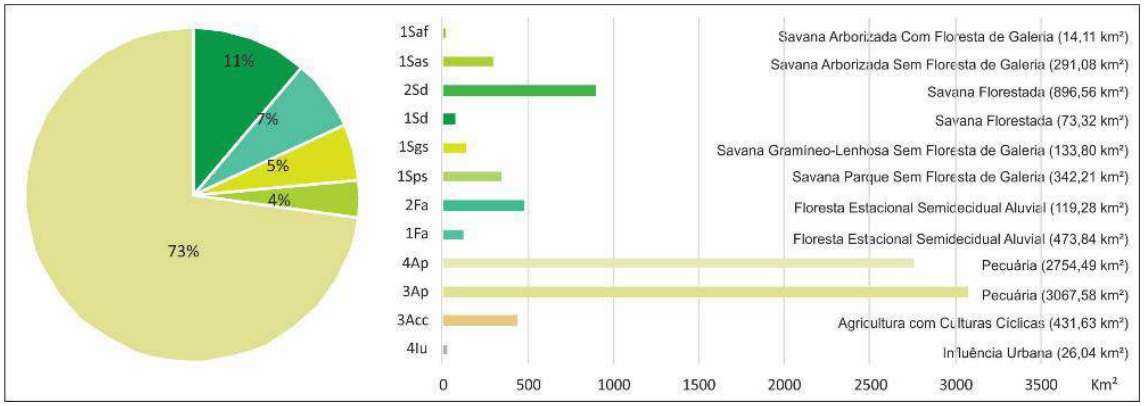
Com relação às vegetações encontradas na área de estudo, nota-se a relação de sua conservação com os relevos de maior declividade ao longo da serra. Diante de tal fato, identificou-se a concentração das savanas florestas nas porções norte/nordeste, no município de Aquidauana, e na porção sul, no município de Nioaque, cobrindo uma área de 971,90 km² da área de estudo (Figura 8). Nesse sentido, estas porções foram avaliadas como as de maior conservação de vegetação nativa na área de estudo e as que, consequentemente, apresentam maiores potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza (Figura 9).

Outra unidade de vegetação encontrada na área da pesquisa foram as florestas estacionais semideciduais aluviais, compreendendo 593,12 km² (Figura 8), localizadas ao longo dos cursos d'água da Serra de Maracaju, denotando sua potencialidade para o turismo de natureza em atividades de recreação e aventura que possuam ligação com recursos hídricos.

Na porção norte da área de estudo, onde se localizam as planícies pantaneiras, foram identificadas as savanas parque, gramíneo lenhosas e arborizadas, que totalizam 781,20 km² (Figura 8), onde, associadas ao relevo plano, também sofrem pressão da atividade pecuária. Entretanto, estas unidades de vegetação resistem, em grande parte, por conta das características hídricas destas áreas, compreendidas pela ocorrência de banhados e lagoas.

Já as porções onde predomina a inexistência de vegetação nativa são entendidas como áreas de influência urbana, que compreendem a maior parte da área de estudo, ocupando 6.279,77 km² (Figura 8). O predomínio da pecuária e da agricultura limita a inserção do turismo de natureza nessas porções, podendo servir apenas como base para o desenvolvimento de turismo rural. Já as áreas urbanas podem ser associadas como estrutura de apoio para os praticantes deste segmento turístico.

Figura 8 – Quantificação das unidades de vegetação da área de estudo. Fonte: LIMA, 2017.



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

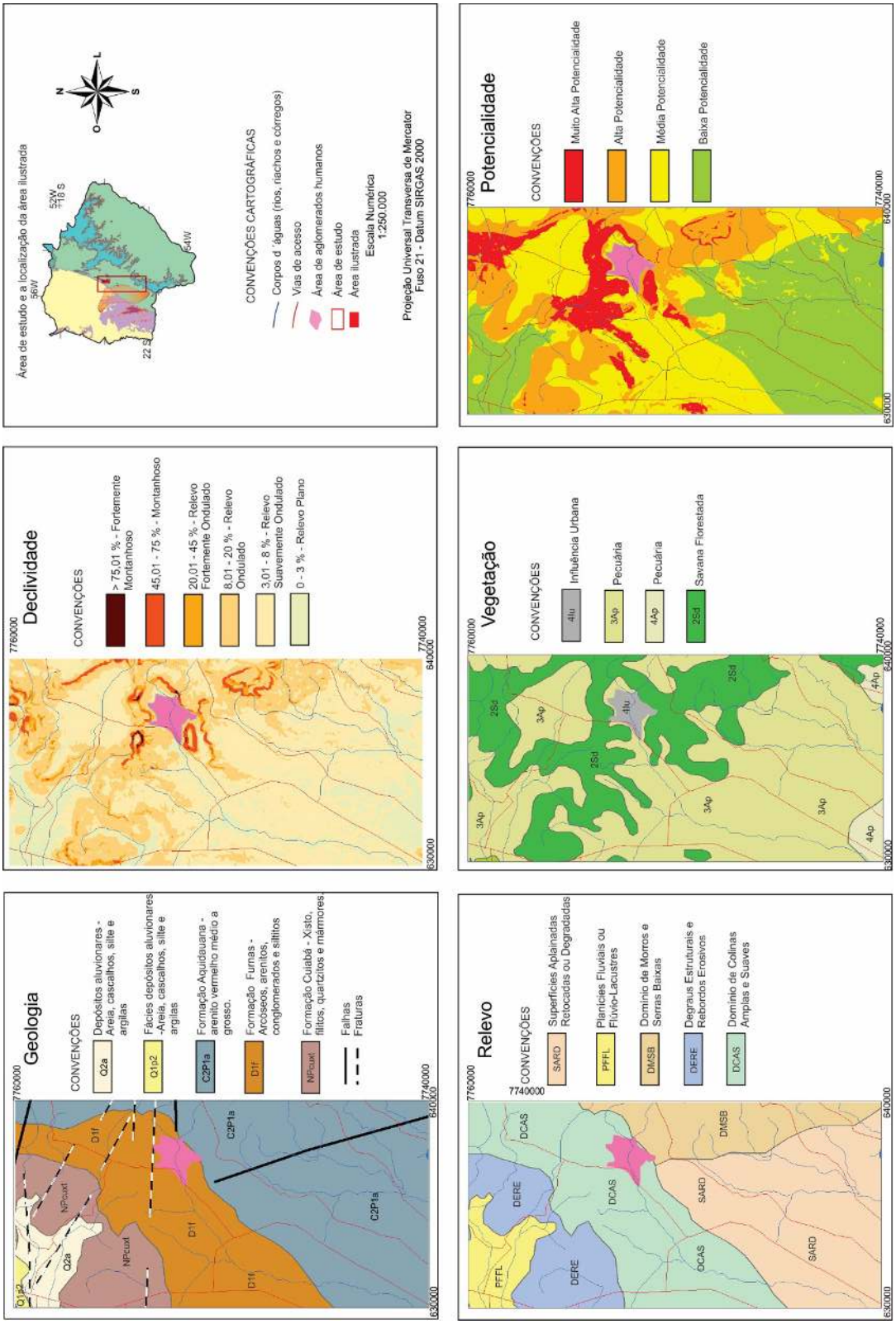
Figura 9 – Fragmentos de savana florestada encontrados no alto da Serra de Maracaju, na porção do município de Nioaque (MS). Fonte: LIMA, 20/10/2016.



Por meio da análise das litologias, dos relevos, das declividades e das vegetações encontradas na área de estudo, percebe-se a ligação sistêmica entre ambos os elementos, visto que as características averiguadas de cada um deles estão refletidas nas paisagens encontradas na serra, ou seja, a sobreposição destes elementos formam as paisagens da Serra de Maracaju, que apresentam diferentes níveis de potencialidades ao longo de sua extensão, conforme pode ser observado nas porções localizadas ao norte (Figura 10) e ao sul da serra (Figura 11).

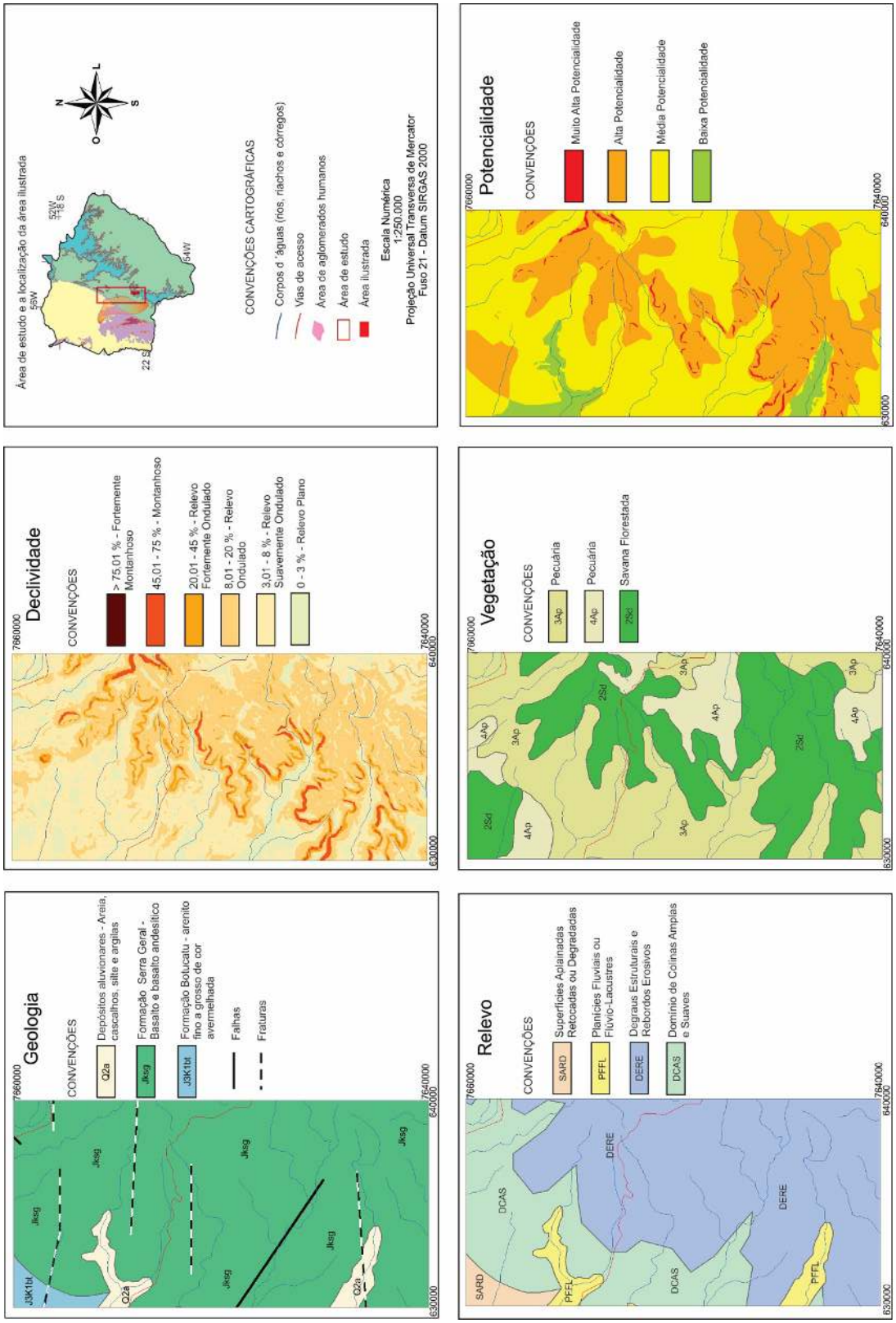
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 10 – Representação da sobreposição e criação da carta de potencialidades para o turismo de natureza na área de estudo – Fragmento Norte.



Fonte: *LIMA, SILVA, BOIN, 2017.*

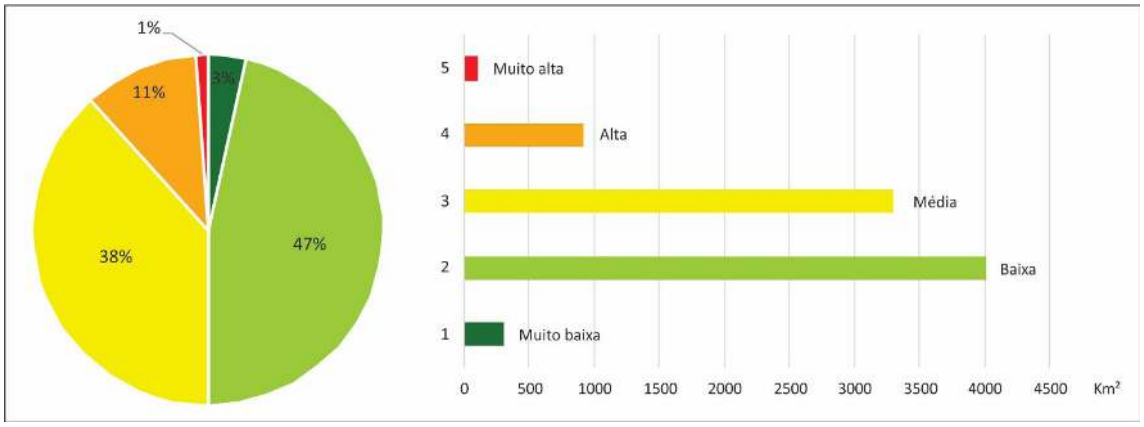
Figura 11 – Representação da sobreposição e criação da carta de potencialidades para o turismo de natureza na área de estudo – Fragmento Sul.



Fonte: *LIMA, SILVA, BOIN, 2017.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 12 – Quantificação das áreas com potencial para o turismo de natureza na área de estudo. Fonte: LIMA, 2017.



Percebe-se que os maiores níveis de potencialidades da área de estudo estão ligados aos relevos de maior declividade e com maiores níveis de conservação da vegetação, encontrados na face norte/nordeste (município de Aquidauana) e na porção sul da área de estudo (município de Nioaque), compreendendo 96,86 km² (Figura 12) de muito alta potencialidade. Nestas porções da serra, ainda podem ser verificados pontos de alta potencialidade, correspondendo a 916,72 km² (Figura 12), e pontos de média potencialidade, aproximadamente 3.296,81 km² (Figura 12). As demais porções encontradas na área de estudo variam, basicamente, entre a baixa potencialidade, dispostas ao longo de 4.009,25 km² (Figura 12), e muito baixa potencialidade, correspondendo a uma área de 300,76 km² (Figura 12), sendo associadas basicamente às áreas de pastagens e agricultura.

Considerando tais análises, percebe-se que a variação da potencialidade para o turismo de natureza possui intrínseca relação com os aspectos físicos da paisagem, destacando-se os relevos fortemente ondulados e montanhosos, bem como as áreas onde a conservação da vegetação nativa é mais perceptível. Diante disto, observamos que dois pontos da área de estudo possuem mais relevância para esse segmento turístico: as escarpas de Aquidauana, na face nordeste, e o flanco ocidental da Serra de Maracaju, na face sul, no município de Nioaque.

Portanto, notando o turismo de natureza como atividade que possui no meio físico a matéria prima para o desenvolvimento de suas práticas, ressaltamos a importância da investigação dos elementos físicos que formam as paisagens das porções onde se pretende implantar este tipo de atrativo turístico, uma vez que as estruturas paisagísticas podem limitar ou potencializar o desdobramento deste segmento.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Considerações finais

Nos estudos em que o meio físico é o principal objeto a ser investigado, trabalhos de campo, registros fotográficos e anotações de informações de campo são elementos importantes para a compreensão de um determinado fenômeno. No que tange à identificação de paisagens apresentam-se como essenciais. No mesmo contexto, a elaboração de produtos cartográficos, em conjunto com a realização dos trabalhos de campo, se mostra uma eficaz metodologia na análise da paisagem, e foi predominante na investigação das paisagens da Serra de Maracaju e seu potencial para o turismo de natureza.

Considerando-se a paisagem como sistema, aplicou-se na área referida a abordagem estrutural, buscando entender como os elementos componentes das paisagens se inter-relacionavam. Dessa forma, a construção das cartas de litologia, relevo, declividade e vegetação permitiu uma melhor interpretação de como as paisagens se estabelecem. Por meio da análise e da observação da sobreposição de tais elementos, foi possível verificar de que maneira os conjuntos cênicos ao longo da área de estudo poderiam vir a ser utilizados pelas atividades do turismo de natureza.

Diante do panorama atual, permeado por discussões acerca da conservação ambiental, compreender o segmento de turismo de natureza pode propiciar não apenas a geração de divisas para os agentes envolvidos nesta atividade, mas também diminuir os conflitos advindos da relação homem-natureza. Levantar os potenciais das paisagens do estado do Mato Grosso do Sul – que tem características marcantes e é detentor de ricos recursos naturais – para o turismo de natureza apresenta-se como uma importante medida visando ao uso de seu território de forma menos impactante, uma vez que as dinâmicas impostas pela agricultura e pecuária exercem pressão sobre as paisagens naturais sul-mato-grossenses.

No que tange especificamente à metodologia, cabe frisar que a fragmentação dos processos utilizados no projeto cartográfico e o uso de diferentes *softwares* permitem alcançar resultados melhores, principalmente quanto aos aspectos gráficos de representação das informações. Primamos por realizar os procedimentos que melhor convinham em cada um deles, de maneira que, ao final, as cartas pudessem oferecer o melhor nível de informações para o leitor. Verificamos a importância de se ajustar os dados secundários, uma vez que estes nem sempre condizem com a realidade e a observação de campo, e, posteriormente, ajustes via *softwares* foram determinantes.

Acreditamos que a metodologia ora apresentada pode ser reproduzida em outras pesquisas e em planejamentos privados e/ou públicos, que primam pelo levantamento de

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

potencialidades ou fragilidades de diversos fins. Propor esse roteiro teórico-metodológico nos parece, assim, importante por contribuir com trabalhos correlatos, ainda mais frente à carência de estudos cuja transversalidade envolva a análise do meio físico e o turismo de natureza.

A integração dos dados, tanto por meio dos trabalhos de campo, quanto em função dos produtos cartográficos, foi imprescindível para averiguar as potencialidades das paisagens para o turismo de natureza, visto que a construção da carta de potencialidade possibilitou verificar como as características físicas da Serra de Maracaju podem ser utilizadas neste segmento turístico.

A proposta metodológica utilizada permite concluir que, apesar de as áreas de muito alta e de alta potencialidade apresentarem, quantitativamente, uma porção pequena em relação à área total de estudo, as extensões compreendidas por estes níveis de potencialidade apresentam paisagens significativas, únicas, que possibilitam o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza.

Referências bibliográficas

1. ALMEIDA, M. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, 234 p.
2. AMARAL, Rosangela do; ROSS, Jurandyr L. S. As unidades ecodinâmicas na análise da fragilidade ambiental do Parque Estadual do Morro do Diabo e entorno, Teodoro Sampaio/SP. In: *GEOUSP*: *Espaço e Tempo* (online), n. 26, p. 59-78, 2009.
3. AZEVEDO, Rodrigo M. de; STEINKE, Valdir Adilson; LEITE, Cristina Maria C. A fotografia como recurso lúdico para o ensino de geografia. In: STEINKE, V. A.; REIS JUNIOR, Dante Flávio; COSTA, Everaldo B. (orgs.). *Geografia & Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos.* Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias (LAGIM, UnB), 2014, 225p.
4. IBGECOLAVITE, Ana Paula; BARROS, Mirian V. F. Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho do Peabiru. In: *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 86-105, 2009. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/41/pdf-mm>. Acesso em: 29 de dezembro de 2016.
5. CRUZ, Rita de Cássia A. de. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo. (org.). *Turismo e paisagem.* São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTÍSTICA (IBGE). Manual *técnico em* pedologia. Rio de Janeiro: IBGE, Manuais Técnicos em Geociências, 2ª ed., 2007, 316 p.

7. _____. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, Manuais Técnicos em Geociências, 2012, 271 p.

8. JUSTINIANO, E. Registro fotográfico. In: VENTURI, Luis (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório.* São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

9. LACERDA FILHO, Joffre V. de; BRITO, Reinaldo S. C. de; SILVA, Maria da Glória da; OLIVEIRA, Cipriano C. de; MORETON, Luiz Carlos; MARTINS, Edson G.; LOPES, Ricardo da C.; LIMA, Thiers M.; LARIZZATTI, João Henrique; VALENTE, Cidney R. Geologia e recursos minerais do estado de Mato Grosso do Sul. Esc. 1: 1.000.000. (Convênio CPRM/SICME). Campo Grande: CPRM, 2006, 121 p.

10. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

11. LIMA, Bruno de S. Paisagens da Serra de Maracaju e suas potencialidades para o turismo de natureza. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2017, 311 f.

12. _____.; SILVA, Charlei A. da; EICHENBERG, Fábio O. O turismo de natureza como alternativa de conservação da Serra de Maracaju/MS. In: XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2015, Teresina/PI. *Anais*... Teresina/PI: Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI), 2015, p. 3818-3825.

13. _____; _____; MARTINS, Patrícia C. S. Paisagens e turismo de natureza: potencialidades na Serra de Maracaju/MS/Brasil. In: IX Seminário Latino-Americano e V Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2016, Guimarães/Portugal. *Anais*... Guimarães/PT: Universidade do Minho. UMDGEO – Departamento de Geografia, 2016, p. 755-767.

14. LINS, Cláudia; STEINKE, Valdir A. Notas introdutórias para a produção fotogeográfica. In: STEINKE, V. A.; REIS JUNIOR, D. F.; COSTA, Everaldo B. (orgs.). *Geografia & Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos.* Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias (LAGIM), UnB, 2014, 225p.

15. LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas. Série Turismo. São Paulo: Aleph, 2008.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

16. MACEDO, Sílvio S. Turismo, paisagem e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem.* São Paulo: Editora Contexto, 2002.

17. MATO GROSSO DO SUL. Zoneamento ecológico econômico – Mato Grosso do Sul: contribuições técnicas, teóricas, jurídicas e metodológicas. Vol. III. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2017.

18. PUNTEL, Geovane Aparecida. A paisagem na geografia. In: VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de F. dos S.; PINTO, Bruno Fleck; SILVA, Luis Alberto P. da (orgs.). *Paisagem: leituras, significados e transformação.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

19. RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

20. ROSA, Roberto. Análise espacial em geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 275-289, out. 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/163/RAE23>. Acesso em: 31 de dezembro de 2016.

21. ROSS, Jurandyr L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais antropizados. In: *Revista do Departamento de Geografia*, USP/SP, v. 8, p. 63-74, 2011.

22. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

23. SANTOS, Rosely F. dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

24. SILVA, Charlei A. da. Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica. Tese (Doutorado). Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006, 270 f.

25. SILVA, Francisco A. dos S. da. Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores. Doutoramento em Geografia. Planeamento Regional e Urbano, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa/Portugal, 2013.

26. SILVEIRA, E. L. D. Paisagem: um conceito chave em geografia. In: EGAL – 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevidéo. EGAL2009, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/23.pdf>. Acesso em: 29 de dezembro de 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

27. SOARES, J. G.; CARDOZO, P. F. Metodologia para aferimento de potencialidade turística: um estudo de caso. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 128, Maringá/PR, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13378>. Acesso em 31/ 12/2016.

28. SOLDATELI, Márcio. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A. (eds.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro.* São Paulo: Roca, 2005, p. 517-535.

29. TSILFIDIS, P; SOARES FILHO, A. Uso do geoprocessamento para pré-delimitação de unidade de conservação: um estudo de caso na Serra de Maracaju/MS. In: 12 Encuentro de Geógrafos da América Latina, Montevideo. *Anais do 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2009. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Nuevastecnologias/Teledeteccion/17. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

30. URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3ª ed. Coleção Megalópolis. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

31. VERDUM, Roberto. Perceber e conceber paisagem. In: VERDUM, R.; VIEIRA, Lucimar de F. dos S.; PINTO, Bruno F.; SILVA, Luis Alberto P. da (org.). *Paisagem: leituras, significados e transformação.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

32. YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. IN: YÁZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem.* São Paulo: Editora Contexto, 2002.

33. ZAVATTINI, J. A. As chuvas e as massas de ar no estado de Mato Grosso do Sul: estudo geográfico com vista à regionalização climática. V. 1, Ed. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2009, 214p.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 10.5418/RA2018.1425.0002

A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS HISTORICAMENTE INVISIBILIZADOS NA PESQUISA GEOGRÁFICA

THE EXPANSION OF POST-GRADUATION IN THE BRAZILIAN TERRITORY AND THE EMERGENCE OF SUBJECTS HISTORICALLY INVISIBILIZED IN GEOGRAPHICAL RESEARCH

LA EXPANSIÓN DE LA POSGRADO EN EL TERRITORIO BRASILEÑO Y LA EMERGENCIA DE SUJETOS HISTÓRICAMENTE INVISIBILIZADOS EN LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA

Cristiano Quaresma de Paula
Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGeo/UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador da Rede de Geografias da Pesca. E-mail: cqpgeo@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da influência das políticas públicas de incentivo à pós-graduação, no Brasil, na promoção de sujeitos sociais historicamente invisibilizados em pesquisas geográficas, como os pescadores artesanais. Analisando 71 dissertações e teses defendidas, entre 1982 e 2015, sobre a pesca artesanal na geografia brasileira, houve aumento no número de pesquisas e expansão geográfica. Isto se deveu aos Planos Nacionais de Pós-Graduação que levaram à expansão dos cursos de mestrado e doutorado regional e mesorregionalmente. Vale ressaltar que este processo ocorreu concomitantemente à emergência de lutas de movimentos sociais de povos originários e comunidades tradicionais, como indígenas, remanescentes de quilombolas e pescadores artesanais, entre outros. Pescadores artesanais são evidenciados, nos estudos analisados, reivindicando direitos e políticas públicas adequadas. Por meio das técnicas de análise de conteúdo de dissertações e teses e construção de mapas temáticos, em contraste com os dados sobre a expansão da pós-graduação em Geografia, observou-se a maior presença de estudos em áreas de pesquisa próximas ao programa de pós-graduação. Vale ressaltar que, no campo teórico-conceitual, tais entendimentos encontram respaldo nas abordagens críticas da geografia brasileira, que também integram argumentos sobre a colonialidade do pensamento.

Palavras-chave: pós-graduação, geografia brasileira, pesca artesanal, sujeitos, políticas públicas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Abstract

This article deals with the influence of the public policies of incentive to the postgraduate in Brazil on the promotion of social subjects historically invisibilized in geographic surveys, like the artisanal fishermen. Analyzing 71 dissertations and theses on artisanal fishing, defended between 1982 and 2015, in the Brazilian Geography, there was an increase in the number of researches and geographical expansion. This was due to the National Postgraduate Plans that led to the expansion of masters and doctoral courses regionally and mesoregionally. It is noteworthy that this process occurs concomitantly with the emergence of struggles of social movements of originating peoples and traditional communities, such as indigenous people, remnants of quilombolas, artisanal fishermen, among others. Artisanal fishermen are evidenced, in the analyzed studies, claiming adequate public rights and policies. Through the techniques of content analysis of dissertations and theses and construction of thematic maps, in contrast to the data on the expansion of the postgraduate in Geography, it was observed the greater presence of studies in areas of research close to the program of post-graduate. It is noteworthy that in the theoretical-conceptual field such understandings find support in the critical approaches of Brazilian Geography, which also integrate arguments about the coloniality of thought.

Keywords: postgraduate, Brazilian Geography, artisanal fishing, subjects, public policy.

Resumen

Este artículo trata de la influencia de las políticas públicas de incentivo al posgrado, en Brasil, en la promoción de sujetos sociales historicamente invisibilizados en las investigaciones geográficas, como los pescadores artesanales. Analizando 71 disertaciones y tesis defendidas sobre la pesca artesanal, entre 1982 y 2015, en la geografía brasileña, hubo aumento en el número de investigaciones y expansión geográfica. Esto se debió a los Planes Nacionales de Postgrado que llevaron a la expansión de los cursos de maestría y doctorado regional y mesorregional. Es importante resaltar que este proceso ocurre concomitantemente a la emergencia de luchas de movimientos sociales de pueblos originarios y comunidades tradicionales, como indígenas, remanentes de quilombolas y pescadores artesanales, entre otros. Los pescadores artesanales son evidenciados, en los estudios analizados, reivindicando derechos y políticas públicas adecuadas. A través de las técnicas de análisis de contenido de disertaciones y tesis y construcción de mapas temáticos, en contraste con los datos sobre la expansión del posgrado en Geografía, se observó la mayor presencia de estudios en áreas de investigación próximas al programa de posgrado. En el campo teórico-conceptual, tales entendimientos encuentran respaldo en los enfoques críticos de la geografía brasileña, que también integran argumentos sobre la colonialidad del pensamiento.

Palabra clave: postgrado, geografia brasileña, pesca artesanal, sujetos, política pública.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

O presente artigo expõe possibilidades e tendências na pesquisa geográfica, no Brasil, correlacionando a introdução do discurso geográfico crítico e as políticas públicas de expansão do ensino de pós-graduação. No momento presente do pensamento geográfico, são viáveis determinadas análises, que, no passado, foram consideradas menores ou irrelevantes. Nesse sentido, a pluralidade de possibilidades existe dentro de determinado contexto científico, estabelecido a partir da geografia crítica. Da mesma forma, a situação institucional da pesquisa em geografia expõe que o conhecimento é gerado dentro de determinadas condições materiais e imateriais, logo, em certa medida, está condicionado às possibilidades da pós-graduação.

No campo teórico, propõe-se a refletir sobre o pensamento geográfico constituído, principalmente, a partir do movimento de renovação (PORTO-GONÇALVES, 1978; ANDRADE, 1999; MORAES, 2005) que rompe com a lógica da geografia "tradicional" ou "clássica" e abre a discussão para a perspectiva crítica, em que se visibilizam sujeitos sociais que, até então, eram deixados à margem da pesquisa geográfica. Sendo assim, este artigo se situa no âmbito do pensamento geográfico crítico, e entende os trabalhos analisados nesta perspectiva, considerando a sua diversidade de possibilidades. Contudo, também exige referências relacionadas ao movimento de institucionalização da geografia brasileira, a partir das quais, pela característica do material analisado, serão apresentadas informações referentes à expansão dos programas de pós-graduação (SUERTEGARAY, 2003, 2007; MENDONÇA, 2005; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2016).

Do ponto de vista metodológico, a teoria do pensamento complexo (MORIN, 1990) pressupõe a relação entre os métodos e o emprego de técnicas de investigação que melhor correspondam à problemática estudada. Dessa forma, a presente análise é qualiquantitativa, para estabelecer uma visão panorâmica sobre o contexto de produção da geografia brasileira sobre a pesca artesanal. Foram analisadas 71 dissertações ou teses, defendidas entre 1982 e 2015, com base em técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2007), cujos resultados foram organizados em um banco de dados georreferenciado, permitindo a elaboração de representações cartográficas que dão suporte aos argumentos deste artigo.

Diante do exposto, neste artigo, se busca compreender as possibilidades decorrentes do processo de expansão do ensino de pós-graduação em Geografia e a influência do pensamento geográfico crítico sobre os estudos que expõem sujeitos sociais que, até então, eram ausentes na pesquisa geográfica, com base no exemplo dos pescadores e pescadoras artesanais brasileiros(as) (DE PAULA, 2018).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Renovação da geografia e expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil

Nesse momento, será apresentado o contexto de ruptura com a geografia tradicional e o movimento de renovação da geografia, com ênfase na geografia crítica (PORTO-GONÇALVES, 1978;[1] ANDRADE, 1999; MORAES, 2005). Serão expostos, ainda, os Planos Nacionais de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, que servirão de base para se compreender o avanço recente em número e áreas de estudo em diversas regiões (SUERTEGARAY, 2003, 2007; MENDONÇA, 2005; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2016). Também se apresenta, regionalmente, a expressão regional das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Geografia.

Ressalta-se que a compreensão da história do pensamento geográfico apresentada neste estudo não está comprometida em estabelecer fases ou periodizações bem determinadas. Andrade (1999) destaca que estas fases se interpenetram umas nas outras. Contudo, pretende-se destacar o período de "rupturas, as mudanças, as revoluções e contrarrevoluções" (PORTO-GONÇALVES, 1978) que abriu espaço para a perspectiva de pesquisa em que se encontra este artigo. Como destaca Porto-Gonçalves,

> *Qualquer esforço no sentido de desvendar a natureza da crise de um determinado segmento do espaço do saber deve, portanto, partir da premissa de que o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico. Neste ensaio, o que pretendemos fazer é exatamente lançar ao debate algumas ideias acerca de natureza da crise da geografia, tomando por base a prática dos geógrafos pensada historicamente (PORTO-GONÇALVES, 1978, s/n).*

Moraes (2005) destacou, em 1982,[2] que o movimento de renovação da geografia decorria do rompimento com a perspectiva tradicional. A crise na geografia tradicional ensejou a busca "de novos caminhos, de nova linguagem, de novas respostas, enfim, de uma liberdade maior de reflexão e criação" (MORAES, 2005, p. 103). Assim, as certezas se diluíram em detrimento da busca constante do objeto, do método e do significado da geografia.

Andrade (1999) ressalta que a geografia tradicional (considerada, nos anos 1940, como a geografia científica), no Brasil, surgiu da necessidade de conhecimento e de mapeamento do território nacional, em um período após a Revolução de 1930, quando se viviam inquietações em todos os setores do conhecimento.

[1] Fala proferida no 3º Congresso de Geógrafos, em Fortaleza/CE (1978).

[2] Lançamento da primeira edição de Geografia: pequena história crítica, em 1982.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Na perspectiva da geografia tradicional, Andrade (1999) expõe que, nos anos 1940 e 1950, foram elaborados ensaios da maior importância. Entre estes, vale ressaltar a tese fundadora da cátedra de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, *A ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana*, de Ary França (1951). Este autor relacionou quadros naturais e humanos, a ocupação, o uso e a transformação da paisagem da ilha de São Sebastião (SP), evidenciando os "caiçaras" e abordando, entre as atividades econômicas locais, a pesca (comercial e de subsistência). Contudo, apesar de ter sido o registro mais antigo encontrado, na geografia brasileira, de estudo que aborda a pesca artesanal, nele prevalece a visão de que os pescadores/agricultores eram primitivos, pobres, e que estabeleciam técnicas de uso da natureza arcaicas, que provocavam degradação. Em França, o caminho apresentado foi o de superação dessas atividades "tradicionais":

> *Aos caiçaras das gerações atuais, coube, contudo, participação muito pequena nas transformações da paisagem, embora, como cultivadores e pescadores costeiros, não tenham menor aptidões do que os seus antepassados para a destruição do patrimônio natural, com o uso das mesmas técnicas rotineiras das derrubadas e queimadas para a formação das roças. [...]*
>
> *Da pesca comercial pouco se poderá esperar para a melhoria das condições de vida dos habitantes locais, diante dos novos processos que a estão libertando de bases em portos locais e já determinam a sua decadência na ilha. Nos quadros de uma nova economia, com bases comerciais que se impõem, serão necessários transportes marítimos e terrestres eficientes, adaptados às condições regionais e aos produtos. Neles residirá o aproveitamento de uma das maiores vantagens dessa ilha e fachadas litorâneas: a situação geográfica (FRANÇA, 1951, p. 180-182).*

Moraes (2005) observa que a crise da geografia tradicional e o movimento de renovação começaram a se evidenciar já em meados dos anos 1950. A década de 1960 foi marcada por incertezas e questionamentos difundidos por vários pontos, até que, a partir de 1970, considera-se que "a geografia tradicional está definitivamente enterrada". Contudo, esse autor ressalta que "manifestações dessa data em diante vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado" (MORAES, 2005, p. 103).

Como destaca Porto-Gonçalves (1978), "as crises de hegemonia são provenientes da não-resposta de uma dada "visão" a uma realidade historicamente determinada e, portanto, não satisfatoriamente explicada, segundo as necessidades daqueles que controlam as instituições". Dessa forma, uma "nova visão" somente será válida enquanto satisfazer a expectativa dos que a tornaram hegemônica, garantindo seu *status* de "científica".

O movimento de renovação da geografia estabelece um tempo de críticas e de propostas no âmbito desta disciplina. Para Moraes (2005, p. 103), "os geógrafos vão abrir-se para

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados", e, portanto, entende que esta crise é benéfica, uma vez que introduz um pensamento crítico "frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros". Assim, os geógrafos se insurgiram contra a geografia tradicional, muito descritiva e preocupada com a nomenclatura (ANDRADE, 1999, p. 28).

Moraes (2005) apresenta três campos de forças que levaram à crise da geografia brasileira: a alteração na base social em decorrência do desenvolvimento do modo de produção capitalista (monopolista), a incapacidade de a linguagem e os métodos da geografia oferecerem suporte à interpretação da realidade cada vez mais complexa e a ruína do pensamento filosófico no qual a geografia se assentava (positivismo).

Moraes (2005, p. 107) expõe um "mosaico da geografia renovada" que é bastante diversificado, abrangendo um amplo leque de concepções, mas que pode ser agrupado, de acordo com os seus propósitos e posicionamentos políticos, em dois grupos: "um pode ser denominado Geografia Pragmática e o outro Geografia Crítica".

Andrade (1999) ressalta que o momento político dessa época acabou favorecendo uma ou outra abordagem. Este autor entende que "a partir do golpe de 64, estimulado pelo governo militar, surgiu no estudo das ciências sociais uma tendência quantitativa com grande repercussão no campo da geografia. Nascia assim, a chamada geografia quantitativa ou teorética" (ANDRADE, 1999, p. 29). Esta renovação interessava ao governo militar, porque os trabalhos estavam "baseados exclusivamente em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas desse crescimento" (ANDRADE, 1999, p. 29).

No caso da geografia crítica, Andrade contextualiza que, com a "abertura política e a possibilidade de discussão maior dos temas científicos nas universidades, surgiram várias correntes, que são chamadas geralmente de Geografica Crítica" (ANDRADE, 1999, p. 29). Ele destaca que, dentro desta abordagem, encontram-se várias perspectivas que devem ser devidamente compreendidas para não serem tomadas como iguais.

A denominação "geografia crítica" ressalta "uma postura radical, frente à geografia existente (seja tradicional ou pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior" (MORAES, 2005, p. 119). Este autor complementa que

> *Porém, o designativo da crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lutam por uma sociedade mais justa (MORAES, 2005, p. 119).*

A atuação da geografia crítica também questionava a estrutura acadêmica, "que possibilitou a repetição dos equívocos: "mandarinato", o apego às velhas teorias, o cerceamento da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos, a má formação filosófica etc.", e, ainda segundo este autor, a "despolitização ideológica do discurso geográfico, que afastava do âmbito dessa disciplina a discussão das questões sociais" (MORAES, 2005, p. 120).

Moraes (2005) aponta que, no âmbito da geografia crítica, obedecendo seus objetivos e princípios, convivem propostas díspares. Logo, não se trata de um conjunto monolítico, mas de um conjunto de argumentos de perspectivas diferenciadas.

> *A unidade da Geografia Crítica manifesta-se na postura de oposição a uma realidade sócia e espacial contraditória e injusta, fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente. É uma unidade de propósitos dada pelo posicionamento social, pela concepção de ciência como momento das práxis, por uma aceitação plena e explícita do conjunto político do discurso geográfico. Enfim, é uma unidade ética. Entretanto, esses objetivos unitários objetivam-se através de fundamentos metodológicos diversificados, no âmbito da Geografia Crítica. Esta apresenta um mosaico de orientações metodológicas bastante variado: estruturalistas, existencialistas, analíticos, marxistas (em suas várias nuances), ecléticos etc. Aqui a unidade se esvanece, mantendo-se como único traço comum o discurso crítico (MORAES, 2005, p. 131).*

Dessa forma, há, segundo este autor (2005, p. 131), "uma unidade ética, substantivada numa diversidade epistemológica", e tal diversidade estimula o debate, gera polêmicas e faz avançar colocações, pois "onde há discussões há vida, onde há debate aflora o pensamento crítico, onde há polêmica há espaço para o novo, para a criação". A geografia, na atualidade, questiona "verdades" fossilizadas, busca novos caminhos e questiona velhas concepções (MORAES, 2005, p. 131).

Ressalta-se que é fundamental compreender que a geografia brasileira não está construída, "não concluiu ainda o seu processo evolutivo, ela segue um processo de construção que nunca terá fim, à proporção que vai sendo construída, vai descortinando novos desafios que precisam ser respondidos" (ANDRADE, 1999, p. 32). Este devenir não se encerra, uma vez que a construção implica em uma permanente reconstrução. "A solução de problemas vai sempre provocando o surgimento de novos problemas, em vista das transformações que a sociedade vai realizando" (ANDRADE, 1999, p. 32).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Há a confluência entre o período de renovação da geografia brasileira e a criação e expansão dos programas de pós-graduação. Suertegaray (2003, 2007), Mendonça (2005), Silva e Dantas (2005) e Spósito (2016) analisaram a expansão dos programas de pós-graduação em Geografia, no território nacional, atentando para sua distribuição regional e para o seu movimento em direção ao "interior". Ressalta-se, nesse ponto, que estão sendo considerados os programas no contexto do Sistema Nacional de Pós-Graduação,[3] logo, tal expansão está articulada com as políticas nacionais de fomento ao ensino de pós-graduação.

Quanto às décadas de 1970 e 1980, Suertegaray (2007, p. 11) enfatiza que "os primeiros cursos de pós-graduação em Geografia a integrarem o Sistema Nacional de Pós-Graduação foram os de Geografia Humana e de Geografia Física da Universidade de São Paulo, criados em 1971". Na sequência, foram criados os cursos de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e o da Universidade Estadual Paulista – Rio Claro (1977). Na década de 1980, foram criados os cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (1985), da Universidade Federal do Sergipe (1985), da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (1988) e da Universidade Federal de Minas Gerais (1988). No total, foram oito cursos implantados, cinco deles na Região Sudeste, dois no Nordeste e um na Região Sul (SUERTEGARAY, 2003, 2007; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2016).

> *A instituição da geografia como ciência foi marcada por forte influência das universidades estaduais paulistas, especificamente as detentoras da modalidade de doutorado. A USP (Programas de Geografia Física e Geografia Humana), seguida pela UNESP/RC, influenciaram na construção da Escola Geográfica Brasileira, gestada nos moldes da Escola Francesa, voltada para o entendimento da realidade brasileira e como reflexo da política de modernização empreendida. A ruptura dessa lógica somente se inicia nos anos 1990, e tem continuidade nos 2000 e 2010, guardando, cada um dos períodos, suas especificidades (BRASIL, 2016, p. 2).*

De 1990 a 1999, a pós-graduação em Geografia atingiu 19 cursos. Na década de 1990, houve a indicação do princípio do movimento de expansão. Ampliou-se o número de cursos de Geografia no próprio Sudeste, além do eixo das universidades estaduais paulistas, sendo a maioria deles em instituições situadas em capitais. Foram criados três cursos no Sudeste, três no Sul, dois no Nordeste e dois no Centro-Oeste (SUERTEGARAY, 2003, 2007; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2015).

Suertegaray aponta que, até 2005,

[3] O Sistema Nacional de Pós-Graduação foi orientado pelo Parecer CFE nº 977/65.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *Em termos totais, a área contava com 32 cursos de mestrado e 15 de doutorado. Estes dados indicam que área tende a manter a expansão, e, para o futuro próximo, prevê-se um incremento de novos cursos de doutorado e uma tendência à interiorização dos cursos de mestrado. Além desta expansão em relação à solicitação de novos mestrados, a demanda cresce a partir das regiões Norte e Nordeste, que ainda apresentam carência de cursos de pós-graduação em Geografia (SUERTEGARAY, 2007, p. 13).*

Considerando o processo de deslocamento de profissionais do interior para os programas de pós-graduação, Mendonça observa que

> *Tem sido mais fácil o sistema promover o deslocamento de um considerável número de pessoas do "Brasil profundo" (ou hinterland) em direção aos "grandes centros" que criar e implementar programas-piloto de formação e pesquisa nas chamadas "áreas (geográficas) carentes". Críticos afoitos concebem este tipo de ação como sendo um novo tipo de "colonialismo interno", nominação fácil que perpetua a geopolítica concentradora e deslocacional. Este processo mais antigo de um tipo particular de colonialismo, parece importante assinalar, não passa somente na reprodução muitas vezes acrítica do "conhecimento" conduzido nas malas em intermináveis viagens e na mente exausta, ele tem que ser permanentemente repetido até às mais distantes fronteiras administrativas e imateriais do território nacional, vangloriado e reificado. Geográfico de primeira grandeza, ele torna-se, surpreendentemente, muito mais importante que o próprio lugar (MENDONÇA, 2005, p. 9).*

Cabe destacar que, em 2005, entrou em vigor o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. O diagnóstico que baseia este documento destaca que

> *Ainda que, de certa forma, os três planos anteriores tenham manifestado preocupações com as mesmas [as assimetrias entre regiões], inclusive com sugestões de políticas direcionadas, a realidade mostra que seus executores não conseguiram implementá-las em sua plenitude. O sistema continua concentrado na Região Sudeste. Independentemente de políticas direcionadas, nos últimos anos, a Região Sul vem encontrando estratégias desenvolvimentistas e consolidando seus programas, de sorte a ocupar, hoje, lugar de visibilidade no sistema. O Nordeste alcançou algum destaque, porém, ainda apresenta assimetrias entre os seus estados. No Centro-Oeste, o quadro de assimetrias é ainda mais acentuado, uma vez que a pós-graduação concentra-se em Brasília. E, no Norte, região de extrema importância nacional pela sua dimensão e diversidade, encontra-se uma pós-graduação incipiente, com concentração em dois estados de uma região de dimensão continental (BRASIL, 2005, p. 45).*

Dessa forma, o PNPG estava concentrado na redução de assimetrias regionais de distribuição da pós-graduação no Brasil. Para garantir o "crescimento harmônico", esse plano definia que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste integrassem as políticas de fomento à pós-graduação. Também se pretendia, com isso, diminuir as assimetrias intrarregionais (BRASIL, 2005, p. 89).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Consequentemente, no decênio 2000-2009, a pós-graduação em Geografia atingiu o número de 41 cursos. Neste período, foi possível vislumbrar o processo de expansão em dimensão nacional. Foram criados seis programas no Centro-Oeste, seis no Sul, dois no Nordeste, três no Norte e cinco no Sudeste. Esse período foi marcado pela expansão de cursos de doutorado: 18 cursos (BRASIL, 2016).

No campo da política da pós-graduação, em 2011, entrou em vigor o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Neste plano, foi diagnosticado que as assimetrias entre grandes regiões foram reduzidas, contudo, o plano apresenta assimetrias no âmbito das mesorregiões, ou seja, dentro das unidades da Federação:

> *Porém, a mesma análise permite verificar que todas as unidades da Federação possuem mesorregiões com significativas assimetrias nos mesmos indicadores, sugerindo que as políticas de indução à redução dessas assimetrias devem contemplar a análise dos indicadores nacionais por mesorregiões brasileiras (BRASIL, 2011, p. 146).*

Dessa forma, o PNPG, em suas recomendações, propõe a redução de assimetrias em nível mesorregional:

> *Nos planos anteriores, a questão das assimetrias foi focalizada tomando-se como parâmetro as regiões e as unidades da Federação. No Plano 2011-2020, será adotada a distribuição geográfica por mesorregião. A incorporação desse indicador agrega precisão ao diagnóstico. Com isso, torna-se possível identificar diferentes graus de consolidação na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, desde a incipiência até a excelência, independentemente da unidade da federação ou macrorregião (BRASIL, 2011, p. 297).*

Assim, se observa o avanço na criação de programas de pós-graduação rumo ao interior, fora das capitais dos estados, bem como em instituições estaduais. De 2010 a 2016, a pós-graduação em Geografia, no Brasil, envolveu 64 cursos. Foram criados dois cursos novos, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e na Universidade Federal de Tocantins (UFT). Nas demais regiões, o movimento de expansão prosseguiu com a criação de programas de pós-graduação no Nordeste (7), no Sul (2), no Centro Oeste (3) e no Sudeste (7). Ressaltam-se também o aumento do número de cursos de doutorado (35) e a criação de programas de mestrado profissional (4) (BRASIL, 2016).[4]

Para se pensar essa periodização da realização de pesquisas sobre pesca artesanal na geografia brasileira, é fundamental consultar Suertegaray (2003, 2007), Mendonça (2005), Silva e Dantas (2005) e Spósito (2015), que discutem a expansão da pós-graduação em

[4] Em 2019, foram aprovados programas de pós-graduação na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e na Universidade Federal do Acre (UFAC), contemplando todas as unidades da Federação.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

geografia no Brasil. Nesse sentido, cabe enfatizar os Planos Nacionais de Pós-Graduação de 2005-2010 e 2010-2020, que fomentaram a expansão da pós-graduação em níveis regional e mesorregional, respectivamente. Assim, a expansão das pesquisas – que, nesse caso, tinha um horizonte de expansão até 2020 – estava diretamente relacionada com políticas de Estado, mas foi interrompida, em 2016, com o golpe de Estado que destituiu a presidente Dilma Rousseff (GUILHERME, 2017). Como este processo analítico se encerrou em 2015, não foi possível avaliar a repercussão dos cortes do novo governo em "gastos" públicos nos setores de ciência, tecnologia e inovação, e, por extensão, nas pesquisas da geografia sobre a pesca artesanal.

Outro fator que se entende que tem propiciado o maior aumento no número de pesquisas em alguns programas de pós-graduação em detrimento de outros se refere à pluralidade de abordagens, característica do momento atual da geografia brasileira (MORAES, 2005). Isto se evidencia nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação que estão relacionadas aos grupos de pesquisa, às orientações, às disciplinas ofertadas etc. Neste estudo, as nuvens de palavras[5] foram elaboradas por meio de informações disponíveis nos *websites* dos 64 programas de pós-graduação ligados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEGE), em 2017, com o auxílio do *software* NVivo®, e evidenciam distinções em nível regional (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5).

A região Norte (Figura 1) tem a emergência na discussão sobre a gestão do território, no âmbito da pós-graduação. Nesta região, também há grande interesse nos estudos a respeito da natureza, que se expressa na paisagem da Amazônia. Destaca-se a relevância do conhecimento constituído sobre a Amazônia e pelos amazônidas, intensamente fomentado por editais próprios decorrentes do PNPG 2005-2010.

Figura 1 – Nuvem de palavras, linhas de pesquisa dos PPGs (Geografia) da Região Norte.



Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

[5] Nuvem de palavras é um recurso gráfico criado, nesta pesquisa, a partir do software Nvivo, a fim de destacar as palavras mais recorrentes entre as expressões que compõem os títulos das linhas de pesquisa.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A Região Nordeste (Figura 2), que expõe um número significativo de pesquisas, também é favorecida no que diz respeito às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação. A questão territorial é enaltecida, nos estudos que pretendem analisar a dinâmica de produção do espaço. Nesse sentido, cabe destacar as particularidades regionais evidenciadas nas linhas de pesquisa, como a situação de diversas cidades litorâneas, as políticas públicas, o desenvolvimento e o planejamento. A natureza se exprime na análise da paisagem e das características ambientais, por meio de diversas metodologias.

Figura 2 – Nuvem de palavras, linhas de pesquisa PPGs (Geografia) da Região Nordeste.



Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Na Região Centro-Oeste (Figura 3), as propostas de pesquisa estão muito centradas na análise do espaço e do ambiente, de forma que enfatizam dinâmicas de gestão, de planejamento, de produção, de ordenamento e de representação. A análise ambiental se evidencia no sentido do uso de geotecnologias e da repercussão de políticas.

Figura 3 – Nuvem de palavras, linhas de pesquisa dos PPGs (Geografia) Região Centro-Oeste.



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

Na Região Sul (Figura 5), têm destaque as pesquisas que analisam dinâmicas do ambiente e a produção do espaço, principalmente o urbano. Há também foco em estudos regionais, como as situações de fronteira e estudos da natureza (geomorfologia, geologia e oceanografia). Também se destacam pesquisas que abordam questões territoriais e representações sociais.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 5 – Nuvem de palavras, linhas de pesquisa PPGs (Geografia) Região Sul.



Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Esse panorama das linhas de pesquisa é fundamental para a compreensão das abordagens teóricas que se expressam nos trabalhos, bem como para entender em que medida estas linhas e as propostas de estudos sobre pesca artesanal têm aderência nos programas de pós-graduação.

As pesquisas dos geógrafos sobre a pesca artesanal

Para se compreender as pesquisas sobre a pesca artesanal na geografia brasileira, num primeiro momento, esta análise estará centrada nos programas de pós-graduação em que as dissertações e teses foram defendidas. Na sequência, serão destacadas as áreas de estudo analisadas nos referidos trabalhos. Por fim, correlacionando programa de pós-graduação e área de estudo, será enfatizado o diálogo entre geógrafos e organizações sociais de pescadores artesanais.

Ressalta-se que a presente análise enfatiza questões institucionais, ou seja, o vínculo entre instituições de pesquisa (programas de pós-graduação em Geografia) e entidades de pescadores artesanais. A análise detalhada do conteúdo das dissertações e teses e a relação entre questões ambientais e territoriais em comunidades tradicionais de pescadores artesanais está presente em De Paula (2018).

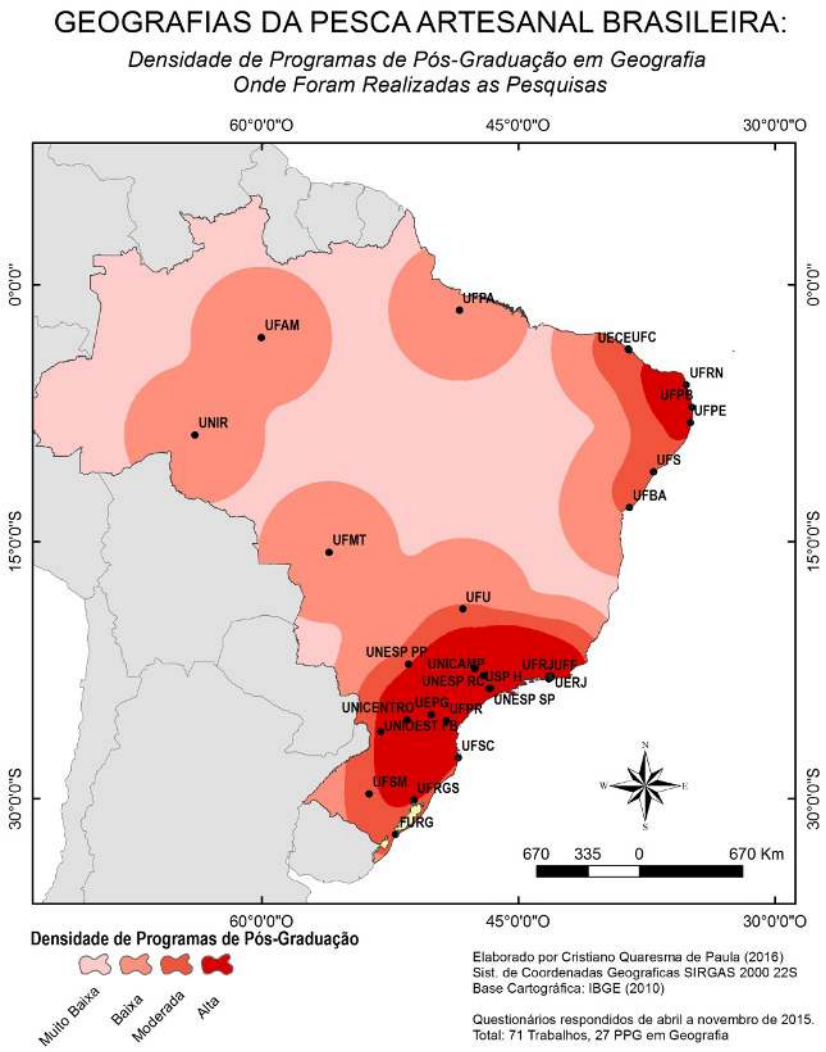
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Programas de pós-graduação em que as pesquisas foram realizadas

Nos primeiros anos do século XXI, observam-se avanços significativos das pesquisas identificadas sobre a pesca artesanal na geografia brasileira. Foram identificadas 104 pesquisas realizadas até 2015 (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses). Para a presente análise, consideraram-se 71 trabalhos, sendo estes dissertações de mestrado (61) e teses de doutorado (10). A escolha das dissertações e teses se deve ao fato de estarem disponíveis em bancos de teses, o que permitiu o acesso aos trabalhos na íntegra.

Cabe destacar a densidade (Figura 6) muito alta desses trabalhos nas Instituições de Ensino Superior do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro. No Norte e no Centro-oeste do país, a densidade é considerada moderada. As faixas de densidade muito baixa se referem a áreas onde não ocorrem instituições que realizaram estudos sobre a pesca artesanal.

Figura 6 – Mapa de densidade de programas de pós-graduação em Geografia em que foram realizadas as pesquisas sobre pesca artesanal.



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

É importante observar a predominância das pesquisas de mestrado no universo analisado (85,92%), no Brasil. As pesquisas de doutorado também são frequentes (14,08%) do total identificado. Outros tipos de pesquisas ocorrem, como de pós-doutorado e monografias de conclusão de curso, entretanto, pela dificuldade de acesso aos materiais na íntegra, se optou por restringir esta análise às teses e dissertações.

Nesse ponto, tratando especificamente dos trabalhos que foram considerados nesta análise, será elaborada uma periodização por instituição (Figura 7). No período de 1982 a 2000, no universo analisado, foram defendidas dissertações na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de São Paulo (USP) – Geografia Humana (3), totalizando cinco dissertações. Até o ano 2000, ainda não se encontrou nenhuma defesa de tese que abordasse a pesca artesanal.

De 2001 a 2005, foram defendidas duas dissertações e três teses. As dissertações foram apresentadas na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente/SP, e na USP – Geografia Humana. Destas teses, cabe destacar que duas foram defendidas em programas de pós-graduação de outras áreas e uma em Geografia Humana da USP.

De 2006 a 2010, houve um salto de trabalhos realizados sobre pesca na geografia brasileira. Neste período, foram defendidas 21 dissertações: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2), Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2), Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2), UFC (2), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2), Universidade Federal do Pará (UFPA) (3), UFPE (2), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (2), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Francisco Beltrão (2), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (2), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2) e duas em programas de pós-graduação de fora da área de geografia. Também foram defendidas duas na Geografia Humana da USP.

Enaltece-se a expansão, nesse período, entre os estados do Nordeste brasileiro, sobretudo nos cursos de mestrado, contudo, as teses de doutorado e pós-doutorado que ocorreram ainda estavam limitadas ao estado de São Paulo, principalmente à Geografia Humana da USP.

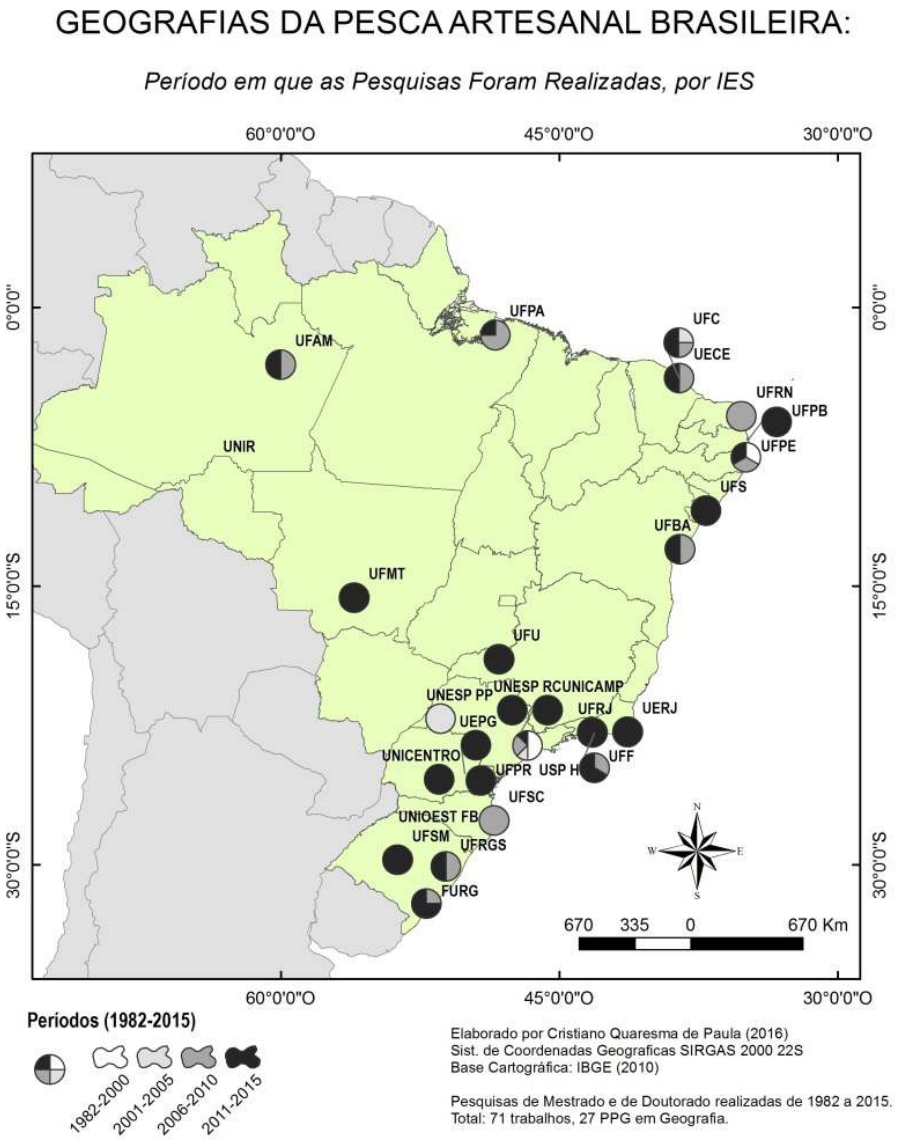
De 2011 a 2015, foram defendidas 33 dissertações e 5 teses. Estes trabalhos foram apresentados na FURG (3), PUC-Rio, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), UFAM (2), UFBA (2), UFC (2), UFF,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) (3), UFPA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), UFPE, Universidade Federal do Paraná (UFPR), UFRGS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2), Universidade Federal de Sergipe (UFS), UFSM, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), UNIOESTE de Francisco Beltrão e em outro programa externo à área de geografia. As teses foram defendidas na UECE, UFF, UNESP Rio Claro, USP (Geografia Humana) e em outro programa de pós-graduação.

Nesse período, continuou a expansão das pesquisas sobre pesca artesanal na geografia, em todos os níveis da formação. Foi um período em que ocorreram defesas de dissertações em todas as regiões brasileiras. Também houve a expansão nas pesquisas de doutorado para outras regiões além do Sudeste.

Figura 7 – Mapa da periodização das pesquisas por Instituição de Ensino Superior.



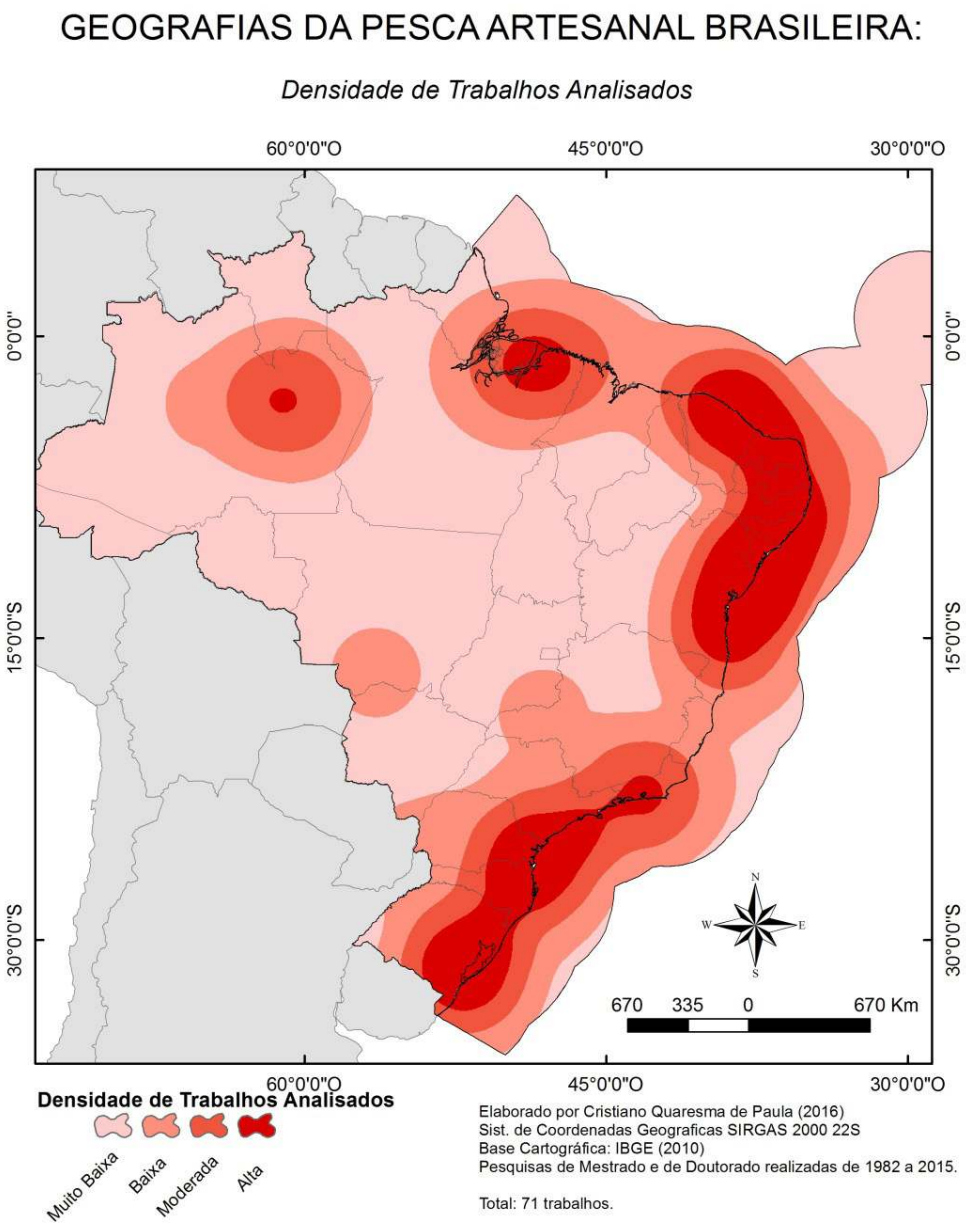
Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Áreas de estudo abordadas nas dissertações e teses

Tendo compreendido onde e quando foram realizadas tais pesquisas, do ponto de vista institucional, neste momento, esta análise será realizada a partir das áreas de estudo. A Figura 8 expõe o mapa de densidade das áreas em que ocorreram essas pesquisas, no Brasil. Se for comparado este mapa com o de densidade de instituições (Figura 6), conclui-se que há uma maior concentração das instituições de pesquisa do que das áreas de estudo. Ainda se observa que algumas áreas que concentram muitas instituições (como a Região Sudeste) não apresentam densidade tão elevada de áreas de estudo, o que tem relação com a diversidade de propostas de pesquisa dos programas.

Figura 8 – Mapa de densidade de pesquisas analisadas.



Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Destaca-se a área de alta densidade sobre os estados do Nordeste e Sul e em pontos mais concentrados do Sudeste e do Norte. Há a prevalência de pesquisas na região litorânea, em detrimento das águas interiores.

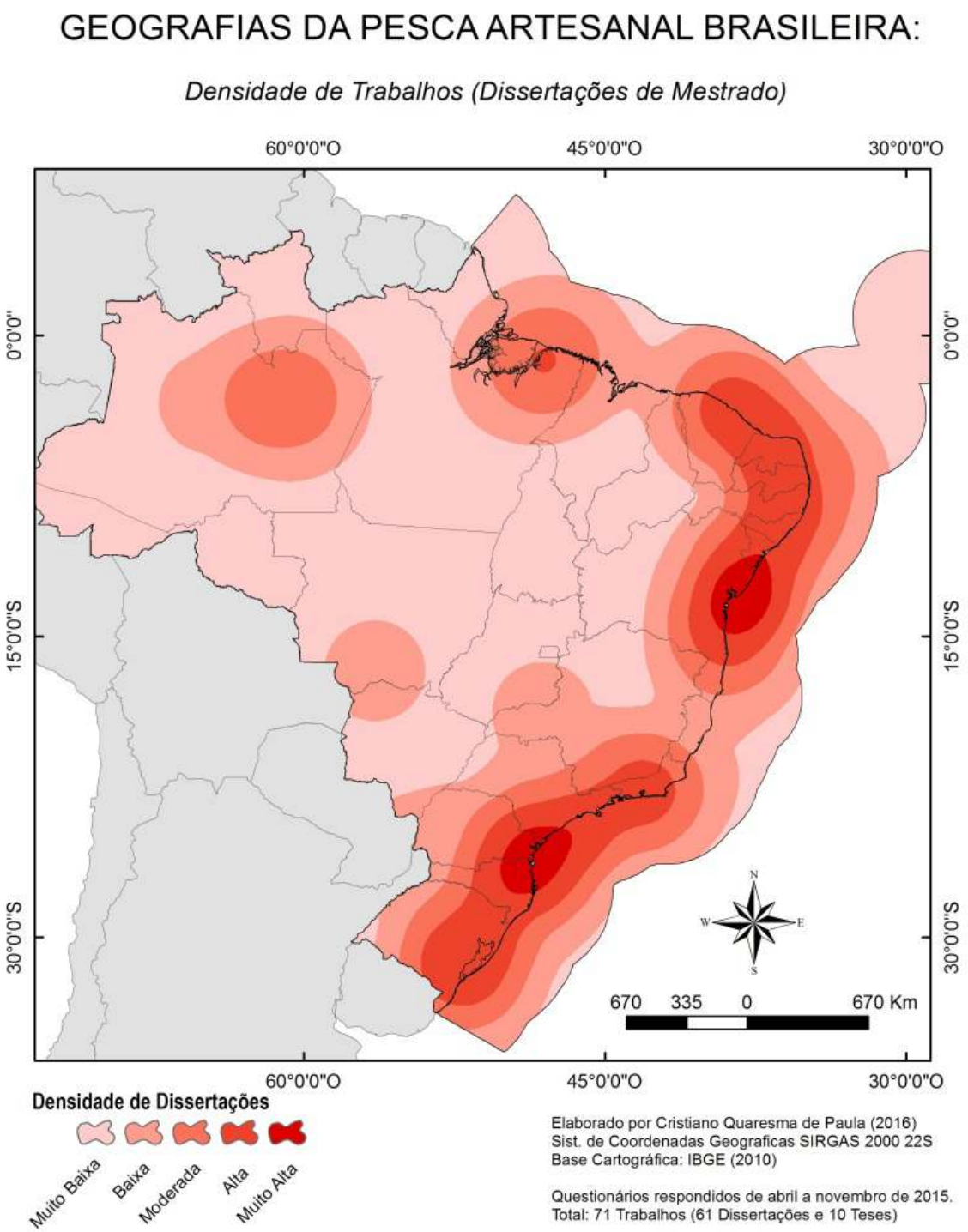
Ressalta-se que ocorrem pesquisas com densidade moderada-alta na região amazônica. Nas áreas de densidade baixa ou moderada que não estão na costa, existem importantes corpos d'água, como é o caso da complexa rede hidrográfica amazônica, do Pantanal Mato-Grossense, do estuário do rio São Francisco, do rio Araguaia e do lago Itaipu.

O mapa de densidade dos trabalhos em geografias da pesca exprime, de forma considerável, em abordagens dos geógrafos, a evidência das problemáticas dos pescadores no Brasil. As áreas de densidade alta assumem protagonismo nestas abordagens e são demonstrados potenciais para o diálogo entre os geógrafos. As áreas de densidade moderada e baixa se põem como possibilidade para se tramar uma rede de cooperação e ações conjuntas.

Ainda para se caracterizarem essas pesquisas, foi relevante compreender os estágios da formação acadêmica em que foram realizadas. As dissertações de mestrado (Figura 9) foram os trabalhos mais numerosos considerados nesta análise. Foi a principal modalidade de trabalhos analisados (61) de todas as regiões brasileiras. Só na Região Nordeste, estão 37,70% das dissertações de mestrado analisadas. Na sequência, têm-se as regiões Sul (22,95%) e Norte (19,67%) no número de dissertações. A Região Sudeste concentrou 16,39% das dissertações de mestrado e a Centro-Oeste somente 3,28%. Há uma distribuição dessas dissertações em todo o Brasil, com destaque no Nordeste e menor número no Centro-Oeste.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 9 – Mapa de densidade de trabalhos (dissertações de mestrado).



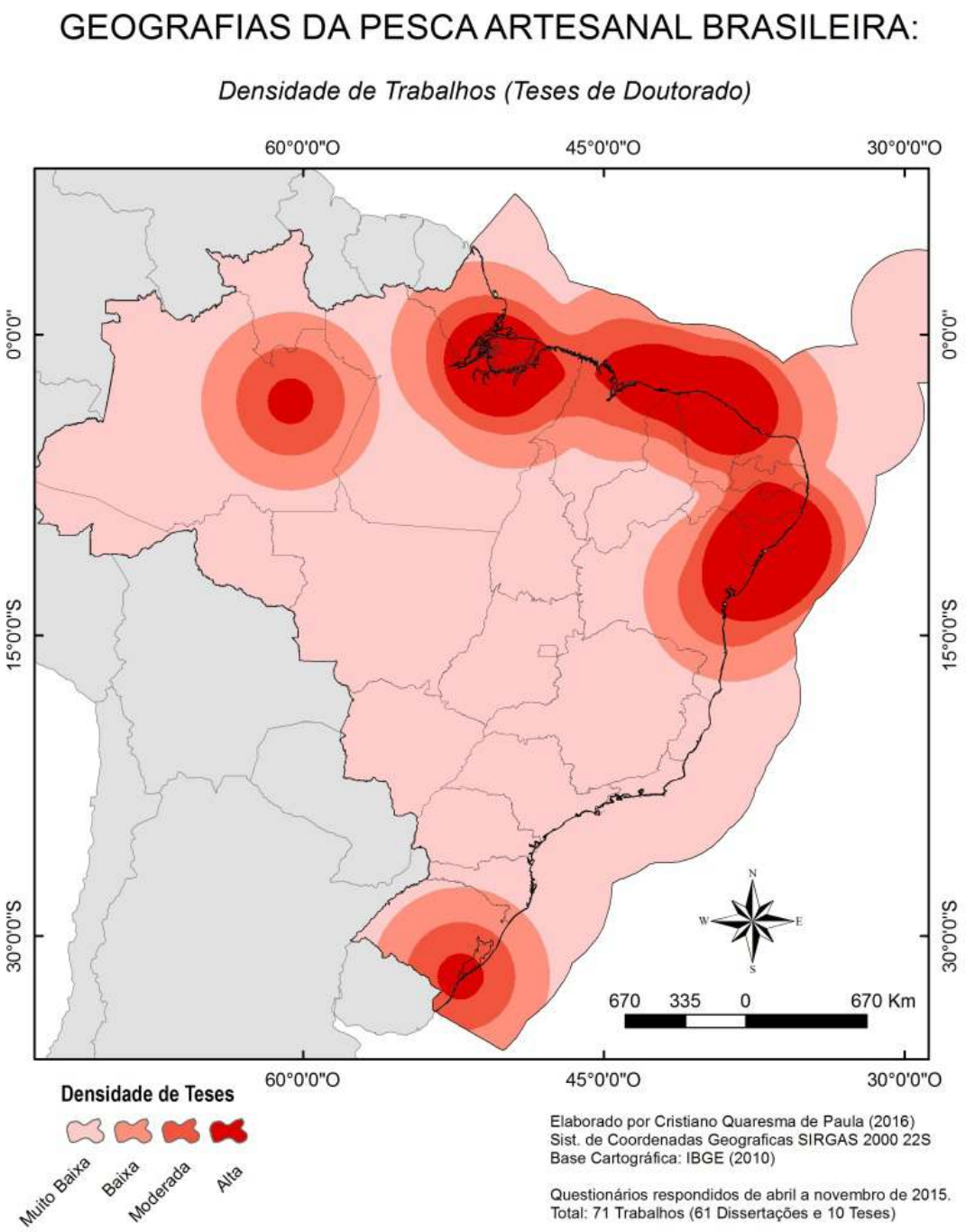
Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Foram analisadas 10 teses de doutorado (Figura 10), das quais 50% correspondem à

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Região Nordeste. A Região Norte contém 40% das áreas de pesquisa analisadas por meio das teses de doutorado. A Região Sul concentra 10% das teses, e as demais regiões não tiveram áreas de estudo analisadas no doutorado. As geografias da pesca que se expressam por meio das teses de doutorado referem-se prioritariamente à Região Nordeste.

Figura 10 – Mapa de densidade de trabalhos (teses de doutorado).



Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ao se comparar o mapa de densidade das pesquisas analisadas com o de densidade de dissertações de mestrado, constata-se que são bem semelhantes. Assim, do ponto de vista da densidade, as dissertações de mestrado correspondem à abrangência das áreas de estudo das geografias da pesca artesanal brasileira. Apesar do número mais restrito de teses de doutorado analisadas (10), nota-se um comportamento diverso das dissertações. As áreas de pesquisa de teses estão muito concentradas no Nordeste brasileiro.

Diálogos entre geógrafos e sujeitos sociais

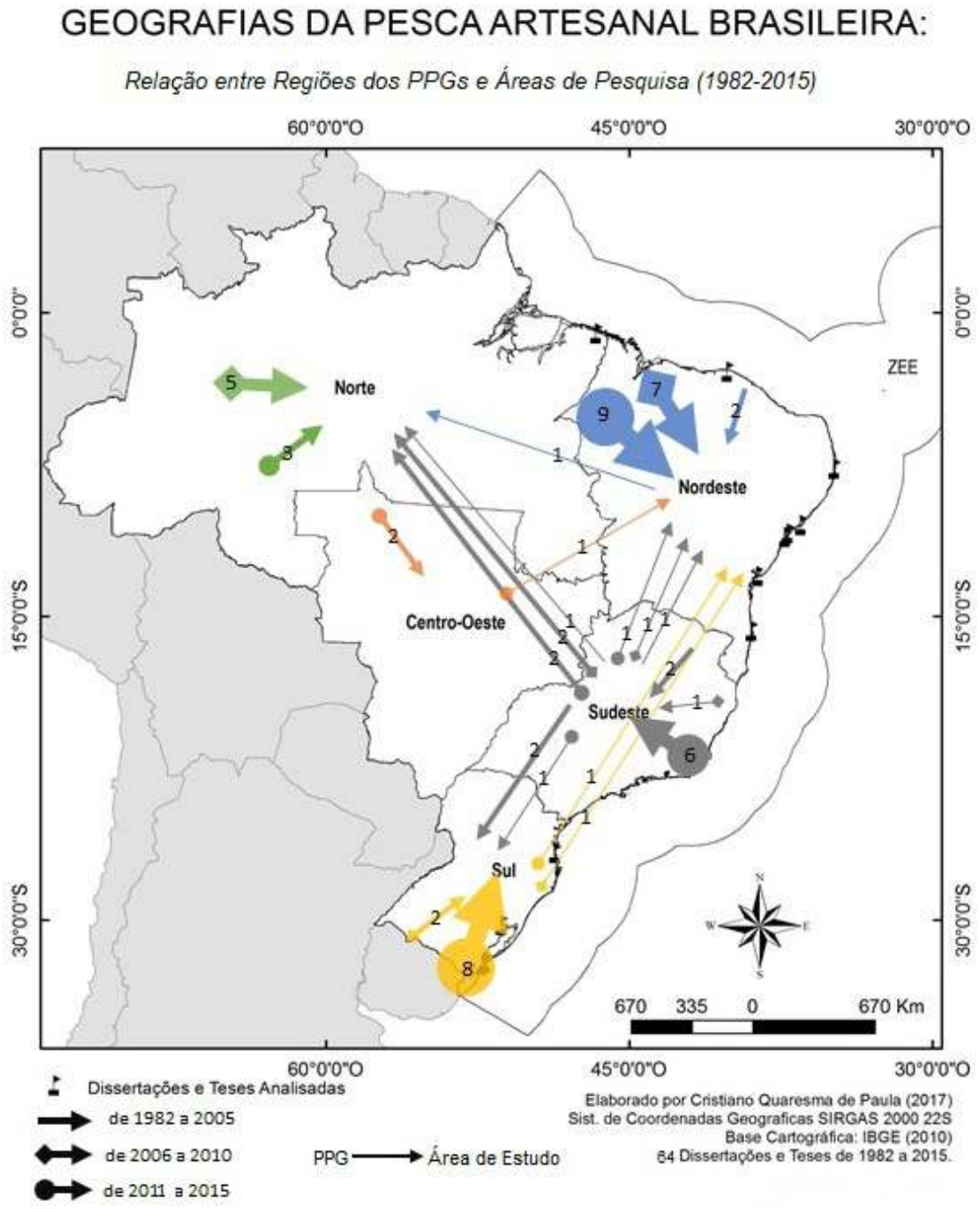
Andrade (1999) ressalta que o processo de institucionalização da geografia brasileira e os rumos do pensamento geográfico estão muito vinculados aos momentos históricos. Mas o que o momento histórico atual apresenta à geografia brasileira? Do ponto de vista institucional, entende-se que se trata do período de expansão e de consolidação da pós-graduação em Geografia. Destaca-se que a intensificação deste processo se deveu a políticas de Estado, especificamente a partir do ano de 2005, e que este contexto foi mais intenso no período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Presidência da República (2003-2016).

O processo de expansão da pós-graduação em Geografia é de grande importância na compreensão da pesquisa em geografia, no tempo presente. Este suporte histórico/institucional possibilita compreender os contextos em que foram estabelecidas geografias da pesca artesanal brasileira, pois se, de um lado, inseriram-se atores e condições sociais que estavam invisibilizados nas análises, de outro lado, a expansão da pós-graduação abriu a possibilidade para outros sujeitos se inserirem como pesquisadores, e, assim, apresentarem o Brasil a partir da análise de processos em que estão implicados.

Com base no mapa seguinte (Figura 11), será apresentada a relação entre os programas de pós-graduação em que as pesquisas foram realizadas e as áreas de estudo, por região e período.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 11 – Mapa de relação entre programas de pós-graduação e áreas de estudo, por região e período.



Fonte: *Elaborado por De Paula (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Num primeiro momento (até 2005), pode-se observar que poucos programas de pós-graduação (4) realizam tais pesquisas e que estes estão situados prioritariamente na Região Sudeste, onde se destaca o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Contudo, analisando-se as áreas de pesquisa, observa-se que as setas do Sudeste se direcionam para Sudeste, Nordeste, Norte e Sul, e as do Nordeste se direcionam para Nordeste e Norte. Sendo assim, observa-se que a área de estudo não está vinculada ao local do curso de pós-graduação.

Num segundo momento (de 2006 a 2010), são 14 programas de pós-graduação envolvidos nessas pesquisas, em quatro regiões brasileiras (a Região Centro-Oeste ainda não estava contemplada). Nesse período, observa-se um salto em pesquisas que abordam áreas de estudos das regiões Nordeste e Norte, sendo a maioria destas realizada por programas da própria região. Ressalta-se que estes programas (do Nordeste e do Norte) não realizam pesquisas em outras regiões. Um comportamento distinto se observa nos programas do Sudeste e Sul. A Região Sudeste, nesse período, tem áreas de estudos mais fora do que dentro da própria região (setas voltadas para Norte e Nordeste).

Num terceiro momento (de 2010-2015), são 24 programas de pós-graduação de Geografia envolvidos, e o comportamento das regiões Norte e Nordeste, onde as pesquisas em pesca são realizadas em áreas de estudo no âmbito da própria região, se mantêm. Na Região Sudeste, contudo, além de se continuar pesquisando em outras regiões, há o aumento de áreas de estudo na própria região. Na Região Sul, a dinâmica é intermediária, com o aumento significativo de pesquisas nos programas em áreas de estudo da região, e mantém, mesmo que em número reduzido, pesquisa com área de estudo no Nordeste. Nesse período, iniciam as pesquisas realizadas na Região Centro-Oeste, que são realizadas pelos programas da própria região, contudo, há caso de área de estudo na Região Nordeste.

Nesse contexto, é fundamental destacar o aumento significativo de pesquisas na geografia sobre pesca artesanal, nas regiões Nordeste e Norte, realizadas por programas da própria região. Isto está muito relacionado aos Planos Nacionais de Pós-Graduação (2005-2010/2011-2020), que permitiu o avanço da pós-graduação e, dessa forma, a visibilidade de áreas e situações de pesquisa até então não contempladas. Observa-se também um maior envolvimento entre pesquisadores e contextos de pesquisa.

Destaca-se a particularidade das pesquisas em pós-graduação, na Região Sudeste, que abordam a pesca em áreas de estudo de outras regiões (Nordeste e Norte). Num primeiro momento, as pesquisas nestes programas acontecem, prioritariamente, fora da região Sudeste, mas, na atualidade, cresceram dentro desta região e se mantêm ocorrendo em

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

outras regiões. Nesse contexto, mais do que pesquisadores externos ao contexto de pesquisa, se observa o deslocamento de pesquisadores de outras regiões para o Sudeste – que, até os anos 1990-2000, concentrava os cursos (MENDONÇA, 2005; SUERTEGARAY, 2007) –, mas que mantêm a área de estudo da região de origem.

Em todas as regiões, cresce o número de pesquisas desenvolvidas por programas de pós-graduação sobre áreas de estudo da própria região. Para pensar na possibilidade de trabalhos em rede, é fundamental atentar para o potencial de diálogo dentro das próprias regiões, a partir de problemáticas comuns.

Cabe ainda destacar a influência do momento histórico sobre as problemáticas e abordagens promovidas pela geografia. Se a Revolução de 1930 favoreceu a geografia tradicional, a Ditadura Militar promoveu a geografia quantitativa e a abertura democrática favoreceu a geografia crítica (ANDRADE, 1999), compreende-se que este ciclo de governo de esquerda também provocou mudanças no pensamento geográfico brasileiro. Isto se deveu tanto à distribuição geográfica dos programas de pós-graduação, quanto à pluralidade de problemáticas e abordagens.

Nesse período, foram sancionadas leis que suscitaram importantes debates na geografia, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha (2006) e o Estatuto de Igualdade Racial (2010). No âmbito da pesca, destacou-se a Lei de Concessão de Seguro-Defeso aos Pescadores Artesanais (2003). Por outro lado, dentro do contexto político neoliberal, foram instituídas leis que também provocaram debates e críticas no meio acadêmico, como o Novo Código Florestal (2012).

Cabe enaltecer, nesse período, a emergência de novos movimentos sociais (SANTOS, 2001), muitos deles relacionados a antigos movimentos sociais, que também trouxeram à tona problemáticas de grupos até então excluídos e invisibilizados. Destacou-se a criação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, em 2009, este muito relacionado com o Conselho Pastoral da Pesca, a Comissão Pastoral da Terra, a Liga Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na pesca, outros movimentos em escalas local e regional foram criados, e, além disso, houve, por parte de políticas do próprio Estado, a promoção de associações e cooperativas de pescadores artesanais, fomentada no governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT) a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2003.

Nesse sentido, se entende que o próprio contexto político incitou à geografia. Diante das questões apresentadas pela sociedade em movimento, este campo do conhecimento

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

elaborou meios teóricos e metodológicos para estabelecer respostas. Assim, a geografia brasileira abriu espaço para a inserção de novos sujeitos sociais, como os pescadores artesanais, que, até então, estavam invisibilizados na pesquisa geográfica.

Sobre os pescadores artesanais, a maior parte dos trabalhos analisados aponta que o diálogo se dá no âmbito das comunidades, contudo, estes também são frequentes sobre colônias e associações de pescadores. Em cada um desses contextos, se observam limites e possibilidades que valem ser brevemente discutidos. Entende-se esta possibilidade de diálogo com os sujeitos sociais a partir de Leff (2006), que propõe os diálogos de saberes. No campo científico, isto permite recuperar e reconstruir outras versões da história e da ciência, abrindo novos caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, superando a colonialidade do saber (SANTOS et. al., 2006).

O diálogo com as comunidades tem permitido conhecer a pesca artesanal brasileira e a relação entre *território água* e *território terra* (de moradia e vivência). Estes expressam os modos de viver e os enfrentamentos que as comunidades estabelecem frente a diversos contextos; expõem a vida no lugar e no cotidiano, bem como as estratégias para a subsistência e a resistência. Tais abordagens trazem à dimensão política, por meio de debates, acordos comunitários e defesa do território. Contudo, a dimensão política não se apresenta no campo institucional.

O diálogo institucional com as comunidades tem se manifestado no âmbito das associações e cooperativas de pescadores. Estas entidades têm aberto espaços para a discussão democrática sobre as problemáticas da pesca e sociais dos pescadores artesanais, bem como têm contestado a representação das colônias de pescadores. Além disso, costumam envolver os pesquisadores no seu processo de constituição, favorecendo o debate político institucional, cujos encaminhamentos têm sido analisados nas pesquisas sobre a pesca artesanal brasileira.

Tomando por base essas instituições, cabe enfatizar os limites do diálogo, sobretudo, entre associações e colônias de pescadores. Isto porque, muitas vezes, as associações são criadas frente aos descontentamentos dos pescadores com as colônias. Sendo assim, se estabelece um contexto de disputas, acerca de qual entidade tem o direito de representar os pescadores artesanais. Estas situações conflituosas acabam por dividir as comunidades de pescadores em grupos políticos, levando a implicações nos territórios tradicionais, como será comentado mais adiante.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Em relação à frequência do diálogo estabelecido entre pesquisadores e colônias de pescadores, é importante enfatizar que, frequentemente, esta decorre do reconhecimento social que tais instituições possuem como organização da pesca artesanal. Sendo assim, as colônias fornecem informações, documentos, proporcionam reuniões e, em certa medida, preservam a história da pesca da região. Contudo, não costumam proporcionar o debate político mais amplo e horizontal, limitando a análise das tensões que ocorrem no território.

É importante, ainda, atentar para a presença, cada vez maior, das organizações de pescadores, na perspectiva dos novos movimentos sociais (SANTOS, 2001). Identifica-se uma série de grupos organizados que representam interesses coletivos localizados, mas possivelmente universalizados. Nesse sentido, cabe enfatizar os fóruns de pescadores, como, por exemplo: o Fórum Delta do Jacuí, o Fórum da Lagoa dos Patos, o Fórum de Pescadores em Defesa da Baía de Sepetiba, o Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) e a Articulação Nacional de Pescadoras. Em escala nacional, se destaca a ação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). Ressalta-se que o diálogo com os movimentos sociais apresenta diferenças, pois se pressupõe que o trabalho do pesquisador corresponda às expectativas do grupo, logo, não é o pesquisador que estabelece a agenda de pesquisa, mas esta deve ser dialogada e construída conjuntamente.

Ainda em relação aos diálogos entre pescadores e geógrafos, é fundamental a superação da hierarquia estabelecida pela ciência moderna entre o conhecimento científico e o tradicional. Também é importante reconhecer, nos saberes tradicionais, a possibilidade de ligação entre conhecimento e prática, entre saber e pensar (SANTOS et al., 2006). Nesse sentido, os caminhos apresentados por Leff (2006), na perspectiva da racionalidade ambiental, devem ser amplamente empregados nas pesquisas, pois relacionam conhecimentos tradicionais e científicos, distinguem sem separar (MORIN, 1990). Dessa maneira, é fundamental conhecer a ação comunicativa que se estabelece (DE PAULA, 2013), proposta por Habermas (2012a, 2012b), e a tradução intercultural de Santos (2002), em que o primeiro expõe a dialógica a partir dos mundos da vida em que estão situadas as compreensões, e o segundo propõe reconhecer o que tem em comum entre compreensões de diferentes culturas.

Frente aos limites do conhecimento científico, principalmente daqueles produzidos dentro de lógicas assimétricas de poder e dominação, tem sido pomovidas iniciativas como a constituição de epistemologias contra-hegemônicas (SANTOS, 2007) e discussões a respeito da colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). Assim, discute-se a promoção de outras racionalidades (LEFF, 2006). Percebe-se que essas discussões, que são contemporâneas, também têm influênciado as abordagens das geografias da pesca.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Conclusões

O estágio atual da geografia brasileira pode ser compreendido a partir de três tendências. A primeira se refere, institucionalmente, ao processo de expansão dos programas de pós-graduação em Geografia no território nacional, resultado de políticas públicas. O segundo diz respeito ao pensamento geográfico, que, a partir da geografia crítica, insere na análise geográfica sujeitos e contextos sociais que, até então, estavam invisibilizados. O terceiro diz respeito propriamente a estes sujeitos que passam a ser evidenciados em políticas públicas próprias, e que resultam da luta por direitos encampadas pelos novos movimentos sociais.

O processo de institucionalização da geografia, no presente, apresenta como importante referencial o processo de expansão da oferta de pós-graduação em âmbito nacional. Isto se deve às políticas de Estado, principalmente implementadas a partir de 2005, por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (2005-2010 e 2011-2020). Assim, programas de diversas regiões passam a ser inseridos no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em um primeiro momento, e mesorregionalmente, em um segundo momento. Essa oferta, além de proporcionar cursos de mestrado e doutorado a um público maior, também fomentou o desenvolvimento de pesquisas em áreas de estudo que antes não eram abordadas pelos geógrafos.

Esse momento da execução da política pública deve ser registrado para que estudos posteriores possam averiguar a repercussão da interrupção desta proposta dos governos de esquerda no Brasil, que implementaram os Planos Nacionais de Pós-Graduação de 2005-2010 e 2011-2020. No caso das pesquisas sobre a pesca artesanal, observa-se que elas se tornaram "possíveis" principalmente durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (2002-2016). Neste contexto de política pública, na geografia, ganharam visibilidade novos sujeitos (no caso desta pesquisa, os pescadores artesanais), assim como os sujeitos pesquisadores, que tiveram a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos, bem como de desenvolvê-los em áreas de pesquisa em que estão intrinsecamente envolvidos.

Acrescenta-se que a emergência das pesquisas sobre a pesca artesanal, na leitura aqui apresentada, também ganha sustentação no âmbito do pensamento geográfico crítico, preocupado com os contextos de tensão em que se encontram os sujeitos sociais. Ressalta-se que não se pretende associar o momento atual à geografia crítica, proposta nos anos 1970 e 1980, mas compreendê-la em movimento. Tais estudos também são estimulados por críticas à colonialidade do saber (e do poder) presente no modelo eurocêntrico de ciência, e, assim, ganham ênfase nas análises sujeitos que, até então, eram desprestigiados, como os povos originários e tradicionais.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tais sujeitos, cada vez mais, ganham espaço também devido à sua presença em políticas públicas próprias. Estas políticas são resultados das lutas dos novos movimentos sociais, que integram em suas reivindicações direitos de cidadão e políticas específicas. O direito à diferença também se deve às relações que esses sujeitos estabelecem entre si, com a sociedade geral e com o ambiente. O destaque desses sujeitos tem chamado a atenção dos geógrafos, sobretudo, pela dimensão territorial evidente nas demandas relacionadas às questões ambientais.

Referências

1. ANDRADE, Manoel C. de A. **A construção da geografia brasileira.** In: *RA'EGA*. Espaço Geográfico em Análise, v. 3, 1999, pp. 19-34.
2. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Persona, 2007.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da área**. Área 36 Geografia/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2016, 42p.
4. _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010**/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2010, 91p.
5. _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2010, 309p.
6. DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal:** Fórum Delta do Jacuí. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2013, 129p.
7. _____. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2018. 451p.
8. FRANÇA, Ary. **A Ilha de São Sebastião**: estudo de geografia humana. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1954, 194p.
9. GUILHERME, Cássio Augusto. **De Dilma a Temer:** da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História.* Contra os preconceitos: história e democracia. 2017. Disponível em <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_Artigocompleto-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf>. Acesso em 12 out 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

10. HABERMAS, Jurgüen. **Teoria do agir comunicativo** – racionalidade da ação e racionalização do social. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2012a.

11. _____. **Teoria do agir comunicativo** – sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012b.

12. LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

13. MENDONÇA, Francisco. **Temas, tendências e desafios da geografia na pós-graduação brasileira.** In: *Revista da ANPEGE*, v. 2, n. 2, 2005, pp.7-20.

14. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 20ª ed., São Paulo: Annablume, 2005, 152p.

15. MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

16. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geografia está em crise. Viva a geografia!** (Comunicação apresentada no 3° Encontro Nacional de Geógrafos). In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, 1978.

17. QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Perspectivas latino-americanas. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

18. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Los nuevos movimientos sociales.** In: *Revista del Observatorio Social de América Latina*/OSAL, 5, 2001, pp.177-188.

19. _____. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 79, 2007, pp. 71-94.

20. _____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002, pp. 237-280.

21. _____.; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. **Conhecimento e transformação social:** por uma ecologia de saberes. In: *Hiléia* – Revista de Direito Ambiental da Amazônia, n. 6, 2006, pp.11-104.

22. SILVA, José B. da.; DANTAS, Eustógio W. C. **A pós-graduação em Geografia no Brasil:** uma contribuição à política de avaliação. In: *Revista da ANPEGE*, n. 2, 2005, pp. 21-37.

23. SPÓSITO, Eliseu Sevério. **A pós-graduação em Geografia no Brasil:** avaliação e tendências. In: SPÓSITO, E. S.; SILVA, Charlei A. da; SANT'ANNA NETO, João L.; MELAZZO, Everaldo S. *A diversidade da geografia brasileira*. Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, pp. 523-543.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

24. SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE**. In: *Revista da ANPEGE*, v. 1, n. 01, 2003, pp. 17-32.

25. _____. **Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em geografia no Brasil.** In: *Revista da ANPEGE*, v. 3, 2007, pp. 11-19.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 10.5418/RA2018.1425.0003

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ

THE MODERNIZATION OF PARANÁ'S AGRICULTURE (BRAZIL)

LA MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA DEL PARANÁ (BRASIL)

Roger Alexandre Rossoni
Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão. Professor substituto de Economia do Departamento Acadêmico de Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (DAADM-UTFPR) de Pato Branco. E-mail: roger.rossoni@gmail.com

Gerson Henrique da Silva
Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor associado do curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: gerson.silva@unioeste.br

Marcelo Lopes de Moraes
Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). Professor do curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós- Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PGDR-UNIOESTE). E-mail: marcelomoraes.unioeste@gmail.com

Alysson Luiz Stege
Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: alyssonstege@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo mensurar a evolução do nível de modernização da agricultura dos municípios paranaenses e sua distribuição espacial, nos anos de 1975, 1985, 1995 e 2006. Para tanto, foi estimado, por meio da análise fatorial, um índice de modernização da agricultura e analisada sua dispersão espacial nos municípios paranaenses, utilizando-se dos indicadores de I de Moran global e local. Os resultados demonstram que, inicialmente, o processo de modernização da agricultura paranaense ocorreu de forma mais intensa em municípios com solos mais propícios para a utilização de maquinários, em especial, o oeste e o norte do estado. Entretanto, também foram identificados *clusters* de alta modernização em áreas de solos menos propícios, que apresentaram características específicas que possibilitaram sua modernização. Assim, a concentração da modernização está relacionada à atuação do Estado e aos fatores naturais, demográficos e de ocupação dos municípios paranaenses.

Palavras-chave: agricultura, modernização, Paraná.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Abstract

This paper aims to measure the level of modernization of the agriculture in Paraná's municipalities, in Brazil, and its spatial distribution in 1975, 1985, 1995 and 2006. For this purpose, an index of modernization of agriculture was estimated through the factorial analysis and analyzed its spatial dispersion in the municipalities of Paraná, using indicators of global and local Moran's I. The results demonstrate that, initially, the modernization process of Paraná's agriculture occurred more intensely in municipalities with more propitious soil to use machinery, especially the West and North. However, high-modernization clusters were also identified in less favorable soil areas, which have specific characteristics that enabled their modernization. Therefore, the concentration of modernization is related to the action of State and to the natural, demographic and occupation factors of Paraná's municipalities.

Keywords: agriculture, modernization, Paraná State/Brazil.

Resumen

Este estudio objetiva medir la evolución del nivel de modernización de la agricultura de los municipios paranaenses, en Brasil, y su distribución espacial en los años 1975, 1985, 1995 y 2006. En ese sentido, fue realizada un análisis factorial para estimar el índice de modernización de la agricultura, así como fue analizada la dispersión espacial de este índice en los municipios paranaenses usando los indicadores de I de Moran global y local. Inicialmente, los resultados demuestran que el proceso de modernización de la agricultura priorizó municipios con suelos más propicios para utilización de maquinaria, en especial el oeste y el norte del estado. Al mismo tiempo, fue posible encontrar *clusters* con altos niveles de modernización en áreas menos propicias, pero presentando otros factores específicos que promovieron su modernización. Así, el nivel y la distribución de modernización pude estar relacionada con los factores geográficos o naturales, los factores de ocupación de los municipios paranaenses y a la acción del gobierno.

Palabras clave: agricultura, modernización, Paraná/Brasil.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

A Revolução Verde é caracterizada pela disseminação de novas práticas agrícolas baseadas na utilização de insumos químicos e no uso de maquinários. A Revolução Verde pode ser considerada como o início da agricultura moderna, de alta produtividade e com aplicação de tecnologia no processo de produção agrícola.

Esse processo de modernização da agricultura teve início no Brasil, na década de 1960. Para que isso efetivamente ocorresse, foram necessários esforços do Estado para dar condições a esse modelo de produção. Como exemplo, pode-se citar a expansão do crédito ao produtor rural e dos serviços de extensão e assistência técnica para a aplicação das novas técnicas (BACHA, 2012).

Os trabalhos de Oliveira (1981), Graziano da Silva (1997) e Palmeira (1989) relatam que o processo de modernização da agricultura, bem como a atuação do Estado para sua disseminação, está relacionado à introdução do processo de produção capitalista na agricultura, bem como sua integração à indústria.

Em função desse processo, houve efeitos perversos, como o êxodo rural, a expropriação dos meios de produção dos trabalhos rurais, a concentração fundiária e a subordinação aos bancos, devido ao endividamento por meio do crédito rural. Em contrapartida, a agricultura brasileira apresentou ganhos de produtividade, expansão da produção agrícola e o fomento de serviços e produtos relacionados à agricultura moderna, como tratores, agrotóxicos, fertilizantes e serviços de assistência técnica. Apesar do caráter contraditório, entre perdas sociais e ganhos econômicos, da modernização da agricultura brasileira, o país se consolidou como grande produtor e exportador de produtos advindos do setor agropecuário, principalmente no setor de *commodities*.

De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA/USP, 2018), em 2017, o agronegócio brasileiro produziu R$1.416,2 bilhões, representando 21,59% do Produto Interno Bruto (PIB). Entre as exportações, o agronegócio foi responsável por US$ 96,0 bilhões, em 2017, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018), representando 44,10% do total das exportações brasileiras.

O centro-sul foi a região mais impactada pela Revolução Verde, sendo esta região onde se concentrou o processo de modernização da agricultura brasileira (TEIXEIRA, 2005). O estado do Paraná se destaca como grande produtor agrícola e pecuário em nível nacional.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Historicamente, a agropecuária desempenhou papel importantíssimo na economia paranaense. A criação de gado, realizada de forma mais intensa nos Campos Gerais,[1] pode ser citada como uma das primeiras fases econômicas do Paraná. Parte dos animais era utilizada para o transporte de mercadorias até São Paulo, onde era vendida com o restante do rebanho. Vários locais de parada dos tropeiros, responsáveis pela condução dos rebanhos, foram a origem de diversos municípios paranaenses (ROLLEMBERG, 2010).

Conforme Wachowicz (1995), posteriores ao tropeirismo, as fases econômicas da erva-mate, no século XIX, e da madeira, no século XX, suscitaram o surgimento das primeiras agroindústrias para beneficiamento, ainda que primário, bem como de investimentos em infraestrutura de transporte destes produtos. Tanto a erva-mate, quanto a extração de madeira ocorreram, com maior intensidade, ao sul do Paraná. Em relação ao norte do estado, o cultivo do café representou um dos principais produtos agrícolas paranaenses, entre as décadas de 1900 e 1960 (CANCIAN, 1981).

A queda do cultivo do café ocorreu em um momento de excesso de produção cafeeira e de incentivos do governo para a modernização da agricultura. Tal processo, chamado de Revolução Verde, como já citado, apresentou diversas mudanças no campo, entre elas, a expansão da mecanização e do cultivo da soja.

Além da expansão da soja, especialmente no centro-oeste e norte do Paraná, o cultivo da cana-de-açúcar apresentou crescimento no Paraná, após o declínio do café, em especial, na região norte. Destaca-se que a expansão deste cultivo esteve relacionada a questões naturais, como a maior produtividade nesta região do estado, e a incentivos, como a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975 (PINHEIRO, PARRÉ, 2007; BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000).

Somam-se a esse processo de expansão produtiva a intensificação da criação de animais e o surgimento do complexo de carnes, a partir da década de 1980. O cultivo de grãos, em especial, da soja e do milho, e a criação de animais podem ser consideradas atividades centrais da agropecuária paranaense.

Atualmente, o estado do Paraná se destaca como grande produtor agropecuário em nível nacional. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018), foi o segundo maior estado produtor de grãos da safra 2016/2017, representando 17,2% da produção nacional. Quanto à criação de animais, em 2016, esse estado figurou como o maior abatedor de frango e o segundo maior abatedor de suínos, segundo a Secretaria de

[1] Região localizada ao centro do estado, também denominada de "segundo planalto paranaense".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Estado da Agricultura e do Abastecimento (PARANÁ, 2018).

Sintetizar a agropecuária paranaense apenas na produção de grãos e de animais é injustificável. A agricultura paranaense apresenta diversas particularidades, entre as quais se podem citar: a concentração da produção de hortifruti no leste paranaense (IPARDES, 2004a); a maior participação da agricultura familiar nas regiões ao sul do estado, em especial, na região sudoeste, onde o relevo acidentado e o processo de colonização protegeram a agricultura familiar (IPARDES, 2004b); a ampla integração de cooperativas agroindustriais e de produtores agropecuários, especialmente no oeste (IPARDES, 2004c); e a produção de cana-de-açúcar no norte paranaense.

Dessa forma, considerando as particularidades da agropecuária paranaense, o presente estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: qual a evolução do nível de modernização[2] da agricultura dos municípios paranaenses e sua distribuição espacial, nos anos de 1975, 1985, 1995 e 2006? Para responder a esta questão, estimou-se um índice de modernização da agricultura utilizando a análise fatorial que identifique quais municípios paranaenses possuem maior modernização agrícola. Após isso, verificou-se a existência, ou não, de dependência espacial na distribuição deste índice, identificando-se *clusters* espaciais nos municípios do Paraná.

Este trabalho se justifica pela grande participação do agronegócio na economia do Paraná e pela inexistência de trabalhos que analisem o processo de modernização da agricultura no longo prazo. Dessa forma, este trabalho realiza a análise da agricultura paranaense desde a sua modernização, na década de 1970. Os dados da agricultura deste estado têm como base os censos agropecuários realizados entre 1975 e 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O presente estudo está estruturado em cinco seções. A presente seção se refere à sua introdução, enquanto a segunda contém a revisão de literatura e contempla alguns estudos anteriores que abordam o processo de modernização da agricultura do Brasil e do Paraná. Já a terceira aborda os procedimentos metodológicos aplicados. Após a seção de metodologia, serão apresentados os resultados da pesquisa e, por fim, as considerações finais do estudo.

Modernização da agricultura

A Revolução Verde surge como resultado do esforço de pesquisadores de diversos países industrializados para o aumento da produtividade agrícola. Dessa forma, ela teve

[2] Refere-se à modernização nos moldes da Revolução Verde, pautada na utilização de maquinário e insumos químicos.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

como base o uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e a mecanização das atividades agrícolas. A inserção destas práticas na agricultura ocorreu, principalmente, em países em desenvolvimento e de clima tropical (FITZGERALD-MOORE, PARAÍ, 1996).[3]

No caso da agricultura brasileira, a justificativa da modernização em razão da demanda de alimentos, apesar de plausível, é contestada por diversos estudiosos do tema. Conforme já exposto, Oliveira (1981), Graziano da Silva (1997) e Palmeira (1989) abordam o processo de modernização como a industrialização da agricultura ou como a expansão do capitalismo na agricultura.

A atuação do Estado foi de suma importância para a disseminação das práticas modernas na agricultura brasileira. Destacam-se as criações do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, e da Empresa de Assistência Técnica (EMATER), em 1974 (BACHA, 2012). O desenvolvimento de conhecimento aplicado à agricultura brasileira é realizado por meio da EMBRAPA, enquanto a sua disseminação fica sob a tutela da EMATER.

O acesso ao crédito foi muito importante para que os produtores angariassem recursos financeiros para aderir às práticas modernas de agricultura (ANDRADES, GANIMI, 2007), entretanto, durante a década de 1980, devido à necessidade de ajustes fiscais para a contenção da inflação, houve a contração da oferta de crédito agrícola (RAMOS, MARTHA JÚNIOR, 2010). Com a redução do crédito e, por consequência, a diminuição do investimento agrícola, ocorreu a diminuição no ritmo da expansão do processo de modernização da agricultura brasileira (SOUZA, LIMA, 2003).

No Paraná, além de restringir a expansão da modernização da agricultura, a redução do crédito agrícola suscitou a mudança na estrutura produtiva agrícola paranaense, caracterizada pelo crescimento do complexo de carnes (PEREIRA, 1995). Tal mudança na estrutura produtiva se intensificou com a abertura comercial na economia brasileira, na década de 1990 (REZENDE, PARRÉ, 2003). A retomada do crédito rural, as melhores condições do mercado externo e o surgimento de incentivos fiscais estimularam as exportações de soja, principal cultivo da Revolução Verde no Brasil, após a década de 1990 (CALDARELLI, CÂMARA, SEREIA, 2009). Dessa forma, o modelo de agricultura moderna se consolidou no Paraná.

A modernização da agricultura não se restringiu apenas à mudança técnica na produção que impactou na produtividade, pois houve impactos de caráter ambiental,

[3] Tal processo contou com o financiamento e a articulação dos países desenvolvidos. Entre os agentes envolvidos, pode-se citar a Fundação Rockfeller, o governo estadunidense e empresas transnacionais do setor agroalimentar.

social e econômico (PALMEIRA, 1989; GASPI, LOPES, 2008). Segundo Veiga (2013), o processo de modernização da agricultura ocorreu em conjunto com a expansão da indústria, auxiliando no processo de desenvolvimento econômico.

Apesar do desenvolvimento econômico, o projeto de modernização da agricultura aplicado causou diversos efeitos perversos. A concentração da terra e da renda, bem como o aumento do êxodo rural, demonstra a expropriação dos meios de produção dos produtores rurais. A necessidade de crédito para a modernização reforça o mecanismo de submissão do produtor agrícola ao capital. Dessa maneira, a maior necessidade de rentabilidade se reflete em uma maior taxa de exploração da mão de obra, tanto a empregada quanto a familiar, no caso de pequenas propriedades. Este conjunto de fatores ilustra uma degradação da qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1989).

Revisão de literatura

Existe um vasto número de trabalhos abordando a modernização da agricultura. Esta seção apresenta alguns trabalhos que analisaram a modernização da agricultura em nível nacional ou especificamente o caso do estado do Paraná.

Um dos principais estudos referentes à modernização da agricultura brasileira utilizando a análise fatorial é o estudo de Hoffman (1992). Neste trabalho, foi caracterizado o processo de modernização de 157 microrregiões pertencentes a oito unidades federativas do Brasil, nos anos de 1975 e 1980. Entre seus principais resultados, destacaram-se a vanguarda do processo de modernização da agricultura do estado de São Paulo e o atraso da maioria das mesorregiões de Pernambuco e Bahia. Em relação ao estado do Paraná, observou-se a existência de sete microrregiões com agricultura relativamente modernizada, formando uma faixa entre o oeste e o nordeste paranaenses.

Assunção (1997) realizou a análise da modernização agrícola brasileira com base no modelo de inovação induzida, utilizando a análise fatorial e a análise espacial, nos anos de 1970 e 1985. Entre seus resultados, destacou-se que o processo de modernização ocorreu de forma heterogênea, entre as regiões analisadas, sendo o centro-sul a região com maior grau de modernização. Entre as áreas de maior modernização, evidenciou-se a maior utilização de insumos modernos. Em relação ao estado do Paraná, esse autor destacou o extremo oeste e o norte central como regiões "maduras" por possuírem a agricultura baseada na utilização de inovações mecânicas e bioquímicas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Souza e Lima (2003) caracterizaram a evolução do processo de modernização da agricultura nas unidades federativas do Brasil, entre 1970 e 1995. Os resultados deste estudo apontaram que a intensidade do processo de modernização foi significativamente diferente, sendo que, entre 1970 e 1980, a modernização ocorreu de forma mais intensa no Distrito Federal, no Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no Paraná. A partir de 1980, com a redução do crédito e do investimento, o processo de modernização sofreu retração. Em relação ao estado do Paraná, verificou-se que a expansão da modernização, até 1980, foi pautada na expansão do fator relacionado ao financiamento e na realização de investimentos na agricultura. Após 1980, apesar da retração do crédito, ocorreu aumento do fator relacionado ao uso de tratores, fontes de energias não tradicionais e despesas de produção.

O grau de modernização da agricultura brasileira, no ano de 2006, foi analisado por Costa et al. (2012), por meio de um índice de modernização da agricultura para as unidades federativas. Os resultados demonstraram que o grau de modernização continuou sendo significativamente distinto entre as unidades federativas, sendo que o Distrito Federal e os estados de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul apresentaram os maiores índices de modernização da agricultura. Os autores deste estudo destacaram que a heterogeneidade do grau de modernização da agricultura estava relacionada a fatores históricos, culturais e econômicos. Ao final, foi destacada a necessidade de programas que promovessem a modernização da agricultura nos estados menos modernizados. Em relação ao estado do Paraná, o processo de modernização se pautou, de forma mais intensa, na utilização de novas tecnologias em relação à área explorada, ou seja, a otimização da utilização da terra como principal responsável pela modernização agrícola.

O estudo de Medeiros (2014), utilizando a análise fatorial e a análise exploratória de dados espaciais, analisou o grau de modernização da agricultura para os municípios paranaenses, entre os anos de 1995 e 2006. Seus resultados demonstraram que a modernização da agricultura ocorreu de forma heterogênea, entre os municípios estudados. Por meio da análise exploratória de dados espaciais, foram encontrados *clusters* espaciais de baixa modernização, em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com restrições naturais à mecanização e com baixa produtividade agrícola.

O presente estudo se diferencia dos demais apresentados, nesta seção, por analisar o processo de modernização da agricultura do Paraná no longo prazo, isto é, nos anos de 1975, 1985, 1995 e 2006. Dessa forma, pretende-se complementar a literatura disponível

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

acerca desse tema com a apresentação, em um único estudo, do panorama da modernização da agricultura paranaense desde o seu princípio até o último censo disponível (2006).

Metodologia

Foram aplicados dois métodos quantitativos neste estudo. Primeiramente, realizou-se a análise fatorial com o objetivo de mensurar o grau de modernização da agricultura dos municípios. No segundo momento, utilizou-se a análise exploratória de dados espaciais com o intuito de se verificar a distribuição espacial da modernização da agricultura. Destaca-se que o conceito de modernização utilizado se refere às práticas advindas da Revolução Verde, caracterizada pela mecanização e pela utilização de insumos químicos. Tal delimitação é de suma importância, pois um conceito mais amplo, considerando avanços tecnológicos mais recentes, como a agricultura de precisão, não é o foco do presente estudo.

Nesta seção, inicialmente, apresentam-se a técnica da análise fatorial, a análise exploratória de dados espaciais e, por fim, a fonte dos dados utilizados.

Análise fatorial

A análise fatorial é um método estatístico que busca identificar fatores comuns a partir de um conjunto de variáveis inter-relacionadas. Este método considera a premissa básica de que é possível representar um conjunto de variáveis por meio de um número reduzido de fatores, possibilitando sintetizar grande número de variáveis por intermédio dos fatores comuns (REIS, 2001).

Para que a análise fatorial seja adequada, é necessário realizar dois testes: o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de esfericidade de Bartlett. O teste KMO compara as correlações simples e as correlações parciais entre as variáveis, resultando em valores entre 0 e 1. Valores próximos de 1 indicam a existência de autocorrelação, apontando a possibilidade de aplicação da análise fatorial. O inverso vale para valores próximos de 0. Segundo Reis (2001), os resultados da estatística KMO iguais ou inferiores a 0,60 indicam que a utilização da análise fatorial pode ser desapropriada. O teste de esfericidade de Bartlett verifica a presença de correlações significativas entre as variáveis. Segundo Bezerra (2007), para que a análise fatorial seja aplicada, o valor de significância do teste não pode ultrapassar 0,05.

A estimação dos fatores é realizada pela combinação linear das variáveis originais, sendo expressa matematicamente por:

$$F_j = \omega_{j1}X_1 + \omega_{j2}X_2 + \omega_{j3}X_3 + \cdots + \omega_{ji}X_i \qquad (1)$$

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Onde F_j: são os fatores comuns não relacionados entre si; W_{ji} os coeficientes dos escores fatoriais e, X_i as variáveis originais padronizadas.

A escolha adequada do número de fatores a serem estimados é de fundamental importância para se determinar a efetividade da análise fatorial. A escolha de poucos fatores pode resultar na baixa capacidade de explicação dos fatores selecionados. Ao contrário, optando por muitos fatores, elimina-se a principal vantagem da análise fatorial: a sumarização dos dados (BEZERRA, 2007).

A delimitação do número de fatores foi realizada por meio do critério do Autovalor, também chamado de *Eigenvalue* ou *Kaizer test*. Este critério determina o número de fatores em função da variância explicada por fator, e apenas fatores com *Eigenvalue* acima de 1,0 são considerados significativos.

A extração dos fatores foi realizada por meio do método dos componentes principais. Optou-se por este método devido à indisponibilidade de informações sobre a distribuição de probabilidade das variáveis aleatórias. Tal método consiste na estimação dos fatores comuns que maximizem a sua contribuição para a comunalidade. Dessa forma, o primeiro fator possui maior capacidade de explicação da comunalidade; o segundo fator apresenta a segunda maior capacidade de explicação da comunalidade; e assim sucessivamente.

Segundo Bezerra (2007), é comum que os fatores estejam relacionados à maioria das variáveis. Para facilitar a interpretação dos fatores, é indicada a realização da rotação destes. Entre as diversas técnicas de rotação de fatores, a rotação Varimax é a mais utilizada. Este método tem como objetivo minimizar o número de variáveis fortemente relacionadas com cada fator.

Uma vez extraídos os fatores comuns, é necessário calcular os escores fatoriais. Os escores fatoriais são valores numéricos para cada município paranaense e podem ser utilizados para indicar a posição relativa de cada município em relação ao conceito expresso pelo fator, assumindo valores positivos ou negativos. Os escores fatoriais foram calculados utilizando-se o método da regressão apresentado em Mingoti (2005).

Determinados os fatores e os escores fatoriais, é possível mensurar o grau de modernização da agricultura, denominado Índice de Modernização Agrícola (IMA).[4] O IMA considera os escores fatoriais ponderados pela sua variância, sendo representado por:

[4] A nomenclatura Índice de Modernização Agrícola (IMA) é também adotada por Medeiros (2014), entretanto, a composição do índice proposto neste trabalho diverge do índice mensurado pelo referido autor.

$$IMA = \frac{\sum_{i=1}^{n} w_i f_i}{\sum_{i=1}^{n} w_i} \quad (2)$$

Onde: w_i é a proporção da variância explicada por fator e f_i os escores fatoriais.

A metodologia apresentada para se mensurar o IMA foi utilizada nos trabalhos de Hoffman (1992), Souza e Lima (2003) e Medeiros (2014).

Por se tratar da análise fatorial abrangendo mais de um período, as observações das 25 variáveis, nos quatro períodos, foram agregadas. Destaca-se que este procedimento possibilita analisar o comportamento do IMA, entre os períodos analisados.

No cálculo do IMA, foi considerada a matriz M, de 1368X25[5], sendo composta de: M1 – a matriz 288x25, com os valores dos indicadores por município, em 1975; M2 – a matriz 310x25, com os valores dos indicadores por município, em 1985; M3 – a matriz 371x25, com os valores dos indicadores por município, em 1995; e M4 – a matriz 399X25, com os valores por município, no ano de 2006.

O IMA foi classificado em graus de modernização de acordo com o desvio-padrão em relação à média: muito alto (MA) – entre dois e três desvios-padrão acima da média; alto (A) – entre um e dois desvios-padrão acima da média; médio (M) – entre a média e um desvio-padrão acima da média; baixo (B) – entre a média e um desvio-padrão abaixo da média; e muito baixo (MB) – entre um e dois desvios-padrão abaixo da média.

Análise exploratória de dados especiais (AEDE)

A análise exploratória de dados especiais (AEDE) tem por objetivo descrever e visualizar a distribuição espacial, os padrões de associação espacial e a identificação de diferentes regimes espaciais (ALMEIDA, 2012). No presente trabalho, utilizaram-se as seguintes técnicas: testes de autocorrelação espacial global e local e o mapa de *clusters* do tipo LISA.

Para se implementar a AEDE, se faz necessária a adoção de uma matriz de ponderação espacial (W). A matriz de ponderação espacial é uma matriz quadrada de dimensão , que expressa o arranjo espacial das interações resultantes do fenômeno a ser estudado (ALMEIDA, 2012).

A autocorrelação espacial global busca verificar a existência, ou não, da aleatoriedade

[5] Número de municípios vezes o número de variáveis.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

espacial, ou seja, se os valores de determinada variável de uma região não dependem dos valores de regiões vizinhas. Para se verificar a aleatoriedade espacial, foi aplicada a estatística I de Moran global, que pode ser expressa por:

$$I = \frac{z'Wz}{z'z} \quad (3)$$

Onde: z é variável de interesse padronizada e Wz são os valores médios da variável de interesse padronizada nos vizinhos.

Segundo Almeida (2012), o I de Moran global é um coeficiente de autocorrelação espacial que resulta da relação entre a autocovariância dos produtos cruzados ($z'Wz$) e pela variância dos dados ($z'z$). Os resultados obtidos estarão no intervalo de -1 a 1. Valores negativos indicam autocorrelação negativa, demonstrando que uma região com a variável observada apresenta valores altos e seus vizinhos valores baixos, ou vice-versa. Valores positivos indicam autocorrelação positiva, região que apresenta valores altos na variável observada possui vizinhos com a mesma característica. Valores próximos de 0 indicam ausência de autocorrelação espacial.

A autocorrelação global considera um valor para o conjunto de dados, contudo, este indicador pode esconder especificidades de cada região (ALMEIDA, 2012). A estatística I de Moran local considera o grau de autocorrelação individual de cada região.

O I de Moran local é uma decomposição do I de Moran global, em que a soma dos indicadores locais deve ser igual ao valor do I de Moran global. O I de Moran local é expresso matematicamente por:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^{j} W_{ij} z_j \quad (4)$$

Para facilitar a análise I de Moran local, sugere-se que seus resultados sejam mapeados por meio da significância estatística dos resultados encontrados, no chamado mapa de *clusters* LISA. Neste mapa, foram expostas quais localidades apresentaram I de Moran local estatisticamente significante e qual seu tipo de associação espacial.

A associação espacial pode ser: alto-alto (AA), quando a variável observada com valor alto é acompanhada de vizinhança com a mesma característica; baixo-baixo (BB), quando a variável observada com valor baixo é acompanhada de vizinhança com a mesma característica; alto-baixo (AB), quando a variável observada com valor alto é acompanhada de vizinhança com valor baixo; e baixo-alto (BA), caso oposto da AB (ANSELIN, 1996).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Fonte dos dados e descrição das variáveis

O IMA foi construído utilizando-se dados relacionados à agropecuária paranaense, coletados nos censos agropecuários dos anos de 1975, 1985, 1995[6] e 2006, realizados pelo IBGE.

Foram utilizadas 21 variáveis, conforme a Figura 1. Tais variáveis foram inspiradas nos trabalhos de Hoffman (1992), Souza e Lima (2003) e Medeiros (2014).

Figura 1 – Variáveis utilizadas na pesquisa.

Variável	Composição	Variável	Composição
X1	Trator/equivalente-homem7 (EH)	X14	Área irrigada/AE
X2	Colheitadeira/área explorada (AE)	X15	Área irrigada/HE
X3	Colheitadeira/EH	X16	Total das despesas/AE
X4	*Estab. que usam adubo químico/AE	X17	Total das despesas/HE
X5	Estab. que usam adubo orgânico/AE	X18	Total dos investimentos/AE
X6	Estab. que usam adubo orgânico/EH	X19	Total dos investimentos/HE
X7	Estab. que usam agrotóxico/AE	X20	Total dos financiamentos/AE
X8	Estab. que usam calagem/AE	X21	Total dos financiamentos/HE
X9	Estab. que usam irrigação/EH		

**Estab. = estabelecimentos. Fonte: Elaborado pelos autores.*

Destaca-se que os censos agropecuários sofreram alterações nas variáveis disponíveis, entre 1975 e 2006. Dessa forma, o número de máquinas para colheita, a área irrigada e as despesas com adubos, corretivos, sementes, mudas e defensivos não foram utilizados. Como substituto das variáveis relacionadas à despesa, foi incluído o valor de despesa total.

Alguns cuidados foram tomados quanto ao tratamento das variáveis utilizadas para se evitar distorções em sua aplicação na análise fatorial. As variáveis mensuradas em valores monetários, nos anos de 1975, 1985 e 1995, foram atualizadas para valores correntes de 2006, com base no IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). Quanto à concepção de área explorada, Hoffmann (1992) a conceitua como a soma das áreas de lavouras, pastagens e matas.

[6] Segundo o IBGE (1998), o censo aborda o período entre 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996. Os dados sobre propriedade, área e pessoal ocupado referem-se a 31-12-95. Dessa forma, optou-se pela utilização de indicação do ano de 1995.

[7] Silva e Kageyama (1983) abordam que a utilização do EH representa melhor a força de trabalho disponível em relação ao número de pessoas ocupadas. Considerou-se: homem adulto = 1 EH; mulher adulta = 0,6 EH; criança = 0,4 EH.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Apesar da utilização do termo agricultura, as variáveis contemplam os estabelecimentos agrícolas, pecuários e de silvicultura. Contudo, a utilização de tratores, máquinas para colheita, adubos e agrotóxicos está mais presente nas atividades agrícolas. Assim, devido à inexistência de variáveis disponíveis que caracterizem práticas modernas nas demais atividades rurais, avaliou-se o nível de modernização agrícola.

Resultados e discussão

Como apresentado na metodologia, antes do cálculo dos índices, fez-se necessário verificar se os dados são adequados para a aplicação da análise fatorial. O teste KMO apresentou resultado de 0,602 e o teste Bartlett de Esfericidade apresentou a significância no valor de 0,000. Dessa maneira, ambos os testes demonstraram que os dados analisados são adequados para a análise fatorial.

Após a confirmação da adequação dos dados, estimou-se o número de fatores. Com base no critério do autovalor, foram identificados seis fatores, conforme pode ser visto na Figura 2. Os seis fatores gerados conseguem explicar 79,891% da variância total das variáveis.

Figura 2 – Número de fatores e sua variância explicada.

Fator	Variância explicada pelo fator (%)	Variância acumulada (%)
1	21,343	21,343
2	14,750	36,093
3	12,595	48,688
4	11,944	60,632
5	10,233	70,865
6	9,026	79,891

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 3 apresenta as cargas fatoriais das variáveis após a aplicação da rotação ortogonal Varimax e as suas respectivas comunalidades.[8] Verifica-se que todas as variáveis apresentaram comunalidade acima de 0,5. Assim, nenhuma variável foi descartada. As composições dos fatores ocorreram de acordo com a maior carga fatorial (destacados em negrito).

[8] Comunalidade: é a proporção da variância total das variáveis padronizadas explicadas pelos fatores comuns. Cargas fatoriais: expressam o grau de relação entre a variável original e os fatores comuns.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 3 – Comunalidades e cargas fatoriais das variáveis.

Variáveis	Fatores						Comunalidades
	1	2	3	4	5	6	
X1	,022	,886	-,044	,182	,211	,087	,873
X2	,311	,722	,372	-,027	-,095	-,121	,780
X3	-,020	,948	,163	,023	-,032	,014	,927
X4	,888	,130	,118	,016	-,007	-,144	,841
X5	,909	-,052	-,027	,053	,059	,169	,865
X6	,699	,085	-,209	-,011	,095	,377	,691
X7	,740	-,087	,378	-,093	-,133	-,165	,751
X8	,699	,185	-,127	,179	,148	-,131	,610
X9	,243	,327	-,232	,485	,280	-,006	,533
X10	,155	,020	,050	,934	,103	-,033	,911
X11	-,127	,055	,012	,901	-,036	,029	,834
X12	,303	,000	,175	,172	,847	-,046	,871
X13	-,130	,081	-,021	-,009	,899	,082	,839
X14	,329	-,090	,548	-,018	-,004	,644	,831
X15	-,121	,042	,124	,002	,032	,888	,822
X16	,089	,120	,926	-,022	,046	,072	,888
X17	-,227	,306	,704	,032	,122	,237	,714

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Fator 1 (F1), capaz de explicar 21,343% da variância total, apresentou relação positiva com a utilização de insumos agrícolas. Compõem o F1 as variáveis: número de estabelecimentos que usam adubo químico por área explorada (X4), número de estabelecimentos que usam adubo orgânico por área explorada (X5), número de estabelecimentos que usam adubo orgânico por equivalente-homem (X6), número de estabelecimentos que usam agrotóxico por área explorada (X7) e número de estabelecimentos que utilizam calagem por área explorada (X8).

O Fator 2 (F2), capaz de explicar 14,750% da variância total, apresenta relação positiva com a mecanização. Os maiores escores fatoriais ocorreram nas variáveis: número de tratores por equivalente-homem (X1), número de colheitadeiras por área explorada (X2) e número de colheitadeiras por equivalente-homem (X3).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O Fator 3 (F3) apresenta relação com o valor do financiamento agrícola. O valor total de financiamentos por área explorada (X16) e o valor total de financiamentos por equivalente-homem (X17) compõem o F3, sendo este fator capaz de explicar 12,595% da variância total das variáveis.

O Fator 4 (F4), capaz de explicar 11,944% da variância total das variáveis, está positivamente relacionado com a utilização de irrigação. Compõem o F4: número de estabelecimentos com irrigação por equivalente-homem (X9), área irrigada por área explorada (X10) e área irrigada por equivalente-homem (X11).

O Fator 5 (F5) apresenta relação positiva com o montante de despesas. O valor total de despesas por área explorada (X12) e o valor total de despesas por equivalente-homem (X13) compõem o F5, sendo este fator capaz de explicar 10,233% da variância total das variáveis.

O Fator 6 (F6), capaz de explicar 9,026% da variância total, apresentou relação positiva com o total de investimentos realizados. Compõem o F6: valor total de investimentos por área explorada (X14), valor total de investimentos por equivalente-homem (X15) e valor dos investimentos por pessoa ocupada (X23).

Os fatores com maior capacidade de explicação da variância apresentam maior influência na composição do IMA. Dessa forma, a utilização de tratores, colheitadeiras, agrotóxicos, adubos e calagem, elementos presentes no F1 e no F2, caracteriza a agricultura moderna de forma mais intensa, de acordo com o índice proposto. Tal resultado é semelhante ao apresentado nos índices estimados por Medeiros (2014) e por Costa et al. (2012), nos quais a mecanização e a utilização de insumos modernos representam os fatores de maior capacidade de explicação. Destaca-se que o F1 e o F2 representam práticas advindas da Revolução Verde, apresentando indícios da coesão do IMA e o objetivo do estudo.

Seguindo a metodologia proposta, foi possível estimar o IMA para cada município. O IMA apresentou média de 13,328 e o desvio-padrão de 8,243. Com base na média e no desvio-padrão, foram delimitadas cinco faixas de classificação do IMA: muito baixo (MB) – entre 0 e 5,085; baixo (B) – entre 5,086 e 13,327; médio (M) – entre 13,328 e 21,570; alto (A) – entre 21,571 e 29,813; muito alto (MA) – entre 29,814 e 38,056; e muitíssimo alto (MMA) – acima de 38,056.

Na Figura 4, foi apresentado o percentual de participação dos municípios paranaenses por faixa de classificação do IMA e o IMA médio de cada ano analisado.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 4 – Percentual de participação por classificação do índice de modernização da agricultura.

Ano	Nível de modernização						IMA médio
	Muito baixo (MB)	Baixo (B)	Médio (M)	Alto (A)	Muito alto (MA)	Muitíssimo alto (MMA)	
1975	22,4%	54,9%	19,5%	2,5%	0,4%	0,4%	9,588
1985	6,9%	36,8%	32,5%	18,1%	4,3%	1,4%	15,908
1995	10,1%	46,9%	31,4%	9,0%	1,8%	0,7%	13,625
2006	8,3%	40,8%	35,0%	11,6%	3,6%	0,7%	14,1912

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se que, entre 1975 e 1985, ocorreu a queda na participação de municípios classificados como muito baixo e baixo, e o aumento das classes médio, alto, muito alto e muitíssimo alto, evidenciando o processo de modernização da agricultura paranaense. Os municípios classificados como muito baixo representavam 22,4% dos municípios, em 1975, diminuindo para 6,9%, em 1985.

Entre 1985 e 1995, verifica-se que o processo de expansão da modernização não se sustentou. Houve aumento da participação de municípios classificados como muito baixo e baixo, em detrimento da redução dos municípios classificados como alto, muito alto e muitíssimo alto. Contudo, o IMA médio de 1995 se manteve acima do IMA médio de 1975, demonstrando que, apesar do aumento da presença de municípios com menor IMA, entre 1985 e 1995, o IMA se manteve em situação melhor que em 1975.

Constata-se que, entre 1995 e 2006, assim como entre 1975 e 1985, houve expansão da modernização, porém em menor intensidade. Nota-se pequena redução da participação dos municípios classificados como muito baixo e baixo. As demais classificações apresentaram crescimento, com exceção do muitíssimo alto, que se manteve em 0,7%.

Para uma maior compreensão da dinâmica da modernização da agricultura, se faz necessário verificar a variação dos fatores que compõem o IMA. Na Figura 5, apresentam-se os fatores que compõem o IMA, sendo estes padronizados[9] para facilitar a interpretação.

[9] O maior valor do fator foi considerado 100, o menor 0, e demais valores calculados por meio da interpolação entre 0 e o valor 100.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 5 – Fatores padronizados entre 1975 e 2006.

Fator	F1	F2	F3	F4	F5	F6
	Insumos	Mecanização	Financiamento	Irrigação	Despesa	Investimentos
1975	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	62,1
1985	100,0	30,7	45,8	21,8	17,1	100,0
1995	44,2	84,4	0,0	66,4	50,6	3,3
2006	36,6	100,0	37,6	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao se analisar o valor médio dos fatores, verifica-se que, entre 1975 e 1985, houve crescimento de todos os fatores, com exceção do F3, que abrange o financiamento agrícola. De acordo com Ramos e Martha Júnior (2010), a redução do crédito agrícola decorreu do esgotamento de fontes de recursos e os ajustes fiscais aplicados nas décadas de 1980 e 1990 para controle da inflação.

Apesar da redução do fator de financiamento e do aumento da modernização, não se desqualifica a função do crédito na disseminação das práticas agrícolas modernas. Conforme Andrades e Ganimi (2007), o acesso ao crédito foi muito importante para convencer os produtores a implantarem o manejo de produção com base nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

Verifica-se a redução do IMA médio da agricultura paranaense, entre 1985 e 1995. Contudo, ao se analisar o valor médio dos fatores, constata-se o aumento nos fatores relacionados à mecanização (F2), irrigação (F4) e despesas (F5), demonstrando a expansão de algumas práticas agrícolas modernas. Em contrapartida, verifica-se a redução dos fatores relacionados à utilização de insumos (F1), financiamento (F3) e investimentos (F6). Tal resultado corrobora o estudo de Souza e Lima (2003), que relata que a modernização da agricultura do Paraná, entre 1980 e 1995, se caracterizou pela retração do crédito e do financiamento, acompanhada da expansão da utilização de tratores e das despesas de produção nos estabelecimentos agropecuários.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Em relação ao F1, destaca-se que este fator abrange o número de estabelecimentos que utilizaram insumos agrícolas. Dessa forma, verifica-se que a redução do número de estabelecimentos que utilizaram insumos agrícolas modernos, entre 1985 e 1995, possivelmente esteve associada à redução do número de estabelecimentos, especialmente aqueles com áreas de lavoura temporária, sendo o milho e a soja os principais cultivos deste tipo de lavoura na agricultura, exigindo o uso de máquinas e insumos modernos. Em 1985, havia 466.397 estabelecimentos agrícolas no Paraná, sendo que 405.999 destes possuíam alguma área de lavoura temporária. Em 1995, o número de estabelecimentos foi reduzido para 369.875, dos quais 300.979 apresentavam alguma área de lavoura temporária, segundo dados dos respectivos censos (IBGE, 1985, 1995).

Convém explicitar que, devido à concentração de terras em um número menor de estabelecimentos, a redução do número de estabelecimentos que utilizam insumos modernos não necessariamente representou a diminuição na área agrícola com utilização destes insumos. Entretanto, não há dados disponíveis para verificar se houve aumento, ou não, na área agrícola com utilização de insumos modernos.

A retração dos fatores relacionados ao financiamento (F3) e ao investimento (F6) possivelmente decorre da continuidade do processo iniciado em 1985, de esgotamento das fontes de recursos e de medidas fiscais de controle à inflação. Souza e Lima (2003) apontam que a redução do crédito, na década de 1980, provocou a redução do ritmo da expansão do processo de modernização da agricultura brasileira. Agrega-se a esta concepção a contribuição de Pereira (1995), ao afirmar que a escassez de crédito, na década de 1980, acarretou mudanças na estrutura produtiva agrícola paranaense.

Entre 1995 e 2006, verifica-se o aumento dos fatores relacionados à mecanização (F2), financiamento (F3), irrigação (F4) e despesas (F5), demonstrando a sequência da disseminação da modernização da agricultura, bem como a queda de fatores relacionados a insumos (F1) e investimentos (F6), porém, em menor intensidade.

Destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, impactando positivamente o F3 e, possivelmente, auxiliando na disseminação da modernização para o pequeno produtor rural familiar. Gasques et al. (2005), ao analisarem o PRONAF, entre 1996 e 2000, demonstraram a correlação positiva entre a taxa média de crescimento dos valores do PRONAF e a taxa média de crescimento da produção rural, entretanto, destacaram que os resultados obtidos não permitiam afirmar uma relação estatisticamente significante.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Apesar de que, assim como entre 1985 e 1995, ocorreu a redução do F1 e F6, entre 1995 e 2006, não se pode inferir os mesmos motivos para tal processo, devido ao maior controle da inflação e à retomada da expansão do crédito. Em relação aos insumos, verifica-se a continuidade do processo de redução do número de estabelecimentos que possuem alguma área aplicada à lavoura temporária, reduzindo-se de 300.979 estabelecimentos, em 1995, para 258.052, em 2006, segundo dados dos respectivos censos (IBGE, 1995, 2006). Rezende e Parré (2003) relacionaram a abertura comercial e a valorização cambial, ocorridas na década de 1990, com a intensificação da alteração da estrutura produtiva agrícola paranaense, citada por Pereira (1995).

No que se refere aos investimentos, constata-se pequena redução de R$ 2,07 bilhões de reais, em 1995, para R$ 1,98 bilhões, em 2006, de acordo com os dados dos respectivos censos (IBGE, 1995, 2006). Nota-se também a mudança da composição dos investimentos, de modo especial, no investimento em bens imóveis e na compra de animais. Em 1995, o investimento em prédios, instalações e benfeitorias somaram R$ 517 milhões de reais, representando 24,95% dos investimentos realizados, segundo o censo agropecuário (IBGE, 1995). Em 2006, o investimento na mesma categoria aumentou para R$ 639 milhões de reais, representando 32,21% do investimento total do período (IBGE, 2006). De forma oposta, houve redução no valor investido na aquisição de animais, alterando de R$ 441 milhões de reais, em 1995, para R$ 215 milhões, em 2006, segundo os respectivos censos agropecuários (IBGE, 1995, 2006).

Mezzadri (2007) relatou o cenário adverso do mercado bovino paranaense, em 2006, evidenciado pela redução das exportações da carne *in natura* e do preço médio corrente da arroba bovina, bem como pelo aumento dos custos dos principais insumos, perda de rentabilidade e o maior volume de matrizes abatidas. Isto posto, se presume que a redução nos investimentos, possivelmente, esteve relacionada com as mudanças na estrutura produtiva e a oscilação do mercado bovino paranaense.

Ao se observar a variação do conjunto dos fatores, entre 1975 e 2006, constatam-se padrões de variação entre os fatores. O uso de insumos (F1) e o investimento (F2) apresentaram seu maior *score* em 1985, seguido de retração, nas décadas seguintes. Tal resultado demonstra que a adesão à utilização de insumos modernos e a realização de investimentos necessários para a modernização da agricultura ocorreram de forma mais intensa até 1985.

A mecanização (F2), a irrigação (F4) e as despesas (F5) apresentaram crescimento durante o período analisado, demonstrando que, apesar das variações de crédito e das

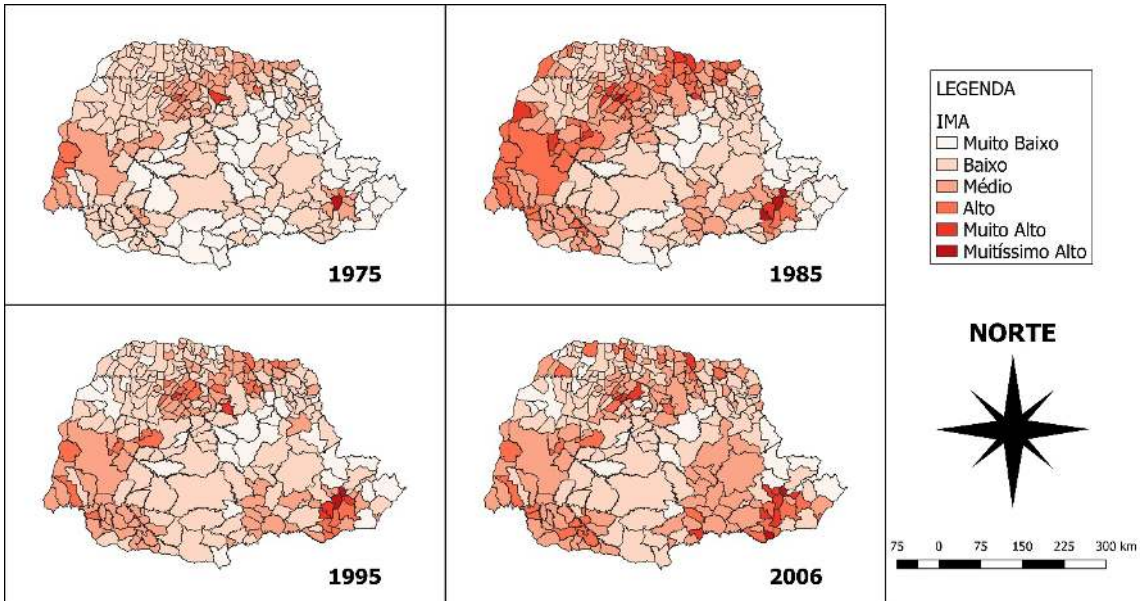
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

condições mercadológicas, tais fatores de modernização foram incorporados às práticas agrícolas do Paraná.

O desempenho do F3, fator relacionado ao crédito, demonstra a intervenção pública na disseminação da modernização da agricultura, por meio da expansão do crédito rural, na década de 1970. Como já exposto, a contenção ocorrida na década de 1980 e parte da década de 1990 esteve relacionada aos problemas fiscais. A retomada de políticas de concessão de crédito rural foi marcada pelo acesso aos pequenos produtores, em especial pela criação do PRONAF.

Ao se analisar a distribuição espacial do IMA, em 1975, verifica-se que havia poucos pontos de maior modernização da agricultura, sendo estes localizados próximos a Curitiba, ao norte e no oeste. Os pontos de alto IMA demonstram os locais onde se iniciou o processo de modernização da agricultura paranaense. Os menores IMA foram localizados em parte do centro-sul e no Vale de Ribeira, se estendendo até o litoral, conforme a Figura 6.

Figura 6 – Distribuição espacial do IMA.



Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Em 1985, ocorreu a expansão dos níveis de modernização em quase todo o Paraná, com exceção de parte do centro-sul e do leste paranaense, abrangendo o Vale do Ribeira e o litoral. Salienta-se que o Vale do Ribeira e o litoral apresentam condições do solo e de relevo que restringem a mecanização (IPARDES, 2004a). De forma geral, houve o transbordamento do processo de modernização para as regiões vizinhas. Destaca-se a

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

formação de uma faixa de maior modernização abrangendo o oeste, em direção ao norte e nordeste paranaense, corroborando os resultados de Hoffman (1992) e Assunção (1997).

Entre 1985 e 1995, período com restrição do crédito agrícola, verifica-se a retração do IMA, especialmente em regiões mais modernizadas, com exceção da região metropolitana de Curitiba.

Ao se analisar a distribuição do IMA, entre 1995 e 2006, verifica-se a retomada do processo de expansão da modernização, abrangendo parte do centro-oriental, sudeste, sudoeste e alguns municípios do noroeste paranaense. Destaca-se que o sudoeste paranaense apresenta relevo de solo que inviabiliza a modernização em grandes extensões de terra, porém, a melhor distribuição fundiária culminou na permanência de pequenas propriedades de caráter familiar e mecanizadas, característica singular desta região (IPARDES, 2004b). A retomada do crédito, em especial do PRONAF, provavelmente esteve associada à expansão do IMA.

Com o intuito de verificar se o IMA é influenciado pela proximidade locacional entre os municípios, foram realizados os testes de correlação espacial dos I de Moran global e local. Para tal teste, utilizou-se a matriz de peso espacial Rainha, que considera, além das fronteiras físicas, os vértices como contíguos. Salienta-se que foram testadas outras matrizes, contudo, a escolha da convecção Rainha é justificada pelo maior valor de I de Moran global e pelo fato de o mapa ser uma representação abstrata da configuração geográfica. Destarte, a definição de vizinhança apenas pela existência de fronteira física pode não ser o melhor indicador de vizinhança.

Ao analisar o I de Moran global, verifica-se uma autocorrelação espacial positiva durante todo o período analisado, de acordo com a Figura 7. Isto significa que os municípios com alto (ou baixo) valor do IMA estão rodeados por munícipios com alto (ou baixo) valor do IMA, relacionando-se de forma positiva.

Figura 7 – I de Moran Global do IMA.

Indicador	1975	1985	1995	2006
I de Moran Global1	0,495	0,529	0,376	0,394
Pseudo p-valor	0,001	0,001	0,001	0,001

Após 999 permutações aleatórias.

Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Entre 1975 e 1985, período de expansão do IMA, houve aumento da autocorrelação espacial, ou seja, o IMA apresentou maior concentração espacial, neste período. Entretanto, entre os anos de 1985 e 1995, o I de Moran global apresentou queda, demonstrando desconcentração espacial do IMA. Após 1995, o IMA apresentou aumento no valor do I de Moran, contudo, abaixo dos níveis de 1975 e 1985.

O aumento do I de Moran global, entre 1995 e 2006, possivelmente, está relacionado à retomada das políticas de créditos e ao crescimento das áreas empregadas para lavouras. Conforme Caldarelli, Câmara e Sereia (2009), houve melhores condições do mercado externo e o surgimento de incentivos fiscais que fomentaram as exportações de soja. Dessa forma, houve incentivos para a retomada da expansão da agricultura moderna.

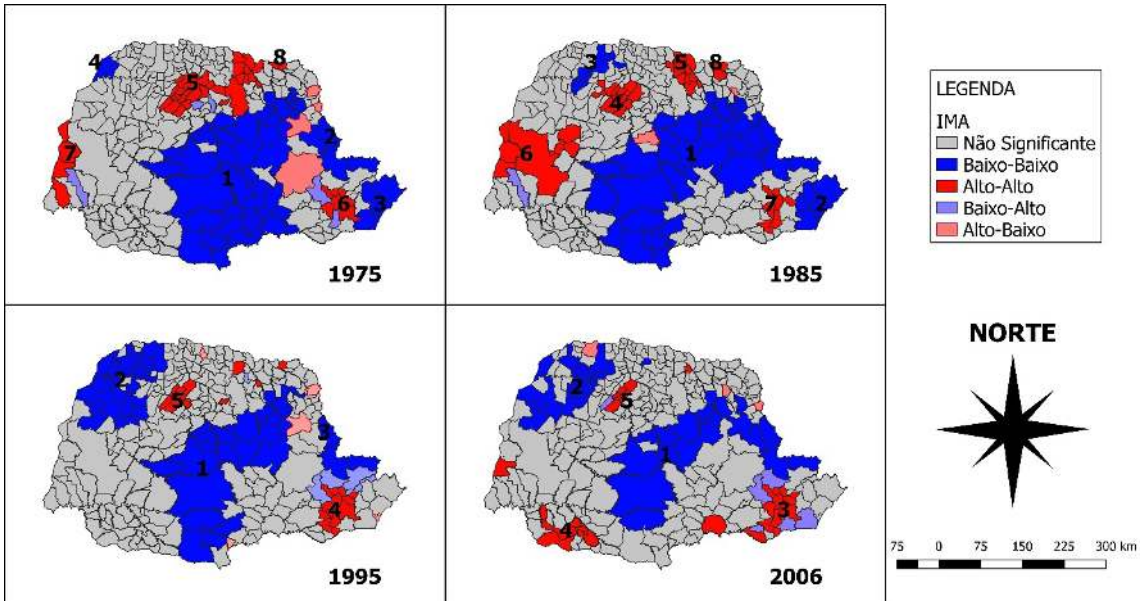
Ao se comparar os resultados do I de Moran global com os resultados apresentados por Medeiros (2014), verifica-se a similaridade entre estes, apesar da divergência na composição dos índices. Destaca-se que Medeiros (2014) utilizou índices diferentes para cada ano e não apresenta se houve, ou não, diminuição na concentração espacial do IMA, entre 1995 e 2006, apenas afirmando a existência de autocorrelação espacial positiva em ambos os períodos.

Para verificar possível formação de aglomerações ou *clusters* espaciais, foi calculada a estatística I de Moran local, cujos valores são dispostos no mapa de *clusters* LISA (Figura 8).

No ano de 1975, foram identificados oito *clusters*, sendo quatro de baixo IMA (BB) e quatro de alto IMA (AA). Os *clusters* de baixo IMA apresentaram maior extensão, ocupando o centro, sudeste, noroeste, nordeste e leste do estado. Entre os *clusters* de alto IMA, foram identificados um na região metropolitana de Curitiba, um ao oeste do Paraná e dois ao norte do estado.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 8 – *Clusters* espaciais de IMA.



Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Em 1985, foram identificados oito *clusters*, sendo três de baixo IMA e cinco de alto IMA. Os *clusters* de baixo IMA localizaram-se em parte do sudoeste, sul, centro, leste do Paraná e litoral. Os *clusters* de alto IMA foram localizados no norte e no oeste do Paraná.

No ano de 1995, foram identificados cinco *clusters*, sendo três de baixo IMA e dois de alto IMA. Os *clusters* de baixo IMA localizaram-se no sudoeste, centro, leste e noroeste do Paraná. Os *clusters* de alto IMA foram localizados no norte, oeste e no entorno de Curitiba.

Assim como em 1995, em 2006, foram identificados cinco *clusters*, sendo três de baixo IMA e dois de alto IMA. Os *clusters* de baixo IMA localizaram-se no centro, leste e noroeste do Paraná. Os *clusters* de alto IMA estavam localizados no norte, sudoeste e no entorno de Curitiba.

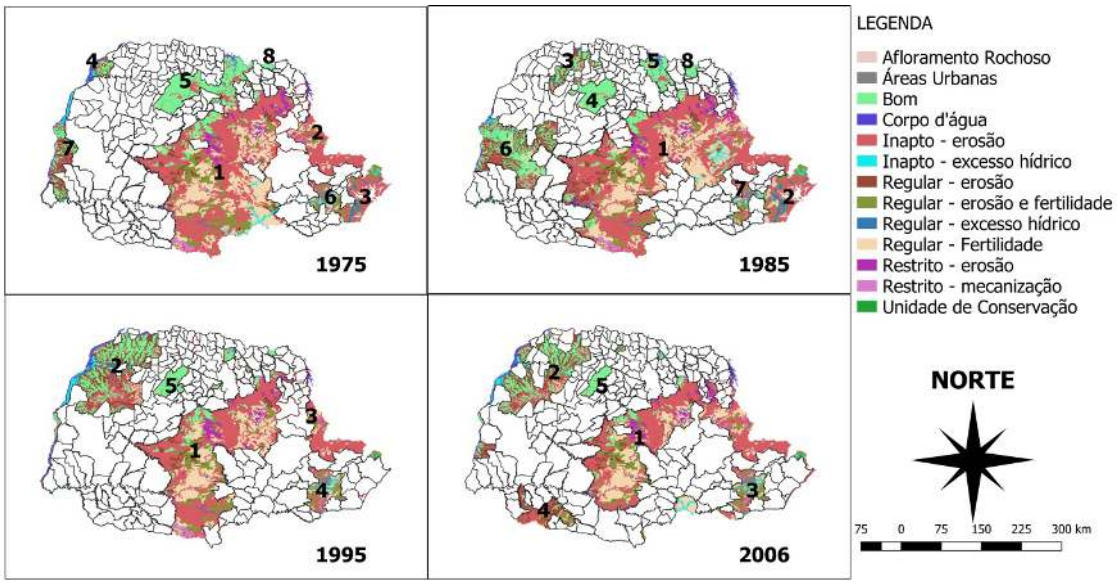
No tocante aos fatores determinantes na formação dos *clusters*, nota-se uma possível relação entre a localização dos *clusters* de IMA e o potencial de utilização do solo, conforme se observa na Figura 9. O potencial de utilização do solo foi classificado pelo IPARDES (2005) e resulta do cruzamento de variáveis de declividade e de aptidão do solo para o manejo agrícola baseado na utilização de máquinas e insumos.

Verifica-se que, em 1975, os *clusters* de alto IMA, com exceção do *cluster* 6, se localizavam em regiões com predominância de solos considerados bons e regulares para

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

a prática da agricultura moderna, e com predominância de regulares, restritos e inaptos em *clusters* de baixo IMA.

Figura 9 – *Clusters* de IMA e o potencial de uso do solo.



Fonte: *Elaborado pelos autores com base em IPARDES, 2005.*

Salienta-se que, segundo IPARDES (2004a), a agricultura da região leste é realizada de acordo com as restrições locais de solo e relevo e é dinamizada pelo consumo de alimentos da capital paranaense. Desse modo, a dinâmica diferenciada da agricultura local, caracterizada pelas restrições no solo e pela grande demanda local, induziu à adesão de tecnologia na prática agrícola desta região.

A presença de maior modernização em regiões mais propícias a essa atividade, possivelmente, está relacionada ao caráter capitalista da agricultura moderna. Assim, buscando maximizar seus ganhos, os agricultores intensificaram a produção nessas regiões. Da mesma forma, este processo explica a baixa modernização, já que regiões menos propícias à agricultura moderna teoricamente apresentam rentabilidade menor, restringindo nestas a adesão à modernização da agricultura.

Assim como em 1975, os *clusters* de alto IMA de 1985 se localizaram de acordo com o potencial de utilização do solo. Verifica-se que os *clusters* identificados se localizaram em regiões com predominância de solos considerados bons para a prática da agricultura moderna. Este resultado sugere que, em 1985, a expansão da modernização priorizou áreas de solo com maior aptidão para a modernização da agricultura.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Com exceção do *cluster* 2, de 1985, os *clusters* de baixo IMA se localizaram em regiões com predomínio de áreas com restrições naturais à modernização da agricultura. O *cluster* 3, apesar de apresentar áreas em condições boa e regular para a modernização da agricultura, foi identificado como *cluster* de baixa modernização. Destaca-se que, conforme IPARDES (2004d), a região noroeste apresentou um processo gradual de crescimento da pecuária de corte, se tornando a principal atividade agropecuária da região. O período entre 1985 e 1995 apresentou o esvaziamento do crédito rural e o crescimento da agroindústria, incluindo o setor de carnes. Dessa forma, a presença de baixa modernização provavelmente decorreu do crescimento do setor da pecuária.

A localização dos *clusters* de baixo IMA se manteve com poucas alterações, entre 1995 e 2006. Em relação aos *clusters* de alto IMA, nota-se o surgimento de um *cluster* no sudoeste. Como apresentado anteriormente, no período de 1995 a 2006, ocorreu a expansão do crédito rural, principalmente do crédito voltado à modernização da agricultura familiar.[10] A região sudoeste apresenta predomínio da agricultura familiar, e, apesar das restrições naturais impostas pelo solo, conseguiu implementar práticas de agricultura moderna. Então, os resultados indicam uma possível relação entre a modernização da região sudoeste e a expansão do crédito rural de apoio à agricultura familiar, predominante nesta região.

Nota-se a redução dos *clusters* na região norte do Paraná, em 1995 e 2006. Salienta-se que este período apresentou expansão do setor sucroalcooleiro. A expansão da cana-de-açúcar se deveu ao aumento das exportações, devido aos ganhos de competitividade advindos da desregulamentação do mercado e do consumo interno, fomentado pela disseminação da tecnologia *flex* nos veículos nacionais (SHIKIDA, ALVES, 2001; MORAES, BACHI, 2014). No Paraná, o cultivo da cana-de-açúcar é concentrado ao norte do estado. Dessa forma, acredita-se que a expansão do cultivo de cana-de-açúcar acarretou a menor concentração do IMA no norte do Paraná.

Os *clusters* identificados apresentam semelhanças com os resultados apresentados por Medeiros (2014). Portanto, o IMA conseguiu expressar a localização dos *clusters* de alto e de baixo IMA com eficiência, corroborando estudos já existentes. Salienta-se, assim, a contribuição do presente estudo, uma vez que aborda a evolução do processo de modernização, entre o período de 1975 a 2006, enquanto Medeiros realiza uma análise apenas dos anos de 1995 e 2006.

O processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu de forma espacialmente heterogênea (SOUZA, LIMA, 2003; COSTA et al.., 2012). Este mesmo comportamento ocorreu

[10] Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

na modernização da agricultura paranaense. É provável que parte dessa heterogeneidade tenha decorrido das condições do solo, contudo, a existência de *clusters* de alto IMA em regiões de solo com restrições demonstra a possibilidade de expansão da modernização agrícola para regiões de baixo IMA.

Em suma, o processo de modernização da agricultura paranaense ocorreu, inicialmente, no norte e no oeste do estado. Entre 1975 e 1985, houve expansão da agricultura moderna. Na década seguinte, a expansão da agricultura ocorreu de forma mais amena, priorizando áreas de solos propícios para a agricultura mecanizada. Entre 1995 e 2006, houve incentivos para a retomada da expansão da agricultura mecanizada. Destaca-se que o centro-sul e o Vale do Ribeira não apresentaram avanços no processo de modernização, sendo caracterizados por *clusters* de baixa modernização em todos os períodos observados.

Salienta-se que os municípios com baixo IMA não podem ser considerados de agricultura não moderna de forma global. Dada a limitação do modelo utilizado, conforme observado anteriormente, o IMA abrange a modernização nos moldes da Revolução Verde, caracterizada pela mecanização e pelo uso de insumos químicos.

Como já exposto, a modernização da agricultura paranaense pode ser caracterizada como um processo heterogêneo, com diversos determinantes. Nota-se que o grau de modernização está relacionado às condições naturais, de mercado e de ocupação do território paranaense. Apesar de apresentar uma das agriculturas mais modernas, no Paraná, existem áreas de agricultura com baixo grau de modernização.

Considerações finais

O presente estudo buscou mensurar o nível de modernização da agricultura dos municípios paranaenses e sua distribuição espacial, nos anos de 1975, 1985, 1995 e 2006. Verifica-se que o IMA estimado apresentou a mecanização do campo e a utilização de agrotóxicos e de adubação como os principais fatores que caracterizam a modernização da agricultura.

O período entre 1975 e 1985 apresentou expansão do IMA de grande parte dos municípios paranaenses. A disponibilidade de crédito, neste período, auxiliou a disseminação das práticas de agricultura mecanizada. Verifica-se que a expansão do IMA ocorreu, de forma mais intensa, em regiões com solos mais aptos a este tipo de agricultura.

A década seguinte apresentou diversas mudanças na agricultura, em nível nacional, bem como em nível estadual. Destaca-se a redução do crédito e a expansão do setor de

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

criação de animais, fomentado pela crescente agroindústria paranaense. Estas mudanças impactaram na menor concentração espacial do IMA, com destaque para a redução do IMA no noroeste paranaense, região de expansão da pecuária de corte.

O período entre 1995 e 2006 apresentou incentivos para a modernização, como a retomada da expansão do crédito, especialmente para os pequenos produtores, e o aumento da demanda internacional por *commodities* agrícolas. De forma geral, verificou-se que o I de Moran global oscilou de acordo com os incentivos de expansão da agricultura mecanizada. É possível que estes incentivos estejam relacionados ao aumento da concentração espacial, nesse período.

Quantos aos *clusters* de baixo IMA, constata-se que foram localizados em regiões com predominância de áreas de solo inapto ou com restrições à agricultura mecanizada. Este fato decorre do caráter capitalista da agricultura moderna. A agricultura mecanizada se intensificou em áreas mais aptas, teoricamente de maior retorno financeiro para a atividade, e sua concentração está relacionada a fatores naturais, demográficos e de ocupação dos municípios paranaenses.

Além da existência de crédito e da aptidão de solo, a expansão de outras atividades agrícolas impactou na distribuição espacial do IMA. Como exemplo, pode-se citar a expansão da pecuária e da cana-de-açúcar, que, provavelmente, impactou na adesão à agricultura mecanizada, reduzindo o IMA no norte e no noroeste.

Para estudos futuros, sugere-se o aprofundamento em possíveis fatores resultantes do processo de modernização, como a concentração fundiária e a inserção de cooperativas, assim como seus reflexos na sociedade, como a relação com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses. Destaca-se a necessidade de estudos que utilizem variáveis que representem o nível de modernização da pecuária, bem como da agricultura alternativa aos moldes da Revolução Verde.

Referências

1. ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. 4ª ed. Campinas: Alínea, 2012.
2. ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. In: *CES Revista*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 43-56, 2007. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018.
3. ANSELIN, L. **The Moran Scatterplot as an ESDA tool to asses local instability in spatial association**. In: FISCHER, M.; SCHOLTEN, H. K.; UNWIN, D. (eds.). *Spatial Analitycs Perspectives on GIS*, Londres: Taylor & Francis, 1995, p. 111-125.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

4. ASSUNÇÃO, J. J. **Desenvolvimento agrícola brasileiro:** uma análise regional. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 1997.

5. BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

6. BEZERRA, F. A. **Análise fatorial**. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (coord.). *Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.* São Paulo: Atlas, 2007, p. 73-130.

7. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROSTAT:** estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Brasília, 2018. Disponível em: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html. Acesso em: 18 abr. 2018.

8. BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. 1ª ed., São Paulo: UNESP/Marília, 2000.

9. CALDARELLI, C. E.; CÂMARA, M. R. G.; SEREIA, V. J. **O complexo agroindustrial da soja no Brasil e no Paraná:** exportações e competitividade no período de 1990 a 2007. In: *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2009. Disponível em: http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/64. Acesso em: 25 abr. 2018.

10. CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense-1900/1970**. 1ª ed., Curitiba: Grafipar, 1981.

11. CEPEA/USP. **PIB do agronegócio brasileiro:** *GDP Agrobusiness – Brazil Outlook*. Piracicaba, 2018. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em: 25 abr. 2018.

12. CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**: abril 2018. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.conab.gov.br/index.php/info-agro/safras/graos. Acesso em: 06 abr. 2018.

13. COSTA, C. C. M. et al. **Modernização agrícola e desempenho relativo das unidades da federação brasileira**. In: *Agroalimentaria*, Merida, v. 18, n. 34, p. 43-56, 2012. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/35374. Acesso em: 25 abr. 2018.

14. FITZGERALD-MOORE, P.; PARAÍ, B. J. **The Green Revolution.** [s.n]: [s.l], 1996. Disponível em: http://people.ucalgary.ca/~pfitzger/green.pdf. Acesso em: 01 abr. 2017.

15. GASPI, S.; LOPES, J. L. **Desenvolvimento sustentável e revolução verde:** uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná. *In*: Encontro Regional de Economia – ANPEC-Sul, 11., 2008, Curitiba/PR. *Anais* [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

16. GASQUES, J. G. et al. **Agricultura familiar – PRONAF:** análise de alguns indicadores. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto/SP. *Anais* [...] Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2005.

17. GRAZIANO DA SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro**. In: *Nova Economia*, Belo Horizonte/MG, v. 7, n. 1, p. 43-82, 1997.

18. HOFFMANN, R. **A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões homogêneas do Brasil**. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 30, n. 4, p. 71-90, 1992.

19. IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960-1975-1985-1995-2006. ISSN 01036157.

20. IPARDES. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Ipardes, 2004a.

21. _____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004d.

22. _____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004c.

23. _____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004b.

24. IPARDES; ITCG. **Mapa de aptidão do solo do Paraná.** 2005. 1 mapa, color. Escala 1:2.000.000. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_ambiental/10_potencial%20de%20uso%20do%20solo.jpg. Acesso em: 25 abr. 2018.

25. MEDEIROS, E. R. **Caracterização e dinâmica da modernização agrícola no Paraná em 1995 e 2006**. Dissertação (Mestrado em Economia Regional). Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2014.

26. MEZZADRI, F. P. **Cenário atual da pecuária de corte:** aspectos do Brasil com foco no estado do Paraná. Curitiba: SEAB, 2007. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/cenariopc.pdf. Acesso em: 18 mai. 2018.

27. MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de estatística multivariada:** uma abordagem aplicada. 1ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

28. MORAES, M. L.; BACCHI, M. R. P. **Etanol:** do início às fases atuais de produção. In: *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 5-22, 2014.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

29. OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e indústria no Brasil**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1981.

30. PALMEIRA, M. G. S. **Modernização, Estado e questão agrária**. In: *Estudos Avançados*, [s. l], v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

31. PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Números da pecuária paranaense**. Curitiba: SEAB, 2018. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/nppr.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018.

32. PEREIRA, L. B. **Análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense:** período 1970-85. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 31-49, 1995.

33. PINHEIRO, M. A.; PARRÉ, J. L. **Um estudo exploratório sobre os efeitos espaciais na produtividade da cana-de-açúcar no Paraná**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia – SOBER, 45., 2007, Londrina/PR. *Anais* [...] Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007.

34. RAMOS, S. Y.; MARTHA JÚNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. 1ª ed., Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2010.

35. REIS, E. **Estatística multivariada aplicada**. 2ª ed., Lisboa: Silabo, 2001.

36. REZENDE, L. P. F.; PARRÉ, J. L. **A hierarquização dos municípios paranaenses segundo as suas atividades agrícolas**. In: *Informe GEPEC*, Toledo, v. 7, n. 2, p. 99-119, 2003.

37. ROLLEMBERG, G. **História do Paraná**. 1ª ed., São Paulo: Ática, 2010.

38. SHIKIDA, P. F. A.; ALVES, L. R. A. **Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense**. In: *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 123-149, 2001.

39. SILVA, J. G.; KAGEYAMA, A. **Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira**: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 235-266, 1983.

40. SOUZA, P. M.; LIMA, J. E. **Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas unidades da Federação**. In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 795-824, 2003.

41. TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil:** impactos econômicos, sociais e ambientais. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-43, 2005.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

42. VEIGA, L. V. **Mudanças na estrutura agrária brasileira e seus desdobramentos no desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2013.

43. WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 7ª ed., Curitiba: Venturini, 1995.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 10.5418/RA2018.1425.0004

GÊNERO, MASCULINIDADES E ESPAÇO CARCERÁRIO NA EXPERIÊNCIA DE HOMENS EM PONTA GROSSA – PARANÁ

GENDER, MASCULINITIES AND PRISION SPACE IN THE MEN' EXPERIENCE IN PONTA GROSSA – PARANÁ, BRAZIL

GÉNERO, MASCULINIDADES Y ESPACIO CARCELARIO EN LA EXPERIENCIA DE HOMBRES EN PONTA GROSSA – PARANÁ, BRASIL

Dimas Diego Gontarek
Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR
E-mail: gontarek.dimas@gmail.com

Joseli Maria Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: joseli.genero@gmail.com

Márcio José Ornat
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: geogenero@gmail.com

Fernando Bernati Gomes
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: ferbg28@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender as significações das experiências carcerárias criadas por homens, ex-detentos do sistema prisional em Ponta Grossa, no estado do Paraná. Para atingir este objetivo, foram realizados levantamentos de dados quantitativos sobre a realidade carcerária neste município a partir dos relatórios de 2014, 2015 e 2016 elaborados pelo Núcleo de Estudo e Acompanhamento das Execuções de Pena na Vara de Execuções Penais na Comarca de Ponta Grossa, bem como os levantamentos de 2014 e 2016 do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Os dados qualitativos foram construídos por meio de sete entrevistas em profundidade com homens que passaram pelo sistema penitenciário e que, voluntariamente, se engajaram na pesquisa. Os discursos dos colaboradores foram sistematizados por meio de análise de conteúdo, como proposta por Bardin (1977). Durante o cotidiano do cárcere, eles constituem sociabilidades e regras próprias que reorganizam suas masculinidades de forma complementar e contraditória com as normas hegemônicas.

Palavras-chave: cárcere, masculinidades, gênero, espaço, Ponta Grossa (PR).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Abstract

This article aims to understand the meanings of prison's experiences created by men, ex-prisioners about the prison system in Ponta Grossa, Paraná State (Brazil). In order to achieve this goal, quantitative data were collected on the prison situation in this municipality, based on the reports of 2014, 2015 and 2016 prepared by the Nucleus for the Study and Monitoring of Executions of Penalties in the Court of Criminal Executions in the Judicial District of Ponta Grossa, as well as the 2014 and 2016 surveys of the Penitentiary Information System (INFOPEN). Qualitative data were constructed through seven in-depth interviews with men who went through the prision system and who voluntarily engaged in the research. The collaborators' discourses were systematized through content analysis, as proposed by Bardin (1977). During the jail routine they constitute specific sociabilities and own rules that reorganize their masculinities in a complementary and contradictory way with the hegemonic norms.

Keywords: prision, masculinities, gender, space, Ponta Grossa (Paraná).

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender las significaciones de las experiencias carcelarias creadas por hombres, ex detenidos del sistema penitenciario en Ponta Grossa, estado de Paraná (Brasil). Para alcanzar este objetivo, se realizaron levantamientos de datos cuantitativos sobre la realidad carcelaria en este municipio, a partir de los informes de 2014, 2015 y 2016 elaborados por el Núcleo de Estudio y Acompañamiento de las Ejecuciones de Pena en la Vara de Ejecuciones Penales en la Comarca de Ponta Grossa, así como los levantamientos de 2014 y 2016 del Sistema de Informaciones Penitenciarias (INFOPEN). Los datos cualitativos fueron construidos a través de siete entrevistas en profundidad con hombres que pasaron por el sistema penitenciario y que voluntariamente se comprometieron en la investigación. Los discursos de los colaboradores fueron sistematizados por medio de análisis de contenido, como propone Bardin (1977). Durante el cotidiano de la cárcel ellos constituyen sociabilidades y reglas propias que reorganizan sus masculinidades de forma complementaria y contradictoria con las normas hegemónicas.

Palabras clave: cárcel, masculinidades, gênero, espacio, Ponta Grossa (Paraná).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender as significações das experiências carcerárias criadas por homens, ex-detentos do sistema prisional em Ponta Grossa, no estado do Paraná. A experiência carcerária tem feito parte de um número crescente da população brasileira. Segundo o relatório de Informações Penitenciárias (INFOPEN) lançado, em 2017, pelo Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, o Brasil passou a ser o terceiro país com maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China, sendo seguido, na quarta posição, pela Rússia. Enquanto as taxas de aprisionamento aumentam, as vagas do sistema penitenciário se mantêm estabilizadas, sendo que, atualmente, o Brasil precisaria de, pelo menos, o dobro das vagas existentes.

O relatório lançado pelo INFOPEN (2017) evidencia a situação do sistema penitenciário do Brasil, em 2016, apresentando dados preocupantes. A sociedade brasileira possui 726.712 pessoas presas e apenas 368.049 vagas disponíveis no sistema penitenciário. A taxa de ocupação das unidades prisionais brasileiras é de 197,4% e a taxa de encarceramento, para cada 100 mil habitantes, é de 352,6 pessoas. Deste total, 95% são homens, 55% estão na faixa etária entre 18-29 anos de idade, 64% são negros e 61% possuem escolaridade extremamente precária (4% analfabetos, 6% alfabetizados e 51% possuem o ensino fundamental incompleto). Além disso, esse relatório alerta que 40% do total das pessoas presas estão ainda sem condenação, ou seja, são presos provisórios que ainda não foram julgados, e 89% da população carcerária estão alojados em condições de unidades prisionais superlotadas.

O Paraná, por sua vez, figura como sendo a terceira unidade da federação com maior população prisional (51.700 pessoas), com um total de apenas 18.365 vagas no sistema prisional do estado e com um *déficit* de 33.335 vagas. A taxa de ocupação do sistema penitenciário, no Paraná, é de 282%, sendo a quarta maior do país. A taxa de aprisionamento, para cada 100 mil pessoas, é de 459,9 indivíduos, sendo este o sétimo estado brasileiro que mais encarcera pessoas em todo o país. Contudo, a população carcerária do Paraná possui apenas 28% de pessoas sem condenação, uma das menores taxas do Brasil, conforme o INFOPEN (2017).

Os dados gerais elencados anteriormente ilustram um dos grandes fracassos da sociedade brasileira: o sistema penal, que, em grande parte, reflete a visão social dominante que clama pela penalização daqueles considerados "maus" para que os "homens de bem" vivam com tranquilidade (FOUCAULT, 1999 [1987]). A construção da ideia maniqueísta do bem contra o mal e do inimigo social a ser combatido tem, cada vez mais, legitimado a

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

desumanização de grupos sociais em situação de encarceramento e aprofundado a violência do Estado, que não mantém as mínimas condições de cidadania à massa de pessoas encarceradas. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) (2016) sobre o Brasil alerta para a superlotação, as torturas, os maus-tratos e o controle das unidades prisionais por facções criminosas, com a permissão tácita do Estado brasileiro, constituindo o que Agamben (1998, 2005) chama de "estado de exceção", em que a força do soberano suspende a lei, criando as zonas de abandono, justificando a necessidade social da compreensão dos elementos que constituem o espaço prisional.

As unidades prisionais são espacialidades de instituição disciplinar, conforme Foucault (1999 [1987]), e se, por um lado, sua materialidade expressa o poder do Estado de privar grupos humanos de liberdade e corrigir condutas, por outro, é também um espaço cotidiano de comportamentos específicos que estão sob vigilância constante de outras formas de poder que fazem parte das relações com outros detentos, agentes de diferentes facções criminosas, grupos religiosos, agentes penitenciários, familiares e várias pessoas que acompanham o sujeito na execução de sua pena.

Nesse sentido, este artigo traz as relações cotidianas do cárcere, tendo como foco compreender as significações das experiências carcerárias criadas por homens, ex-detentos do sistema prisional em Ponta Grossa. Para cumprir o objetivo de pesquisa elencado, foram utilizadas várias fontes. Os dados documentais sobre a realidade carcerária, nos contextos brasileiro e paranaense, foram coletados nos relatórios de 2014 e 2016 do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Os dados relativos à cidade foram pesquisados nos relatórios de 2014, 2015 e 2016 elaborados pelo Núcleo de Estudo e Acompanhamento das Execuções de Pena na Vara de Execuções Penais na Comarca de Ponta Grossa.

Além dos dados quantitativos, outro procedimento metodológico adotado foi a realização de sete entrevistas em profundidade com homens que passaram por situação de privação total de liberdade. As pessoas entrevistadas foram contatadas por meio da utilização de amostragem não probabilística indicada por Minayo (2000), e foi utilizado o critério de saturação de Sá (1998) para definir o universo amostral necessário para a investigação do cotidiano dos egressos do sistema prisional.

O cotidiano carcerário foi constituído por meio de sete entrevistas em profundidade que foram norteadas por um roteiro de questões que seguiram dois eixos investigativos: um eixo explorou os relatos de experiências do encarceramento e o outro investigou como tal experiência influenciou na trajetória de vida dos entrevistados. Os colaboradores desta

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

pesquisa são homens[1] que passaram pela situação de privação de liberdade, possuem idade entre 22 a 27 anos de idade e são brancos. Quatro deles possuem ensino fundamental incompleto, dois deles o ensino médio completo e um deles o curso superior incompleto. Três deles cumpriram pena por tráfico de drogas, dois por roubo, um por receptação de mercadoria roubada e o outro por homicídio.

As entrevistas foram sistematizadas por meio de análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (1977), cujo procedimento possibilitou encontrar as categorias discursivas que constituíram os significados das experiências carcerárias. Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira seção, são discutidas as relações entre o espaço carcerário e a produção das masculinidades e emoções corporificadas, evidenciando a complexidade dos estudos sobre o cárcere e as possibilidades de análise geográfica. Na segunda seção, são explicitadas as significações do espaço carcerário construídas a partir das experiências dos homens entrevistados.

A experiência espacial carcerária e a emoção corporificada

A geografia brasileira tem, recentemente, produzido análises sobre o espaço carcerário, chamando a atenção para o aumento da população carcerária, embora ainda se mantenha pouco desenvolvida do ponto de vista científico, já que são poucos os trabalhos geográficos que abordam este tema, como são os casos de Zomighani (2009), Vasconcelos (2010), Arruda (2006), Fioravante (2011) e Rossi (2017).

Zomighani (2009) analisa a relação entre o processo de aprofundamento das relações capitalistas, a exclusão e a seleção de determinados grupos social e economicamente vulnerabilizados que devem ser aprisionados. A relação entre espaços de pobreza apropriados pelo tráfico de drogas, no Rio de Janeiro, e as suas conexões com as prisões foi tema investigado por Vasconcelos (2010). Arruda (2006), em Pernambuco, constrói a compreensão do cotidiano do presídio por meio da análise das territorialidades que se constituem pelas relações de poder entre os detentos, e Fioravante (2011) explora o cotidiano carcerário das mulheres e as feminilidades específicas que são vivenciadas por elas. Rossi (2017), por sua vez, explora o espaço carcerário por meio de trajetórias de masculinidades periféricas que se conectam na prisão, instituindo um espaço relacional e multiescalar. Apesar de estas importantes investigações seguirem fios condutores distintos, elas possuem em comum a evidência de que diferentes escalas de análise espacial estão envolvidas no fenômeno do

[1] Foram utilizados, nesta pesquisa, nomes fictícios para a proteção dos entrevistados (Rastaman, Zapata, Caixa, Lobo, Vida Loka, Veloz e Rosa), bem como foram suprimidos os dados que possibilitassem o reconhecimento dos depoentes, já que se trata de um universo dominado por facções criminosas, como o chamado Primeiro Comando da Capital (PCC).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

encarceramento, desde o global até o corpo do detento, criando específicas combinações espaciais e atingindo de forma brutal as populações pobres.

Em Ponta Grossa, a população encarcerada segue os padrões nacional e estadual, distribuída na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e na Cadeia Pública Hildebrando de Souza. Estas unidades possuem funções e realidades internas distintas, apesar de o perfil dos presos ser homogêneo, conforme pode ser constatado nos dados dos relatórios do Núcleo de Estudo e Acompanhamento das Execuções de Pena na Vara de Execuções Penais na Comarca de Ponta Grossa. Os detentos estão concentrados na faixa etária entre 18 e 29 anos de idade (50,6%), possuem majoritariamente o ensino fundamental incompleto (71,4%) e tinham ocupações de baixa qualificação profissional (56,4%), geralmente enquadrados em serviços gerais e auxiliares de construção civil. Destes, 67% estão cumprindo pena por tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, como roubo e furto.

Apesar do perfil homogêneo dos presos, a Penitenciária Estadual, fundada em 2003, tem instalações modernas e com pequeno *deficit* de vagas (com capacidade para 408 pessoas, abriga 500 presos já condenados ao regime fechado). A Cadeia Hildebrando de Souza, por sua vez, foi fundada em 1986 para abrigar apenas os presos provisórios, mas, atualmente, abriga também presos já condenados (39% do total). Suas instalações são antigas e precárias, com superlotação, contando com 207 vagas para abrigar 796 presos, com um índice de ocupação de 384,4%.

A Cadeia Hildebrando de Souza é a realidade espacial explorada neste artigo que traz a vivência dos homens que colaboraram com esta pesquisa. Eles se identificaram como sendo presos comuns, sem qualquer posição vantajosa na hierarquia do crime organizado que fosse capaz de criar fortes tensionamentos contra o poder da ordem disciplinar do Estado.

Sobre os corpos desse grupo social de homens encarcerados se exerce o poder de que trata Foucault (1999 [1987]), constituindo os saberes, tanto do ponto de vista da instituição total do Estado, como também de experiências particulares corporificadas.[2] As memórias dos homens que vivem em situação de encarceramento realizam conexões que transitam no tempo. A memória é evocada do passado e enunciada no presente, conforme argumenta Pollak (1989), sendo reelaborada a partir das identidades que estão permanentemente em movimento, sejam em conflito ou em adesão com outras pessoas e objetos.

Assim, as memórias são peças de uma arqueologia do saber da experiência carcerária que é corporificada. O ser homem não é um dado biológico, e, apesar de a instituição

[2] Mais adiante, serão detalhadas as ideias de corpo como espaço, tomando por base Longhurst (1997), Binnie, Longhurst e Peace (2001), Johnston e Longhurst (2010) e Silva e Ornat (2016).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

carcerária ter uma organização espacial que divide a população pela constituição física da genitália considerada do sexo masculino e feminino, o que se argumenta é que *se constituir homem* é um exercício do poder normativo que cria diferentes formas de masculinidades, conforme pensa Butler (2003). Nesse sentido, ser homem, no cárcere, é diferente de ser homem em outros espaços, já que a identidade masculina é mediada espacialmente, conforme argumentam Silva, Ornat e Chimin Junior (2011).

As muitas maneiras de ser homem entram em relações que são tensionadas por diversos eixos de poder sob a perspectiva do modelo hegemônico ao qual todos os homens estão submetidos, conforme afirma Connel (1995). Segundo ele, a sociedade institui as masculinidades hegemônicas como um ideal a ser vivido, e as masculinidades que não alcançam este padrão são consideradas masculinidades periféricas, vivenciadas por sujeitos julgados como sendo "menos homens".

Além das tensões de poder entre os homens ou grupos de homens, McDowell (2001, 2002, 2003 e 2007) tem argumentado, em suas pesquisas, que, pelo fato de as masculinidades serem móveis, não há possibilidade de se conceber uma masculinidade universal, fixa e estável, sendo o espaço um elemento que compõe este movimento. Para Peter Jackson (1991, 1994), a imbricação espacial e temporal nas inúmeras formas de ser homem é um importante fundamento da geografia na observação do papel de gênero na compreensão das relações sociais. Este geógrafo, um dos pioneiros nos estudos da relação entre masculinidades e espaço, critica a falsa estabilidade do ser homem, que acaba por dificultar que os próprios homens realizem reflexões sobre suas relações sociais e de poder que estabelecem.

Assim, as masculinidades são plurais e dependem de outros elementos, como a classe, a cor, a religião, a idade e vários códigos simbólicos que são partilhados em um tempo e espaço próprios.[3] Portanto, as masculinidades são vividas concretamente pela experiência espacial de ser homem e as representações que estão ligadas a este imaginário. McDowell (2007) argumenta que, ao mesmo tempo em que alguns elementos de masculinidade se mantêm como centrais, há elementos que vão se modificando nas incontáveis experiências masculinas.

Vários pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa têm explorado a relação entre identidades masculinas não hegemônicas e sua relação com o espaço, trazendo jovens das periferias pobres, que vivenciam vulnerabilidades

[3] Para o aprofundamento do ramo das geografias feministas que desenvolveu os estudos da relação entre masculinidades e espaço, ver os trabalhos de geógrafos(as) como Kathrin Hörschelmann e Bettina Van Hoven (2005), Lawrence Berg e Robyn Longhurst (2003), Peter Hopkins e Greg Noble (2009), Robyn Longhurst (2000) e Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (2011).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

econômicas e sociais, e sua aproximação com atividades ilícitas e violentas, constituindo identidades masculinas específicas. Os trabalhos de Chimin Junior (2009), Rossi (2010, 2011, 2017), Rocha (2013, 2014) e Gomes (2013, 2018) discutem a constituição de masculinidades relacionadas à exclusão urbana e à violência, tanto de jovens homens que cometem infrações, como aqueles que são vítimas delas, evidenciando uma política espacial urbana que tem, cada vez mais, desperdiçado vidas humanas que são desqualificadas como vidas socialmente importantes, na perspectiva de Mbembe (2003, 2014).

Portanto, as masculinidades instituídas no espaço carcerário são específicas e dependem das relações e dos códigos simbólicos que são constituídos pelo grupo, conforme argumenta Rossi (2017). O controle da escala do corpo é um dos elementos fundamentais para a compreensão da geografia do cárcere, pois, segundo esse autor, a performance de masculinidades desenvolvida por determinados adolescentes, mediadas pelo espaço e tempo, torna estes sujeitos vulneráveis ao encarceramento na fase adulta. O encarceramento é o marco da instituição de um perfil de masculinidade que vai se instituindo na experiência corpórea da prisão.

Enquanto Rossi (2017) foca sua investigação nas trajetórias anteriores ao encarceramento e durante a experiência do cárcere, trazendo os elementos de regramento e do controle do corpo por normas do grupo de presos, esta pesquisa traz os significados construídos com base nas emoções vivenciadas de forma corporificada e como o trauma do encarceramento produz significados específicos da cidade.

A "queda"[4] como acontecimento que irrompe a trajetória da adesão a atos ilícitos e culmina na prisão, segundo Rossi (2017), é o marco da instituição da figura do "detento". A vivência do espaço carcerário implica em amplas negociações diferentes daquelas que foram aprendidas até então, tanto no gerenciamento de comportamentos, dieta alimentar, vestimenta, higiene e saúde, como de emoções.

A experiência carcerária é corpórea, e o corpo é a escala espacial sobre a qual o poder incide, mas também aquela que resiste, conforme argumenta Silva e Ornat (2016). O corpo não é simples matéria, segundo Binnie, Longhurst e Peace (2001), mas a materialidade feita de carne, ossos e órgãos, que se constitui pelo discurso que é espacial e temporal. Portanto, os corpos encarcerados ganham sentidos próprios e negociam com outras escalas espaciais, assim como sustentam Longhurst (1997) e Johnston e Longhurst (2010).

Os homens encarcerados criam as condições de sua existência cotidiana por meio

[4] A "queda" significa ser preso, no vocabulário do grupo entrevistado.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de corpos em diferentes estágios e condições corporais – como a juventude, a velhice, a saúde, a doença e a deficiência –, que estão conectados com a condição do corpo privado de liberdade sob a custódia do Estado. Esta condição assinala o corpo do prisioneiro como um espaço geopoliticamente marcado que constitui um movimento político de conexão e desconexão de direitos sobre o corpo e do corpo como um lugar de luta social.[5] Assim, a massa de homens encarcerados cria e recria diferentes relações de corpo/espaço carcerário.

As emoções não são vividas fora de um corpo, mas por meio dele. Raiva, amor, desejo, prazer, ansiedade, tudo é corporificado. Por sua vez, o corpo de uma pessoa está conectado com outra escala do cárcere e reage à temperatura, à luz, à insolação, ao odor e assim por diante. Portanto, o encarceramento possui uma dimensão espacial que é simultaneamente mediada pelo corpo e pelas emoções.

A relação entre espaço carcerário e as emoções foi explorada por Crewe et al. (2013), afirmando que a prisão não é um espaço homogêneo internamente, estéril, infalivelmente agressivo e, muito menos, emocionalmente indiferenciado. Estes autores chamam a atenção para as diferentes "zonas de emoção" e consideram o espaço e o lugar como determinantes da prática social e da experiência pessoal. As prisões possuem outras escalas espaciais que permitem várias formas de emoção que são as fissuras do poder normativo das instituições totais a possibilitarem variações de diferentes culturas masculinas que entram em movimento e relação. O espaço prisional não é monolítico, e, em meio a uma masculinidade hegemônica endurecida, se fazem amizades, simpatias e solidariedades, produzindo um espaço de alta complexidade de emoções e interesses.

As pessoas que entram na prisão passam a compor um espaço relacional, como afirma Massey (2008), e, para isso, necessitam mapear a organização interna, reconhecer hierarquias e códigos de valores estabelecidos e gerenciar as emoções entre seus companheiros presos e outros grupos, como agentes penitenciários, visitantes etc.

Tornar a vida possível na prisão é constituir diferentes espacialidades que subvertem a lógica de poder estatal, estabelecendo políticas relacionais em outras escalas, como argumentam Turner (2016) e Moran e Schliehe (2017). O espaço carcerário não pode ser analisado de forma dual, opondo aqueles que estão dentro e os que estão fora dos limites materiais. O espaço carcerário não é apenas um local de confinamento, mas é, nesta pesquisa, compreendido como sendo uma espacialidade relacional onde se conectam os poderes institucionais, os corpos e as emoções, tal como pensado por Moran (2015).

[5] O corpo como espaço ou lugar pode ser visto nas obras de David Bell e Gill Valentine (1995), Stive Pile (1996), Stive Pile e Nigel Thrift (1995), David Bell e outros (2001) e Robyn Longhurst (2001, 2008). Além disso, a ideia de escala do corpo pode ser vista em Neil Smith (1992, 1993).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

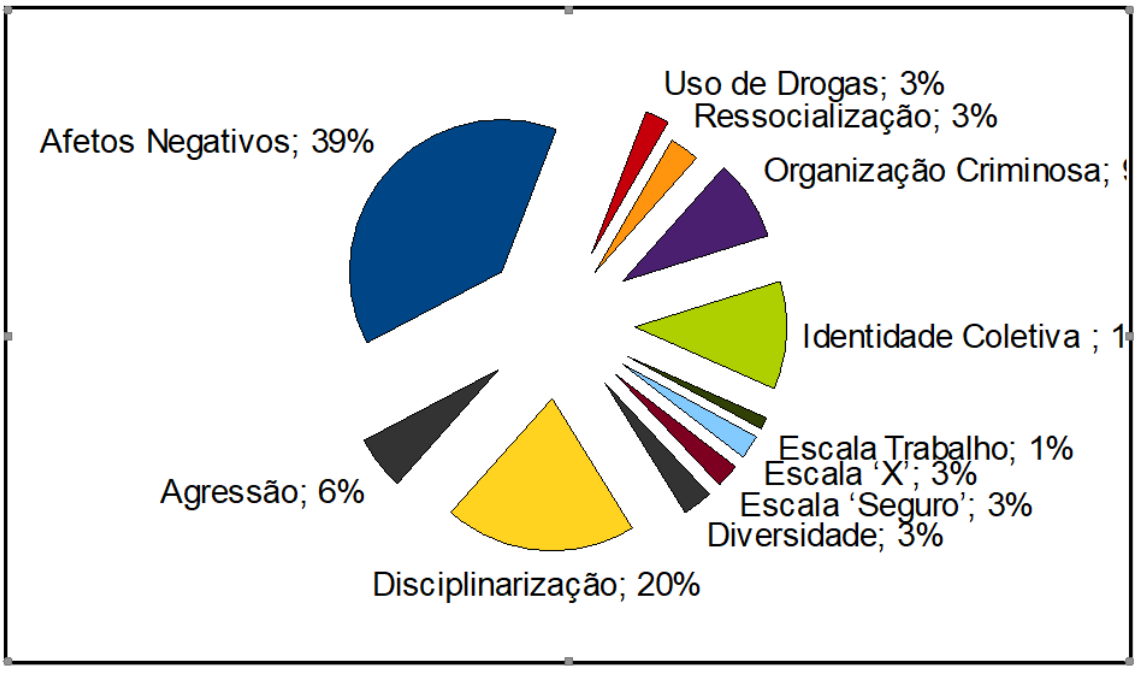
Masculinidades em negociação, emoções e espaço carcerário em diferentes escalas

A experiência dos ex-detentos que colaboraram com esta pesquisa retrata a realidade da Cadeia Pública Hildebrando de Souza, já descrita como sendo uma estrutura arquitetônica de quase quarenta anos, com serviços precários e superlotação. O discurso que enuncia as memórias espaciais evocadas evidencia um espaço multiescalar e relacional, superando a ideia de oposição entre dentro e fora do espaço carcerário, conforme ressalta Moran (2015).

Do total de 441 evocações enunciadas no discurso total das sete entrevistas, 82% foram relativas às experiências da prisão e 18% à cidade, estabelecendo-se uma narrativa relacional entre ambas, em que a cadeia e a cidade são constitutivas uma da outra, como argumentado por Massey (2008).

As experiências relativas à prisão são as mais frequentes e apresentam uma variedade de evocações enunciadas, cujas categorias estão apresentadas no gráfico que segue.

Figura 1 – Distribuição das discursivas enunciadas no discurso sobre a "prisão".



Fonte: *Entrevistas em profundidade com sete egressos do sistema prisional em Ponta Grossa/PR.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Como pode ser visto no gráfico acima, as memórias, concebidas na perspectiva de Pollak (1989), sobre afetos negativos são enunciações evocadas com maior intensidade (com 39% das enunciações discursivas). A revolta por estar sujeito a condições insalubres é evocada por todos os entrevistados, que se lembram do mau cheiro, do calor, da infiltração, das péssimas condições de alimentação e de higiene e da convivência com insetos e roedores. Rastaman chega a dizer que "Se existe o inferno nessa vida, é aquele lugar, cara".[6] Apesar de os presos estarem em situação de desvantagem nas relações de poder com os agentes penitenciários, eles não se mantêm passivos e deflagram vários conflitos, reivindicando melhores condições de vida na prisão, como foi o caso do relato de Veloz, a seguir:

> *Teve uma vez que eles pagaram uma comida cheia de bicho pra nós, cheio de bichinho. Eu tava jogando com o comando, e jogaram essa marmita cheia de bicho. Aí, eu chamei assim: "Ô, seu funcionário, faça o favor aqui, seu funcionário. Ô, seu funcionário, tá azedo isso aqui, seu funcionário. Essa comida tá cheia de bicho, seu funcionário!". Ele respondeu: "É isso que você merece! É disso daí pra pior!". Eu falei: "Ah, é? Ô, seu funcionário, eu tô falando com você, seu bosta, seu merda, tô falando com você!" Daí, como ele não dava atenção, eu falava pra ele: "Ô, seu funcionário, eu vou comer sua mulher. Ela é gostosa, né? Eu vou transar com ela! É o seguinte: você não dá atenção pra gente, eu tenho que falar desse jeito!". Aí, eles tiraram o parafuso, pegaram eu e pau, pau, pau! Me arrebentavam na madeira e me jogaram lá e me deram 30 dias de latão.[7] Contra eles, só em rebelião mesmo! Pra catar eles e dominar é assim! Caso contrário, sem chance. São um bando de piranha! (Trecho de entrevista realizada com Veloz, em julho de 2017).*

O sentido da disciplinarização dos corpos dos presos ocorre pelo poder da instituição prisional, mas também se estabelece por meio de tensionamentos e acordos realizados entre os presos que elegem valores associados à aprendizagem do "ser homem na cadeia" e de hierarquias de relações que devem ser respeitadas. Rastaman, por exemplo, alertou para a ação do PCC,[8] que "colocou ordem na cadeia", instituindo determinado código de conduta a ser seguido. O aprendizado das masculinidades que constituem os espaços carcerários é diferente do das masculinidades exercidas fora da cadeia, e este processo envolve uma forte dimensão afetiva e emocional, conflitos e códigos de honra. O relato de Vida Loka evidencia os elementos que são acionados no aprendizado das masculinidades encarceradas e que são acionados na performance cotidiana:

[6] Trecho de entrevista realizada com Rastaman, em julho de 2017.

[7] O "latão" significa "solitária", no vocabulário do grupo entrevistado.

[8] O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização criminosa brasileira que atua dentro e fora dos presídios, em 22 estados do Brasil, comandando rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e o narcotráfico. Informação disponível em: https://www.estudopratico.com.br/o-que-significa-pcc-no-crime-saiba-mais-sobre-essa-faccao/. Acessado em: 01/09/2018.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *Mas não, cara! Não que o presídio ajude em alguma coisa, mas o sofrimento ajuda você! O sofrimento clareia tuas ideias! O que eu mais aprendi... Uma coisa que eu admirei muito, lá dentro, foi em relação ao respeito. Aprendi bastante, irmão, principalmente a maldade. Em primeiro lugar, a maldade... Que, lá dentro, se você não viver com maldade, não tem como você viver. Porque lá, na mesma hora que você tá conversando com o cara... Às vezes, você fala um bagulho que o cara não gosta, o cara não tem coragem de te matar na hora. Ele vai lá e arma um esquema, faz a casinha, conversa com os cara, tudo certinho. Quando você vê, você leva facada e nem tá sabendo. Lá, que nem nós, tava conversando... quando eu cheguei lá, eu levei tapa na boca pra mim aprender. […] Daí, eu tava passando no meio dos caras, eles conversando assim, e o cara me chamou de volta: "Ô, cara, chegue aí!" Quando eu cheguei, o cara deu assim, na minha boca. Daí, quando eu olhei pra todo mundo... Assim, eu tinha que matar o cara, né? Na hora que eu fui no mocó,[9] lá no pátio, que eu saquei da faca, os caras me colaram num canto: "O que você vai fazer, cara?" Daí, eu falei: "Eu vou dar uma facada nesse cara! O cara bateu na cara de homem!" Os cara falaram: "Não, não, não, irmão! Você não vai matar ninguém! Isso daí é pra você aprender. Sabe o que você tá aprendendo? Você tá aprendendo que quando tiver gente conversando, você não passa no meio! Não é por causa disso que você não vai ser cara homem. Você vai ser cara homem, sim, mas só que você tá aprendendo. Nós sabemos que você chegou agora, irmão, nós estamos te ensinando a ser uma pessoa", e pá... Então, é a hora que a gente vai aprendendo, cara. Às vezes, não é de um acontecimento assim que você vai deixar de ser um cara homem. Ninguém nasceu sabendo. Então, os mais velhos têm que ensinar, né? Mas lá não é assim, na conversa, é na pancadaria! (Trecho de entrevista realizada com Vida Loka, em maio de 2015).*

A disciplinarização dos corpos e sentimentos está ligada à criação de hierarquias das redes de organizações criminosas que estão dentro e fora da cadeia, como visto também em Turner (2016) e Moran e Schliehe (2017). Esta hierarquização e pactuação entre os presos permitem um crescente processo de identidade coletiva. É preciso administrar emoções e criar argumentos que são decididos em conjunto, conforme o código estabelecido entre homens que devem "honrar a palavra" performando masculinidades específicas, como visto em McDowell (2001, 2002, 2003 e 2007). Zapata explica o processo de negociação e gerenciamento de emoções:

> *Quando tem alguma treta lá, não é uma decisão assim, que qualquer pessoa vai decidir lá dentro. Não, não é só uma pessoa que decide. Desde pra matar um cara... Não é assim: ah, levantar lá e ir, "eu vou matar!" Se o cara fizer sozinho, tá sujeito de morrer também. Porque, assim, às vezes, os caras tão num tatu lá, quase indo embora. E o cara dá um mio desse, e cai o tatu lá. Vai sobrar pro cara, entendeu? É por isso que é feita uma reunião, primeiro com os cabeças, pra ver como que é a decisão (Trecho de entrevista realizada com Zapata, em 2016).*

O gerenciamento de emoções deve compor o sentido de identidade coletiva e de interesses do grupo, que estabelece contratos pessoais baseados na palavra empenhada. Na escala da cela, o sentimento de conforto emocional e de solidariedade aparece com

[9] O "mocó" significa "esconderijo", no vocabulário do grupo entrevistado.

intensidade. São relatadas situações de compartilhamento de alimentos, bem como é onde as lideranças imediatas fazem o controle das regras do corpo com maior rigidez, como evidenciado da mesma forma na pesquisa de Rossi (2017).

Para ser incluído nas relações de afeto e solidariedade, há a necessidade de se ter conquistado o *status* de "merecedor", que, por sua vez, está conectado com as normas de masculinidades e códigos de conduta criados e performados em redes hierárquicas que funcionam dentro da cadeia, mas também em outros presídios e fora deles por meio do gerenciamento das organizações criminosas. Mesmo assim, a cela é retratada como um espaço de conforto, amparo e camaradagem. A seguir, os relatos de Lobo e Vida Loka ilustram o perfil da tendência da narrativa associada à identidade coletiva que tem forte conexão com a escala da cela:

> *Essa união é legal mesmo, cara. Tipo: se tiver um pão ali, ninguém come, se não der pra todo mundo. Tudo é dividido. Tudo tem que ser dividido dentro do X.[10] O que é que não é dividido é o luxo. Luxo, que eles falam... luxo é droga e cigarro (Trecho de entrevista realizada com Lobo, em 2015).*

> *No X, é bem coletivo mesmo. É assim, vamos supor... Igual eu falei pra você. Se você é um cara que não fez nada pra ninguém, você é um... vamos dizer, é um cara merecedor, e a comida que chega pra um, lá no X, é dividida entre todo mundo no X. Se um cara não tem sacola, não é por isso que ele não vai comer. Ele vai se alimentar da comida que todo mundo ali do X trouxe, né? Se só um tem sacola, os quinze que tão ali dentro, no X, se alimentam com a sacola dele (Trecho de entrevista realizada com Vida Loka, em 2015).*

As celas, a prisão e a cidade estão conectadas de diversas formas, segundo Bernardt, Van Hoven e Huigen (2017). As fronteiras entre a cadeia e a cidade são permeáveis, e os muros do confinamento são superados pela entrada de produtos que chegam com as visitas que vêm e vão, pelas ordens das organizações criminosas, do sistema penal, das redes de empresas de prestação de serviços, dos funcionários, dos drones e dos celulares, entre outros meios. A cidade, com 18% das evocações enunciadas no discurso dos presos, mantém a conexão com a prisão, estabelecendo uma forma de interdependência do espaço carcerário, como argumenta Turner (2015).

O crime cometido fora da cadeia é um dos elementos que incidem sobre a forma com que cada preso passará a fazer parte do espaço carcerário. Há crimes considerados "respeitáveis" e outros que não são tolerados entre eles. O relato de Rastaman é expressivo desta tendência discursiva:

[10] O "X" significa "cela", no vocabulário do grupo entrevistado.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *Ninguém me "tirava" por causa do meu crime. Eles aceleram[11] se for um BO diferente. Não fica nem junto quando é artigo, como os cara chamam, que é o estupro, quem bate em mulher, pedofilia, crime assim, com mulher e criança. Aí, eles ficam no seguro.[12] Uma galeria só pras pessoas que têm crime diferente, sabe? (Trecho de entrevista com Rastaman, realizada em 2017).*

As relações estabelecidas com outros homens que fazem parte de determinadas redes de sociabilidades na cidade também são um fator que pode pesar contra ou a favor na forma com que um preso passa a fazer parte da cadeia. Zapata explica como determinados valores são cultivados como códigos de honra, para este grupo de homens. Encontrar com "amigos de amigos", ter uma "caminhada"[13] de lealdade e não ser um "cagueta"[14] ajudam a ser bem recebido na cadeia:

> *Daí, eu cheguei lá, e a galera já me perguntando assim... Daí, um maluco já: "Ô, cara, você não é brother do [nome ocultado], lá da [nome da vila]?" Eu disse: "Eu sou, cara! Corro[15] junto com o cara lá!" Disseram: "Pô, olhe o cara aí!" E, daí, os caras já me chamaram pra entrar lá no X. […] E bastante gente, que tava na ilha,[16] os cara não deixavam nem entrar, pra entrar e usar o boi[17] (Trecho de entrevista realizada com Zapata, em junho de 2015).*

Do total de enunciações sobre a cidade, 70% representam os limites a serem enfrentados por eles, após o cumprimento da pena ou parte dela, e 27% representam as perspectivas de futuro.[18] As perspectivas são narradas como sonhos de manutenção da liberdade, o restabelecimento da família e a conquista de um posto de trabalho. Em contrapartida, são logo indicados os limites a serem enfrentados por eles, em que aparecem o medo do futuro, a tristeza, a frustração do fracasso da ressocialização e o sofrimento por causa da discriminação.

Os entrevistados relatam a tristeza sentida pela discriminação, a revolta por não conseguirem emprego, os conflitos internos para conterem o desejo de consumir substâncias químicas e a tentação de obterem dinheiro de forma rápida e em maior quantidade, bem como as saudades de determinadas relações com as quais mantinham amizades e interesses comuns. O relato de Vida Loka é exemplar desta dinâmica:

[11] "Acelerar" significa intimidar com ameaças e agressões, no vocabulário do grupo entrevistado.

[12] O "seguro" significa celas separadas onde colocam os presos em exílio para separá-los da população carcerária, no vocabulário do grupo entrevistado.

[13] "Caminhada" significa a trajetória de vida do preso e de sua vida no crime, no vocabulário do grupo.

[14] "Cagueta" significa ser delator, no vocabulário do grupo entrevistado.

[15] O "corre" significa atuação no varejo de drogas, no vocabulário do grupo entrevistado.

[16] A "ilha" significa a unidade da cela, no vocabulário do grupo entrevistado.

[17] O "boi" significa o vaso sanitário da cela, no vocabulário do grupo entrevistado.

[18] Os 3% restantes foram enunciados soltos, sem condições de serem analisados.

> *[...] A gente é enxergado assim, como a pessoa que não dá pra dar confiança... Pra não ter perigo, sei lá. Sempre com um pé atrás. Os mais chegados da gente é os cara da rua que a gente tá junto, que eles tão vendo qual é a humildade da gente, que a gente não quer mais aquilo lá [...] Pra mim, tá difícil, porque me internei no gole e no crack, sabe? Foi o primeiro pagamento, e parece que o diabo entrou na cabeça: "Vai lá" [nome do local]... Daí, com dinheiro no bolso, cheguei em [nome do local], fui pra casa da minha irmã, lá, e encontro um camarada aqui, outro ali, tudo locão, né? Então, dá uma bola,[19] e, nessa bola, desandou... (Trecho de entrevista realizada com Vida Loka, em 2015).*

O fato de sair da prisão não faz com que os ex-detentos consigam deixar esta experiência no passado, pois a prisão os acompanha. Moran (2015) alerta para o fato de que os espaços prisionais devem ser analisados para além de suas fronteiras físicas, chamando a atenção para as interconexões da prisão e outros espaços que vão além dos muros das instituições. Da mesma forma, Gill et al. (2018) desenvolvem o argumento de que o espaço carcerário deve ser compreendido não apenas como sendo "a cadeia", mas as conexões entre, ao redor, dentro e além das instituições carcerárias e outros espaços.

Assim, a cidade vivenciada pela discriminação e o acolhimento das antigas redes de sociabilidades dos ex-detentos resulta no que Gill et al. (2018) chamam de "circuito carcerário". As emoções deflagradas nessas experiências evidenciam que o cárcere, mesmo depois de cumprida a pena, continua sendo agenciado pelos ex-detentos. Bernardt, Van Hoven e Huigen (2017) argumentam que nem sempre as barras visíveis das prisões são aquelas que realmente contam na experiência do cárcere, mas também aquelas que aprisionam por dentro são responsáveis por criarem as fronteiras e os limites espaciais que, muitas vezes, são também manifestados mentalmente nas memórias e nas emoções.

As masculinidades forjadas nas experiências do cárcere trazem significados que são contraditórios, como revolta, ódio e medo, mas também lealdade, solidariedade e amizades. O espaço carcerário relatado pelo discurso desses homens é multidimensional (envolvendo desde elementos materiais como emocionais), relacional (masculinidade forjada nas relações com outros homens encarcerados, familiares e agentes penitenciários) e multiescalar (desde as regras de controle da nação até o corpo).

Considerações finais

Este artigo evidenciou os significados das experiências carcerárias criadas por homens, ex-detentos do sistema prisional em Ponta Grossa, no Paraná. Os dados nacionais, do estado e da cidade de Ponta Grossa evidenciam os limites do sistema prisional no respeito aos direitos humanos da população encarcerada. A análise dos dados qualitativos permite

[19] "Bola" significa dar um trago num cigarro de maconha, no vocabulário do grupo entrevistado.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

afirmar que, apesar de a prisão apresentar uma forma material que prima pelo isolamento da cidade, o espaço carcerário é vivenciado de forma relacional com a cidade, bem como com outras escalas da prisão, de acordo com os significados elaborados pelos ex-detentos. O espaço carcerário, marcado pelo poder sobre os corpos dos detentos, reorganiza emoções, como revolta, raiva, medo, solidariedade, lealdade e amizade, que são constituídas pelas relações específicas do cárcere. As masculinidades específicas de homens encarcerados são negociadas cotidianamente pelo conjunto dos detentos, que extrapolam os muros da prisão. Mesmo depois do cumprimento da pena, a experiência do cárcere se mantém corporificada, acionando a discriminação e os afetos que promovem a alimentação da dinâmica de criminalização de formas de vidas consideradas socialmente dispensáveis.

Referências

1. AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
2. _____. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
3. ARRUDA, R. F. de. **Por uma geografia do cárcere** – territorialidades nos pavilhões do presídio Professor Aníbal Bruno, em Recife/PE. Dissertação de mestrado. Recife. Universidade Federal do Pernambuco, 2006.
4. BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
5. BELL, David; VALENTINE, Gill. **Mapping desire:** geographies of sexualities. London: Routledge, 1995.
6. _____; BINNIE, Jon; HOLLIDAY, Ruth; LONGHURST, Robyn. **Pleasure zones:** bodies, cities, spaces. New York: Syracuse University Press, 2001.
7. BERG, Lawrence D.; LONGHURST, Robyn. **Placing masculinities and geography, gender, place and culture**, v. 10, n. 4, p. 351-360, 2003.
8. BERNARDT, Clemens; VAN HOVEN, Bettina; HUIGEN, Paulus. **Tracing memories in border-space in carceral spatiality.** In: MORAN, Dominique; SCHLIEHE, Anna. *Carceral spatiality: dialogues between geography and criminology.* London: Palgrave Macmillan, p. 201-236, 2017.
9. BINNIE, Jon; LONGHURST, Robyn; PEACE, Robin. **Upstairs/downstaits – place matters, bodies matter.** In: BELL, David; BINNIE, Jon; HOLLIDAY, Ruth; LONGHURST, Robyn. *Pleasure zones: bodies, cities, spaces.* New York: Syracuse University Press, p. vii-xiv, 2001.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

10. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

11. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **O espaço como componente a vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa/Paraná.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009, 152 p.

12. CONNELL , ROBERT W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

13. CREWE, Ben; WARR, Jason; BENNETT, Peter; SMITH, Alan. **The emotional geography of prision life.** In: *Theoretical Criminology*, v. 18, n. 1, p. 56-74, 2013.

14. FIORAVANTE, K. E. **O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

15. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999 [1987].

16. GILL, Nick; COLON, Deirdre; MORAN, Dominique; BURRIDGE, Andrew. **Carceral circuitry:** new directions in carceral geography. In: *Progress in Human Geography*, v. 42, n. 2, p. 183-204, 2018.

17. GOMES, Fernando Bertani. **"Cenas embaçadas":** a relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

18. _____. **Necropolíticas espaciais e a instituição de masculinidades de jovens homens envolvidos na violência homicida na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

19. HÖRSCHELMANN, Kathrin; VAN HOVEN, Bettina. **Spaces of masculinities.** London: Routledge: 2005.

20. HOPKINS, Peter; NOBLE, Greg. **Masculinities in place:** situated identities, relations and intersectionality. In: *Social & Cultural Geography*, v. 10, n. 8, p. 811-819, 2009.

21. INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Brasília: Ministério da Justiça, 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

22. JACKSON, Peter. **The cultural politics of masculinity:** towards a social geography. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, n. 2, p. 199-213, 1991.

23. _____. **Black male:** advertising and the cultural politics of masculinity. In: *Gender, Place and Culture*, v. 1, n. 1, p. 49-60, 1994.

24. JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. **Space, place and sex:** geographies of sexualities. Rowman & Littlefield: Lanham, 2010.

25. LONGHURST, Robyn. **(Dis)embodied geographies.** In: *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 4, p. 486-501, 1997.

26. _____. **Geography and gender:** masculinities, male identity and men. In: *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 3, p. 439-444, 2000.

27. _____. **Bodies:** exploring fluid boundaries. London: Routledge, 2001.

28. _____. **Maternities:** gender, bodies and space. London: Routledge, 2008.

29. MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

30. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona Editora, 2014.

31. _____. **Necropolitics.** In: *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

32. MCDOWELL, Linda. **Respect, deference, respectability and place:** what is the problem with/for working class boys? In: *Geoforum*, v. 38, n. 2, p. 276-286, 2007.

33. _____. **Men, management and multiple masculinities in organisations.** In: *Geoforum*, v. 32, n. 2, p. 181-198, 2001.

34. _____. **Masculine discourses and dissonances:** strutting "lads", protest masculinity, and domestic respectability. In: *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 20, n. 1, p. 97-119, 2002.

35. _____. **Redundant masculinities:** employment change and white working class youth. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

36. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2000.

37. MORAN, Dominique. **Carceral geography:** spaces and practices of incarceration. Farnham: Ashgate, 2015.

38. _____; SCHLIEHE, Anna. **Carceral spatiality:** dialogues between geography and criminology. London: Palgrave Macmillan, 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

39. ONU. **Report visit to Brazil undertaken from 19 to 30 october**: observations and recommendations addressed to the State party, 2016. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/01/Relatorio-SPT-2016-1.pdf. Acesso em: 1/09/2018.

40. PILE, Steve. **The body and the city:** psychoanalysis, space and subjectivity. New York: Routledge, 1996.

41. _____; THRIFT, Nigel. **Mapping the subject:** geographies of cultural transformation. London: Routledge, 1995.

42. POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: *Estudos Históricos*, n. 3, p. 3-15, 1989.

43. ROCHA, Heder Leandro. **"Espaço espiado":** o uso de *crack* como um elemento das espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa/PR. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território).Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

44. _____. **"Não dá nada, se der, dá pouco":** o "espaço espiado" dos adolescentes do sexo masculino, usuários de *crack* em Ponta Grossa/PR. In: *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 5, n. 1, p. 25-46, 2014.

45. ROSSI, Rodrigo. **"Malucos da quebrada":** territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa/Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

46. _____. **Masculinidades e interseccionalidade na vivência de territórios instituídos por adolescentes em conflito com a lei.** In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. *Espaço, gênero & masculinidades plurais*. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 125-191, 2011.

47. _____. **Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa/Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

48. SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

49. SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, gênero & masculinidades plurais.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

50. _____; _____. **Corpo como espaço:** um desafio à imaginação geográfica. In: PIRES, Cláudia Zeferino; HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da. *Plurilocalidades do sujeito: representações e ações no território.* Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, p. 56-75, 2016.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

51. SMITH, Neil. **Contours of a spatialized politics:** homeless vehicles and the production of geo-graphical scale. In: *Social Text*, n. 33, p. 55-81, 1992.

52. _____. **Homeless/global:** scaling places. In: BIRD, Jon; CURTIS, Barry; PUTNAM, Tim; ROBERTSON, George; TICKNER, Lisa (eds.). *Mapping the futures: local cultures, global change*. London: Routledge, p. 87-119, 1993.

53. TURNER, Jennifer. **The prison boundary:** between society and carceral space. London: Palgrave Macmillan, 2016.

54. VASCONCELOS, T. S. de. **Entre territórios do cárcere, de contenção e lugares de vida:** uma microgeografia. Dissertação de mestrado. PUC/Rio de Janeiro, 2010.

55. ZOMIGHANI, J. H. Junior. **Território ativo e esquizofrênico:** prisão e pena privativa de liberdade no estado de São Paulo. Dissertação de mestrado. USP, 2009.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 10.5418/RA2018.1425.0005

AS TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS E A GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA: GRUPOS POLÍTICOS, DEMANDAS E LUTAS PELA SIGNIFICAÇÃO CURRICULAR NA ERA VARGAS (1930-1945)[1]

THE PHYSICAL-NATURAL THEMES AND THE MODERN SCHOOL GEOGRAPHY: POLITICAL GROUPS, DEMANDS AND STRUGGLES FOR THE CURRICULAR SIGNIFICATION IN THE VARGAS ERA (1930-1945)

THÉMATIQUES PHYSIQUES ET NATURELS ET LA GÉOGRAPHIE SCOLAIRE MODERNE: GROUPES POLITIQUES, DEMANDES ET LUTTES POUR LA SIGNIFICATION CURRICULAIRE À L'ÈRE VARGAS (1930-1945)

Thiago Manhães Cabral
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com período de estágio sanduíche na Université de Cergy-Pontoise (França). Bolsista FAPESP de doutorado. E-mail: thiagomanhaescabral@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender, no contexto histórico brasileiro da Era Vargas (1930-1945), o papel político das temáticas físico-naturais como saberes e práticas constituintes das articulações discursivas que operacionalizaram, no pós-1930, os pressupostos da orientação moderna da geografia escolar. Metodologicamente, será realizada uma análise dos discursos dos principais grupos políticos e sujeitos disciplinares que orbitavam em torno de práticas discursivas ligadas às temáticas físico-naturais, com vistas à tentativa de fixar sentidos de conhecimento escolar na geografia, especialmente no âmbito da discussão curricular pós-1930. O referido procedimento metodológico terá como suporte os pressupostos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Em termos do *corpus* discursivo alvo deste trabalho, buscou-se recolher e analisar materiais da geografia escolar alinhados à orientação moderna para, então, apresentar as relações políticas de equivalência que são fundamentais à discussão curricular desta disciplina, no período histórico em questão.

Palavras-chave: temáticas físico-naturais, discurso, geografia escolar moderna, Era Vargas, currículo.

[1] Agradecemos o apoio financeiro e institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para a produção deste trabalho. Processo nº 2018/08542-0.

Abstract

The aim of this paper is to understand, in the Brazilian historical context of the Vargas Era (1930-1945), the political role of physical-natural themes as knowledge and practices that constituted the discursive articulations that, in the post-1930s, operationalized the presuppositions of the modern orientation of school geography. Methodologically, it will be made an analysis of the discourses of the main political groups and disciplinary subjects that orbited around discursive practices related to the physical-natural themes, aiming to fix the meanings of scholarly knowledge in geography, especially in the scope of the curricular discussion post 1930. The said methodological procedure will have as support the categories of analysis of Ernesto Laclau's Discourse Theory. In terms of the discursive corpus of this work, we sought to collect and analyse materials from the school geography related to the modern orientation and then present the political relations of equivalence that are fundamental to the curricular discussions of this discipline in the historical period in question.

Keywords: physical-natural themes, discourse, modern school geography, Vargas Era, curriculum.

Résumé

L'objectif de ce travail est de comprendre, dans le contexte historique brésilien de l'Ère Vargas (1930-1945), le rôle politique des thématiques physiques et naturels en tant que connaissances et pratiques qui constituaient les articulations discursives qui, dans les années trente, ont rendu opérationnels les présupposés de l'orientation moderne de la géographie scolaire. Méthodologiquement, nous allons analyser des discours des principaux groupes politiques et sujets disciplinaires qui ont gravité autour de pratiques discursives liées aux thématiques physiques et naturels, dans le but de fixer le sens des connaissances savantes en géographie, en particulier dans le cadre de la discussion curriculaire post 1930. Cette procédure méthodologique s'appuiera sur les hypothèses de la Théorie du Discours d'Ernesto Laclau. En ce qui concerne le corpus discursif de ce travail, nous avons cherché à rassembler et à analyser des matériaux de la géographie scolaire conformément à l'orientation moderne, puis à présenter les relations d'équivalence politique qui sont fondamentales pour la discussion curriculaire de la discipline au cours de la période historique considérée.

Mots-clés: thématiques physiques et naturels, discours, géographie scolaire moderne, l'Ère Vargas, curriculum.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

As temáticas físico-naturais como elementos constituintes da produção política da geografia escolar são o objeto deste trabalho, e, mais especificamente, quando pensadas em sua relação com os grupos políticos e sujeitos disciplinares presentes no projeto nacional-patriótico da Era Vargas (1930-1945). Assim, o objetivo deste trabalho é compreender, no contexto histórico brasileiro da Era Vargas, o papel político das temáticas físico-naturais como saberes e práticas constituintes das articulações discursivas que operacionalizaram, no pós-1930, os pressupostos da orientação moderna[2] da geografia escolar.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que os conhecimentos geográficos ligados às temáticas da natureza atravessam – ou mesmo constroem – sentidos específicos em que grupos colocam em disputa, principalmente a partir da década de 1930, os marcos discursivos da geografia escolar, novas lutas por significação do currículo escolar e a construção de sentidos territoriais pautados no ideário nacional-patriótico varguista. Isto posto, de antemão, se anuncia um posicionamento nosso, no sentido de argumentar que as temáticas físico-naturais constituem, historicamente, uma tipologia de conteúdos escolares presentes nas disputas por sentidos para a geografia escolar, e que, como produções discursivas e práticas culturais, no contexto varguista, foram conhecimentos explorados por grupos que articularam diferentes pautas em torno da construção de um imaginário de país e de sentidos nacional-patrióticos apoiados no ideário de natureza bela (CHAUÍ, 2000). Grosso modo, esta articulação pode ser pensada à luz de autores de materiais didáticos da geografia escolar, pela instituição estatal varguista (com destaque para as produções do recém-criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE), pelo movimento pedagógico Escola Nova e por boa parte dos movimentos artístico, literário e sociográfico que demarcam a formação do discurso modernista no Brasil (VIDAL E SOUZA, 1997; NAPOLITANO, 2016).

Assim, esta pesquisa será operacionalizada por meio da análise dos discursos dos principais grupos políticos e sujeitos disciplinares que, a nosso ver, orbitavam em torno de práticas discursivas ligadas às temáticas físico-naturais, com vistas à tentativa de fixar sentidos de conhecimento escolar na geografia, especialmente no âmbito da discussão curricular pós-1930. O referido procedimento metodológico terá como suporte, ressalta-se, os pressupostos da teoria do discurso de Ernesto Laclau (LACLAU, 2011, 2013; MENDONÇA e RODRIGUES, 2014; LACLAU e MOUFFE, 2015). Em termos do *corpus* discursivo alvo deste trabalho, buscou-se recolher e analisar materiais da geografia escolar alinhados à orientação moderna e

[2] Sobre o debate da orientação moderna da geografia escolar, ver Albuquerque (2011).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

publicados a partir da década de 1930 para, então, apresentar as relações políticas de equivalência (LACLAU, 2013) que são fundamentais à discussão curricular desta disciplina, no período histórico em questão. Na primeira seção deste artigo, nos preocupamos em situar o trabalho em termos do método assumido, no sentido de desenvolvermos brevemente as categorias teórico-metodológicas da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau que atravessam as análises, entre as quais figuram o *discurso*, a *demanda* e a *cadeia de equivalências e diferenças* (LACLAU, 2011, 2013). Ainda nesta parte do trabalho, buscaremos situar o leitor quanto às características da orientação moderna da geografia escolar, momento curricular alvo de nossa discussão.

Após este momento inicial, a segunda seção do artigo será desenvolvida em torno das análises que efetivamente foram construídas sobre os materiais da geografia escolar, e que demonstram os enunciados de grupos políticos e sujeitos disciplinares na luta curricular. Neste contexto, é importante ressaltar que não foi empreendido um olhar analítico sobre conteúdos enumerativos ligados à geografia física em tais materiais, mas privilegiaram-se, sim, dentro dos conteúdos ligados às temáticas físico-naturais, os textos enunciativos de sentidos para a geografia escolar moderna construídos pela articulação política entre autores de livros didáticos, os significantes do movimento político-pedagógico escolanovista e os pressupostos político-filosóficos do modernismo no Brasil.

Outra fonte explorada foi o livro *Methodologia do ensino geographico: uma introdução aos estudos de Geographia Moderna* (1925), de Delgado de Carvalho. Embora não se constitua como um texto didático propriamente dito, bem como não se enquadre no recorte temporal adotado (1930-1945), a presença desta obra neste trabalho se justifica em vista de sua fundamental e inauguradora função na produção política da orientação moderna na geografia escolar. Além de anunciar direcionamentos à formação e à prática docente, esta obra demarca influências de pensamento e defende específicos sentidos de conhecimento escolar em geografia, em sua maioria, focalizados nas temáticas físico-naturais como "panos de fundo" para uma efetiva cientificidade desta disciplina.

Desenvolver a segunda seção deste artigo significará também ampliar o diálogo entre as obras da geografia escolar selecionadas e autores da história (FAUSTO, 1970; MORAES, 1978; OLIVEN, 1992; MURARI, 2002, 2007; NAPOLITANO, 2016), da antropologia (VIDAL E SOUZA, 1997), da educação (VIDAL, 2007; LOPES e MACEDO, 2011; ROCHA, 2012; ZANATTA, 2013), e do ensino de geografia (COSTA, 2013; VILELA, 2013; PANUTTO, 2016; GIROTTO, 2017). Dessa forma, à medida que se concorda com Rocha (2012), quando esta autora busca desenvolver a ideia de disciplina escolar como "condição política", se explora o caráter relacional do discurso geográfico escolar moderno (LACLAU, 2016, p. 116) que

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

articula, por meio das temáticas da natureza: 1) o modernismo, nos campo das artes, da intelectualidade e da literatura brasileira, 2) o movimento Escola Nova, que anuncia seus significantes nas reformas curriculares e na produção de materiais didáticos da geografia pós-1930, e 3) os distintos sentidos de geografia materializados em movimentos autorais que anunciam particulares aportes conceituais, influências de pensamento e concepções de natureza nos materiais didáticos.

A geografia escolar moderna e as demandas políticas na Era Vargas: possíveis contribuições de Ernesto Laclau ao debate

> *Não se trata apenas do fato de que o nacionalismo possa ser substituído por outros termos [...], mas também o fato de que seu próprio significado irá variar, dependendo da cadeia de equivalências a ele associada (LACLAU, 2013, p. 323).*

O período de transição entre a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945) demarca importantes transformações na dinâmica social brasileira, à medida que a década de 1920 é, sobretudo, um momento de ascensão de movimentos de renovação do pensamento em inúmeras frentes de atuação nos campos político, econômico, artístico, literário e educacional.

Nesse sentido, compreender a produção das políticas curriculares e as práticas discursivas presentes nos materiais didáticos da geografia contemporânea à Era Vargas implica, inicialmente, um movimento que consiste em retroagirmos rapidamente ao momento geohistórico da Primeira República para, então, verificarmos o alcance e o significado das transformações políticas, dos grupos e dos discursos que orbitavam em torno de sentidos educacionais da geografia pós-1930. Busco, dessa maneira, argumentar que a produção discursiva da nacionalidade brasileira, bem como de suas expressões na geografia escolar, é atravessada por dois diferentes momentos organizacionais e institucionais – não só do Estado brasileiro republicano, mas também da própria dinâmica social – que são "de grande significado para compreendermos as discussões acerca da geografia escolar, visto que demarcam um recorte delimitado por fatos históricos que promovem rompimentos e que demarcam uma periodização" (ALBUQUERQUE, 2011, p. 21).

A Primeira República, como momento de fixação provisória de uma ordem social que buscava se distanciar da instituição política monárquica, reunia correntes e grupos distintos que, num contexto outro, formariam um mosaico de cadeias de diferenças, mas que, em torno do sentido que a República proclamava como "ordem e progresso", se uniram

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

numa cadeia equivalencial que, por sua vez, trouxe elementos que anunciavam a tentativa de produzir estética, artística, educacional e politicamente a *cultura nacional*, sentidos estes que, inclusive, fomentaram a conjuntura que lhe deu origem como regime de governo.

Napolitano (2016, p. 19-20) identifica, nesse raciocínio, duas grandes correntes políticas que responderam não só pela organização política e institucional, mas também por boa parte dos conflitos que caracterizaram a Primeira República: 1) a corrente liberal, fundamentada na estrutura oligárquica, que respondia pelos partidos políticos regionais e por um projeto político federalista e descentralizado; e 2) a corrente positivista, que defendia a ideia de um governo centralizador e apoiado nos princípios da modernização, do nacionalismo patriótico e de políticas públicas alinhadas aos princípios da revolução científica que caracterizou o período entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Embora a corrente positivista tenha lançado, no cenário político nacional, importantes personalidades e pautas que, em si, traduziam embates e diversas políticas públicas, especialmente no campo educacional (NAPOLITANO, 2016, p. 20), os primeiros vinte anos republicanos no Brasil caracterizaram uma organização reconhecidamente alinhada aos princípios do federalismo oligárquico. Oliven (1992, p. 31) argumenta, nesse sentido, que "a proclamação da República, no Brasil, iniciou um processo de descentralização política e administrativa do Estado". Na visão de Fausto, esta descentralização não significou, entretanto, um esvaziamento da União. Segundo este autor (1973, pp. 232-233), "a autonomia regional não pressupunha a fraqueza do poder central. [...] Ao mesmo tempo em que a União representava os interesses oligárquicos, assumia, em nome deles, o papel de guardiã dos interesses nacionais. O Estado legitimava as oligarquias regionais [...]", direcionando a organização política para a forma-conteúdo que Souza (1973) assinalou como um jogo político nacional sustentado na estrutura oligárquica do poder.

> *O panorama geral da Primeira República [...] encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza nos Estados, sob hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo (SOUZA, 1973, pp. 166-167).*

Por outro lado, questionando uma estrutura política focalizada nos poderes estaduais, a construção na nacionalidade, a partir de 1930, envolvia setores da sociedade que defendiam outros projetos também em disputa por hegemonização, em que os interesses da corrente política positivista da Primeira República e dos grupos em torno dela articulados nos ajudam a compreender o momento em que "a construção de um Estado nacional forte, em oposição ao poder oligárquico local, foi a marca registrada dessa variação populista" (LACLAU, 2013, p. 276) que estava por vir com Vargas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

O governo Vargas, para além de uma estruturação política centralizadora, pode ser pensado, nesse sentido, como uma expressão da institucionalização de uma cadeia articulatória de diferenças e equivalências em que estavam presentes atores e grupos políticos em torno de uma grande equivalência positivista, qual seja, os significados de sociedade, modernização e educação.

> *As forças que levaram Vargas ao poder em 1930 eram heterogêneas, não possuindo um cenário comum. Essa coalizão de grupos heterogêneos, que fizeram a revolução, explica em parte as oscilações do comportamento de Getúlio, que para sustentar-se no poder, teve que fazer concessões a todas elas, em grau diretamente proporcional às contribuições que cada uma poderia dar para a manutenção de sua liderança (CUNHA, 1981, p. 24, grifos nossos).*

Assim como Célio da Cunha, Marcos Napolitano (2016), Boris Fausto (1970, 1973), Ruben George Oliven (1992) e Antônio Carlos Robert de Moraes (2005a; 2005b) são autores que também buscam compreender a Era Vargas à luz de seus efeitos sobre a dinâmica social e territorial brasileira. Nesse sentido, é interessante perceber que suas análises estão, de uma maneira ou de outra, associadas ao esforço de compreender a revolução (ou golpe, na visão de muitos historiadores) de 1930 como a "expressão de *demandas* de uma sociedade que se tornava mais complexa que a estrutura político-estatal existente" (MORAES, 2005, p. 126, grifo nosso).

Estas são análises que, assim, buscam compreender essa efervescência política como um conjunto de ações-efeitos de grupos que respondiam, por exemplo, 1) pelos questionamentos à organização política oligárquica das primeiras décadas republicanas, 2) pela ascensão do modernismo nas artes e na literatura, 3) pelas discussões que traziam à tona sentidos sobre o papel da escola e da escolarização na sociedade brasileira, 4) pela renovação do pensamento científico brasileiro que, à luz da geografia, trazia o método, as práticas pedagógicas e o papel social desta disciplina para o centro do debate, e, finalmente, 5) pelas práticas discursivas que conferiam ao Estado nacional-patriótico varguista o caráter hegemônico que suplantava, de forma precária e contingente (MENDONÇA, 2014), esta pluralidade de movimentos em torno dos significantes da *modernização*, da *brasilidade* e do *progresso* (MORAES, 1978; MORAES, 2005). Dessa forma, entende-se que haja força nas proposições de Laclau (2013), quando este autor compreende, na categoria *demanda*, uma ferramenta útil ao reconhecimento não só dessas identidades sociais, mas também do sistema discursivo por elas produzido, que, em si, se articula à capacidade produtiva de disputas na política.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Para esse autor, a demanda é tomada como "a menor unidade do político", um elemento que perpassa a lógica da ordem institucional e da dinâmica política. Na sua visão, é impossível tratar qualquer grupo político como uma homogeneidade cuja configuração formativa seja estável e positiva, rejeitando, assim, a ideia de uma totalidade coerente em quaisquer lutas políticas. A articulação de demandas é o momento da política que, segundo Laclau, torna possível a produção de um *discurso*.

Vale ressaltar, nesse contexto, que, quando se recorre à ideia de discurso neste trabalho, se busca uma filiação ao sentido laclauniano deste termo. Laclau, ao discutir esta categoria, se afasta da perspectiva essencialmente ligada às dimensões da fala e da escrita, à medida que assume o papel constitutivo das *relações* como ponto-chave de sua abordagem teórica (LACLAU, 2013, p. 116). Este posicionamento, por sua vez, nos permite pensar o discurso como categoria que une palavras e ações, "em termos de regras que combinam elementos diferentes entre si de tal maneira que esta relação produz sentido" (BURITY, 2014, p. 63). Esta é, ressalta-se, uma categoria que Laclau, ao longo de suas obras, busca desenvolver em torno de uma "rede conceitual" (BURITY, 2014, p. 60) que responde pelo arcabouço teórico da teoria do discurso.

Pensando as *relações* como elemento-chave de sua abordagem discursiva, Laclau (2013) desenvolve o conceito de *povo* como agente histórico e social de potência política produzido no movimento de demandas isoladas e, a partir do estabelecimento de cadeias de equivalências entre estas, na sua transformação em demandas populares mais amplas. O referido autor, ao tratar essa dinâmica, nos assinala dois momentos-chave desse processo político. O primeiro concerne à emergência da *demanda como solicitação*, situada em sua unidade diferencial e particular em relação à ordem institucional vigente. Laclau (2013, p. 123) e Burity (2014) exemplificam este primeiro momento organizacional da demanda ao ilustrá-la, por exemplo, num grupo que pode reivindicar ao governo local algumas melhorias de infraestrutura e serviços públicos no âmbito de um bairro. Se esta demanda, como solicitação isolada, for atendida, a luta política cessará. Se, de outro modo, porém, nada for feito no sentido de se resolver a situação reivindicatória, esse grupo começa a perceber que há em outros grupos solicitações também negligenciadas por essa ordem governamental.

É neste momento, "onde há um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo diferenciado" (LACLAU, 2013, p. 123), que se produz o segundo momento da ação política das demandas, que está ligado ao estabelecimento de uma *relação de equivalência* entre demandas (solicitações) não atendidas que, apesar de não abandonarem completamente seus particularismos

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

constitutivos, estabelecem entre si uma articulação em busca de um espectro mais amplo da luta política. Para Laclau (2013, p. 126), "quanto mais extensa a cadeia de equivalência, mais mista será a natureza dos elos que a compõem", fazendo com que demandas que antes configuravam apenas solicitações se transformem, então, numa pauta de exigências articuladas como uma "unidade" precária e contingencialmente construída pela oposição comum a este governo negligente (para nos atermos ao exemplo explorado).

Nesse ponto, é possível perceber, na relação de equivalência, um espectro da luta política em que ocorre uma articulação de diferenças, sem que, entretanto, deixem de ser produzidos sentidos diferenciais em seu interior, conforme assevera Costa (2013). O que permite esta articulação é a relação antagônica comum enfrentada no campo político por essas demandas democráticas (LACLAU, 2013). O *antagônico* – inimigo ou ameaça contingencial e provisoriamente fixada – é, nesse sentido, a condição política que torna possível o processo em que essas demandas democráticas (particularismos) deixam de produzir pura diferença, anulando suas particularidades somente por e para o momento da prática articulatória, e tão somente neste momento (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014), o que, em si, torna possível a produção política de um *discurso*.

A ideia de *demanda* parece ser, nesse movimento, enriquecedora na direção de um entendimento sobre o processo de constituição política da orientação moderna da geografia escolar no contexto varguista. Decerto, a Era Vargas foi caracterizada por um inegável caráter nacional-patriótico, ao passo que é possível perceber as textualidades e representações constituintes deste discurso na imprensa, nas falas de governo e na própria geografia escolar, inerentes à construção de sentidos de "brasilidade", "identidade nacional" e "integração modernizadora do Brasil". Entretanto, ao buscarmos ir além de uma perspectiva estadocêntrica e retomarmos o entendimento da instituição estatal varguista como um dos agentes de significação, verificamos que *integração*, *unidade nacional*, *brasilidade* e *modernização* são significantes que foram discursivamente construídos, valendo-se de sentidos territoriais e educacionais que conciliaram, em certa medida, diversas demandas também em disputa por hegemonização discursiva na escola, tanto para o sentido de conhecimento geográfico, quanto de pedagógico educacional (NAPOLITANO, 2016, p. 147).

Nesse contexto, assumimos a Era Vargas como o momento de hegemonização da orientação moderna na geografia escolar, tendo em vista a leitura política laclauniana que empreendemos a respeito deste processo. Em outras palavras, ressalta-se que, embora o livro *Geographia do Brazil* (1913), de Delgado de Carvalho, traga, ainda na década de 1910, muitos dos significantes presentes na orientação moderna da geografia escolar, fazendo com

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

que diversos pesquisadores da história da Geografia Escolar, a exemplo de Albuquerque (2011), o considerem como um marco divisor para a produção de sentidos modernos nos materiais didáticos, defendemos a ideia de que este livro, a seu tempo e em suas ideias, constitui um esforço autoral particular (demanda isolada em Laclau) que enfrentou muitas resistências de docentes e instituições onde o discurso clássico da geografia escolar ainda tinha força, conforme o próprio Carvalho (1925) demonstrou, em *Methodologia do ensino geographico: uma introdução aos estudos de Geografia Moderna*.

Por isso, em acordo com as ideias de Laclau, assumimos que o livro *Geographia do Brazil*, embora inovador, representa um momento da orientação moderna ainda disperso em seus sentidos diferenciais (demandas isoladas), em que o particularismo autoral de Carvalho se destaca. Assim, consideramos como pressuposto deste trabalho a ideia de que, efetivamente, a década de 1920 pode ser pensada como o momento em que foi politicamente produzido um *povo disciplinar* (COSTA, 2013) que flutuava em torno dos pressupostos modernos da geografia escolar, de tal modo que, como articulação política ou *discurso*, se tornou capaz de disputar sentidos de currículo e fixar sentidos para esta disciplina nos materiais didáticos, especialmente a partir do governo Vargas.

As décadas de 1920 e 1930 constituíram, em especial, um momento de debate acerca do papel e do método da geografia na escola, que, de um lado, propunha renovações na prática pedagógica desta disciplina segundo a orientação moderna e, de outro, se posicionava na defesa de sua importância no currículo escolar em meio às discussões político-educacionais advindas do movimento Escola Nova. Nesse movimento, o discurso que, nas obras didáticas da geografia, se autodenominava "moderno" se apoiava, em grande medida, em três pilares: na negação à tradição geográfica escolar presente até então, expressa pela crítica às práticas da geografia clássica; na enfática defesa do método regional de produção e organização do conhecimento geográfico escolar; e, finalmente, no alinhamento aos princípios científicos advindos, por um lado, do debate pedagógico escolanovista e, por outro, da intelectualidade acadêmica geográfica no Brasil, principalmente a partir da metade da década de 1930, com a criação do IBGE e de cursos universitários de Geografia.

Delgado de Carvalho descreveu, ao prefaciar a terceira edição do livro *Geografia regional do Brasil*, para a 4ª série ginasial (1944), sua trajetória pessoal de defesa do método regional da geografia moderna: "Com ardor juvenil, [...] *eu atacava os estudos de corografia que não tomavam as "regiões naturais" como base.* [...] *Hoje em dia, esta geografia não é mais um escândalo no nosso ensino"* (CARVALHO, 1943, p. 7, grifo nosso).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Aroldo de Azevedo, ao apresentar, em 1943, a nona edição do livro *Geografia geral: de acôrdo com o programa da 1ª série ginasial*, considerou, à época, que

> *Um sôpro de renovação passa pelos domínios da Geografia entre nós. Êste movimento, preparado de longa data por alguns espíritos de escol (entre os quais figura na primeira plana, o nome do prof. Delgado de Carvalho), iniciou-se há uns dez anos atrás, como conseqüência imediata da Reforma Francisco Campos. Teve a incentivá-lo a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde a matéria passou a ser ensinada em nível superior, e recebeu decisivo impulso com a organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão centralizador das atividades governamentais desse setor. Além disso, associações de caráter científico, publicações, artigos em jornais e revistas, conferências etc. procuraram mostrar a todos os brasileiros as vantagens da orientação moderna para o ensino da Geografia e o absurdo do sistema antigo, da simples nomenclatura e das enumerações enfadonhas. Abriu-se, assim, um novo capítulo na história da Geografia no Brasil; e já era tempo que tal acontecesse (AZEVEDO, 1943, p. 11, grifos nossos).*

Tendo em vista, então, que a região natural passou a configurar o método de ensino e a abordagem representativa do espaço brasileiro, o discurso geográfico escolar nacional-patriótico de orientação moderna sistematicamente reforçou o peso dos elementos fisiográficos no currículo, pois passou a utilizar, com muita ênfase, uma gama de causalidades a partir dos dados naturais, em que a geografia escolar substituiu e reorganizou, no âmbito da produção das suas narrativas e da construção de seu currículo, a *formação* socialmente construída pela *forma* "naturalmente" concebida e regionalizada do Estado nacional (BRABANT, 1986; PEREIRA, 1993; MOREIRA, 2004).

Isto posto, uma vez que nosso foco de análise se volta para o contexto de produção dos textos curriculares e dos materiais didáticos da geografia escolar moderna no trato às temáticas da natureza, foram selecionados, para discussão neste trabalho, três principais grupos atuantes sobre as políticas curriculares e de produção didática da geografia escolar pós-1930. Nosso critério de escolha, dialogando com uma leitura política laclauniana, se baseia sobretudo na identificação das *demandas* expressas em específicos significantes que, à luz das disputas por significação e da tentativa de fixação parcial de significados no currículo e nas obras didáticas, se presentificam na relação de equivalência que se espera demonstrar nos textos curriculares e didáticos da disciplina geográfica escolar. A partir desse movimento metodológico, buscamos nos afastar de uma leitura essencialista que estabeleça fundamentos que definam a geografia escolar (ROCHA, 2012), ou mesmo que compreenda este momento da história desta disciplina abordando-a "como resultado de desdobramentos que decorrem especificamente das produções acadêmicas ocorridas fora do Brasil" (ALBUQUERQUE, 2011, p. 20).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Dessa forma, à medida que corroboramos com Rocha (2012), quando esta autora busca desenvolver a ideia de disciplina escolar como "condição política", explorar-se-á o caráter relacional do discurso (LACLAU, 2016, p. 116) geográfico escolar moderno que articula, por meio das temáticas da natureza, demandas 1) do modernismo, no campo das artes, da intelectualidade e da literatura brasileira; 2) do movimento Escola Nova, que anuncia seus significantes nas reformas curriculares e na produção de materiais didáticos da geografia pós-1930; e 3) dos distintos sentidos de geografia materializados em movimentos autorais que anunciam particulares aportes conceituais, influências de pensamento e concepções de natureza nos materiais didáticos.

Os significantes do modernismo na geografia escolar: a estética do território e do homem brasileiro a partir das temáticas da natureza

O final do século XIX e o início do XX configuraram um momento da história nacional em que pode ser percebida a produção de boa parte das representações da sociedade e do espaço brasileiro. A esse respeito, autores como Vidal e Souza (1997), Oliven (1992) e Murari (2002, 2007), ao elucidarem o processo de invenção discursiva da Nação a partir de aportes teóricos e metodológicos de obras literárias brasileiras, nos ajudam a compreender o contexto de produção das narrativas espaciais e sociográficas que conferem a tais representações um lugar na construção do pensamento social brasileiro.

Assim, a transição entre o Período Imperial e a Primeira República pode ser notabilizada, sobretudo, por suas marcas nos campos cultural e artístico, nos quais o que estava em voga era um debate entre intelectuais, literatos e cientistas cujas produções – muitas delas buscando respaldo em relatos de viagem e expedições por um território ainda mal (re)conhecido – reservaram-se a explicar as particularidades humanas e naturais brasileiras, ou mesmo a superar o que chamavam de "males de origem" do Brasil (OLIVEN, 1992; NAPOLITANO, 2016).

Tal conjuntura expressava, já no período republicano brasileiro, produções cujas representações e teorizações estavam focalizadas em três distintos sentidos de natureza, tendo em vista a influência de "novas doutrinas e escolas europeias de pensamento, como o positivismo de Comte, o darwinismo social de Haeckel e o evolucionismo de Spencer" (MURARI, 2002, p. 30): a *natureza problema* ou *obstáculo*, a *natureza exaltada* e a *natureza recurso*.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A primeira destas produções se refletiu na produção estética e intelectual do fim do Império e dos primeiros anos republicanos no Brasil, ligada ao movimento de artistas, autores e críticos que, na tentativa de explicar os tipos humanos e as características físicas do espaço brasileiro, "acabaram elaborando um pensamento social marcado por uma consciência catastrófica do atraso nacional" (NAPOLITANO, 2016, p. 44).

Esta perspectiva, em diálogo com os pressupostos deterministas, era constituída por obras que percebiam e explicavam a natureza do espaço brasileiro, ou mesmo alguns recortes territoriais, como obstáculo à civilidade e ao desenvolvimento, em que as teorias raciais, evolucionistas e naturalistas, ora traduzidas para a(s) realidade(s) brasileira(s), conferiam uma visão pessimista à tropicalidade e aos tipos humanos a ela associados (OLIVEN, 1992; NAPOLITANO, 2016). Tal panorama de narrativas espaciais foi elaborado por autores influenciados pelas teorizações de Henry Thomas Buckle.

Segundo Murari (2002, 2007), Buckle foi um historiador inglês expoente na proposição teórica que sustentava o determinismo geográfico como uma das marcas do debate cientificista brasileiro do século XIX e início do XX. Em seus escritos, Buckle defendia que as diferentes condições físico-naturais exerciam influência sobre a capacidade de trabalho e de desenvolvimento intelectual dos povos. Para este autor, "quatro diferentes classes de fatores físicos exercem influência sobre o homem: o clima, o alimento, o solo e o aspecto geral da natureza" (MURARI, 2007, p. 69).

As teorizações bucklerianas se sustentavam, segundo Murari (2007), no argumento de que países de clima frio e temperado possuíam maior capacidade humana para o trabalho e para a intelectualidade, tendo em vista as adversidades que estes ambientes ofereciam à sobrevivência. Os ambientes quentes e úmidos, ao contrário, ofereceriam facilitadas condições de sobrevivência ao homem, produzindo, assim, sociedades com baixa capacidade física e intelectual, tendo em vista que a facilidade para sobreviver e a pujança da natureza afastavam os povos dos aperfeiçoamentos que conduziam seus comportamentos e seus destinos à civilidade e ao progresso.

Esta linha de pensamento articulava-se à proposição de uma lei geral da história das civilizações, que estabelecia uma distinção entre sociedades europeias e não europeias, ao passo que "enquanto as sociedades europeias deveriam ser estudadas a partir de seus fenômenos sociais e humanos, as não europeias só poderiam ser compreendidas a partir da dominação sobre elas exercidas pelas forças naturais" (MURARI, 2002, p. 97). Conforme ainda assinala esta autora (2007, p. 66-67), Buckle, ao explorar o Brasil como o maior exemplo de nação onde a natureza exercia um domínio indolente sobre a sociedade,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

reverberou suas ideias entre a intelectualidade brasileira, especialmente no âmbito das produções científicas e literárias da Primeira República.

A obra de Buckle, apoiada nas teorias positivistas e organicistas que marcaram o pensamento do século XIX e do início do século XX, tendo sido umas das poucas de circulação editorial pela Europa a versar sobre o Brasil, bem como uma das grandes influências sobre o debate literário e científico nacional, nas primeiras décadas republicanas, se fez presente em autores brasileiros filiados a esta abordagem, ressaltando as condições naturais como precondição e elemento constituinte do comportamento, do destino e do desenvolvimento das sociedades.

> *Sendo as teorias cientificistas os modelos mais significativos para a reflexão da elite modernizadora brasileira de fins do século XIX e início do século XX, a obra de Buckle pode ser considerada a matriz determinista geográfica por excelência. [...] Para Buckle, é possível determinar a conduta humana a partir das condições naturais em que se dão. Da recíproca influência do homem sobre a natureza e dos condicionamentos exteriores sobre o homem são derivados, de acordo com o autor, todos os acontecimentos. [...] A geografia física constitui-se, nas ideias de Buckle, como o conjunto dos elementos determinantes na formação das nacionalidades. As fronteiras políticas nacionais são, assim, assimiladas a fronteiras naturais, que existem a priori. No caso de Buckle, as nações são apensas naturais, ou, em outro sentido, as diferenças nacionais são resultantes de diferenças geográficas. Estudar uma sociedade dependeria, portanto, de compreender as condições físicas de seu desenvolvimento (MURARI, 2007, pp. 68-69).*

Circunscritas por essa influência, as teorias que versam sobre as origens do Brasil e a dinâmica social brasileira são características de obras literárias e científicas do início do século XX, em que "a natureza tropical, antes tão decantada pelos artistas românticos do tempo do Império, também passou a ser vista como um problema" (NAPOLITANO, 2016, p. 44). Delgado de Carvalho (1925, p. 103), em *Methodologia do ensino geographico: introducção aos estudos de Geographia Moderna*, ao refletir sobre adequadas (em sua visão) abordagens teóricas respaldadas na cientificidade moderna da geografia para a explicação da sociedade brasileira (ou, como assim o chamou, o "factor humano"), lançou um olhar sobre as descrições espaciais e sociais do Brasil elaboradas por autores como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Oliveira Vianna, considerando-as "esforços isolados, observações ocasionaes" (sic), cujas produções pouco dialogam com as proposições das escolas francesa, alemã e norte-americana da geografia humana.

Especialmente no livro *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões* (2007), Luciana Murari realiza uma análise direcionada às especificidades dos escritos da intelectualidade e dos literatos brasileiros contemporâneos à Primeira República, quando, embora assevere a forte influência de Buckle sobre tais produções,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

assinala que os autores brasileiros reinterpretaram as ideias do historiador inglês acerca do Brasil, consideradas como inverídicas em alguns aspectos da realidade. O que estava em questão, nessas obras, segundo a autora citada, era a compreensão das razões para o "atraso" do Brasil e as proposições sobre como superá-las.

Foi nesse sentido que Euclides da Cunha desenvolveu, em *Os Sertões*, por exemplo, seu argumento que girava em torno da oposição sertão-litoral como constituinte da nacionalidade brasileira, em que o sertão era visto como o *lócus* do atraso e da barbárie, por onde os avanços do litoral, marcas da civilização e da modernidade, deveriam chegar.

> *O que faz Euclides da Cunha para tornar a teoria de Buckle mais palatável à realidade do país é produzir uma análise regionalizada do território nacional. Cria-se assim uma visão dual do Brasil: uma parte do país corresponderia exatamente aos exageros de Buckle; uma outra poderia ser, ao contrário, caracterizada como perfeitamente adaptável à civilização (MURARI, 2007, p. 74).*

Segundo Vidal e Souza (1997), nas proposições de Euclides da Cunha, em grande parte, residia a potência produtiva dos outros dois sentidos de natureza, então de positividade, ligados à produção discursiva do território e da nacionalidade brasileira. A *natureza exaltada* e a *natureza recurso* encontraram, nesse contexto, respaldo nos pensamentos científico, artístico e literário que caracterizariam a Era Vargas, quando, além do esforço de se desconstruir a ideia de natureza insalubre, várias publicações se projetaram para construir uma consciência territorial e nacional-patriótica a partir da exaltação à natureza. No campo da geografia escolar, esse movimento pode ser percebido, por exemplo, na obra didática de Gicovate:

> *O estudo científico dos dados referentes ao clima nos mostra que os climas têm sido caluniados, atribuindo-se-lhes ou transferindo-se-lhes os defeitos dos homens. O exame dos diversos elementos de nosso clima nos mostra que nada possui que possa estorvar a atividade ou impedir a marcha do progresso. O conceito de insalubridade está banido. Mais ainda, as chamadas doenças tropicais não são naturais dessas regiões, vieram de outras terras, trazidas pelos europeus (GICOVATE, 1945, p. 47).*

Se, no espectro político, um momento de instabilidade e instauração de outra ordem institucional pôde se concretizar, em 1930, com o advento das forças que conduziram Vargas ao poder, a década de 1920 foi um marco de profundas transformações na linguagem estética e intelectual brasileira acerca do território e da nacionalidade. O final da Primeira República assistiu, nesse contexto, a ascensão do modernismo, cujo auge da crítica e expressividade artística materializou-se na Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *A historiografia e a crítica de arte que se debruçou sobre o modernismo estabeleceram uma cronologia que divide o movimento em uma fase "estética" (1922-1924) e uma fase "política" (1924-1928). Se a primeira fase foi marcada pela busca de uma expressão estética inovadora inspirada nas vanguardas artísticas europeias, mas ainda difusa em terras brasileiras, a segunda marcaria a confluência entre modernismo e nacionalismo, politizando definitivamente os grupos modernistas. [...] Não por acaso, quando veio a Revolução de 1930, [...] o governo federal incorporaria alguns ideais modernistas e assumiria um novo papel que envolvia a construção de um ideal de "brasilidade", mais homogêneo e integrado, com o objetivo de superar os regionalismos que imperavam na Primeira República (NAPOLITANO, 2016, p. 67-70).*

Ao pensar as origens do movimento modernista brasileiro, Murari (2002, p. 25) o considera como uma "síntese de dois grandes movimentos estéticos e intelectuais oitocentistas: o realismo e o romantismo". Por um lado, o realismo se destacou como um movimento cujo estilo se pautava na crítica à estrutura social brasileira e às relações humanas e sociais, bem como na defesa das grandes causas regionais. Por outro lado, o romantismo do século XIX foi retomado à luz do discurso científico moderno, da valorização da natureza e da descrição dos tipos e ambientes sociais (NAPOLITANO, 2016).

No livro *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica* (1978), Eduardo Jardim de Moraes nos ajuda a pensar o modernismo como um movimento de ideias nacionalistas que extrapola os limites da análise literária e artística e "anuncia suas manifestações no quadro geral da cultura brasileira" (MORAES, 1978, p. 11). Pensando na categoria de "solo ideológico"[3] como campo de produção política de novos elementos e práticas discursivas no pensamento social brasileiro, este autor elucida o movimento modernista como reflexo de vozes e criações que "passaram a adotar como primordial a questão da elaboração de uma cultura nacional" (MORAES, 1978, p. 49) apoiada nas "imensas grandezas naturais e humanas" do território brasileiro.

Nesse contexto, o ideário ufanista do território nacional abria caminho, assim, ao resgate à exaltação da natureza para o debate da nacionalidade, "sobretudo a partir dos elogios à grandeza territorial e à natureza exuberante do país, onde esse tipo de ufanismo com relação à natureza convivia com os regionalismos e ambos não chegavam a entrar em conflito" (NAPOLITANO, 2016, p. 58). Em tal premissa, reside uma estratégia política de relevante potência para a nossa compreensão do político em Vargas, pois, ao mesmo tempo em que se constitui como uma organização institucional de claras iniciativas e políticas

[3] Esse autor constrói tal conceito pensando-o como o "pano de fundo de ideias em que se move o ideário modernista, que revela a presença, no interior da questão literária, de uma dimensão filosófica de análise do pensamento social brasileiro" (MORAES, 1978, p. 11). Esta reflexão nos ajuda a pensar os campos literário e artístico como elementos postos em diálogo com a renovação do pensamento (em especial, na geografia escolar), com a discussão político-educacional e com a crise da organização político-institucional da Primeira República.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

tendencialmente universalizantes no sentido de construção da nacionalidade, a Era Vargas, contraditoriamente, foi um momento geohistórico brasileiro de explosão do regional[4] nos campos produtivos da ciência (geográfica, sobretudo), da cultura e das políticas de governo.

Em suma, para além das claras influências teóricas que a Escola Regional tenha exercido, em termos do desenvolvimento de método na geografia escolar brasileira, entender esta disciplina como uma "*condição política* de organizar os sentidos de mundo" (ROCHA, 2012, p. 3, grifos da autora) significa colocá-la em diálogo com outras frentes de produção do pensamento social e educacional. Dessa maneira, torna-se possível apreender que o discurso de natureza é elemento constitutivo de uma lógica política específica quando, curiosamente, sustenta pautas nacionalistas do Estado varguista e, ao mesmo tempo, é potencialmente capaz de assentá-las sobre o caráter diferencial extremamente regional/regionalizado que caracteriza as produções artísticas e literárias, políticas públicas e institucionais, bem como o próprio discurso geográfico escolar, para nos atermos mais precisamente aos limites da nossa discussão.

Nesse raciocínio, a articulação de demandas, conforme demonstra Laclau (2013), é ilustrativa da ordem discursiva producente dos sentidos de natureza-exuberante/recurso quando, aos fins da década de 1920, "nacionalismo, ufanismo e civismo convergiram, demarcando o nascimento de um projeto nacionalista autoritário que ficaria mais patente ao longo dos anos 1920 e 1930" (NAPOLITANO, 2016, p. 58). O fim da República Velha e o Estado varguista, com mais ênfase, assistiram, assim, à difusão de obras cuja representação de natureza se debruçava em narrar as "imensas riquezas naturais", a vastidão do território e os enormes potenciais que a natureza brasileira oferecia para o alcance do progresso, aliada à miscigenação, encarada, neste momento, como fator positivo de formação da brasilidade.

> *Ainda está para ser verificado com exatidão o que possue o Brasil no que diz respeito aos recursos fornecidos pela natureza. Insuficientemente explorado em largas proporções do seu imenso território, muito falta ainda para que tenhamos um idéa verdadeira de nossas possibilidades econômicas. Independente disso, as riquesas que já foram reconhecidas como existentes são abundantes e, de algum modo, notáveis. Mas possuir riquesas e deixá-las intactas de nada vale; é preciso, pois, que, ao termos em mente a sua exuberância, lembremo-nos de aproveitá-las sem demora da melhor forma possível. De outra maneira, o homem não será digno da terra dadivosa que habita (AZEVEDO, 1936, p. 317, grifos nossos).*

[4] Esta é uma contribuição teórica do professor Rogério Haesbaert, a quem agradeço por suas críticas à pesquisa de doutorado da qual deriva este trabalho, na ocasião do curso "Território e Identidade nas Geografias Contemporâneas", em julho de 2016, na cidade de São Paulo.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A compreensão de Aroldo de Azevedo é ilustrativa das operações discursivas empreendidas pela orientação moderna da geografia escolar. De um lado, a natureza, à luz da leitura territorial e nacionalizada, era vista como o recurso necessário (vital) para a sobrevivência e o desenvolvimento da nação. Por outro lado, esse autor discute a necessidade de se descobrir, por estudos idiográficos, a coleção de recursos existentes e, até então, não disponibilizados para a soberania e o crescimento econômico da nação. Assim, no campo da geografia escolar, as obras didáticas editadas já no contexto da Era Vargas são claramente ilustrativas dessas práticas discursivas, em que não só as publicações de Azevedo, mas também as de Delgado de Carvalho e de outros autores se destacam na construção de tais acepções de natureza.

Foi nesse movimento de invenção da brasilidade, com forte apelo de natureza territorializada, que o movimento modernista se difundiu, tendo, neste contexto, expoentes também em obras de artistas, literatos e intelectuais, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e Heitor Villa-Lobos, entre outros.

A escola e o papel social da escolarização: os significantes da Escola Nova na geografia escolar

Em consonância com as movimentações sociopolíticas que respondiam por grupos cujas demandas materializavam-se no universo da cultura, do trabalho e da política, o fim da República Velha significou um momento em que o debate acerca da escola e do papel social da escolarização "produziu enunciados que, desenhando alterações no modelo escolar, desqualificavam aspectos da forma e a cultura em voga nas escolas, aglutinadas em torno do termo tradicional" (VIDAL, 2007, p. 497).

As demandas sociais em torno da escolarização se ampliavam no sentido de que novas questões estavam sendo trazidas à tona com o advento da urbanização e da industrialização no Brasil (LOPES e MACEDO, 2011; ZANATTA, 2013). O movimento Escola Nova foi, assim, a expressão de específicos significantes que se faziam presentes no contexto da produção de todos os componentes curriculares de então e, ao que nos interessa nesta pesquisa, aos da geografia escolar pós-1930, em que se desenvolveram críticas direcionadas às práticas pedagógicas jesuíticas de instrução enciclopedista e mnemônica, às desigualdades de acesso e de permanência na escola, bem como à forte presença da Igreja no debate educacional brasileiro.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Durante as primeiras décadas do século XX, o debate educacional brasileiro já anunciava alguns impactos advindos do movimento Escola Nova, ao passo que diversas reformas curriculares[5] e publicações didáticas compunham, pelo menos no campo disciplinar da geografia, o *corpus* discursivo que demarcava esta atuação política nas discussões sobre educação e escolarização na sociedade brasileira. Desse modo, os pressupostos do movimento Escola Nova trouxeram questões para a discussão pedagógica ao defenderem sentidos de currículo focalizados no desenvolvimento cognitivo do aluno como sujeito do processo educacional, direcionando suas proposições a partir das dimensões da "prática", da "experiência", da "vivência" e das "observações e impressões" dos educandos. Desse modo, "a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, [...] a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno" (VIDAL, 2007, p. 497) eram categorias recorrentemente anunciadas e defendidas pelos intelectuais alinhados à Escola Nova.

Para Zanatta (2013) e Panutto (2017), esses são significantes anunciados pelo pensamento de John Dewey, em que o valor da *experiência direta* do educando, tomada como prática efetiva de resolução de problemas e consecutiva produção de conhecimento, desloca as relações de ensino-aprendizagem para a observação e a experimentação fundamentadas no método científico indutivo (GIROTTO, 2017), produzindo o processo de escolarização em que "o ensino associava o *ver* a *fazer*" (VIDAL, 2007, p. 498).

Partindo de uma leitura que compreende a Escola Nova, no Brasil, a partir da perspectiva ligada à história das teorias curriculares, Panutto (2017) e Zanatta (2013) identificam o *progressivismo* e o *eficientismo* como princípios constituintes do discurso escolanovista no país. Para tais autoras, estas são correntes de pensamento que surgiram no Brasil sob a influência do debate educacional norte-americano das primeiras décadas do século XX, em função do aumento das demandas em torno das funções sociais da escola, tendo em vista o contexto da "disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente" (VIDAL, 2007, p. 498).

> *O contexto norte-americano dos anos 1910 era de aumento pela demanda de escolarização como resposta à rápida urbanização das cidades e a crescente necessidade de trabalhadores como mão de obra para as fábricas. Nesse sentido, o papel da "escola eficiente" era requerido, pois o capital via a escola como a instituição capaz de preparar-lhe a mão de obra para as "novas demandas tecnológicas" das fábricas e, ao mesmo tempo, o Estado tinha em seu poder uma instituição apta a inculcar sentidos nacional-patrióticos (PANUTTO, 2017, p. 27-28).*

[5] Sobre esse assunto, ver MIGUEL, VIDAL e ARAÚJO (2011).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Em outra frente, Girotto (2017), ao desenvolver uma investigação direcionada a compreender aspectos constituintes da geografia escolar brasileira e argentina, nas primeiras décadas do século XX – lançando, no caso brasileiro, um especial olhar para as obras de Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo –, considera os pressupostos escolanovistas como alinhados aos princípios teóricos da geografia francesa que respondem pela orientação moderna desta disciplina, principalmente a partir dos anos 1920. Para esse autor, o movimento de renovação da geografia escolar passa, tanto no Brasil, quanto na Argentina, por autores precursores de uma discussão de método que, ora articulada aos princípios pedagógicos escolanovistas, defende a legitimidade da abordagem regional como a "mediação necessária para aproximar a geografia da vida dos alunos" (GIROTTO, 2017, p. 58).

Assim, uma vez salientando a relação entre a abordagem regional (como princípio e método geográfico) e a experiência vivida (como princípio pedagógico), Girotto busca demonstrar uma convergência dos debates da geografia escolar em torno das influências lablachiana e escolanovista, no que concerne ao cenário da discussão curricular e da produção das obras didáticas.

> *A influência de autores vinculados a estas concepções sobre educação e a escola é bastante evidente, tanto no contexto de formação da escola pública argentina, quanto brasileira. Uma das evidências desta influência pode ser encontrada na defesa do método indutivo na construção de ações didáticas, valorizando a ação dos estudantes, bem como as experiências enquanto mediações necessárias para o desenvolvimento de práticas educativas. Neste sentido, é possível entender que as concepções norteadoras do ensino de geografia no início do século, no Brasil e na Argentina, resultam, de um lado, de mudanças ocorridas no interior do campo deste conhecimento científico; do outro, como resultado das mudanças nas concepções de educação, com forte influência dos ideais escolanovistas (GIROTTO, 2017, p. 63).*

Essas são análises que, embora se ancorem em aportes teóricos e metodológicos diferenciados, demonstram um elemento relevante às nossas preocupações: a *lógica dos deslocamentos de fronteira de fixação dos significantes* (LACLAU, 2013) que giram em torno das práticas discursivas do movimento Escola Nova. Em outras palavras, queremos dizer que "experiência", "vivência" e "prática" são significantes apropriados e traduzidos por diferentes projetos hegemônicos da luta curricular, o que torna seus significados indeterminados aprioristicamente e, assim, dependentes de específicas relações de equivalência para a fixação de sentidos de currículo em todas as disciplinas escolares, entre as quais a própria geografia.

Com isso, a partir da década de 1920, o discurso pedagógico escolanovista foi chamado como prática discursiva legitimadora do "novo" em quase todos os movimentos de renovação das disciplinas escolares, nos quais, novamente, "experiência", "vivência" e

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

"prática" assumiram distintas roupagens – ou, para nos atermos à abordagem laclauniana, foram preenchidos de específicos significados, a depender dos grupos políticos e das demandas presentes no campo de disputas – para a fixação de sentidos curriculares. A este conjunto de significantes, cujo sentido está suspenso e aberto às multifacetadas relações de equivalência, Laclau (2013, p. 198) chama de *significantes flutuantes*.

No campo disciplinar da geografia, as proposições de Panutto (2017), Vilela (2013) e Girotto (2017) em torno da constituição da geografia escolar moderna parecem ser, assim, ilustrativas dessa lógica de deslocamento de fronteiras na qual os significantes flutuantes produzem efeito sobre o político, especialmente quando lançamos um olhar para os sentidos da Escola Nova presentes nos textos curriculares e didáticos da disciplina. Então, acordamos com as proposições de Costa (2013), que, inspirado nas proposições derridadianas e nos trabalhos de Lopes e Macedo (2011), oferece na ideia de *tradução* alguns elementos que nos são úteis para argumentarmos que estes foram significantes apropriados e reinventados pela orientação moderna para fins de legitimação do discurso de renovação. Para esse autor,

> *A política curricular pode ser pensada como produção discursiva, performada no confronto contaminante de diferentes discursos sociais que, duplamente, reiteram e traem os sentidos trazidos à baila, recriando-os por tradução. Tal reapropriação do outro é a marca do currículo como produção cultural, como fronteira espaço-temporal de negociação com a diferença (COSTA, 2013, p. 35).*

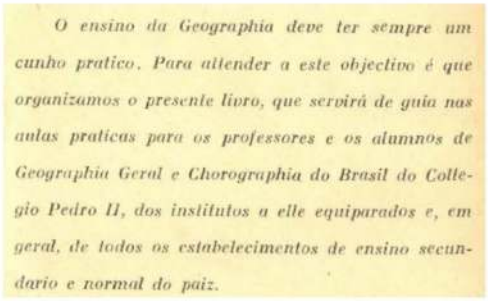
Assim, para além da defesa e da tentativa de fixação da abordagem regional como regularidade do discurso geográfico escolar (VILELA, 2013), a orientação moderna da geografia escolar, ora valendo-se da tradução dos sentidos de currículo advindos do movimento Escola Nova, buscou inaugurar o "ensino de geografia por práticas" especificamente associadas às temáticas da natureza (Figura 1), cujo grande expoente foi a obra *Práticas de Geographia* (1930), de Fernando Antônio Raja Gabaglia, introduzida com a proposição de que "o ensino da Geographia deve ter sempre um cunho prático". Para Silva (2012, p. 291-292), "Gabaglia traduziu essa prática em termos de demonstrações concretas e experiências. Notadamente, é um livro para o ensino da geografia física, expressando uma forma nunca antes registrada na bibliografia didática da geografia".

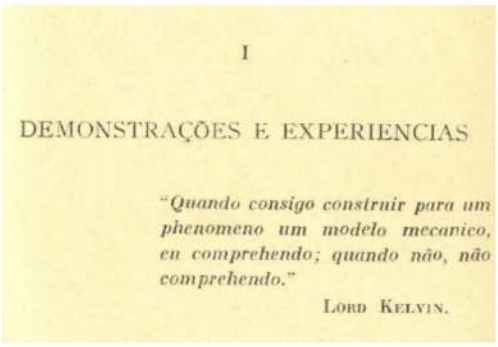
Em suma, o discurso de natureza foi, nesse momento, revestido pelos elementos constituintes dos princípios pedagógicos escolanovistas para fixar específicos sentidos de geografia escolar, que, em si, buscavam conferir a esta disciplina o caráter de cientificidade que pautou o debate da intelectualidade geográfica nos anos 1930. Afinar um discurso científico para o ensino da geografia no Brasil significava, para esses autores, posicionar esta disciplina no campo teórico-metodológico das ciências naturais, de modo que desenvolver

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

a experiência e a prática associava-se, portanto, à valorização da geografia física e de seus procedimentos de investigação no currículo e nos materiais didáticos.

Figura 1 – Princípios da prática em geografia, segundo Gabaglia (1930).

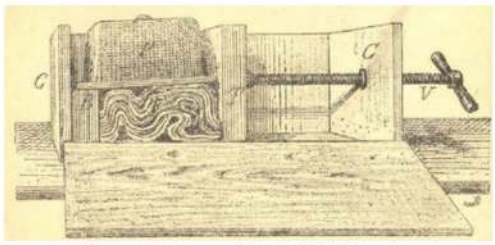

O ensino da Geographia deve ter sempre um cunho pratico. Para attender a este objectivo é que organizamos o presente livro, que servirá de guia nas aulas praticas para os professores e os alumnos de Geographia Geral e Chorographia do Brasil do Collegio Pedro II, dos institutos a elle equiparados e, em geral, de todos os estabelecimentos de ensino secundario e normal do paiz.

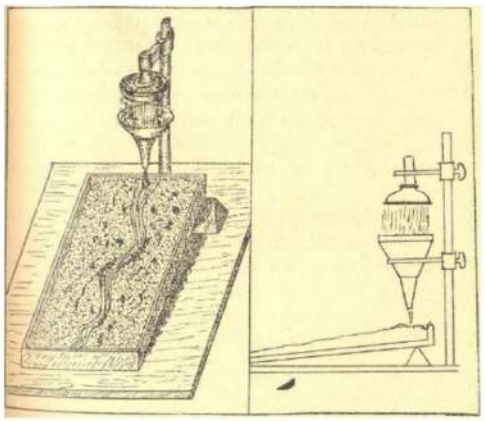

I

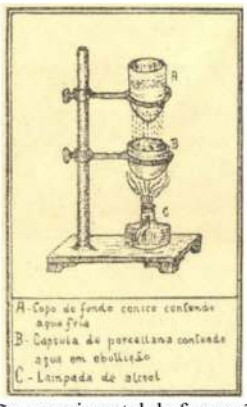
DEMONSTRAÇÕES E EXPERIENCIAS

"Quando consigo construir para um phenomeno um modelo mecanico, eu comprehendo; quando não, não comprehendo."

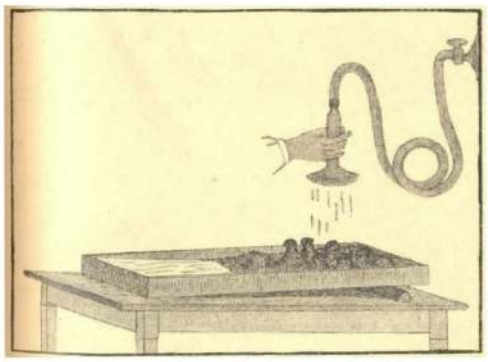
LORD KELVIN.

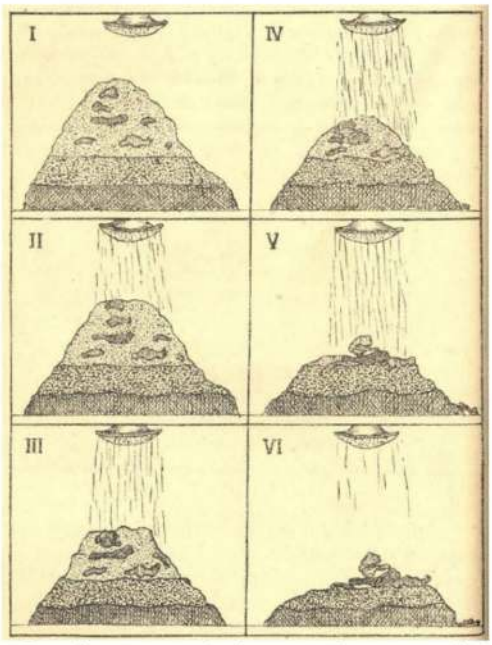

Emprego do aparelho de Hall-Maunier, no estudo prático das dobras


Experimento para mostrar a ação dos rios na configuração da paisagem



Demonstração experimental da formação das chuvas


Uso do tabuleiro geológico, para demonstrar a ação da água no relevo



Experimento: ação da chuva no relevo-sequencia de efeitos

Fonte: *Gabablia, 1930. Biblioteca do Livro Didático e Obras Raras (BLD) da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Organização: Thiago Manhães Cabral (2017).*

Movimentos autorais na geografia escolar: paradigmas de pensamento científico e a produção da geografia escolar moderna

As primeiras décadas do século XX significaram o início de um debate que se realizou nos campos científicos, no Brasil, onde a influência do positivismo e do evolucionismo se fazia presente não só como elemento constituinte do "novo" ou do "moderno", no cenário da produção intelectual e política de grupos republicanos, mas também como pressuposto ontológico e gnosiológico que questionava práticas científicas de então, especialmente no espectro das ciências humanas.

Em outras frentes, o racionalismo moderno, cujo positivismo constituía sua maior expressão em termos de método científico, era tensionado por outras correntes de pensamento que questionavam sentidos universais de ciência, de modo que os pressupostos positivistas de explicação da realidade – leis gerais que governavam os fenômenos, normatividade e o método analítico – não eram, na visão destas linhas, os únicos elementos legitimadores e constitutivos do pensamento científico. Gomes (2000, p. 94-95), quando destaca que "ao longo do processo de desenvolvimento da ciência objetiva, várias questões foram levantadas e novos limites e procedimentos estabelecidos", discute o horizonte da crítica em que a filosofia da natureza, o romantismo, a hermenêutica e a fenomenologia eram as quatro principais correntes de pensamento articuladas pela oposição à racionalidade positivista. Ao discutir a história da geografia como campo científico, nesse raciocínio, esse autor assevera ainda que

> *A modernidade, frequentemente apresentada como um período totalmente dominado pela racionalidade, constrói sua identidade muito mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo, do outro, diversas "contracorrentes", contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante. Se pensarmos este período em termos do diálogo constante entre estas duas tendências, conferimos à modernidade um sentido bem menos monolítico, forjado na hegemonia única da razão. Somos levados a conceber este período como um verdadeiro campo de tensões (GOMES, 2000, p. 26).*

Como parte integrante e influenciada por essa conjuntura, a geografia escolar brasileira contemporânea ao Estado varguista era, então, transpassada pelo movimento de renovação do pensamento científico, em que específicos sentidos de geografia materializavam este campo de tensões à medida que a historiografia da disciplina era capaz de demonstrar diferentes influências de pensamento no trato ao discurso geográfico escolar.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nesse sentido, as obras didáticas são elucidativas do cenário de disputas pela significação curricular, de modo que, como registros documentais, materializam sentidos de conhecimento escolar em geografia (VILELA, 2013). Direcionar um olhar para os livros didáticos pode ser, então, um movimento salutar para a identificação de concepções de geografia associadas a específicos movimentos autorais em meio à luta pela significação curricular nesta disciplina.

E, tendo em vista a circulação editorial de suas obras, bem como a expoente participação e o pioneirismo em torno do debate de método no interior do movimento de renovação da geografia escolar, Delgado de Carvalho[6] e Aroldo de Azevedo[7] foram autores cujas obras são de significativa relevância para a identificação dos paradigmas de pensamento científico atuantes sobre o discurso geográfico escolar dessa época.

Autor precursor da orientação moderna da geografia escolar, Delgado de Carvalho era enfático, em *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), no trato às influências de pensamento que respondiam por sua abordagem teórica e metodológica. Este autor procurou desenvolver, ao longo desta e de suas outras obras, uma concepção de geografia apoiada na ênfase da fisiografia (ALBUQUERQUE, 2011) e da dimensão "prática" do saber geográfico, valorizando, com o advento do discurso pedagógico escolanovista, o *empirismo* e a *experimentação* como elementos constitutivos desta disciplina.

Na busca por um saber geográfico alinhado à regularidade dos fenômenos, à observação das leis naturais e à criação de teorias normalizadoras, era comum, em suas obras didáticas, um debate territorial focalizado em princípios geográficos físico-naturais, principalmente no trato ao conceito de *região natural*.

> *A região natural é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e a investigação permitem crear numa área geographica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das differentes influencias physiográficas, respeitando o mais possível o jogo natural das forças em presença e colocando a synthese assim esboçada sob o ponto de vista especial o fator humano nella representado (CARVALHO, 1925, p. 82, grifos nossos).*

Moisés Gicovate, outro autor alinhado aos princípios teóricos e metodológicos de Carvalho, também busca desenvolver uma leitura regionalizada do território à luz de pressupostos físico-naturais, quando afirma que

[6] Sobre vida e obra desse autor, ver ALBUQUERQUE (2011); ZUSMAN e PEREIRA (2000) e SILVA (2012).

[7] Sobre a biografia e a trajetória acadêmica desse autor, ver CAMPOS (2011).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *[...] região natural é uma extensão territorial que, pelas suas características geológicas, topográficas, climáticas e econômicas, forma um todo uniforme. [...] A divisão em regiões naturais nada tem a ver com a divisão política. Parte de uma unidade política, especialmente em se tratando de vasta extensão territorial, pode pertencer a uma região, enquanto a restante faz parte de outra região (GICOVATE, 1944, p. 11-12, grifos nossos).*

Ao voltarmos nossa atenção para os autores destacados, que corporificam os significantes do racionalismo moderno e do método positivista de investigação na geografia escolar, concordamos com Haesbaert (2010, p. 32-33) quando, ao discutir as concepções filosóficas influenciadoras da geografia regional, destaca a influência do positivismo como paradigma que valoriza o empirismo objetivo e o limite do dado objetivo, que denotam, na visão de seus precursores, a "região homogênea de fronteiras naturais".

Carvalho ressalta, nesse sentido, que autores e manuais da geologia são fortes aportes teóricos presentes em sua visão de geografia, destacando, nesse contexto, a obra do geólogo estadunidense John F. Branner como referência não só para suas propostas de reforma curricular para a geografia, mas também para suas discussões acerca da geografia do Brasil.

> *Não posso deixar de mencionar os valiosos trabalhos que, sobre a nossa terra, tem escripto o eminente scientista americano John C. Branner. No seu Manual de Geologia Brasileira, encontramos fartamente o que necessitamos para um ensino racional e moderno ministrado a estudantes brasileiros. É uma das mais sólidas contribuições que devemos ao estrangeiro. Na minha opinião, a obra de Branner é a trincheira de onde deve partir o ataque, na grande reforma que deve soffrer entre nós esta disciplina. A obra de Branner, por emquanto, parece reservada ao ensino superior: é um engano nosso, ella deve ser quanto antes assimilada para uso do ensino secundário. É uma pura questão de programmas. E fatalmente servirá de modelo ao nosso ensino logo que tivermos desraigado delles as deprimentes orgias de geographia administrativa que ainda exigem (CARVALHO, 1925, p. 7-8, grifos nossos).*

Vista a geologia como modelo a ser seguido como sentido de cientificidade e legitimidade da geografia na escola, suas contribuições deveriam, na opinião de Carvalho, figurar no cenário das reformas curriculares pelas quais a disciplina deveria passar para assumir acepções modernas da educação e da ciência geográfica na escola. Carvalho, como signatário do movimento Escola Nova no Brasil, era ainda fortemente influenciado pelo pensamento pedagógico de Dewey, precursor do pensamento escolanovista nos Estados Unidos e da corrente curricular tecnicista. Zanatta (2013, p. 56) explora os percursos da discussão pedagógica de Carvalho ao afirmar que "sua participação nesse movimento foi fundamental para a difusão da geografia moderna e para seu reconhecimento oficial da disciplina nos currículos escolares".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A nosso ver, Delgado de Carvalho foi um autor capaz de articular pressupostos científicos da geografia física à crítica pedagógica advinda da Escola Nova, buscando, nesse movimento, fixar sentidos de currículo e conhecimento escolar em geografia de tal maneira a desenvolver um movimento autoral que transita, ainda, em diálogos com a vertente norte-americana da geografia acadêmica. Ainda em *Methodologia do ensino geographico* (1925), Carvalho é enfático ao defender um discurso geográfico escolar capaz de desenvolver uma ideia de natureza que, na formação patriótica do indivíduo, se utilize, sobretudo, da perspectiva dos *ciclos vitais*,[8] cerne da teoria geomorfológica do geógrafo físico norte-americano Willian Morris Davis, "cuja proposta eminentemente teórica evoca, para fins de legitimação, a linguagem matemática, requisito básico da ciência" (MONTEIRO, 2001, p. 3).

> *É incalculável o alcance philosophico e educativo que tem o estudo da geographia, na sua concepção moderna. Há poucos assumptos que se prestem ás meditações dos homens do que estes vestígios mudos de tempos immemoriaes. [...] a natureza actual apparece apenas como uma phase de uma evolução longa e lenta, ainda longe de seu termo. Nasce então a idéa do cyclo vital: cyclo vital dos rios, cyclo vital das montanhas, cyclo vital dos climas. Tudo nasce, envelhece, érodido, desgastado, aplainado, para rejuvenescer em novas fórmas, em outros cyclos que constituem a palpitante e dramática história da terra. E o homem nella apparece como apenas um incidente mínimo, uma poeira, mas uma poeira que pensa, pois a sua superioridade sobre o mundo é exatamente de conhecer os seus destinos. [...] Por que não havemos, no ensino de geographia, de comunicar aos que a estudam alguns dos grandes cyclos vitaes, tornando mais amena a disciplina e dando-lhe seu cunho de humanismo interessado e profundo? A physiographia é, pois, antes de tudo, um assumpto cujo estudo contribue á formação geral do indivíduo e a este critério é que deve obedecer o seu methodo de ensino. [...] Chegamos assim á necessidade de um conhecimento mais scientifico e mais circumstanciado da geographia pátria. Chegamos ao ensino da physiographia e da geologia brasileira, segundo a expressão da tese examinada (CARVALHO, 1925, p. 5, grifos nossos).*

Nessa concepção, é perceptível uma tentativa de associação, defendida pelo autor citado, entre a formação patriótica escolar e os sentidos de cientificidade, para a geografia escolar moderna, declaradamente associados aos princípios da geografia física e da geologia. Dessa maneira, entende-se que, embora boa parte das teorizações de Delgado de Carvalho tenha forte associação com a Escola Regional Francesa da Geografia (CAMPOS, 2011), é interessante perceber a inflexão executada por este autor no sentido de buscar referenciais científicos e pedagógicos originários do debate norte-americano da época, principalmente se levarmos em consideração sua discussão em torno das funções sociais da educação e da escolarização, no início do século XX. Do mesmo modo, destaca-se que Carvalho se colocava em defesa da ênfase das temáticas físico-naturais no currículo escolar da geografia, sobretudo para a construção da consciência patriótica do território brasileiro.

[8] Segundo Monteiro (2001, p. 3), a teoria geomorfológica de Davis, expoente da ideia dos ciclos vitais, data "do final do século XIX, no artigo intitulado "The Geographical Cycle" e publicado no Geographical Journal da Royal Geographical Society, em seu número 14, ano de 1899, entre as páginas 481 e 504".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Nesse sentido, dada a sua importância, Delgado de Carvalho, tão explorado e revisitado nas pesquisas assentadas na história e na historiografia da geografia escolar brasileira, foi um autor que, ora associando-se a específicos aportes teórico-conceituais e aos movimentos de renovação que atuavam em outras frentes políticas, se tornou precursor de um sentido de geografia em que a racionalidade positivista e o nacional-patriotismo se presentificaram em seus materiais didáticos e na própria concepção de região (natural), assumida por ele como o ponto-chave da discussão metodológica que inaugurou a orientação moderna desta disciplina.

Em outra frente, na década de 1930, com o advento do primeiro curso de formação de professores (Universidade de São Paulo) e da fundação de órgãos de pesquisa na geografia (Conselho Nacional de Geografia e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o movimento de renovação da disciplina geográfica escolar, então em diálogo com a nascente geografia acadêmica, passou a corporificar uma forte influência da Escola Francesa de Geografia, que, tendo produzido um considerável volume de publicações associadas às expedições preocupadas com o levantamento de informações sobre o território brasileiro, respondia por grande parte das descrições territoriais e iconografias que passaram a compor os materiais didáticos, a partir de então.

Tendo se constituído, no Brasil, como "o maior admirador e representante da Escola Regional Francesa" (CAMPOS, 2011, p. 324), Aroldo de Azevedo foi, pelo menos no campo das publicações didáticas, um autor expoente na circulação editorial dos pressupostos da geografia francesa em meio à orientação moderna da geografia escolar, de modo que a grande aceitação de suas obras pelo magistério nacional "fez com que escrevesse livros para todas as séries dos antigos cursos ginasial e colegial, quase monopolizando o livro didático de geografia, no Brasil, durante três décadas" (CAMPOS, 2011, p. 327).

Para além da crítica à chamada "geografia administrativa",[9] os livros de Aroldo de Azevedo eram, quase sempre, iniciados com explicitações sobre a orientação moderna da geografia escolar, além das claras definições acerca de sua concepção de geografia, que, a nosso ver, demarcavam não só uma diferenciação das ideias deste autor em relação à concepção de geografia defendida por Delgado de Carvalho, mas também o campo teórico-metodológico a que Azevedo procurava se filiar no desenvolvimento de suas obras, principalmente no trato ao método regional na geografia. Segundo suas próprias palavras,

[9] Designação desenvolvida por autores de livros didáticos filiados à orientação moderna da geografia escolar, principalmente por Carvalho (1925), para identificar o estilo, a textualidade e as práticas pedagógicas que caracterizavam a abordagem da geografia escolar clássica.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *A nossa ciência procura comparar os fenômenos, localizar as suas áreas e explicar-lhes as causas e os efeitos. O geógrafo francês João Brunhes prefere dizer que a Geografia é a "ciência da Terra"; enquanto que o geógrafo alemão Fernando de Richtofen considera-a como "o estudo da superfície da Terra". Já Emanuel de Martonne é mais minucioso e acha que o seu objeto consiste no estudo da repartição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa repartição e as relações locais destes fenômenos. O professor Delgado de Carvalho pensa de outra forma: diz que é "a ciência que trata da descrição da Terra, especialmente em relação ao homem". Procurando explicar melhor o seu campo de ação, preferimos considerar a Geografia como o ramo dos conhecimentos humanos, que estuda a Terra em todos os seus aspectos, mostrando a correlação existente entre o mundo orgânico e o inorgânico (AZEVEDO, 1938, p. 20-21, grifos do autor).*

Em meio à produção discursiva da orientação moderna da geografia escolar, a visão de geografia que Aroldo de Azevedo procurava desenvolver, embora se aliasse aos pressupostos de cientificidade para esta disciplina que Delgado de Carvalho procurava construir, destoava parcialmente dos pressupostos ontológicos do racionalismo positivista. Isto significa dizer que Azevedo constituiu um particular movimento autoral, no campo das publicações didáticas, que anunciava a produção de um específico sentido de geografia escolar, em que sua abordagem de território, nacionalidade e diferenciação regional era carregada por elementos discursivos que se caracterizavam, para além das claras filiações à geografia francesa, por alguns elementos discursivos do romantismo, uma das contracorrentes que, segundo Gomes (2000), tensionavam as bases do racionalismo.

> *O interessante dos românticos residia no estabelecimento de uma unidade fundamental no domínio da natureza. A ideia de uma natureza dividida em duas ordens, orgânica e inorgânica, lhes parecia completamente caduca: a natureza [...] percebida como um só organismo [...], vista como um animal vivo e composta por elementos em conexão e harmonia, tem relação com a concepção da Terra dos geógrafos do início da escola francesa de geografia (GOMES, 2000, p. 107).*

Assim, Aroldo de Azevedo pareceu ter, a nosso ver, desenvolvido uma particular abordagem em termos da produção de sentidos para o território e para a nacionalidade brasileira, de modo que um novo nacionalismo romântico, que articulava uma dimensão mítica do território e do povo ao culto à natureza, pautou as explicações da geografia do Brasil, na maioria de suas obras.

> *Os climas brasileiros nada apresentam que prejudique o exercício da atividade humana. Êsse belo e variado clima do Brasil – clima que não conhece excessos de calor ou de frio, livre de ciclones e de fenômenos catastróficos – tem sido, não obstante, vítima de juízos restritivos no que diz respeito à sua propriedade para a boa marcha da atividade humana (AZEVEDO, 1944, p. 58).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Verifica-se, assim, que, embora Carvalho e Azevedo fossem autores alinhados ao movimento de renovação da geografia escolar, principalmente em termos de assumirem o método regional e os pressupostos científicos que o acompanhavam, havia particularidades autorais que respondiam por específicas superfícies textuais presentes em suas obras. Havia, afinal, atores e projetos que articularam e materializaram uma operação hegemônica (LACLAU e MOUFFE, 2015) que se realizava nos textos curriculares e didáticos da geografia na Era Vargas por meio do discurso de natureza, construindo-o como *novo*, *moderno*.

À luz dessa questão, considera-se oportuno também tomar as orientações pedagógicas do texto curricular proposto pela Reforma Francisco Campos (1931; Quadro 1)[10] do sistema educacional brasileiro, para, então, empreender uma análise das práticas articulatórias produzidas nas obras didáticas da geografia. Nesse movimento, um passo salutar será identificar as superfícies textuais que responderam pela construção de sentidos não só nacional-patrióticos, mas também de conhecimento escolar a partir das temáticas físico-naturais nos materiais didáticos de orientação moderna da geografia.

QUADRO 1 – Orientações pedagógicas presentes no currículo da geografia instituído pela Reforma Francisco Campos do sistema educacional brasileiro (1931).

O ensino de Geografia, unido ao das ciências físicas e naturais, tem por objetivo o conhecimento do meio ambiente de que dependem as sociedades humanas. Compete-lhe, assim, dar a conhecer, a princípio, a estrutura física da terra, o relevo do solo, o litoral, o clima, a hidrografia, os recursos naturais. Cuidará, depois, em correlação com o ensino da história, de apreciar a repartição dos homens, as raças, as línguas, as religiões, os costumes e a organização econômica e política. Estudará também as *relações do homem com a terra*, os produtos naturais, a agricultura, a indústria, as vias de comunicação e o comércio. Em conexão com a astronomia e a física, tratará da posição da terra no Universo. *Utilizar-se-á sempre dos mapas como o mais importante de seus meios de expressão.* Terá sempre em vista ministrar ao aluno o *conhecimento dos recursos e das necessidades do Brasil.* *Os assuntos devem ser estudados de modo que se ajustem à idade mental dos alunos, exerçam influência educativa e lhes permita a expansão da curiosidade.* *Concorrendo com o estudo da história, deve a Geografia ter também como objetivo a educação política,* para a qual contribuirá, primeiro, com o *estudo das condições geográficas da formação do Estado* e com a demonstração de que este, nascido, como qualquer sociedade política, das necessidades de segurança coletiva, se caracteriza, geograficamente, pela *soberania territorial* e requer, para se manter íntegro, a *fixação do grupo social ao solo*. Mostrará depois como a *vitalidade das fronteiras*, órgãos periféricos do Estado, depende da segurança e da rapidez das estradas e dos meios de comunicação. Continuando o estudo da estrutura do Estado, apreciar-se-á a formação das capitais, bem como a importância que teem econômica, política e espiritual. Cabe ainda á Geografia, mais do que qualquer outra matéria, evidenciar como o Estado político se prende, afinal ás relações econômicas de produção.

[10] Para os detalhes organizacionais da Reforma Francisco Campos, como a seriação e os impactos sobre o sistema educacional brasileiro, recomenda-se a leitura de Dallabrida (2009).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

No ensino de Geografia devem aproveitar-se sempre as observações e impressões colhidas pelos alunos. Convém, nas duas primeiras séries, aplicar-se preponderantemente o método intuitivo, por meio de *demonstrações e experiências*. Tirando partido das *atividades manuais espontâneas* dos alunos, deve o professor fazer com que se organizem na aula modelos em cartão, madeira ou massa plástica. A leitura de cartas começará por familiarizar o estudante com a representação dos acidentes geográficos próprios de regiões bem conhecidas. Desde os primeiros passos na leitura das cartas, é de maior vantagem que o aluno perceba a *valiosa significação do atlas para o conhecimento sólido da Geografia*.

Os assuntos devem ser preparados, nos primeiros anos, em aula, e sôbre eles, deve o professor formular questões cujas respostas serão objeto de trabalho para casa. Convém igualmente que os exercícios de dissertação ou narração geográfica sejam o mais das vezes preparados em casa. Esses exercícios devem ser moderadamente empregados e não são admissíveis antes da terceira série. O professor, entre os elementos que ministrar para as exposições orais ou escritas, deve sempre realçar o emprêgo do atlas.

Da terceira série em diante, deve-se fazer na classe a divisão do trabalho por turmas de estudantes, ás quaes o professor proporá temas que serão tratados na aula. É indispensável que os trabalhos, orais e escritos, feitos na aula ou fóra dela, nas primeiras como nas últimas séries, obedeçam sempre à preocupação de estimular a atividade pessoal e o senso crítico do aluno. A ser assim, *não se pode tolerar o emprego de livros, nos quais se marquem lições que o aluno tem de decorar passivamente. Ao invés, torna-se mais oportuno o uso de manuais que ministrem ao estudante gravuras, tabelas, dados estatísticos, cartas e gráficos, dos quais possam tirar subsídios para o trabalho pessoal.*

É relevante o papel do desenho no ensino ativo da Geografia. Antes da cópia das cartas, devem os alunos exercitar-se em esboço que, com traços rápidos, salientem determinados fatos dentre os muitos registrados no mapa. Estes exercícios, destinados como são a fim educativo, não devem consistir na reprodução mecânica do atlas. Em todo o curso devem os alunos organizar diagramas e gráficos.

Nas excursões, recomendam-se exercícios de desenhos que reproduzam aspectos naturais, recortes de montanha, tipos de vegetação, animais, formas de habitação etc.

O ensino deve ser, quanto possível, realizado no convívio com a natureza, pois que, destarte, se torna mais apurada a capacidade de observação e ganham os conhecimentos a solidez que só o contacto com a realidade objetiva pode dar. Assim, nunca serão demais as excursões a estabelecimentos industriais, portos, estradas, alfandegas, observatórios astronômicos, postos meteorológicos, museus, serviços de estatística, centros agrícolas e pecuários etc.

No ensino da cosmografia são indispensáveis os exercícios e problemas numéricos, organizados sempre dentro das condições de realidade ou de possibilidade e destituídos de caráter meramente teórico, que lhes torne penoso o desenvolvimento.

Fonte: Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 179, 31 jul. 1931, p. 12411-12412, Seção 1, parte 3. Grifos nossos. Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2029952/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-07-1931/pdfView /Acesso em 09/08/2016.

Elabor*ação***:** *Thiago Manhães Cabral (2016).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ao voltarmos nossas atenções para as orientações pedagógicas da Reforma Francisco Campos, é possível identificar as superfícies textuais que caracterizaram diferentes sentidos de geografia operacionalizados na prática articulatória do discurso moderno da geografia escolar. Demonstramos, nesse movimento, que o texto curricular apresentado pela Primeira Reforma da Era Vargas colige11 significantes 1) dos pressupostos da geografia apoiada na ênfase da região natural e das práticas da geografia, de orientação empírico-analítica das ciências da natureza e enfaticamente defendida nos escritos de Delgado de Carvalho; 2) das orientações teórico-metodológicas da geografia francesa assentadas na ideia dos gêneros de vida e da consequente concepção de geografia como ciência de síntese descritiva das relações do homem com a terra; 3) dos ideais nacional-patrióticos construídos pelo Estado varguista e pela literatura científica e sociográfica que o acompanha; e 4) dos ideais políticos-filosóficos do movimento escolanovista.

Igualmente, destaca-se o papel político de conteúdos escolares que quase sempre são associados, no exercício atual e pretérito da docência em geografia, com a condição de apolíticos ou mesmo descolados de sentidos da política. Verificamos, entretanto, que o discurso geográfico escolar contemporâneo ao período Vargas é, por exemplo, capaz de demonstrar que as temáticas físico-naturais constituem superfícies imagéticas e textuais diretamente envolvidas 1) nas disputas curriculares em torno de sentidos de geografia na escola; 2) na produção de sentidos para um território ainda mal (re)conhecido, na década de 1930, como elemento da nacionalidade brasileira; e 3) nas articulações discursivas da geografia escolar moderna com as demandas de outros grupos políticos atuantes no projeto de Estado nacional-patriótico varguista.

Defende-se, assim, que pensar as temáticas físico-naturais à luz da política significa elucidar elementos que demarcam não só uma responsabilidade, mas também uma epistemologia própria da geografia escolar em relação aos conhecimentos da dinâmica natural. A geografia escolar, historicamente, trata os conhecimentos da natureza com uma especificidade própria, atribuindo a estes conteúdos uma função, sobretudo, de natureza política. Há, nesta compreensão, portanto, um caminho para que se faça sempre presente a reflexão sobre a prática docente em relação a esses conteúdos.

[11] O verbo coligir, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2017), pode expressar "a reunião em coleção de elementos antes dispersos", significado útil aos nossos propósitos quando, em acordo com a abordagem de Laclau, pensamos a formação de uma relação de equivalência entre demandas diferenciais.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Considerações finais

A principal questão que esteve em debate, neste artigo, foi a compreensão das temáticas físico-naturais na geografia escolar como *discurso*, entendido pelos pressupostos da teoria do discurso (LACLAU, 2011, 2013; LACLAU e MOUFFE, 2015; MENDONÇA e RODRIGUES, 2014) como toda e qualquer prática social. Levantou-se o debate em torno deste argumento porque, ao acompanharmos o debate acadêmico na área de ensino de geografia, uma contradição pôde ser identificada. Por um lado, pensa-se o currículo e o percurso histórico da geografia escolar como expressões de disputas por significação e, portanto, sujeitos às dinâmicas das lutas por fixações parciais de significados curriculares (LOPES e MACEDO, 2011). Por outro lado, relega-se aos conhecimentos geográficos ligados às temáticas físico-naturais, que fazem parte dessa trama de conflitos, negociações, articulações e antagonismos, a condição de "um terreno onde não há evidentemente mudanças" (VILELA, 2013, p. 172), marcado por abordagens ou práticas pedagógicas "tradicionais" que apresentam paisagens e aspectos físicos de forma descritiva.

Concordando com Straforini (2018), quando este autor defende a geografia escolar como "prática espacial de significação", consideramos frutífero pensar que estes são, também, conhecimentos com seus movimentos geohistóricos dentro dessa disciplina escolar, de potencial político produtivo de significados, identidades (nunca puras e autossuficientes) e de (novas e incessantes) disputas, ao passo que "a natureza não produz o natural [...] e os espaços naturais são em realidade espaços construídos pelo imaginário social coletivo, sonhos inspirados na procura de nós mesmos" (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 14-15). Ao entendermos, assim, as temáticas físico-naturais como produção discursiva e prática cultural, avançamos no entendimento de que estes foram conhecimentos explorados por grupos que se articularam numa operação hegemônica pautada na construção de um imaginário territorial e de sentidos nacional-patrióticos, bem como de específicos sentidos curriculares para a disciplina geográfica escolar.

Bibliografia

Fontes documentais primárias e secundárias:

1. AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia para a segunda série ginasial.** São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1936.
2. _____. **Geografia para a quinta série secundária.** 4ª ed., São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1938.

3. _____. **Geografia geral de acôrdo com o programa da 1ª série ginasial.** 9ª ed., São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1943.

4. _____. **Geografia do Brasil de acôrdo com o programa da 3ª série ginasial**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1944.

5. BRASIL. **Decreto de Lei 18.890**, de 18 de abril de 1931, que expede os programas, as orientações pedagógicas e a carga horária do curso fundamental do ensino secundário. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 179, 31 jul. 1931, p. 12411-12412, Seção 2, parte 3.

6. CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do ensino geographico:** introdução aos estudos de Geografia Moderna. Petrópolis, Typografia das Vozes de Petrópolis, 1925.

7. _____. **Geografia do Brasil para a terceira série.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Companhia Nacional, 1943.

8. GABAGLIA, Fernando A. Raja. P**ráticas de Geographia, para uso no colégio Pedro II e no ensino secundário e normal.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

9. GICOVATE, Moisés. **Geografia do Brasil:** 4ª série. 1ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1944.

Referências

1. ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. de. **Dois momentos na história da geografia escolar:** a Geografia Clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. In: *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez., 2011.

2. BURITY, Joanildo Albuquerque. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau.** In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo P. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.* 2ª ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

3. CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

4. COSTA, Hugo H. C. **O povo disciplinar e a tradução na política de currículo.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 136p.

5. CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

6. DALLABRIDA, Norberto. **A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário.** In: *Revista Educação*. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

7. FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** história e historiografia. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1970.
8. _____. **A Revolução de 1930.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 4ª ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
9. GIROTTO, Eduardo Donizeti. **Concepções de ensino de geografia nas primeiras décadas do século XX no Brasil e na Argentina.** In: *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 7, n. 14, p. 44-66, jul./dez., 2017.
10. GOMES, Paulo Cesar da C. **Geografia e modernidade**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
11. HAESBAERT, Rogério. **Regional-global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
12. LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUerj, 2011.
13. _____. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
14. _____.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.
15. LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
16. MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo P. (orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso:** em torno de Ernesto Laclau. 2ª ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
17. MIGUEL, Maria Elizabeth B.; VIDAL, Diana G.; ARAUJO, José Carlos S. (orgs.). **Reformas educacionais:** as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). Campinas: Ed. Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, 2011.
18. MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Willian Morris Davis e a teoria geográfica**. In: *Revista Brasileira de Geomorfologia*, vol. 2, n. 1, p. 1-20, 2001.
19. MORAES, Antônio Carlos R. de. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
20. MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista:** sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
21. MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica:** ciência e nacionalidade no país d'Os sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007.
22. _____. **Tudo o mais é paisagem:** representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, 591p.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

23. NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República:** da queda da monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

24. OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

25. PANUTTO, Stephanie R. **Os Cadernos do Estado de São Paulo como contexto de produção de currículo no ensino de geografia:** desvelando ambivalências entre a proposta e o uso de tecnologias educacionais. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2017, 148p.

26. ROCHA, Ana Angelita C. N. da. **Qual a referência da matriz?:** notas para pensar uma reflexão sobre a disciplina escolar e a geografia no ENEM. In: *Revista Brasileira de Educação em Geografia.* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 01-23, jan./jun., 2012.

27. SILVA, Jeane M. **A bibliografia didática de geografia:** história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930). Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2012, 394p.

28. SOUZA, Maria do Carmo C. de. **O processo político-partidário na Primeira República.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 4ª ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

29. STRAFORINI, Rafael. **O ensino de geografia como prática espacial de significação.** In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 32, n. 93, p. 175-195, maio/agosto, 2018.

30. VIDAL, Diana G. **Escola Nova e processo educativo.** In: LOPES, Eliane M.; FIGUEIREDO, Luciano M. F.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. ed., 2003.

31. VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

32. VILELA, Carolina Lima. **Currículo de geografia:** analisando o conhecimento escolar como discurso. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2013, 201p.

33. ZANATTA, Beatriz. **Contribuições da filosofia educacional de John Dewey para a geografia escolar brasileira.** In: *Revista Educativa*. Goiânia, v. 16, n. 1, p. 47-64, jan./jun. 2013.

34. ZUSMAN, Perla; PEREIRA, Sérgio N. **Entre a ciência e a política:** um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. In: *Revista Terra Brasilis* – Geografia: disciplina escolar, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 12-31, jan. jun. 2000.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

DOI 10.5418/RA2018.1425.0006

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PROMOVIDAS PELOS HOTÉIS DE UBERLÂNDIA (MG)

SUSTAINABLE PRACTICES PROMOTED BY HOTELS OF UBERLÂNDIA (MINAS GERAIS, BRAZIL)

PRÁCTICAS SOSTENIBLES PROMOVIDAS POR LOS HOTELES DE UBERLÂNDIA (MINAS GERAIS, BRASIL)

Giovana Natalie Carvalho Santos
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Servidora pública na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Uberlândia. E-mail: giovana_natalie@yahoo.com.br

Maria Beatriz Junqueira Bernardes
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora associada 2 da Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. Faz parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (FACIP/UFU). E-mail: mariabeatrizjunqueira@gmail.com

Resumo

O principal objetivo deste estudo foi compreender as práticas ambientais desenvolvidas pelos hotéis de Uberlândia (MG) sob a ótica dos gestores destes estabelecimentos. No intuito de defender o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida, esta pesquisa se propõe a analisar como a gestão ambiental pode contribuir frente às possíveis dificuldades enfrentadas pelos hotéis para a implantação de processos sustentáveis. Este estudo constitui-se de pesquisa exploratória, essencial para proporcionar maior familiaridade com o tema, assim como de uma abordagem qualitativa, necessária para a identificação e a análise das ações de preservação ambiental promovidas nos estabelecimentos hoteleiros, proporcionada por meio da realização de entrevistas junto aos gestores dos hotéis. Constatou-se, com a presente pesquisa, que as práticas ambientais desenvolvidas nos estabelecimentos de hospedagem de Uberlândia são ainda muito incipientes e pontuais, e que estas ações são promovidas de forma desarticulada, sem efetivo planejamento, monitoramento e controle de todo o processo.

Palavras-chave: gestão ambiental, sustentabilidade, hotelaria, Uberlândia/MG.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Abstract

The main objective of this study was to understand the environmental practices developed by the hotels of Uberlândia (Minas Gerais State, Brazil) from the perspective of the managers of these establishments. In order to defend the environmental balance and quality of life, this research proposes to analyse how the environmental management can contribute to the possible difficulties faced by the hotels to implement sustainable processes. This study is an exploratory research, essential to provide greater familiarity with the subject, as well as a qualitative approach, necessary for the identification and analysis of the environmental preservation actions promoted in hotel establishments, provided by mean of interviews with the managers of the hotels. It was verified with the present research that the environmental practices developed in the establishments of lodging of Uberlândia are still very incipient and punctual, and that these actions are promoted in a disjointed way, without effective planning, monitoring and control of the whole process.

Keywords: environmental management, sustainability, hospitality, Uberlândia, Minas Gerais.

Resumen

El principal objetivo de este estudio fue comprender las prácticas ambientales desarrolladas por los hoteles de Uberlândia (estado de Minas Gerais, Brasil) bajo la óptica de los gestores de esos establecimientos. Con el fin de defender el equilibrio ambiental y la calidad de vida, esta investigación se propone analizar como la gestión ambiental puede contribuir frente a las posibles dificultades enfrentadas por los hoteles para implantación de procesos sostenibles. Este estudio se constituye de investigación exploratoria, esencial para proporcionar mayor familiaridad con el tema, así como de un abordaje cualitativo, necesario para la identificación y análisis de las acciones de preservación ambiental promovidas en los establecimientos hoteleros, proporcionada por medio de la realización de entrevistas con los gestores hoteles. Se constató, con la presente investigación, que las prácticas ambientales desarrolladas en los establecimientos de hospedaje de Uberlândia son todavía muy incipientes y puntuales, y que estas acciones son promovidas de forma desarticulada, sin planificación, monitoreo y control de todo el proceso.

Palabras cave: gestión ambiental, sostenibilidad, hospitalidad, Uberlândia, Minas Gerais.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

O turismo se constitui, para a economia global, como um dos setores econômicos com maior e mais rápido crescimento, sendo responsável, conforme dados da Organização das Nações Unidas (UN NEWS, 2014), por um a cada onze empregos gerados em todo o mundo e por 6% das exportações globais, chegando a superar a indústria alimentícia, automobilística ou petrolífera em volume de negócios. Assim, partindo-se do princípio de que os meios de hospedagem figuram como indispensáveis para a ocorrência do turismo e, ainda, sabendo-se da importância da atividade hoteleira para a economia de Uberlândia (Minas Gerais/MG) – onde o parque hoteleiro, de acordo com o Uberlândia Convention & Visitors Bureau (UCVB, 2018), desponta como o segundo maior do estado de Minas Gerais –, elencaram-se como objeto de estudo os hotéis localizados nesta cidade, a fim de se compreender como estes têm atuado rumo à sustentabilidade.

Com o avanço das tecnologias, a capacidade de produção da sociedade passou a ser considerada um indicador de riqueza, significando progresso e alto nível de desenvolvimento. O desenvolvimento industrial permitiu à sociedade o acesso a bens e serviços que proporcionaram melhorias consideráveis na qualidade de vida das pessoas, mas, por outro lado, cobrou um alto preço do meio ambiente, gerando injustiças sociais e comprometimento dos recursos naturais.

A atividade turística é geradora de impactos tanto positivos como negativos, nas esferas econômica, sociocultural e ambiental, e o resultado de sua exploração dependerá de como for gerida, podendo se caracterizar como uma atividade de promoção ou de destruição do meio ambiente.

Para Valle (2012), a tomada de consciência ambiental pelos dirigentes das organizações é um ponto crucial para a inserção da variável ambiental no negócio. Um gestor consciente e comprometido com a sustentabilidade é capaz de mudar as prioridades estratégicas da empresa, influenciando diretamente na mudança de atitude de seus colaboradores.

Considerando a relevância do setor hoteleiro para as economias mundial, nacional e local, e a grande necessidade de que esses estabelecimentos se adequem a modelos de gestão mais sustentáveis, este estudo se faz importante a fim de identificar e publicizar iniciativas sustentáveis desenvolvidas pelos hotéis, permitindo que sirvam de modelo e incentivo a empresários e gestores.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

O principal objetivo deste estudo foi compreender as práticas ambientais desenvolvidas pelos hotéis de Uberlândia, sob a ótica dos gestores destes estabelecimentos. No intuito de defender o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida, esta pesquisa se propõe a analisar como a gestão ambiental (GA) pode contribuir frente às possíveis dificuldades enfrentadas pelos hotéis dessa cidade para a implantação de processos sustentáveis.

Este estudo está dividido em duas etapas. A primeira etapa se caracteriza como pesquisa exploratória, que, conforme Gil (2002), visa a proporcionar maior familiaridade com o problema e o aprimoramento de ideias. A segunda etapa consiste em uma abordagem qualitativa, necessária para a identificação e a análise das ações de preservação ambiental promovidas nos estabelecimentos hoteleiros. Esta fase se caracteriza pela realização de entrevistas junto aos gestores dos hotéis de Uberlândia, com a utilização de roteiro estruturado para a identificação das ações ambientais por eles desenvolvidas. É importante salientar que a realização das entrevistas se deu após a devida aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia.

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Gestão e educação ambiental em hotéis de Uberlândia (MG)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU), em 2018.

Gestão ambiental empresarial

A atual crise ambiental é reflexo não apenas de ações irresponsáveis de alguns, mas de um modelo de desenvolvimento baseado no consumo excessivo. Fatores como o crescimento populacional, o desenvolvimento do sistema capitalista, da indústria e do consumismo supérfluo foram fundamentais para a intensa degradação do meio ambiente (MENEGUETTI, 2012). Diante do exposto, verifica-se a grande contradição da sociedade atual, que depende de recursos finitos para satisfazer seus ilimitados anseios.

As pressões advindas da sociedade e do mercado e as restrições governamentais fazem com que as empresas, na tentativa de manter sua competitividade, busquem atuar de forma ambientalmente responsável. É preciso citar também a pressão por parte dos investidores, que não desejam correr o risco de terem seus investimentos comprometidos por passivos ambientais. Sem estas pressões não haveria o crescente envolvimento das organizações com as questões ambientais (BARBIERI, 2011).

Meneguetti (2012) defende que a globalização forçou as empresas a se comprometerem com as questões ambientais, exigindo uma postura responsável e de respeito ao meio ambiente. A percepção de qualidade do produto tem sido ampliada e a qualidade ambiental

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

tem ganhado grande destaque. É preciso enxergar o meio ambiente como uma oportunidade e não como um custo, e ter consciência do diferencial competitivo das economias que adotam princípios da GA. O gerenciamento ambiental por parte da alta administração se torna um fator estratégico, devendo estar presente em todas as tomadas de decisão.

Barbieri denomina GA como

> *[...] as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam (BARBIERI, 2011, p. 19).*

De acordo com a Resolução nº 306/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), GA é entendida como "condução, direção e controle do uso dos recursos naturais, dos riscos ambientais e das emissões para o meio ambiente, por intermédio da implementação do sistema de gestão ambiental" (CONAMA, 2002).

A GA é fundamental em qualquer organização, independente de seu tamanho, setor ou segmento, por isso a relevância da contratação de gestores comprometidos com as questões ambientais. Ela representa um meio de se buscar a eficiência econômica, ao mesmo tempo em que promove a equidade social e o respeito à natureza, reconhecendo a importância das três esferas para a sustentabilidade.

> *O objetivo principal da implantação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa, e sim desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Mas isto não impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo (MENEGUETTI, 2012, p. 67).*

A GA é capaz de gerar diversas vantagens às organizações, como a redução de custos proporcionada pelo consumo mais consciente e inteligente dos recursos, o aumento da lucratividade devido à oferta de produtos e serviços mais sustentáveis e inovadores, a melhoria das relações da empresa com os mercados externo e interno, o maior comprometimento dos funcionários, a melhora da imagem institucional, a maior produtividade e mais competitividade.

Muitas empresas possuem uma postura reativa perante o surgimento de problemas e atuam na tentativa de reduzir os impactos gerados, predominando os métodos corretivos (MENEGUETTI, 2012). No entanto, uma GA eficiente deve se basear em políticas proativas que permitam a antecipação com métodos preventivos, buscando identificar as causas a fim de evitar os impactos ambientais (DIAS, 2008).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Conforme Crosbie e Knight (1997), empresas sustentáveis são aquelas que:

- satisfazem as necessidades atuais utilizando recursos de forma sustentável;
- mantêm o equilíbrio ambiental por meio da utilização de tecnologias limpas, reuso, reciclagem ou renovação de recursos;
- reparam quaisquer danos causados pela empresa;
- solucionam os problemas sociais em vez de acentuá-los;
- geram renda para autossustentação.

"Reduzir os custos com a eliminação de desperdícios, desenvolver tecnologias limpas e baratas, reciclar insumos, não são apenas princípios de GA, mas condição de sobrevivência empresarial" (ANDREOLI, 2002, p. 62), portanto, os impactos causados ao meio ambiente devem ser considerados em qualquer decisão da organização.

Barbieri (2011, p. 147) define sistema de gestão ambiental (SGA) como "um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou para evitar o seu surgimento." Já Meneguetti (2012, p. 43) o conceitua como "a sistematização da GA adotada por uma organização determinada".

Ações ambientais pontuais, mesmo que promovidas com grandes investimentos, não podem ser caracterizadas como SGA. Um SGA tem como propósito garantir que as ações de preservação ambiental sejam desenvolvidas de maneira planejada e coordenada, estando estrategicamente inseridas na política de uma organização. Permite que as questões ambientais sejam tratadas de forma integrada, envolvendo todos os segmentos e atividades da empresa, e exigindo o comprometimento de todos os colaboradores com a melhoria contínua das ações.

Para Barbieri (2011), no processo de implantação de um SGA, é fundamental o comprometimento da alta direção (gestores e proprietários). É também importante a criação de uma política ambiental, a definição de objetivos, metas e planos de ação, o monitoramento dos impactos gerados pela atividade e o constante acompanhamento do desempenho ambiental da organização e do próprio SGA.

A fim de caracterizar a área de estudo, será realizada, a seguir, uma breve apresentação do município de Uberlândia, abordando a sua localização, sua infraestrutura disponível, seus dados socioeconômicos e seus aspectos naturais.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

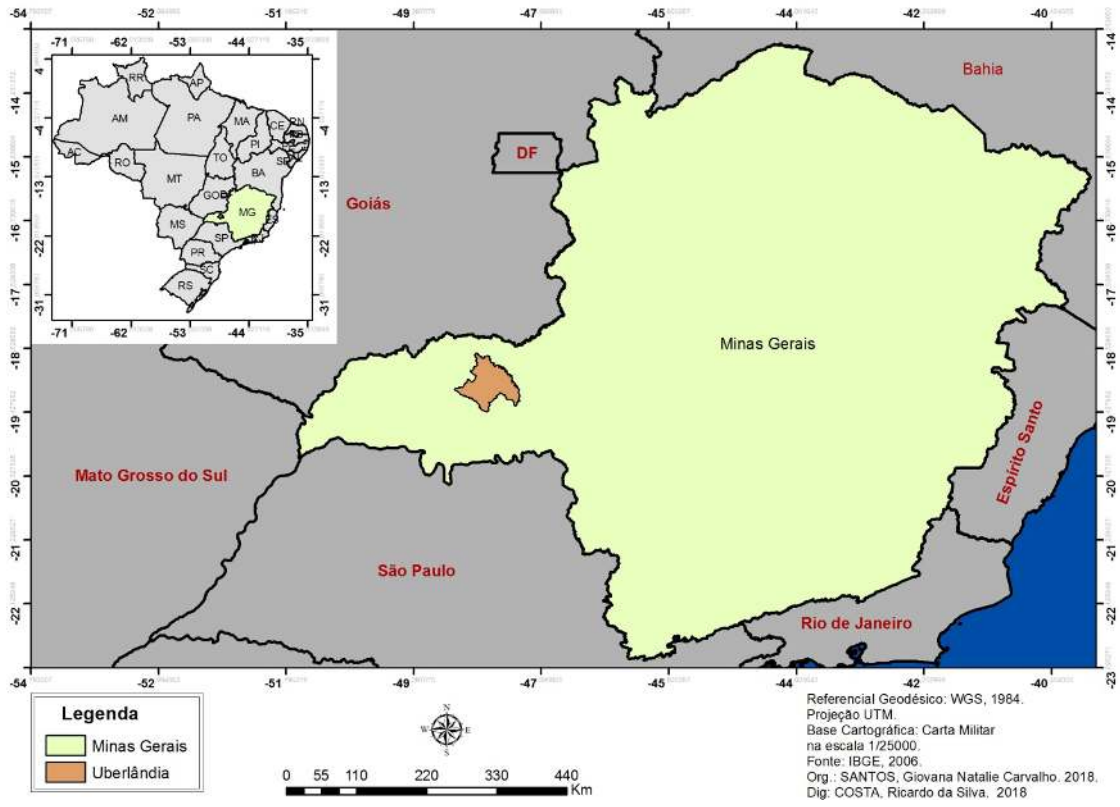
Caracterização da área de estudo

Situada na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil, Uberlândia possui uma área total de 4.115,09 km², sendo 3.896,09 km² de área rural e 219 km² de área urbana (Figura 1) (UBERLÂNDIA, 2017a).

Com 604.013 mil habitantes, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, e com uma população estimada de 683.247 pessoas, em 2018 (IBGE, 2017), é considerada a maior cidade do Triângulo Mineiro. Possui localização geográfica estratégica, encontrando-se a menos de mil quilômetros de grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília. Em um raio de 600 quilômetros, possui mais de 82 milhões de consumidores.

Essa cidade é servida por cinco relevantes rodovias federais, as BRs 050, 365, 452, 455 e 497, constituindo um elo entre os principais centros urbanos e o interior do Brasil. Sua malha rodoferroviária e o Terminal Intermodal de Cargas a ligam aos principais mercados do país, Mercosul e do mundo (UBERLÂNDIA, 2017a).

Figura 1 – Mapa da localização de Uberlândia/MG.



Fonte: *IBGE, 2006. Org.: Santos (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Esse município possui nove parques: o Parque Ecológico São Francisco, o Parque Municipal Distrito Industrial, o Parque Municipal Gávea, o Parque Municipal Luizote de Freitas, o Parque Municipal do Mansour, o Parque Municipal Santa Luzia, o Parque Municipal Victório Siquieroli, o Parque do Sabiá e o Parque Municipal do Óleo. Detém também duas áreas de relevante interesse ecológico (RIE): Morada do Sol e lago da hidrelétrica de Miranda; três reservas particulares do patrimônio natural (RPPN): Cachoeira da Sucupira, Estação Ecológica do Panga e Reserva Britagem São Salvador. O município é também sede da primeira unidade de conservação de categoria "proteção integral" do Triângulo Mineiro: o Parque Estadual Pau Furado (UBERLÂNDIA, 2017a).

Essa cidade dispõe de duas estações de tratamento de água e esgoto, administradas pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), e sua coleta de resíduos sólidos é destinada em um aterro sanitário. Uberlândia possui, desde 2011, um programa de coleta seletiva que realiza o recolhimento de materiais recicláveis na porta de domicílios, escolas e empresas. Os resíduos coletados são entregues em associações e cooperativas para reciclagem e comercialização. De acordo com dados da Prefeitura, em 2016, havia 10 caminhões que atendiam a 29 bairros, abrangendo 269 mil habitantes. A Prefeitura disponibiliza também 13 ecopontos pela cidade para a destinação de resíduos da construção civil (UBERLÂNDIA, 2017b).

Atualmente, o aeroporto de Uberlândia (Tenente Coronel Aviador César Bombonato) tem capacidade para receber 2,4 milhões de passageiros ao ano. Operam, neste terminal, algumas das principais companhias aéreas nacionais: Azul, Gol, Latam e Passaredo, com rotas para São Paulo (SP), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Porto Seguro (BA) e Recife (PE) (UBERLÂNDIA, 2018).

Uberlândia possui instituições de ensino superior e uma universidade federal, que atraem diversos eventos técnico-científicos para este município. Conta com modernos centros de convenções, capazes de sediar, com qualidade, grandes eventos internacionais. Possui uma dinâmica economia, em especial no ramo de comércio, serviços e agroindústria. Atraiu grandes empresas, nas últimas décadas, como Algar, Martins, Arcom, Br Foods, Souza Cruz, Syngenta, Monsanto, Cargill, AMBEV, Petrobras e Natura, transformando-se no maior centro de distribuição atacadista da América Latina e referência no setor de comércio, serviços e telecomunicações (UCVB, 2018).

Devido à sua vocação para o turismo de negócios e eventos, decorrente da instalação de grandes e importantes empresas e de relevantes instituições de ensino, o setor de hotelaria nesse município oferece, de modo geral, produtos e serviços direcionados a hóspedes

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

com perfil empresarial. Dessa forma, em virtude da alta demanda por estabelecimentos hoteleiros e a fim de atender a esta exigente demanda, instalaram-se, nessa cidade, grandes e modernas redes hoteleiras.

Uberlândia possui o segundo maior parque hoteleiro de Minas Gerais, o que demonstra a relevância deste setor para a economia local. A ampla oferta de hotéis se deu como consequência à demanda gerada pelo alto fluxo de negócios e eventos e a intensivos investimentos no setor, necessários para atender a um público cada vez mais exigente. Conforme dados disponibilizados no *site* do UCVB, esse município dispõe de um total de 2.519 unidades habitacionais, sendo 119 destas adaptadas para pessoas com deficiência, e 5.057 leitos, sendo 123 destes também adaptados.

Em consulta aos *sites* da Prefeitura de Uberlândia, do UCVB, da Cadastur e demais *sites* de busca, foram identificados 46 estabelecimentos hoteleiros em operação, nesse município (Quadro 1). Destes, 43 hotéis estão localizados na área urbana e 3 são hotéis-fazendas.

Quadro 1 – Hotéis em operação no município de Uberlândia.

SEM CADASTRO NO CADASTUR	COM CADASTRO NO CADASTUR
1. América Palace	31. Abbas Hotel
2. Atrium Hotel	32. Astro Palace Hotel
3. Attie Park Hotel	33. Comfort Hotel Uberlândia
4. Carlton Plaza Hotel	34. Executive Inn Hotel
5. Hotel Alvorada	35. Gran Executive
6. Hotel Bandeirante	36. Hotel Apollo
7. Hotel Ipê	37. Hotel Ibis
8. Hotel Itamarati	38. Hotel Presidente
9. Hotel JCA	39. Hotel Universo Palace
10. Hotel Marajá	40. JVA Fenix Hotel
11. Hotel Monte Carlo	41. Lizz Hotel (Antigo Super 8)
12. Hotel Pousada Triângulo Mineiro	42. Marajó Hotel
13. Hotel Raposo	43. Mercure Uberlândia Plazza Shopping Hotel (duas torres)
14. Hotel Regina	44. Parati Palace Hotel
15. Mont Blanc Hotel	45. San Diego Suítes
16. Phênix Flat Service	46. Uberpalace Hotel

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

17. Porto Bello Palace Hotel	-
18. Regente Apart Hotel	-
19. Rota Hotéis	-
20. Salone Hotel	-
21. Sanare Hotel	-
22. Sanias Hotel	-
23. Sara Palace	-
24. Savana Hotel	-
25. Tubalina Hotel	-
26. Umuarama Hotel	-
27. Villalba Hotéis	-
28. Hotel Fazenda Recanto das Flores (entre Uberlândia e Uberaba)	-
29. Hotel Fazenda Cachoeira Rio das Pedras	-
30. Casa da Terra Adventure (apenas para grupos)	-

Fonte: Santos (2018).

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos após a realização de entrevistas com os gestores dos hotéis da cidade de Uberlândia que concordaram em participar e contribuir com este estudo, totalizando cinco empreendimentos participantes.

Análise da gestão ambiental nos hotéis de Uberlândia a partir de entrevistas realizadas com os gestores

Para participar desta pesquisa, foram selecionados os hotéis em operação, na cidade de Uberlândia, que possuem cadastros ativos junto ao Cadastur, encontrando-se em situação legal perante o Ministério do Turismo.

O Cadastur é um sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. É executado pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com os órgãos oficiais de turismo nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O objetivo do Cadastur é promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais deste setor.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O cadastro é gratuito e realizado por meio eletrônico, devendo ser renovado a cada dois anos (BRASIL, 2018a).

De acordo com o Mtur, o Cadastur se apresenta como uma ferramenta fundamental para o planejamento e o fomento do turismo no país ao se constituir como uma importante fonte de dados do mercado turístico. Por intermédio do Cadastur, é possível identificar os estabelecimentos em operação e a categoria das empresas de hospedagem que cada região possui e o número de leitos, comprovar o atendimento aos requisitos legais, gerar informações gerenciais sobre o setor e disponibilizar informações turísticas aos turistas sobre os prestadores de serviços, proporcionando confiabilidade (BRASIL, 2018b),

Estão obrigados a se cadastrar no Cadastur: agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo. A documentação necessária para o cadastramento varia de acordo com a atividade turística, devendo o prestador de serviços turísticos encaminhar a documentação comprobatória dos dados fornecidos no requerimento do cadastro.

Para se vincular ao Cadastur, entre outros critérios, é necessário que o empreendimento esteja em conformidade com a legislação ambiental e com o direito do consumidor, fator este primordial para se atingir a sustentabilidade. O critério de escolha desta pesquisa de selecionar apenas empreendimentos cadastrados no Cadastur se deu em virtude da importância de se priorizar estabelecimentos hoteleiros que atuem de forma legal perante os órgãos públicos (em especial, os turísticos), contribuindo para a valorização e a promoção dessa atividade, conforme determina a Política Nacional de Turismo.

Após consulta ao *site* do Cadastur, em 3 de dezembro de 2017, foram identificados 18 hotéis cadastrados a este sistema e em operação, no município de Uberlândia. Após contato telefônico, verificou-se que, destes 18 estabelecimentos, um deles funciona, atualmente, como espaço para eventos, não operando mais como meio de hospedagem. Foi também identificado que outro estabelecimento apresenta duplicidade de cadastro no *site*. Assim sendo, a amostra real do estudo é representada por 16 hotéis.

Realizaram-se contatos com todos os hotéis da amostra, via telefone e envio de *e-mails*. Foram explanados os motivos do contato, realizando-se um breve resumo do tema da pesquisa, e foi solicitada a contribuição dos gestores por meio da concessão de entrevista relacionada às práticas sustentáveis desenvolvidas nos hotéis, sendo sempre ressaltado o anonimato de todos os participantes, em todas as etapas. Entre os 16 hotéis convidados, concordaram em participar da entrevista, a princípio, 8 estabelecimentos. Os

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

demais alegaram não quererem participar, outros justificaram que a rede não permitia que participassem de pesquisas e alguns não responderam nem positiva nem negativamente, alegando estarem ocupados e atarefados, sinalizando não terem interesse em participar.

Antes do início da coleta de dados, uma das empresas teve sua gerência alterada, e o novo gestor não demonstrou interesse em participar do estudo. Também, ao longo do processo de entrevistas, dois gestores que já haviam inicialmente concordado em participar do estudo alegaram não possuírem disponibilidade de tempo para realizar as entrevistas, e, dessa forma, não foi possível concluir as entrevistas nestes dois hotéis. Portanto, o total final de participantes deste estudo foi de cinco hotéis.

Serão apresentadas, em seguida, as principais informações coletadas, assim como as constatações mais relevantes desta pesquisa. A Tabela 1 exibe o perfil dos hotéis que participaram do estudo, contendo dados como o ano de inauguração dos estabelecimentos e a quantidade de unidades habitacionais e de funcionários.

Tabela 1 – Perfil dos hotéis participantes da entrevista.

ANO DE INAUGURAÇÃO	QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS
1966	125	52
2004	165	38
2004	120	70
2016	100	16
2017	160	80

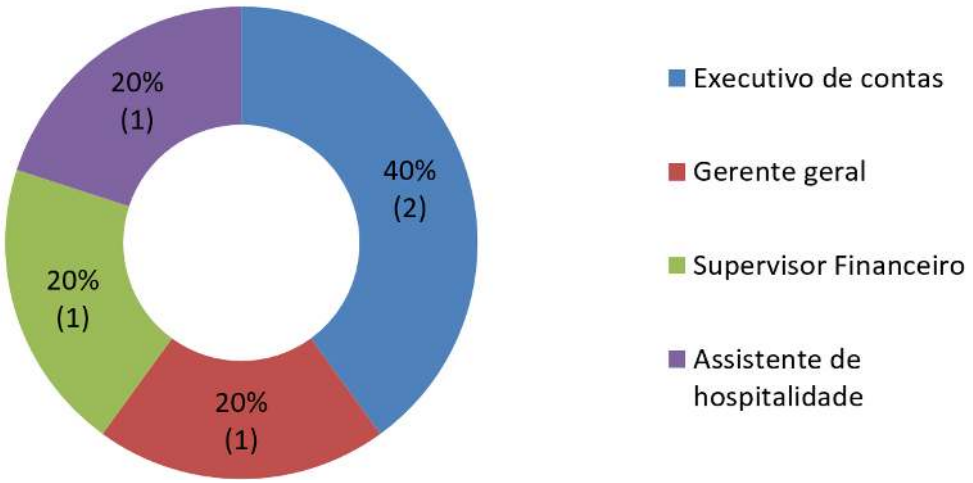
Fonte: Santos (2018).

De acordo com o critério utilizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo IBGE, o porte das empresas é mensurado conforme o número de empregados. Empresas do segmento de comércio e serviço são classificadas da seguinte forma: microempresas possuem até 9 empregados; empresas de pequeno porte possuem de 10 a 49 empregados; empresas de médio porte possuem de 50 a 99 empregados e empresas de grande porte possuem a partir de 100 empregados (SEBRAE, 2013). Portanto, os hotéis participantes desta pesquisa são considerados de pequeno e médio portes.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Com relação aos cargos ocupados, verificou-se que dois gestores são executivos de contas, um é gerente geral, um é supervisor financeiro e um é assistente de hospitalidade, conforme disposto na Figura 2.

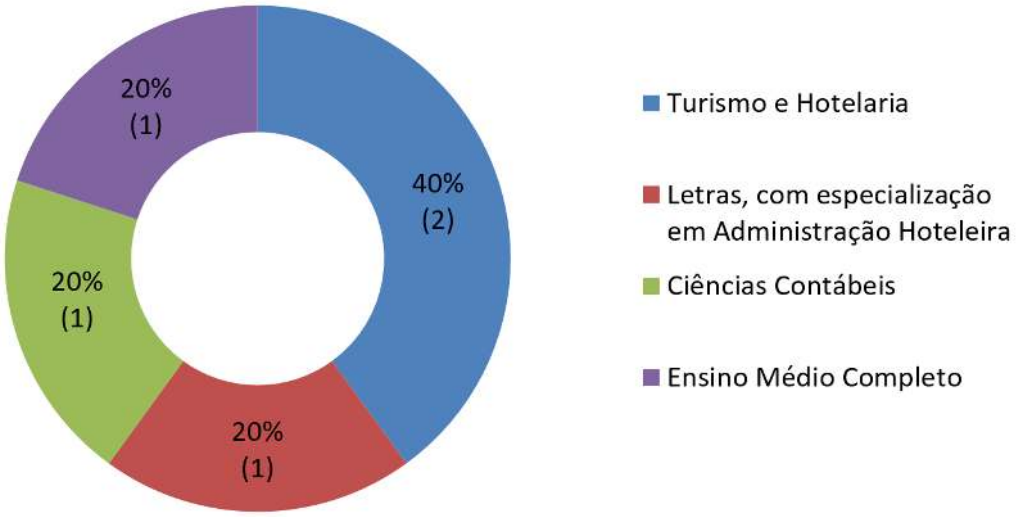
Figura 2 – Cargo dos gestores entrevistados.



Fonte: *Santos (2018).*

Entre estes gestores, dois são formados em Turismo e Hotelaria, um possui graduação em Letras, com especialização em Administração Hoteleira, um em Ciências Contábeis e um possui ensino médio completo (Figura 3).

Figura 3 – Formação dos gestores entrevistados.



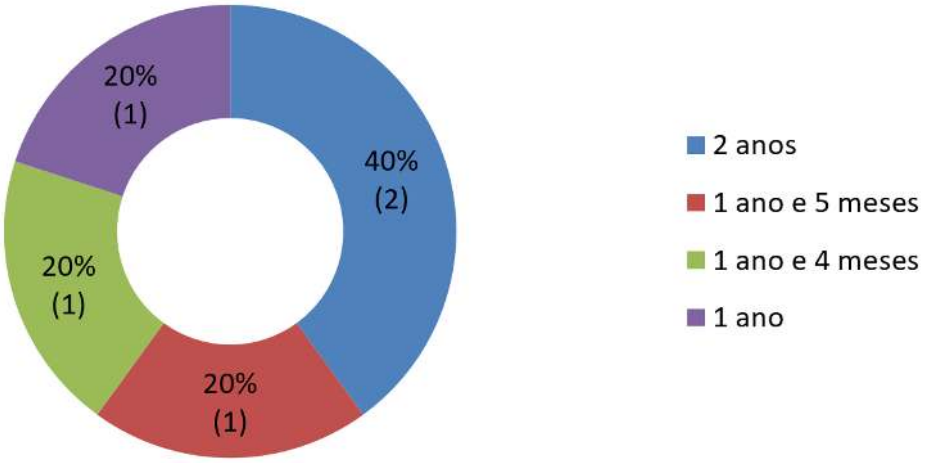
Fonte: *Santos (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Foi possível identificar uma maior tomada de consciência frente às questões ambientais, por parte dos gestores formados nas áreas de Turismo e Hotelaria e de Administração Hoteleira, que demonstraram maior sensibilidade e interesse por estas temáticas. Partindo-se desta observação, é razoável inferir que a área de formação dos gestores – neste caso, diretamente relacionada à sua área de atuação – pode e tende a influenciar em sua percepção em relação aos impactos ambientais e à importância da adoção de medidas que reduzam estes impactos.

Quanto ao tempo em que os referidos gestores atuam nesses cargos em suas empresas, dois afirmaram atuar há dois anos, um há um ano e cinco meses, um há um ano e quatro meses e um há um ano (Figura 4).

Figura 4 – Tempo em que os gestores atuam nesses cargos nos hotéis.



Fonte: *Santos (2018).*

Notou-se que os entrevistados se encontram há relativamente pouco tempo em seus cargos, estando o mais antigo gestor há apenas dois anos em seu hotel. Este dado pode indicar uma alta rotatividade desses profissionais nesses estabelecimentos, podendo constituir um fator dificultador para a implementação e a continuidade dos programas ambientais.

A GA pode ser prioridade para alguns gestores e não para outros. Consequentemente, a constante mudança da alta administração pode comprometer o progresso de programas ambientais, assim como influenciar no comprometimento dos funcionários devido à possibilidade de frequentes alterações dos processos. Nesse caso, a implantação de um SGA poderia ser altamente benéfica para as organizações. Uma vez implementado um SGA, os processos passam a ser padronizados, são estabelecidas responsabilidades e autoridades, há uma troca mais eficiente das informações e os funcionários se tornam mais

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

comprometidos. Como consequência, em uma eventual mudança de gerência, se torna mais fácil dar continuidade às atividades da organização, assim como aos programas ambientais.

Dos cinco hotéis participantes, apenas um possui certificação ambiental (o selo Aqua-Hqe), que certifica construções sustentáveis. Os selos e as certificações ambientais podem representar um diferencial para as empresas que o detêm e são uma forma de se transmitir maior credibilidade. Entre aqueles que não possuem qualquer selo ou certificação ambiental, foram citados os seguintes motivos para este fato: como a atividade hoteleira não oferece significativos riscos ao meio ambiente, a certificação ambiental não se faz necessária; os proprietários não acham importante; e faltam incentivos.

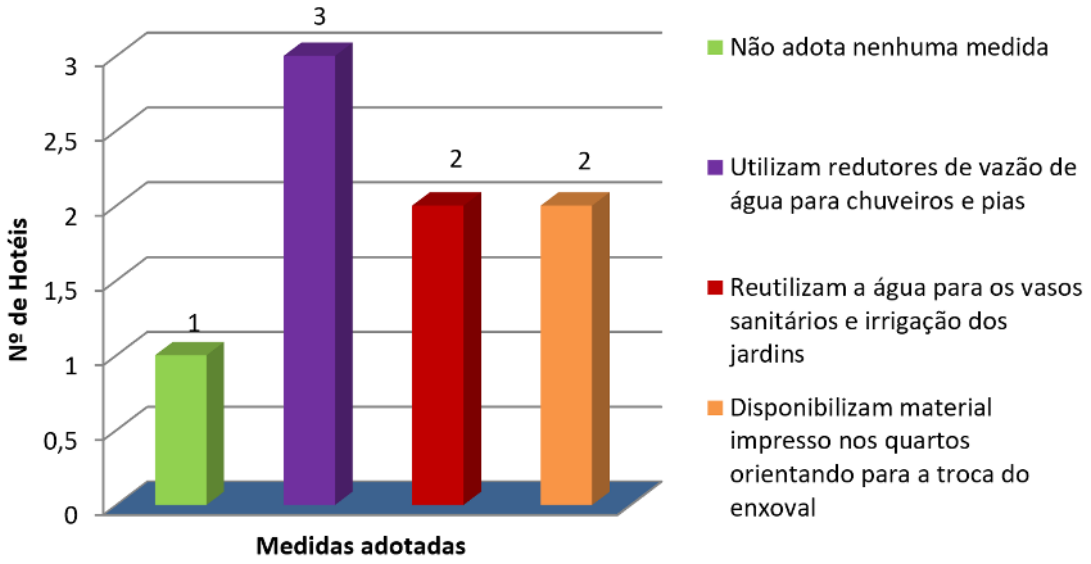
Todos os estabelecimentos entrevistados realizam a coleta seletiva, porém, esta não é realizada de forma planejada e sistematizada. Nos quartos, esta separação não é estimulada, e nenhum dos empreendimentos realiza qualquer tipo de controle em relação ao total de resíduos gerados.

A falta de controle sobre o volume de resíduos gerados pelos hotéis é preocupante, uma vez que estes estabelecimentos são grandes geradores de resíduos, devido ao grande fluxo de pessoas, sejam hóspedes, funcionários, participantes de eventos e fornecedores, entre outros. Sendo assim, é fundamental que os gestores conheçam a procedência e o volume de resíduos gerados pelas atividades desenvolvidas em seus estabelecimentos, para que possam dimensionar os seus impactos causados e possam desenvolver um plano de gestão dos resíduos, possibilitando, dessa forma, a minimização dos desperdícios, a redução dos impactos ambientais e a economia de custos para a empresa. Ações como a disponibilização de recipientes para separação e acondicionamento dos resíduos nas áreas sociais, quartos, cozinha e áreas de serviço, a destinação adequada dos resíduos e o desenvolvimento de programas de educação ambiental são práticas indispensáveis para uma gestão eficiente dos resíduos em um hotel.

Sobre a adoção de medidas para a economia da água, um dos estabelecimentos não realiza qualquer tipo de medida para a redução deste consumo, três utilizam redutores de vazão de água nos chuveiros e pias, dois reutilizam a água para os vasos sanitários e a irrigação dos jardins e dois mencionaram disponibilizar material impresso, nos quartos, orientando para que a troca do enxoval (toalhas e roupas de cama) seja solicitada apenas quando necessário. Com estas medidas, os hotéis economizam água, energia e material de limpeza e aumentam a vida útil do seu enxoval (Figura 5).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 5 – Medidas adotadas para a economia de água.



Fonte: *Santos (2018).*

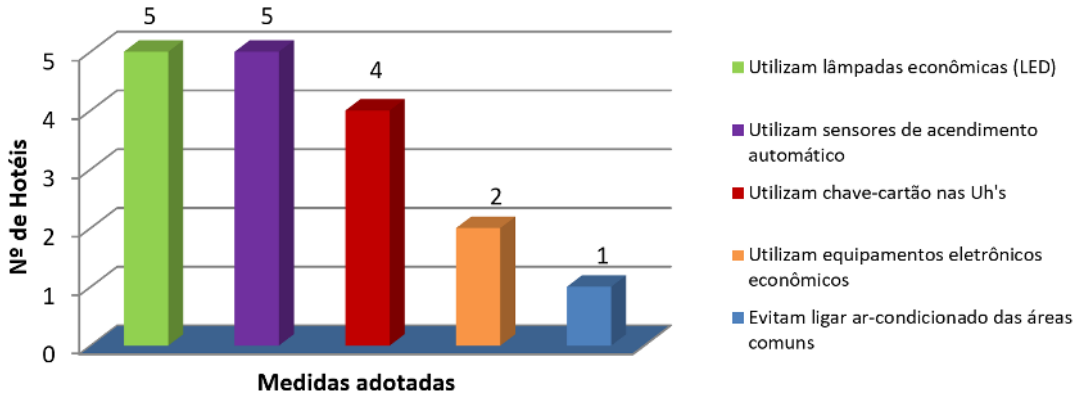
O controle do consumo da água, de modo geral, não é realizado pelos hotéis. A quantidade consumida é detectada por leitura mensal realizada pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), no entanto, não são estabelecidas metas de consumo pelos hotéis.

A constatação de que nenhum dos hotéis realiza o controle sobre o consumo geral de água é preocupante. Apesar de adotarem medidas de redução do consumo, não se sabe ao certo quanto está sendo economizado e se esta economia está efetivamente ocorrendo, não havendo qualquer tipo de estabelecimento de metas a serem atingidas pela equipe.

Os cinco hotéis adotam medidas de economia de energia elétrica. Todos utilizam lâmpadas econômicas (LED) e possuem sensores de acendimento automático das lâmpadas instalados nas áreas comuns; quatro mencionaram utilizar as chaves-cartão, que cortam a energia do quarto quando desconectadas do local indicado, ficando em funcionamento apenas os frigobares das UH's; dois citaram dar preferência à aquisição de equipamentos eletrônicos mais econômicos; e um dos gestores afirmou evitar ligar o ar-condicionado das áreas comuns (Figura 6).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6 – Medidas adotadas para a economia de energia.



Fonte: *Santos (2018).*

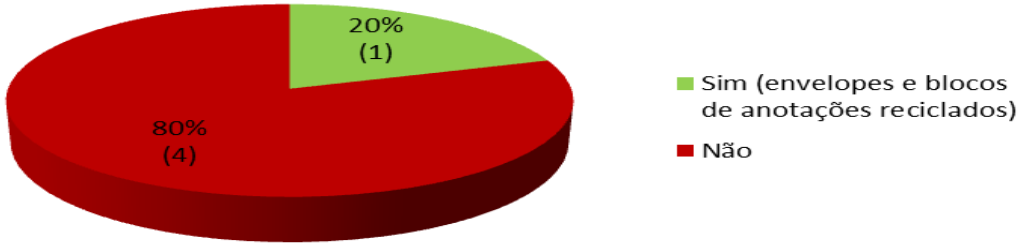
Quanto ao controle do consumo de energia elétrica nos estabelecimentos, dois gestores alegaram não realizar qualquer tipo de controle. Um gestor respondeu não saber se este controle é realizado, outro mencionou que possui o controle do consumo de energia por meio da leitura diária realizada pela companhia de distribuição de energia elétrica local, no entanto, não são estabelecidas metas. Apenas um gestor afirmou que possui meta de consumo de energia, controlando-o mensalmente.

Assim como o controle do consumo de água, a maioria dos gestores entrevistados não monitora o consumo de energia de seus estabelecimentos de maneira sistemática, e, como consequência, não possui conhecimento do desempenho energético do hotel, fator este indispensável para a redução dos impactos ao meio ambiente e dos custos do empreendimento.

Quando questionados se compram e/ou utilizam produtos reciclados, quatro disseram que não, um deles alegou que este tipo de prática não faz parte da cultura do hotel, outros dois gestores afirmaram que há pouca oferta deste tipo de produto e outro disse que os hóspedes são exigentes para utilizarem este tipo de produto. Apenas um gestor afirmou que a administração do hotel utiliza envelopes reciclados e que, nos quartos, são disponibilizados blocos de anotações com papel reciclado (Figura 7).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 7 – Utilização de produtos reciclados.

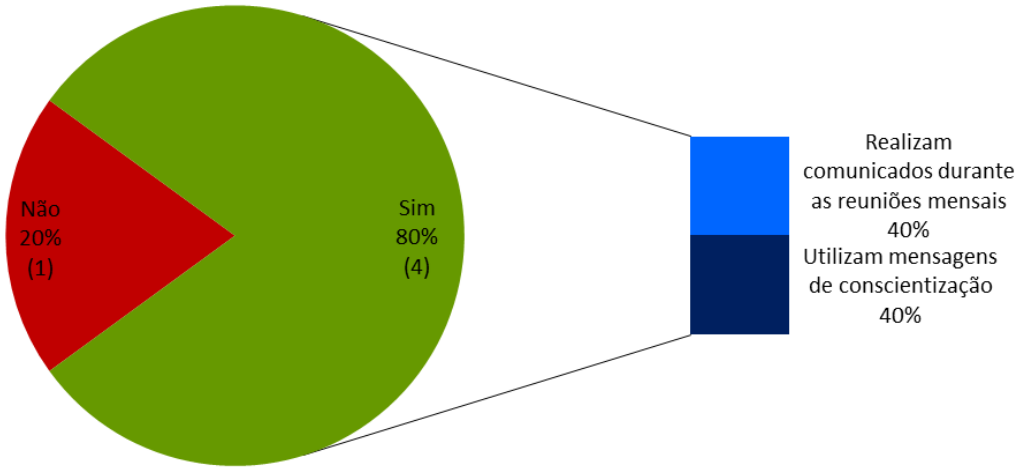


Fonte: *Santos (2018).*

A utilização de produtos reciclados pelos hotéis reflete uma postura ambientalmente responsável dos empreendimentos, que, dessa forma, se mostram sensibilizados com os problemas ambientais e buscam maneiras de reduzi-los.

Sobre a existência de programas de promoção da tomada de consciência dos colaboradores para as questões ambientais, quatro entrevistados responderam positivamente, promovendo-os da seguinte forma: dois gestores realizam comunicados gerais, durante as reuniões mensais; dois utilizam mensagens de conscientização, orientando os colaboradores a desligarem as luzes, os aparelhos de televisão e de ar-condicionado, e procurando aproveitar ao máximo a luz natural; e um dos gestores respondeu que nenhum tipo de programa é desenvolvido junto aos colaboradores (Figura 8).

Figura 8 – Promoção de programas de tomada de consciência ambiental junto aos funcionários.



Fonte: *Santos (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

As ações mencionadas pelos gestores, como a realização de comunicados e a utilização de mensagens, são práticas insuficientes para mobilizar funcionários a adotarem hábitos mais sustentáveis. É importante que o processo de sensibilização seja planejado, contextualizado e realizado de forma contínua, estimulando a reflexão, o diálogo, a crítica e a autocrítica dos envolvidos. É também necessária a realização de treinamentos que orientem os funcionários sobre os melhores métodos e procedimentos para a minimização dos danos ambientais.

Ao serem questionados se os estabelecimentos de hospedagem apoiam algum programa ecológico e/ou sociocultural, três gestores responderam negativamente, sendo que um deles alegou não haver interesse da administração por este tipo de iniciativa; e outros dois mencionaram a falta de oferta e de oportunidades para isto. Os dois outros empreendimentos que afirmaram apoiar algum tipo de programa promovem as seguintes ações: um deles, administrado por uma rede hoteleira, possui um programa denominado "Planeta 21", que reverte as economias com água e energia para o financiamento do plantio de árvores. Além disso, a referida rede utiliza *amenities* e produtos de limpeza com selos ecológicos e defende a redução do desperdício alimentar. O outro hotel destina doações ao Hospital do Câncer. Os gestores destes dois empreendimentos disseram incentivar seus funcionários a participarem dessas iniciativas, por meio de comunicados em reuniões mensais e de estímulos para que os colaboradores também realizem doações.

Sobre a verificação do nível de satisfação de seus hóspedes, três gestores disseram que a promovem por meio do acompanhamento dos comentários nas redes sociais ou em *sites* como Trip Advisor, Booking, Decolar e Expedia. Os outros dois, além de acompanharem as avaliações *online*, também disponibilizam formulários de avaliação nos quartos. Este tipo de prática se faz fundamental para que os estabelecimentos possuam um retorno sobre as impressões dos seus clientes, possibilitando que corrijam erros e façam adequações necessárias para atenderem melhor seus clientes, fidelizando-os e aumentando, assim, a viabilidade de seus negócios.

Quanto à promoção de práticas que valorizem e incentivem as tradições e a cultura local, um dos gestores afirmou que o hotel não desenvolve qualquer tipo de incentivo e valorização nesse sentido, porque isto não faz parte da cultura do estabelecimento. Todos os demais desenvolvem algum tipo de ação: um deles disponibiliza em seus quartos, como cortesia, uma pequena compota de geleia de um produtor local, junto a um cartão de boas-vindas, convidando o hóspede a conhecer a cidade. Um gestor afirmou que disponibiliza, no café da manhã, o tradicional pão de queijo e o queijo frescal local, e que recomenda o Mercado Municipal, quando os hóspedes procuram por produtos típicos da região, e o Parque do Sabiá, quando buscam por lazer. Dois hotéis afirmaram que dão preferência à comercialização de produtos locais.

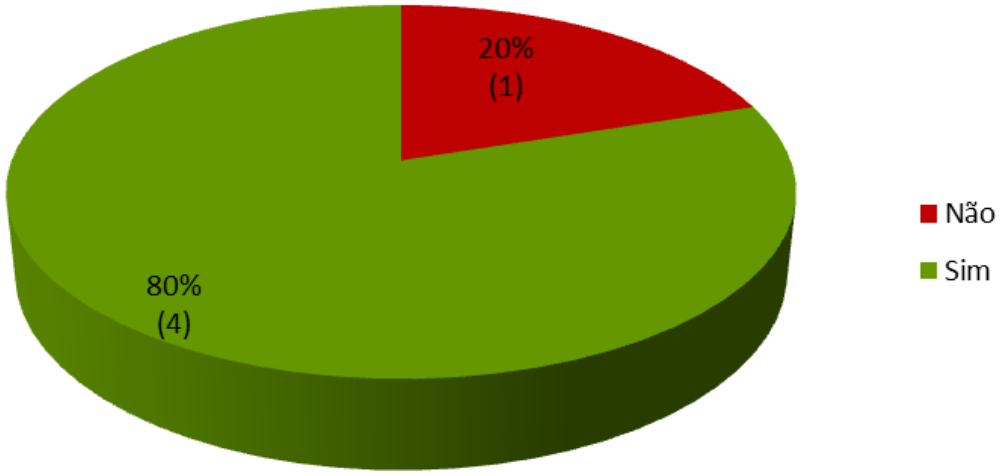
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A preocupação em promover a cultura e as tradições locais também não é uma prioridade dos hotéis da cidade. Apesar de algumas iniciativas interessantes serem promovidas, como a disponibilização de um produto local como cortesia nos quartos e de alimentos típicos no café da manhã, por exemplo, a maioria dos entrevistados não atribui grande importância à promoção da cultura local e regional. Várias práticas poderiam ser implementadas a fim de incentivar os turistas a conhecerem melhor os artistas locais, a música, as manifestações culturais, a gastronomia, o artesanato, o patrimônio histórico etc.

Com relação à seleção dos fornecedores, dois gestores de hotéis informaram que não se preocupam se os fornecedores desenvolvem algum tipo de prática ambiental, não sendo este um critério para a sua escolha. No entanto, um deles salientou que dá preferência a fornecedores locais. Um gestor respondeu não saber se esse critério é utilizado para a escolha dos fornecedores e dois gestores afirmaram que dão preferência a fornecedores que possuam selo ambiental.

Ao perguntar se no hotel se desenvolve algum tipo de programa de tomada de consciência junto aos hóspedes, apenas um respondeu que não, pois há um desinteresse da administração por esta temática. Os demais afirmaram realizar esse trabalho de conscientização por meio de cartilhas, de adesivos e pelo *site*. No entanto, a única menção a esta temática citada se refere à troca de toalhas (Figura 9).

Figura 9 – Promoção de programas de tomada de consciência junto aos hóspedes.



Fonte: *Santos (2018).*

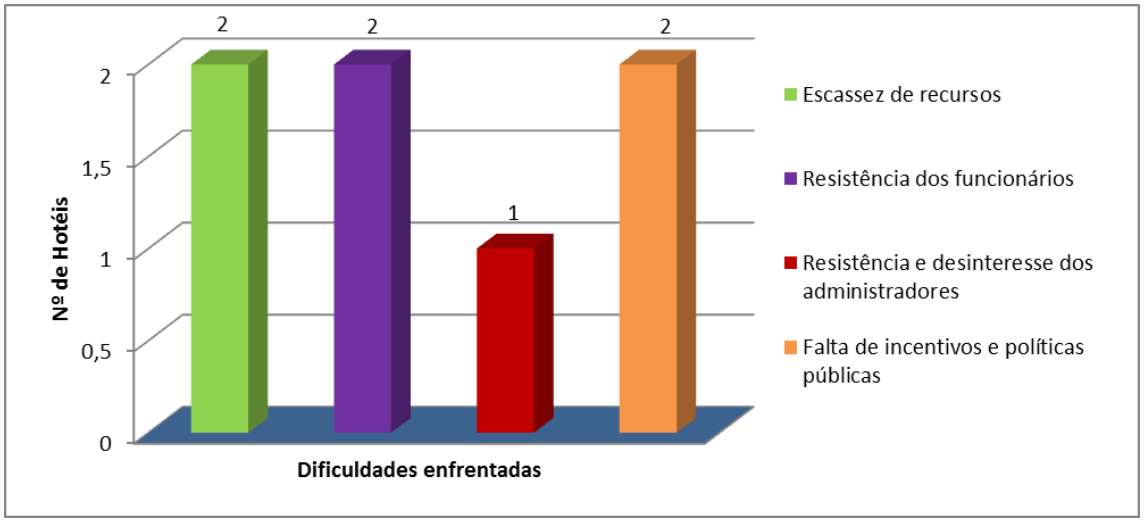
Para que um programa de tomada de consciência atinja seus objetivos, primeiramente, é necessário que cada hotel desenvolva uma política ambiental que irá nortear os programas a serem desenvolvidos para a conscientização dos hóspedes. O estímulo à adoção de

hábitos sustentáveis pode se dar de diferentes formas, como, por exemplo: estimulando os hóspedes a realizarem a separação de lixo, tanto nas áreas sociais, como nos quartos; orientando-os sobre o uso consciente da água e da energia e para que solicitem a troca do enxoval apenas quando realmente necessário; e instigando-os a conhecerem a cultura local (a gastronomia, o artesanato, as manifestações culturais) e o patrimônio histórico e natural, entre diversas outras ações.

Indagou-se se, na opinião dos gestores, os programas de GA são importantes para o hotel e por quê. Todos os gestores responderam que sim, e algumas de suas justificativas foram as seguintes: "É uma questão de responsabilidade social. Todos devemos nos envolver nessas questões"; "É responsabilidade de todos. Cada um deve fazer sua parte"; "Cada vez mais, os recursos estão escassos. Temos que conscientizar nossos colaboradores e clientes para reciclar e reutilizar". Outros reconheceram o impacto que os hotéis causam ao meio ambiente, com a utilização diária de descartáveis e a geração de lixo em grandes volumes. Além disso, foi citado o grande poder que um hotel possui para promover a tomada de consciência dos hóspedes, por isso, a importância de se implantarem práticas que reduzam os impactos gerados por essa atividade.

Questionou-se quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos hotéis para a promoção de programas ambientais. Foram citadas, por dois gestores, a escassez de recursos financeiros e a resistência dos funcionários na adesão das ações propostas; um gestor mencionou a resistência e o desinteresse dos administradores; e dois gestores citaram a falta de incentivos e de políticas públicas (Figura 10).

Figura 10 – Dificuldades enfrentadas pelos hotéis para a promoção de programas ambientais.



Fonte: *Santos (2018).*

Para os obstáculos enfrentados pelos hotéis, como a resistência dos funcionários e o desinteresse dos administradores, a educação ambiental pode se apresentar como uma importante ferramenta no processo de sensibilização e desenvolvimento de habilidades e atitudes capazes de transformar a realidade, chamando a atenção para a responsabilidade de cada um na promoção da sustentabilidade. A escassez de recursos pode ser um grande fator dificultador para a realização de investimentos em programas e tecnologias ambientais, no entanto, cabe ao gestor buscar alternativas, como, por exemplo, a efetivação de parcerias com instituições de ensino para a realização de palestras e proposta de soluções.

Um dos hotéis se destacou dos demais com relação à sua postura perante os problemas ambientais, demonstrando esta preocupação desde a fase de construção do empreendimento. Ainda assim, se detectaram vários aspectos a serem melhorados quanto ao controle do consumo de água e energia, ao apoio a programas ecológicos e socioculturais, ao incentivo para que os funcionários também participem desses programas, à promoção da cultura local, à utilização de produtos reciclados, ao controle e à divulgação dos resultados ambientais.

De modo geral, na visão dos gestores, as práticas ambientais desenvolvidas pelos hotéis foram responsáveis pela redução dos custos em dois empreendimentos hoteleiros, sendo notada a redução do consumo de energia, de descartáveis e de papel. Os outros três afirmaram não saber se houve aumento ou diminuição dos custos mensais, por não possuírem acesso a esta informação.

Ainda que alguns gestores tenham verificado alguma redução dos custos em decorrência da implantação de práticas mais sustentáveis, percebeu-se que o controle destes resultados não é realizado de maneira planejada, sistemática e documentada. Verificou-se que os hotéis não desenvolvem processos de avaliação e de controle dos impactos ambientais gerados pelas atividades realizadas e serviços prestados. Os proprietários e gestores ainda não despertaram para a importância do monitoramento dos resultados alcançados, tanto para a redução dos impactos ambientais, como para a melhoria do desempenho de seus negócios.

Considerações finais

Após a análise das informações, obtidas mediante entrevistas com os gestores, foi possível verificar que as práticas ambientais desenvolvidas nos estabelecimentos de hospedagem de Uberlândia, de modo geral, são ainda muito incipientes e pontuais. Estas ações são promovidas de forma desarticulada, sem o planejamento, o monitoramento e o controle de todo o processo. O fato de os hotéis não disporem de uma política ambiental bem definida dificulta ainda mais a implementação de ações de preservação ambiental de forma efetiva e contínua.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

As ações ambientais mais disseminadas entre os hotéis participantes estão relacionadas à redução do consumo de energia e à coleta seletiva do lixo, sendo realizadas por todos os hotéis pesquisados. Em seguida, tem-se a redução do consumo de água, promovida por quatro estabelecimentos. Apesar de essas práticas serem desenvolvidas na maioria dos hotéis participantes, não há um controle dos processos e dos resultados atingidos com tais medidas, o que dificulta, tanto para os gestores, como para os funcionários, a constatação dos benefícios gerados a partir desses esforços. Como consequência, esses tendem a se sentirem desestimulados, dificultando ainda mais um amplo apoio às práticas sustentáveis.

Tão importante quanto conhecer o desempenho ambiental da empresa é comunicá-lo aos funcionários, aos hóspedes, aos fornecedores, aos investidores e à sociedade em geral. Analisando-se sob a ótica dos funcionários, o *feedback* sobre os resultados conquistados pela organização é essencial para que os eles se sintam partes e corresponsáveis pelos processos, gerando maior comprometimento. Divulgar os resultados ambientais também melhora a imagem da organização e lhe proporciona maior credibilidade, tanto frente aos investidores quanto ao público em geral, que tem, cada vez mais, valorizado empresas que atuam com responsabilidade ambiental. Contudo, o que se percebeu é que os hotéis não possuem um controle eficiente dos resultados ambientais, o que dificulta a melhoria do desempenho das organizações e a disseminação dos resultados a todos os envolvidos.

É preciso destacar a grande resistência, por parte dos gestores e/ou proprietários, de participarem desta pesquisa, além da dificuldade de acesso direto a eles. Apesar de, por um lado, ser justificável seu receio de participar – uma vez que não se sabia ao certo qual seria o resultado da pesquisa e os dados a serem publicados, mesmo estando cientes de que não seriam identificados em nenhuma das fases de execução do estudo –, por outro lado, os próprios hotéis perdem ao inviabilizarem que estudos mais aprofundados sejam realizados em prol de melhorias ambientais e do desempenho de seus empreendimentos.

Em contrapartida, se faz fundamental ressaltar e parabenizar a visão estratégica dos gestores que concordaram em colaborar com esta pesquisa, ao reconhecerem a relevância de estudos como este e a importância do apoio a pesquisas, demonstrando uma postura responsável, transparente e comprometida rumo à sustentabilidade. Mesmo cientes da possibilidade de virem a se sentir desconfortáveis por compartilharem informações e/ou por receio de serem identificados, se ativeram às contribuições proporcionadas pelo estudo, às oportunidades de melhoria dos processos e à possibilidade de aumento da competitividade de seus negócios com a adoção de práticas sustentáveis.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A GA tem se tornado uma importante ferramenta para a modernização e o aumento da competitividade das empresas. Adotar um sistema de gestão ambiental representa um grande passo, para as empresas hoteleiras, uma vez que muitas delas se preocupam apenas em cumprir o exigido em lei. Um SGA implantado de forma correta proporcionará a utilização racional de insumos, de matérias primas e de mão de obra, ocasionando, consequentemente, a mitigação dos impactos negativos ao ambiente, a diminuição dos custos e a melhoria da *performance*, dos resultados e da imagem da organização.

O grande desafio é converter a tomada de consciência sobre a importância da responsabilidade ambiental em ações efetivas, por parte dos estabelecimentos hoteleiros. Muitos empreendimentos de pequeno e médio portes acabam tratando a implantação de um SGA como secundária, devido à escassez de tempo, de recursos humanos e financeiros. Outro fator desfavorável é a dificuldade de os gestores visualizarem o retorno, uma vez que este ocorre em longo prazo. Dessa forma, os benefícios gerados por tais investimentos não se revelam tão evidentes.

Acredita-se que o principal fator influenciador desse cenário, além da escassez de recursos, seja a falta de interesse dos proprietários em desenvolver negócios ambientalmente responsáveis, atendo-se à lucratividade do empreendimento. Portanto, a postura do proprietário frente aos desafios ambientais influencia diretamente no nível de comprometimento da organização com a sustentabilidade. Por isso, a necessidade de que esses atores sejam sensibilizados, tomem consciência da amplitude dos impactos ambientais gerados por seus estabelecimentos, da responsabilidade e do poder que seus negócios possuem para a melhora da qualidade de vida da população e entendam que agir de forma sustentável impactará diretamente na viabilidade dos negócios.

Assim sendo, o comprometimento do proprietário e da gerência é fator primordial para que os objetivos ambientais sejam atingidos. Os proprietários e gestores devem ser uma referência, para os funcionários, e agir em consonância com os valores e princípios da organização. Por isso, se faz essencial que os hotéis adotem um SGA, elaborem sua política ambiental, estabeleçam objetivos, metas, indicadores, prazos e responsabilidades, realizem o controle sistemático dos programas ambientais e assumam compromissos com a melhoria contínua dos processos.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Referências

1. ANDREOLI, C. V. **Gestão ambiental**. Faculdades Bom Jesus Economia Empresarial/ Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002, 70p. (Coleção Gestão Empresarial).
2. BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011, 376 p.
3. BRASIL. Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem. **Cadastur.** 2018a. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/cadastur.jsp>. Acesso em: 08 abr. 2018.
4. _____. **Gestor de turismo**: a importância do Cadastur para o Mtur. 2018b. Disponível em: <http://bracosabertos.turismo.gov.br/pea/conteudo/gestor/39_1_gtur/39_1_gtur.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.
5. CAMPOS, L. M. S.; MELO, D. A. **Indicadores de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA):** uma pesquisa teórica. In: *Produção*, v. 18, n. 3, p. 540-555, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v18n3/a10v18n3>. Acesso em: 08 set. 2017.
6. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução nº 306, de 05 de julho de 2002.** Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30602.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.
7. CROSBIE, L.; KNIGHT, K. **Strategy for sustainable business**: environmental opportunity and strategic choise. 2ª ed., England: McGrawHill Book, 1997, p. 250.
8. DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.
9. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.
10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Uberlândia**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 17 jul. 2018.
11. _____. **Base cartográfica integrada do Brasil ao milionésimo digital**. Estados e municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/sgb.shtm>. Acesso em: 03 jul 2018.
12. MENEGUETTI, C. F. **Gestão ambiental empresarial.** Maringá: UNICESUMAR, 2012, 133 p.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

13. SANTOS, G. N. C. **Gestão e educação ambiental em hotéis de Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2018, 145f. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.903>.

14. SEBRAE (org.). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2013. 6ª ed., Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. Brasília, DF; DIEESE, 2013.

15. UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU). **Movimentação de passageiros em Uberlândia volta a crescer em 2017**. 25 jan. 2018. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/15877/movimentacao_de_passageiros_em_uberlandia_volta_a_crescer_em_2017.html>. Acesso em: 09 abr. 2018.

16. _____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Banco de Dados Integrados**. Ano 2017. Ano Base 2016, vol. I, 2017a. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/17885.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

17. _____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Banco de Dados Integrados**. Ano 2017. Ano Base 2016, vol. III, 2017b. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/17811.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

18. UBERLÂNDIA CONVENTION & VISITORS BUREAU (UCVB). **Conheça Uberlândia**. 2018. Disponível em: <http://www.uberlandiacvb.com.br/portal/sobre-uberlandia/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

19. UN NEWS. New global tourism initiative to "steer industry onto a truly sustainable path" – UN. 06 nov. 2014. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2014/11/483022-new-global-tourism-initiative-steer-industry-truly-sustainable-path-un#.VF0HefnF98F>. Acesso em: 02 jun. 2018.

20. VALLE, C. E. do. **Qualidade ambiental**: ISO 14000. 12ª ed., São Paulo: Editora Senac, 2012, 208 p.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Notas

Uma saudação de gratidão e reconhecimento aos profissionais pareceristas, colaboradores e colaboradoras com a Revista da Revista da ANPEGE referente aos trabalhos avaliados no período de 2018. A todos e todas, nossos maiores agradecimentos e admiração pelo empenho e colaboração com a construção coletiva de nossa revista.

Adorea Rebello da Cunha Albuquerque
Adriana Maria Andreis
Alessandra Mendes Carvalho Vasconcelos
Alexánder Cely Rodriguez
Amélia Regina Batista Nogueira
Ana Claudia Carvalho Giordani
Ana Fani Alexandri Carlos
Ana Valéria Freire Allemão Bertolino
André Batista de Negreiros
André Santos da Rocha
Anice Esteves Afonso
Armstrong Miranda Evangelista
Bruno J. Frank
Carolina Pereira Machado Rocha Bush
Catia Antonia da Silva
Charlles da França Antunes
Claudete Vitte
Claudia Câmara Valle
Cristovão Henrique Ribeiro da Silva
Diógenes Félix da Silva Costa
Dirce Maria Suertegaray
DJovane Roos
Doralice Barros Pereira

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Edima Aranha Silva
Edson Soares Fialho
Eduardo Donizeti Girotto
Eduardo Karol
Eguimar Felício Chaveiro
Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza
Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque
Ermínio Fernandes
Eugênia Maria Dantas
Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa
Fábio de Oliveira Matos
Flaviana Gasparotti Nunes
Francisco Kennedy Silva dos Santos
Francisco Soares Santos Filho
Gilcileide Rodrigues da Silva
Gislene Aparecida dos Santos
Guilherme da Silva Ribeiro
Heitor Soares de Farias
Helena Paula de Barros Silva
Hervé Théry
Horacio Miguel Hernán Zapata
Idelvone Mendes Ferreira
Ione Rodrigues Diniz Morais
Iracilde Maria de Moura Fé Lima
Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia
João Cândido André da Silva Neto
José Franco de Azevedo
Jose Gilberto de Souza

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Jose Mariano Caccia Gouveia
José Roberto Nunes Azevedo
Joseli Maria Silva
Josué da Costa Silva
Jota Junior Marques Rosa
Lana de Souza Cavalcanti
Leandro Dias de Oliveira
Leonardo Cristian Rocha
Lindon Fonseca Matias
Lisandra Pereira Lamoso
Lucas Guedes Vilas Boas
Luis Andrei Gonçalves Pereira
Luiz Jardim de Moraes Wanderley
Manoel do Couto Fernandes
Manoel Fernandes de Sousa Neto
Marcio Antonio Cataia
Márcio Roberto Toledo
Marcio Rufino Silva
Marcos Alberto Torres
Marcos Aurelio Saquet
Marcos César Araújo Carvalho
Marcos Aurélio da Silva
Maria Adailza Martins de Albuquerque
Maria Celia Nunes Coelho
Maria Cristina Risk
Maria Geralda Almeida
Maria Jaqueline Elicher
Maria Luiza Félix Marques Kede

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Mariane de Oliveira Biteti
Maurilio Lima Botelho
Mucio do Amaral Figueiredo
Mugiany Oliveira Brito Portela
Nelson Rodrigo Pedon
Nilo Sérgio D'Ávila Modesto
Paulo Roberto Raposo Alentejano
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Rita de Cássia Martins Montezuma
Roberto França Silva Junior
Rodrigo Coutinho Abuchacra
Rogerio Haesbaert da Costa
Rosemy da Silva Nascimento
Sedeval Nardoque
Sylvio Fausto Gil Filho
Tadeu Alencar Arrais
Tania Cristina Meira Garcia
Tatiane Marina Pinto de Godoy
Telma Mendes Silva
Valéria Rodrigues Pereira
Vinicius Seabra

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X